BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXX N.º 130 (143) ANO DE 2022

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



VOL. LXX N.os 130 (143) ANO DE 2022

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDAÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professora Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

ALEXANDRA PATRÍCIA LOPES ESTEVES
(Professora Auxiliar com agregação
na Universidade do Minho)

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA
(Vereador do Património da Câmara Municipal de Braga
e Professor da Universidade do Minho)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Nota de Apresentação

Para o presente número 130 da Bracara Augusta, *o primeiro do ano de 2022, selecionámos artigos de natureza vária, mas todos eles com referências explícias ou implícitas à cidade de Braga, como sempre temos procurado fazer.*

Na continuação do extenso ensaio apresentado, no anterior número, por Franquelim Neiva Soares, sobre as Visitações de Sant'iago da Sé (1619-1725), temos agora um novo estudo que se debruça apenas sobre cinco das visitas que fez D. Rodrigo de Moura Teles ao Cabido da Sé Catedral, a São Vítor, a São Tiago da Sé, a São Miguel da Apúlia e a São Tiago de Arcozelo. Numa síntese destas cinco visitações, podemos afirmar que as grandes preocupações do arcebispo eram, naturalmente, de ordem pastoral, mas também com o culto e ofício divinos, em geral, e especialmente o culto eucarístico. É também flagrante a quase obsessão com a limpeza dos templos, dos altares e dos paramentos. Também ressalta o grande cuidado com o restauro e conservação das igrejas. Não é por acaso que a D. Rodrigo se devem alguns dos mais importantes monumentos da cidade de Braga, criados de raiz ou que foram objeto de profundas remodelações.

Publicamos dois estudos cujas temáticas não têm sido desenvolvidas nestas páginas com a frequência que mereciam. Referimo-nos aos artigos que tratam de atividade teatral e de produção literária. Temos, no primeiro caso, o ensaio de Florêncio Gonçalves "Memórias do teatro, para a história de Mire de Tibães". O trabalho resulta de uma iniciativa do Grupo de Amigos do Mosteiro de Tibães, com o qual a revista Bracara Augusta *continua a manter relações de profícua colaboração, que decidiu investigar a atividade teatral amadora em Mire de Tibães, durante o século XX. Ficaremos, por certo, surpreendidos com o número de instituições que se dedicou, ainda que só ocasionalmente, à atividade dramática. Isso revela bem o fascínio que o teatro exercia nas comunidades. Mas para além das instituições e do nome dos textos representados, recordam-se muito justamente as pessoas*

que contribuiram para que as peças fossem levadas ao palco: atores, encenadores, pintores de cenários, figurinos, técnicos de luz e de carpintaria, músicos, bem como a imprescindível divulgação entregue aos responsáveis pela produção gráfica. Não poderemos esquecer que o teatro é porventura a linguagem artística mais comunitária, no sentido de só poder concretizar-se mediante a colaboração de numerosas outras artes e pessoas. Julgamos este trabalho de muito interesse porque recupera a memória cultural de uma determinada comunidade. Julgamos que bem poderá servir de exemplo para outras investigações noutras comunidades.

Quanto à produção literária, decidimos recuperar, para memória futura, os escassos poemas identificados como de Jerónimo da Mota, abade de Mujães, que nasceu em Barcelos, em 1637, e morreu em Mujães, em 1711. Para além de aqui se publicarem, pela primeira vez, uma décima e um belo soneto ao rio Lima, decidimos trazer também a estas páginas um poema laudatório ao tratado Instrução de Cavalaria de Brida (1679), *de António Pereira Rego, um belo romance a Santo António já por nós publicado no Suplemento Cultura do* Diário do Minho *e, principalmente, o extenso poema em 52 oitavas sobre a visita que fez a Barcelos o arcebispo de Braga D. João de Sousa, a fim de ministrar o sacramento do crisma, poema igualmente já por nós dado a conhecer no mesmo Suplemento Cultura do* Diário do Minho *de 23.5.2012. Jerónimo da Mota revela-se um poeta de valor, de feliz inspiração, muito culto e com bom domínio técnico do verso, embora não possa equiparar-se, até pela escassa produção poética conhecida, aos maiores seus contemporâneos. Achámos, contudo, que deveríamos dar a conhecer, principalmente, um poema que tem como personagem central um arcebispo de Braga e cuja ação decorre na cidade de Barcelos.*

Eduardo Pires Oliveira publica "Algumas aproximações entre o Minho e Minas Gerais no século XVIII". Continuando os seus importantess estudos sobre a presença de artistas bracarenses e minhotos naquela região brasileira, no séc. XVIII, refere no seu artigo as influências que eles tiveram na construção do santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas. Chama a atenção para o facto de Miryam Ribeiro de Oliveira, uma das mais prestigiadas investigadoras da arte barroca, ter vindo a Portugal procurar as fontes primárias do barroco mineiro precisamente na região de Entre-Douro-e-Minho. Recorda, a propósio, a influência dos hábitos minhotos nos costumes de Minas, influência revelada, por exemplo, nas confrarias, nas festas religiosas, na música popular, na culinária, ou na

tipologia das casas (Mariana, Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, S. João del Rei).

A partir do Arquivo Sousa Lobato, encontrado recentemente em Braga, num imóvel familiar, Margarida Lobato Costa estuda a genalogia da família e o papel que teve no ambiente das elites cortesãs portuguesas desde o último quartel do séc. XVIII até ao início do séc. XX. O acervo arquivístico é composto, no essencial, por documentos oficiais de mercês régias (alvarás, cartas, portarias e decretos) referentes a nomeações para cargos palatinos, atribuições de qualificações honoríficas em Ordens Religiosas e Militares, concessões de direitos (senhorios, terrenos agrícolas) e ao exercício de funções nas instituições oficiais do Reino (alfândegas, ouvidorias de Comarcas) e ainda documentos relativos às propriedades concedidas e alguma correspondência epistolar, documentação que permite reconstituir a história de uma família, cujos elementos se enquadram na sociedade cortesã de finais do Antigo Regime – reinado de D. Maria I e regência/reinado de D. João VI – até à Revolução Liberal.

O artigo de José Carlos Peixoto "Obras no Mosteiro de Tibães, 1654 a 1661" começa por fazer uma brever síntese das fases por que passou o edifício do mosteiro ao longo da história. Aborda a sua fundação, no séc.VI, seguindo-se a refundação românica, no séc. XI, a ampliação no séc. XVI, as transformações que se verificaram por influência do barroco nos séculos XVII e XVIII, as consequências que tiveram a expulsão dos religiosos e abandono do edifício. O artigo concentra-se, principalmente, no último período da construção que decorreu entre 1654 e 1661. Podemos encontrar dados muito interessantes sobre os materiais utilizados, os preços, os gastos com mão de obra, os nomes de mestres pedreiros e oficiais, aparelhadores, assentadores, carpinteiros, carreteiros de pedra e até de boieiros. Afinal, todos contribuiram a seu modo para a edificação de um dos mais importantes monumentos da arquitetura portuguesa.

José de Sepúlveda de Macedo, no artigo "Braga e a mudança liberal" analisa as reações políticas e sociais provocadas na cidade pela revolução liberal, especialmente as lutas entre liberais e absolutistas. Adverte que o clero era o principal sustentáculo destes últimos, porque tinha viva consciência de que a vitória liberal poderia conduzir à redução dramática da sua influência económica e cultural. E é este receio do clero que explica boa parte das razões que fizeram de Braga o principal centro da reação absolutista, como se pode confirmar pelos episódios da Maria da Fonte e

da Patuleia. Para a análise deste período, utiliza-se como principal fonte de informação o manuscrito intitulado "Memórias de Braga", cujo autor tinha sido nomeado arquiteto camarário numa das vereações do absolutismo. Chamava-se João Baptista Vieira Gomes e era mais conhecido pelo nome de Dr. Chasco.

Chamamos ainda a atenção do leitor para a excelente recensão de José Carlos Rodrigues à obra 18 olhares sobre André Soares I e II, *coordenada por Eduardo Pires Oliveira, conjunto de ensaios de alto nível sobre o grande riscador bracarense. A publicação visou assinalar os 300 anos do nascimento e 250 da morte do grande mestre do Rococó português. Nós próprios já tínhamos elaborado uma recensão, necessariamente mais breve, no volume LXIX, ano de 2021, pág. 470, da nossa revista.*

Por fim, António Silva-Araújo, José Rui Santos e Armando Malheiro Dias apresentam um breve, mas interessante artigo no qual, baseados em novos dados, confirmam a atribuição de um anel sigilar real de ouro ao príncipe D. Afonso de Portugal, filho de D. João II, neto de D. Afonso V e genro dos Reis Católicos de Espanha, consideranto tal atribuição concludente e definitiva.

Julgamos que o presente número da revista Bracara Augusta, *pela diversidade dos temas e pela qualidade científica dos artigos, contribuirá, como sempre tem acontecido, para melhor conhecimentos da história e da cultura da cidade e da região, num âmbito cronológico que abarca essencialmene o período que vai do século XVIII até aos nossos dias.*

Como sempre fazemos, aqui deixamos o nosso reconhecimento a quantos contribuiram, em período tão difícil da vida coletiva, para a edição de mais este número. A todos, muito obrigado.

Luís da Silva Pereira

As visitas pastorais de D. Rodrigo de Moura Teles

FRANQUELIM NEIVA SOARES *

O texto do presente artigo foi escrito para *OS SETE CASTELOS – Congresso de Homenagem a D. Rodrigo de Moura Teles,* de 12 a 14 de outubro de 2017 no Hotel do Parque, no Bom Jesus. Aí foi resumida a comunicação a 13 de outubro pelas 16 horas. O presente texto foi enviado para publicação, juntamente com mais dois não apresentados mas publicados (um sobre os *Costumeiros* e outro sobre o *Rito Bracarense,* na administração deste Arcebispo). Verificando estranhamente, no lançamento das respetivas atas, a sua não publicação – embora se enquadrasse às mil maravilhas na temática – tratou-se da sua publicação na *Bracara Augusta*, a cuja direção agradeço o bom acolhimento e a sua concretização.

À guisa de **introdução,** lembro que na administração de D. Rodrigo de Moura Teles, após a concórdia de D. Fr. Baltasar Limpo com a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães) e as três de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires com o cabido da Catedral, tudo estava resolvido juridicamente sobre as visitas da arquidiocese, seguindo-se um longo período de completa paz institucional. A cidade de Braga era então da visita mista do Arcebispo e do Cabido, tal como Guimarães do Arcebispo e do Dom Prior da Colegiada. Na arquidiocese estabelecera-se o princípio de haver, além das zonas ou circunscrições visitacionais dos Arcebispos, outras privativas do Cabido de Braga como tal e das Dignidades do Cabido Primacial, e algumas da Colegiada de Santo Estêvão de Valença do Minho. Estabeleceram-se

* Professor Auxiliar com agregação da Universidade do Minho, aposentado.

divisões e subdivisões de algumas circunscrições através dos séculos. No início da administração de D. Rodrigo de Moura Teles, havia o seguinte panorama visitacional, bem conhecido através dos seus relatórios das visitas *ad limina* de 1709 e 1723, 25 circunscrições visitacionais, com esta repartição das suas 1278 (1327) igrejas paroquiais:

10 do Arcebipo *iure ordinario*[1],
13 privativas da Sé de Braga, sendo 10 das Dignidades[2] e 3 do Cabido em geral[3],
2 privativas da Colegiada de Santo Estêvão Valença do Minho[4].

A fonte primordial para uma visão de conjunto das visitas pastorais do Arcebispo constitui-a o seu primeiro relatório das visitas *ad limina*, de 1709, que sintetiza, em forma de diário, a sua atividade visitacional dos primeiros cinco anos da sua administração pastoral. Aqui fala em oito missões visitacionais, sem contar as cinco feitas em Braga (Cidade) ao Cabido e às cinco paróquias de então (S. Tiago da Cividade, S. Pedro de Maximinos, S. Tiago da Sé, São João do Souto e São Vítor): a primeira desde 18 de fevereiro de 1705, durante um mês; a segunda na quaresma de 1706; a terceira em janeiro de 1707; a quarta de 23 a 25 de fevereiro de 1708; e a quinta em 15-16 de março de 1709 (sexta e sábado antes do domingo da Paixão). Eis essas oito digressões esquematicamente:

1.ª Ultramontana (1705-05-04 a 09-12) passando por Guimarães em direção a Trás-os-Montes: Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Lagoaça, Mogadouro, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Sucções, Lamas de Orelhão, Murça, Chaves, Ervededo, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar, Provezende, Vila Real, Amarante, Guimarães e Braga.

---

1 São: Basto, Chaves, Nóbrega e Neiva, Sousa e Ferreira, Torre de Moncorvo, Valença, Vermoim e Faria, e Vila Real; incluem-se ainda duas mistas [cidade de Braga com 5 igrejas por ser também do Cabido e cidade de Guimarães com 4 igrejas (mais 5 na periferia) por ser também do Dom Prior da Colegiada].

2 São: Barroso, Braga ou Couto, Chantrado, Deado, Labruja, Loureda de Valdevez, Mestre-escolado, Neiva, Vermoim e Vila Nova de Cerveira.

3 São: Entre Homem e Cávado e Vale de Tamel, Lanhoso e Vieira e Ribeira de Soás e Chaves, e Montelongo e Terras de Guimarães.

4 São: arciprestado de Vinha e tesourado de Valença. Ver para o conjunto *Relatórios das visitas ad limina da arquidiocese de Braga (1585-1910). Introdução, compilação, transcrição e notas* por António Franquelim Sampaio Neiva Soares. Braga: Gráfica do Diário do Minho, 2016, I, pp. 130-133.

2.ª Interamnense (1705-10-28 a 1706-01-03) passando por Barcelos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, (Apúlia, Esposende), Viana, Caminha, Valença, Monção, Arcos (de Valdevez), Ponte da Barca, Feitosa, Ponte de Lima e Braga.

3.ª Basto (Região de) (1706-05-10 a 08-06) passando por S. Torcato, Fonte Arcada, Vieira (mosteiro), Rossas, (Cabeceiras de Basto), Refojos de Basto, Rio Douro, (S. Clemente de Basto), Ribas, Britelo, Cabeceiras de Basto, Atei, Mondim de Basto, Arnóia, Basto (S. Tecla), Carvalho, Fervença, Amarante, Macieira da Lixa, Caramos, Moure, Pombeiro (de Riba Vizela), Campo (S. Martinho), Negrelos (S. Mamede), Roriz e Braga.

4.ª Entre Homem e Cávado (1706-11-21 a 12-10) passando por Freiriz, Calvelo, Coucieiro, Sabariz, Chorense, Balança, Dornelas, Ferreiros, Moure e Braga.

5.ª Terras de Barcelos e Vila Verde (1707-03-12 a 20 (?) passando por Barcelos, Balugães, Cervães (Bom Despacho) e Braga.

6.ª Região de Coura (1707-04-27 a 07-31) passando por Arcozelo, Labruja, Água Longa, Rubiães, Linhares, Paredes de Coura, Monção, Valadares, Castro Laboreiro, Melgaço, Paderne, Barbeita, Longos Vales, Pias, Cerdal, Santa Maria da Silva, Vila Nova de Cerveira, Gondarém, Caminha, Viana, Braga, Viana, Mire de Tibães, Viana e Braga.

7.ª Região de Nóbrega e Neiva (1707-10-06 a 11-07 (?) e 11-06 a 12-01) seguindo por Coucieiro, Prado (S. Miguel), Ponte da Barca, Vila Nova de Muía, Lindoso, Entre-Ambos-os-Rios, Ponte de Lima, Darque, Palmeira de Faro/Gemeses, Barcelos, Braga, Abade de Neiva, Antas (S. Tiago), Vila Nova de Famalicão e Braga.

8.ª Segunda visita à região ultamontana (1708-04-25 a 08-20) caminhando por Ruivães, Dornelas, Granja, Redondelo, Chaves, Valpaços, Santiago da Ribeira de Alhariz, Serapicos, Carrazeda (de Montenegro), Vales, Lamas de Orelhão, Frechas, Vila Flor, Sambade, Alfândega da Fé, Castro Vicente, Mogadouro, Castelo Branco, Lagoaça, Freixo, Felgar, Torre de Moncorvo, Lousa, Vilarinho da Castanheira, Selores, Vila Flor, Murça, S. Mamede de Ribatua, Vilar de Maçada, Vilarinho da Castanheira, Provesende, Goivães do Douro, Vila Real (S. Dinis e S. Pedro) e Vila Chã do Marão.

Nos outros dois relatórios nunca mais utilizou este estilo de diário, mas pode avaliar-se a sua atividade visitacional a partir das atas de visitas pessoais de alguns livros de visitações que sobreviveram, de que vou apontar algumas amostras.

Apúlia (S. Miguel, Esposende): com 2 pessoais: 1705 e 1719

Arcozelo (S. Tiago, Vila Verde): com 1 pessoal: 1722

Barcelos (Colegiada Maior): com 7 pessoais: 1706, 1714, 1718, 1719, 1721, 1722 e 1723.

Braga (Cabido da Catedral): com 3 pessoais: 1705, 1714 (iniciada em 1713) e 1717.

Braga (paróquia de S. Tiago da Sé): com 18 pessoais nestas datas: 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1712, 1713, 1715, 1716, 1717, 1719 (duas), 1721, 1722, 1723, 1724 (duas) e 1725.

Braga (paróquia de São Vítor): com 16 pessoais nestas datas: 1705, 1706, 1707, 1709, 1712, 1713, 1714, 1716, 1717, 1719, 1721, 1722, 1723, 1724 (duas) e 1725.

Creixomil (S. Miguel, Guimarães) com 8 pessoais: 1705, 1714, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721.

Dimensão pastoral e artística

É-me impossível estudar todas estas visitas, pelo que me vi forçado a fazer uma seleção e amostragem, analisando apenas cinco atas:

as três primeiras à cidade de **Braga**, visitada desde 18 de fevereiro de 1705 durante um mês, só tendo sobrevivido as atas do Cabido da Catedral, de São Vítor e de S. Tiago da Sé, de, respetivamente, 1, 2 e 3 de maio, por onde se vai avaliar o seu extraordinário zelo litúrgico e espiritual, não fosse jacobeu;

a quarta duma paróquia rural marítima como S. Miguel de **Apúlia**, tendo escolhido a primeira de 15 de novembro de 1705;

a quinta duma paróquia rural interior, tendo selecionado a única pessoal de S. Tiago de **Arcozelo** (Vila Vede), de 6 de outubro de 1722, no lugar de Nossa Senhora do Bom Despacho, colhendo a atividade do Arcebispo já no outono da vida, iniciada cinco dias antes, esta *iure devoluto* a uma paróquia da circunscrição visitacional do mestre-escolado.

Devo acrescentar que todas estas atas estão regimentalmente incompletas, porquanto a visita completa implicava, para além dos provimentos pelos capítulos de vista, a devassa dos costumes ouvindo muita testemunha devidamente ajuramentada e os termos de culpados feitos pelos condenados após a chamada pronúncia. Da sua primeira visita à cidade de Braga consta expressamente que o Arcebispo e mais sete visitadores se sentaram noutras tantas capelas da Sé, com os respetivos escrivães, a ouvir testemunhas durante um mês desde as oito horas da manhã até às onze e, na parte da tarde, desde as

três às cinco ou seis horas num trabalho incessante[5]. Pois as visitações sobreviventes limitam-se aos provimentos, com alguns resultados das devassas em pouquíssimos capítulos.

Passe-se imediatamente à síntese de cada uma.

I BRAGA (Cabido da Catedral) em 1705-05-01, Braga na presença do Deão, Dignidades e Cónegos, seus irmãos:

Liturgia (ofício divino):

– Dignidades e Cónegos devem passar a sentar-se, segundo as respetivas preeminências, a partir do altar da capela-mor, e não das grades;

– Dignidades e Cónegos digam as missas e vão ao altar nos dias e semanas que lhes tocar, devendo ser os substitutos das Dignidades outras Dignidades;

– No coro não se guardava o devido silêncio, alguns não rezavam no tom dos demais, na missa de Prima não formavam círculo junto da grade do coro, mas antes divertiam-se neste falando e lendo cartas;

– Os aniversários e ofícios divinos não se rezavam com a conveniente dignidade: alguns entravam no coro com luvas calçadas ou regalo, ou mudavam-se de lugar ou penduravam o barrete no encosto da cadeira ou não desciam à estante;

– Havia risadas no coro do mal que se liam as lições: o Presidente não as daria a pessoas que levassem a isso com sua pronúncia e, quando algum desse erro, corrigi-lo-ia o Mestre-escola ou a pessoa que o Cabido, no princípio do ano, encarregasse na sua falta;

– Começo das matinas, vésperas e completas logo que se acabasse de tocar o sino e à hora de tanger: estando seis, fizessem sinal com a campainha principiando;

– Nos dias solenes repique dos sinos sem faltarem as cerimónias e pausas acostumadas;

– Não mediava o tempo devido entre laudes e prima, e algumas vezes a missa de prima não se cantava;

– Alguns clérigos de coro sem suficiência necessária, pelo que os que deviam entrar nessa ocupação seriam examinados no ler pela pessoa que ele deputasse e em cantochão pelo subchantre;

---

[5] *Relatórios das visitas* ad limina *da arquidiocese de Braga,* II, pp. 570-571.

– Os contadores ocupavam as horas do coro em contar dinheiro, faltando ao coro muitos dias três ministros, pelo que o contador evitaria isso;

– Os Padres Coreiros não satisfaziam à sua obrigação na de incensar e de tomar as capas;

– No tempo da missa da terça e no dos sermões diziam-se missas nos altares da Sé, nascendo daí perturbação, pelo que os sacristães da sacristia dos Capitulares e da do Clero não permitiriam isso;

– Por se não dar notícia ao Arcebispo, a tempo conveniente, dos dias em que cumpria ir à Sé, estavam alguns com menos advertência, mandando por isso ao Presidente que fosse dar aviso a tempo conveniente;

– Os Regedores não eram pontuais em acompanhar as procissões.

– Alguns Capitulares, depois de principiadas as horas canónicas, dilatavam-se a conversar no antecoro até ao termo determinado pelos Estatutos, pelo que os advertira paternalmente a entrarem no coro logo no princípio das horas ou a retirarem-se dali.

Moços do coro:

– Urge o decretado por D. Luís de Sousa na visita da fl. 29v.

Desrespeito aos Colegas:

– Os contadores não cumpriam o seu ofício com liberdade, porque alguns dos Capitulares examinavam o livro da contagem e das multas.

Obrigações canónicas:

– Muitos dos Capitulares e Dignidades com presbiterado não diziam missa há anos, e os que o não tinham não se confessavam nem comungavam nas quatro festas do ano, não cumprindo assim a constituição do Arcebispado[6] e o Estatuto, 2ª Parte &. 12, advertindo-os paternalmente a que dentro de 30 dias se dispusessem continuando; e o chantre (ou o Presidente do coro de matinas dessas festas) executasse a dita pena;

– Observância do Estatuto e dos capítulos de visita não revogados.

---

[6] *Constituiçoens synodaes do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha. E mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo, & Senhor de Braga*... Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, 1697, Tít. IV, Const. XI. §§. 2 e 3, pp. 63-64.

Dignidade da instituição:

– Por não ser conveniente para o serviço de Deus ou serviço do coro admitirem-se sujeitos menos hábeis, mandou que daí em diante se não dessem atestações de idoneidade de pessoas para haverem benefício algum da Sé Apostólica sem ser vencido por votos secretos, sob pena de serem multados os transgressores;

– Confusão de se tratar em cabido, repetidas vezes, o negócio vencido, nunca se podendo repetir na mesma reunião capitular;

– Incumprimento do Estatuto, pois não faziam os cabidos nos dias designados nem se realizavam os cabidos de cerimónias, e fazia-se poucas vezes Mesa da Fazenda.

Aspetos económicos:

– Para evitar riscos nas fianças do dinheiro a juro, de 5 em 5 anos reveriam essas fianças para se reformarem, sendo necessário;

– Evitar a confusão da mistura do rendimento do dinheiro dos legados com o das rendas da Mesa Capitular, tendo um livro em que separadamente se lançassem o capital e o rendimento do dinheiro dos legados;

– Não dar sepultura no claustro da Misericórdia Velha da Sé a pessoa que não fosse beneficiado no coro da Sé sem dar, por cada vez, 2$000 reais.

II – SÃO VÍTOR em 1705-05-02, Braga na presença do vigário Adriano Duarte, clero e muitos fregueses: feita pessoalmente pelo Arcebispo *in spiritualibus* e nas capelas e lugares pios pelo Deão da Sé D. Francisco Pereira da Silva.

Viático aos doentes

– Ser levado num dos vasos do sacrário (píxide) por causa do pouco aparato e bem fechado devido aos perigos de tempestade e chuvas, e não em custódia, que será para as cerimónias mais aparatosas e solenidades.

Obras

– A obra das grades (da comunhão) ainda por concluir por ter sido dada a oficiais que se iam desculpando na mesa com o fundamento de que não havia pau preto; o Vigário faria renovar as ditas fianças perante o Doutor Provisor.

Capelas:

– Existentes e com capítulos: 11: Adrião (Santo) (capela), Ana (Santa) (capela), Beatas de Nossa Senhora da Penha de França (capela), Gonçalo (São) (capela), João (São) da Ponte (ermida), Justa (Santa) dos Palames (*sic*) (capela), Lázaro (São) (ermida), Nossa Senhora-a-Branca (Igreja), Nossa Senhora de Guadalupe (capela), Nossa Senhora das Mercês, no lugar de Passos (capela) e Vicente (São) (capela).

– Provimentos nelas:

Adrião (Santo) (Capela):

– Na confraria deste Santo achava-se um legado de duas missas cada mês (uma aos domingos de 15 em 15 dias), o qual deixara o Rev. Doutor Francisco Álvares Tinoco, tendo dado para isso à confraria 28 medidas de pão meado, o qual se não satisfazia; e por isso e por os herdeiros do dito Licenciado terem a sua chave sem serem administradores, não havia oficiais que servissem essa confraria. Mandou consequentemente que em termo de oito dias se desse cópia desse capítulo ao Doutor Juiz dos Resíduos para proceder contra os herdeiros do Licenciado Instituidor pelas missas e legado das medidas e para que entregassem a chave aos oficiais da confraria, quando não mostrassem documento legítimo para a reterem, por lhe constar que os criados do Licenciado Instituidor desencaminhavam algumas esmolas oferecidas na dita capela, do que tomaria conta o Doutor Juiz dos Resíduos e também aos oficiais da confraria do rendimento e encargos da capela.

– Achando-se rendimento, os oficiais da confraria supramencionada mandariam, em termo de quatro meses, forrar de pano de linho a pedra de ara, pôr uma vidraça na fresta e consertar o forro junto à porta; e nada mais mandara por ter reconhecido ser a confraria pobre.

Ana (Santa) (Capela):

– Os oficiais da respetiva confraria mandariam fazer, dentro de três meses, um frontal com sua vestimenta, tudo de damasela ou ostida verde com suas franjas de retrós, umas galhetas de estanho fino, uma bolsa de corporais de seda de todas as quatro cores, uma pala verde para o cálix e ainda dois véus da tafetá, um verde e outro vermelho.

– No altar-mor desta capela estava a imagem de Santa Maria Madalena, antiga e de roupas[7], e sem a devida decência, pelo que os

[7] A interpretar, penso, como imagem de roca.

oficiais mandariam fazer, em termo de seis meses, outra imagem em vulto muito bem feita e estofada, isso se se achasse com dinheiro, para o que dariam contas em quinze dias perante o Doutor Juiz dos Resíduos.

Beatas de Nossa Senhora da Penha de França (Capela):

– Em termo de dois meses os administradores fariam consertar o lampadário no remate de baixo e o lavatório da sacristia, e pôr nesta uma toalha de duas varas para os sacerdotes limparem as mãos.

Gonçalo (São) (Capela) no Campo de Santa Ana:

– Os oficiais da respetiva confraria em termo de dois meses fariam cobrir de linho a pedra de ara, rebocar, caiar e retelhar toda a capela e sacristia, fazer para o altar uma sacra[8] e tábua do lavabo;

– Se houvesse rendimento na confraria, mandariam dourar o retábulo de forma que, quando não pudesse ser todo dourado, se dourassem apenas os altos pintando-se os baixos, devendo consequentemente dar contas perante o Doutor Juiz dos Resíduos dentro de trinta dias.

João da Ponte (São) (Ermida):

– Feitas as contas perante o Doutor Juiz dos Resíduos, havendo dinheiro far-se-ia um retábulo na capela-mor e os oficiais da confraria de S. Cristóvão fariam dourar, em termo de um ano, o retábulo do altar do Santo e fechar o arco por detrás do mesmo retábulo.

Justa dos Palames (*sic*) **(Santa) (Capela)**:

– O seu administrador António Monteiro, concorrendo os oficiais da confraria com o que pudessem, mandaria colocar na fresta uma vidraça com sua rede por fora, rebocar e apincelar a capela, consertar uma alva, galhetas e missal, e pôr uma estola na vestimenta branca, tudo a cumprir dentro de dois meses.

Lázaro (São) (Ermida):

– Porque estava ameaçando ruína, a sua capela-mor seria emadeirada e forrada de novo dentro de um ano; nos cantos do retábulo, que seria dourado dentro de um ano para condizer com o nicho em

[8] A interpretar como quadro com as orações do cânon, colocado habitualmente no meio do altar, então não *versus populum*.

que estava o Santo, acrescentar-se-iam uns remates de forma a cobrir a parede; obras a fazer pelo administrador ou pelas pessoas obrigadas à fábrica.

– Em termo de seis meses far-se-ia uma alva boa com sua renda e uma toalha com sua renda para servirem para as festas, meia dúzia de sanguinhos, uma vestimenta de ostida ou damasela branca com franjas de retrós para uso, três véus de tafetá para o cálix (branco, verde e roxo); palas das mesmas cores e uma bolsa das quatro cores para os corporais, de uso.

– No corpo desta ermida os oficiais das respetivas confrarias mandariam colocar, no termo de seis meses, quatro vidraças nas quatro frestas com suas redes de arame por fora, mandando apincelá-la, mas a confraria das Almas poria logo, em termo de oito dias, um par de sanguinhos.

Nossa Senhora a Branca (Igreja):

– A confraria faria para os três altares, em termo de três meses, frontais de damasela de lã ou de ostida com franjas de retrós na mesma cor e nesta forma mais três vestimentas;

– Missas do P. João Vieira, capelão do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, por dizer por espaço de dois anos e meio pouco mais ou menos;

– Tribuna principiada há anos tendo sido retirados a imagem de Nossa Senhora e o quadro achando-se, por isso, o retábulo indecente, pelo que ou colocassem as duas imagens no sítio onde antes estavam ou acabassem a tribuna dentro de três meses;

– Em termo de dois meses os oficiais da confraria fariam caiar e apincelar por fora o corpo da capela.

Nossa Senhora de Guadalupe (Capela):

– Os oficiais da respetiva confraria mandariam fazer vidraças, com suas redes de arame da parte de fora, para as frestas do corpo da mesma, a satisfazer dentro de seis meses.

Nossa Senhora das Mercês (Capela), no lugar de Passos:

– Consertariam e encadernariam o missal dentro de trinta dias, apincelar-se-ia e forrar-se-ia a capela, e por-se-iam vidraças nas frestas, tudo a satisfazer das esmolas, se as houvesse; senão pelos bens da administradora visto não haver fábrica.

Vicente (São) (Capela):

– Os oficiais da irmandade mandariam encaixar as pedras de ara no seu altar-mor e no da capela de S. Luís, consertar as galhetas e apincelar o corpo da capela, fazer uma bolsa de corporais de damasco das quatro cores e um véu da tafetá carmesim, ao que satisfariam dentro de quatro meses havendo rendimento, para o que dariam contas em quinze dias ao Doutor Juiz dos Resíduos.

III – SÃO TIAGO DA SÉ em 1705-05-03, Braga na presença do vigário Paulo Gomes e de muitos fregueses: feita pessoalmente pelo Arcebispo *in spiritualibus* e nas capelas e lugares pios pelo Deão da Sé. Dada a complexidade das reformas, ordenei as várias instituições abrangidas pelos capitulados, para simplificação, segundo o nome do Santo [colocando entre parêntesis S, Santo (a) e SS tratando-se de muitos, exceto referindo-se a Nossa Senhora e à Santíssima Trindade]:

Capelas: António (Santo), Bárbara (Santa), Catarina (Santa), Jerónimo (S) com a irmandade dos Clérigos, Miguel (Arcanjo S), Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Paz, Nossa Senhora dos Reis e Pedro Mártir (S) (9).

Confrarias: Amaro (Santo), Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Boa Nova, Nossa Senhora do Rosário e Santíssima Trindade (5).

Irmandades: Clérigos (dos), Crispim e Crispiniano (SS), Francisco (S), Geraldo (S), Homem Bom (Santo) (5).

Liturgia

– O Pároco ter cuidado para as partículas da comunhão serem bem formadas e limpas de algumas relíquias (fragmentos) que lhes ficavam pegadas ao fabricá-las.

– O Fabriqueiro faria alimpar e aplainar por dentro a pia batismal, que mandou estivesse coberta; o Pároco seria cuidadoso da limpeza das âmbulas dos Santos Óleos e teria um sanguinho para purificar os dedos quando os tratasse.

– Nos cálices da sacristia do clero por-se-iam todos os dias sanguinhos lavados, corporais lavados e engomados todos os quinze dias, toalhas lavadas no lavatório aos domingos e quartas-feiras, e

alvas (lavadas) de oito em oito dias, por lhe parecer assim necessário por serem muitos os sacerdotes que se iam nela revestir e pela pouca limpeza de alguns.

– Como a sacristia era comum, mandou ao Fabriqueiro que pusesse nela calendários a que chamavam "folhas da reza", não só para os que seguissem o Rito Romano como para os que rezassem segundo o rito da "nossa Sancta See Bracharense".

– Constando-lhe com desconsolação que muitos sacerdotes, para celebrarem no altar de S. Pedro de Rates e no de S. Martinho (de Dume), quando passou a ser privilegiado, encontrando-se revestidos se punham em porfias sobre a precedência e se sentavam assim revestidos no corpo da Sé à espera, do que nascia escândalo nos fiéis e nos sacerdotes menos disposição na celebração, prescreveu aos ditos sacerdotes que evitassem esse inconveniente não entrando para as capelas dos ditos Santos enquanto quem estava celebrando não saísse dela, sob as penas capituladas pelo arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça, mandadas observar pelo arcebispo D. Luís de Sousa, ordenando ao Meirinho e Promotor da Justiça que delatassem os transgressores sob pena de se lhes dar em culpa.

– Corrigiu um grave abuso dos Padres Coreiros: para satisfazerem ao mesmo tempo as missas dos legados a que estavam obrigados, repartiam-se de tal forma que uns assistiam a uma missa cantada e os restantes a outra em prejuízo das almas e contra a vontade os defuntos; não observariam essa tão prejudicial corruptela assistindo todos, como deviam, à mesma missa e ofício, pois doutro modo só podiam levar a esmola *pro rata,* a observar sob pena de suspensão de suas ordens *ipso facto*; e, quanto ao que praticaram até aí em contrário, encarregou-lhes a consciência.

– Certificado de que os altares de S. Martinho e Santo Ovídio eram reparados da fábrica da Sé e de que se encontravam pouco limpos e sem o adorno necessário, mandou ao Fabriqueiro cuidasse logo de os pôr decentes, o que fiou do seu zelo, tanto mais que isso já tinha sido recomendado pelo arcebispo D. Luís de Sousa, pois tais altares, situando-se no corpo da Sé, deviam dar exemplo aos demais e eram de ilustres prelados desta Igreja.

Paramentos e objetos de culto

Uma parte notável da visitação vai para os ornamentos ou paramentos e outros objetos litúrgicos, tendo sido capitulados às várias instituições que ordenei, para simplificação, pelo nome do Santo

[colocando entre parêntesis S, Santo (a) e SS tratando-se de muitos, exceto referindo-se a Nossa Senhora e à Santíssima Trindade]:

Bolsas de corporais:

– Amaro (Santo): duas bolsas para guarda dos dois corporais prescritos;

– Geraldo (S): uma bolsa de cor branca muito bem guarnecida;

– Nossa Senhora da Ajuda: bolsa de damasco com as quatro cores;

– Nossa Senhora da Boa Nova: uma nova branca e vermelha.

Campainhas:

– Crispim e Crispiano (SS): reformar a existente;

– Homem Bom (Santo): fazer uma nova.

Corporais:

– Amaro (Santo): fazer duas mesas com suas rendas… de holanda ou linho fino.

Cortinas:

– Amaro (Santo): umas roxas ou azuis para o retábulo no advento e quaresma;

– Miguel (Arcanjo S): umas azuis para o retábulo ser coberto por incapacidade das que existiam.

Frontais:

– António (Santo) no claustro de Santo Amaro: sem fábrica alguma, devendo o Cabido provê-la de frontais;

– Catarina (Santa) da Sé: sem fábrica alguma, devendo o Cabido provê-la de frontais;

– Crispim e Crispiniano (SS): não usem mais do frontal branco e velho por pouco capaz, antes do pano que servia na tumba, que não se usa, se faça um para o altar;

– Geraldo (S): conserto;

– Miguel (Arcanjo S): pôr em grade o preto e um novo vermelho com franjas de retrós da mesma cor;

– Nossa Senhora da Paz: pôr em grade o frontal roxo e fazer de novo dois, um verde e outro vermelho com suas franjas;

– Nossa Senhora do Rosário: dois novos, vermelho e verde, ao menos de ortida ou damazela de lã com franjas de retrós, não usando dos dois velhos, um de cetim e outro de flores verdes;

– Pedro Mártir (S): um verde novo com suas franjas de retrós da mesma cor;

– Santíssima Trindade: consertar o de damasco branco.

Guarda (guarda-pó) (?):

– Francisco (S): guarda de camurça vermelha para o altar por a existente não ser capaz.

Lampadário:

– Nossa Senhora dos Reis junto da Misericórdia Velha: um novo por incapacidade do existente.

Manustérgios:

– António (Santo) no claustro de Santo Amaro: sem fábrica alguma, devendo o Cabido provê-la de frontais;

– Catarina (Santa) da Sé: sem fábrica alguma, devendo o Cabido provê-la de manustérgios;

– Crispim e Crispiniano (SS): alguns manustérgios grandes e capazes para não se limparem os sacerdotes à alva ou toalha do altar e no altar um lavado em todos os domingos;

– Francisco (S): alguns manustérgios grandes e capazes para não se limparem os sacerdotes à alva ou toalha do altar e no altar um lavado em todos os domingos;

– Homem Bom (Santo): alguns manustérgios grandes e capazes para não se limparem os sacerdotes à alva ou toalha do altar e no altar um lavado em todos os domingos;

– Nossa Senhora dos Reis: dois capazes;

– Nossa Senhora do Rosário: alguns manustérgios grandes e capazes para não se limparem os sacerdotes à alva ou toalha do altar e no altar um lavado em todos os domingos;

– Santíssima Trindade: alguns manustérgios grandes e capazes para não se limparem os sacerdotes à alva ou toalha do altar e no altar um lavado em todos os domingos.

Missais:

– Geraldo (S): reparo do missal;

– Nossa Senhora da Graça: missal novo de Antuérpia;

– Nossa Senhora da Paz: missal novo de Antuérpia.

Ornamentos (paramentos):

– António (Santo) no claustro de Santo Amaro: sem fábrica alguma, pelo que os administradores poriam a fábrica necessária de frontais, toalhas e manustérgios;

– Bárbara (Santa): tendo-os indecentes, não se usaria mais deles e o Cabido fabricá-la-ia de tudo em forma decente;

– Catarina (Santa) da Sé: sem fábrica alguma, pelo que os administradores poriam a fábrica necessária de frontais, toalhas e manustérgios.

Pedras de ara:

– Nossa Senhora da Boa Nova: cobrir de pano de linho a pedra de ara;

– Nossa Senhora da Paz: cobrir de pano de linho a pedra de ara.

Sacras:

– Amaro (Santo): uma sacra, salmo do lavabo e o evangelho de S. João, tudo novo.

Toalhas (de linho):

– António (Santo) no claustro de Santo Amaro: sem fábrica alguma, pelo que os administradores poriam a fábrica necessária, inclusive toalhas;

– Catarina (Santa) da Sé: sem fábrica alguma, pelo que os administradores poriam a fábrica necessária, inclusive toalhas;

– Geraldo (S): uma toalha de linho com sua renda para o altar colateral;

– Nossa Senhora dos Reis: uma para o altar.

Vestimentas:

– Amaro (Santo): consertar o forro da vestimenta de lama[9] roxa;

– Santíssima Trindade: uma vestimenta nova correspondendo ao frontal de damasco branco.

Véus de cálix:

– Geraldo (S): um véu roxo tinto sobre carmesim;

– Nossa Senhora da Ajuda: poriam dois véus: um branco e outro roxo sobre carmesim.

---

[9] Interpretar provavelmente por **lhama**, tecido de fio de ouro ou de prata, ou sua imitação.

Obras:

– Geraldo (S): ameaça de ruína no telhado e fora, devendo o Vigário informar-se de quem é obrigado à fábrica para ser responsabilizado;

– Jerónimo (S): aplicada pelo arcebispo D. Veríssimo à irmandade dos Clérigos com obrigação de ter o altar decentemente ornado e agora está mandado ser intimada a pô-la com decência, por lhe ser necessária fazendo-se maior a capela de S. Pedro, como dispusera;

– Nossa Senhora da Graça: retelhar a capela em que chovia com dano de toda a fábrica;

– Nossa Senhora da Paz: retelhar a capela cujo altar recebia muito dano por respeito da chuva e consertar a parede da parte de fora por estar ameaçando ruína.

Viático aos doentes

– Ser levado num dos vasos do sacrário (píxide) bem fechado, como era o estilo nas mais povoações do Reino, por causa do pouco aparato e dos perigos de tempestade e chuvas; e não em custódia por esta servir só para expor o Santíssimo no trono e para ser levado nas procissões e triunfos em que ia com maior aparato.

– Tendo constado que, quando o Santíssimo era levado aos enfermos, faltavam clérigos que O acompanhassem com pretexto de não perderem ocasião de dizer missa, mandou ao Capitular que fosse juiz da Confraria do Santíssimo que, tendo de ser levado aos enfermos e não havendo clérigos, mandasse fechar a sacristia conservando-se nesse estado até ser recolhido o Santíssimo à Sé, passando a ser preferidos na celebração, e possivelmente também na esmola, os sacerdotes que acompanharam o Senhor.

IV – S. MIGUEL DE APÚLIA (Esposende) em 1705-11-15, Apúlia, feita pessoalmente no mesmo dia na presença do Prior, José de Barros de Carvalho, do Cura e da maior parte dos fregueses.

Obras da capela-mor:

– Tendo visto a muita necessidade da capela-mor e tendo presente o facto de ter sido capitulada já repetidas vezes, omissão explicável, talvez, por ser da obrigação simultânea dele Arcebispo e do Cabido Primaz, não sendo razão que, obrigando estreitamente os fabriqueiros das mais Igrejas e Capelas, se eximisse das a seu cargo,

mandou ao Prior fizesse logo saber ao Tesoureiro Geral da Mitra essa ordem e teor deste capítulo para logo mandar dar execução ao que tocava da sua parte; e faria saber, do mesmo modo, ao Cónego Fabriqueiro do Cabido da Sé para fazer essa obra. Se não se tivesse começado no princípio de janeiro do ano seguinte, daria parte ao Arcebispo para prover como lhe parecesse.

Paramentos:

– Verificou não haver falta dos paramentos necessários, acrescentando que, se alguns fossem precisos, o Pároco os poria do que houvesse da fábrica dessa Igreja.

V – S. TIAGO DE ARCOZELO (Vila Verde) de 1722-10-06, Lugar de Nossa Senhora do Bom Despacho, feita pessoalmente, havendo sido iniciada no primeiro dia desse mês na presença do abade, Dr. Basílio de Abreu e Andrade, com visita do sacrário. Enquadrada na circunscrição visitacional do mestre-escolado, pelo que realizada *iure devoluto*. Daí ter-se anotado na margem: "recebi a colheita deste ano. Mestre-escola".

Aspetos pastorais

– Louvou o zelo do Pároco mandando que continuasse;

– O Pároco pôs ornamentos novos decentes, não necessitando então de mais;

– Guardarem os fregueses todos os dias de preceito que viessem na folhinha, pois havia alguns dos da diocese que não eram guardados por causa do seu desconhecimento pelos Párocos;

– Recomendou muito tanger-se o sino para a missa dos pastores, podendo ir eles e mais quem quisesse.

Capela de Nossa Senhora do Rosário:

– Na paróquia havia a capela de Nossa Senhora do Rosário com seis missas de obrigação, mas sem paramentos alguns para elas; fossem colocados até à futura visita à custa de quem era obrigado a fabricá-la, bem como tudo o necessário, sob pena de sequestro em todos os seus rendimentos;

– Como o P. Francisco Pereira era o que dizia essas missas pela esmola que lhe davam, mas com uma sua vestimenta muito indigna, ordenou-se-lhe que, sob pena de suspensão *ipso facto,* não voltasse a celebrar nela sem vestimenta decente.

Obras:

– A capela-mor necessitava de ser forrada, devendo mandar fazê-lo o Abade de castanho com suas molduras e frisos na forma costumada, não marcando tempo por confiar do seu zelo;

– A igreja possuía portas novas, principal e travessa, mas sem caixilhos em que seguramente se pregassem e daí menos seguras; por isso o juiz do subsino mandaria fazer os tais caixilhos de castanho, que pregariam nelas com suas dobradiças fortes, segurando-os primeiro com seus gatos de ferro tanto no meio dos caixilhos dos lados como no pé de cada um, ajustando para esse efeito as ditas portas; isso no termo de três meses sob pena de 10 tostões; e, feitas assim, pintar-se-iam. Tudo por conta dos fregueses;

– O arco da capela-mor desta igreja deveria ser mais alevantado e alargado para se ver bem toda a capela-mor de qualquer parte da igreja; far-se-ia em termo de 10 meses pagando metade o Abade e outra metade os fregueses. Como isso obrigava a mudar os altares laterais da capela para o longo da parede, fá-lo-iam mantendo cada um do seu lado, como estavam (os prolongos da parede);

– Os oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento mandariam fazer, até à futura visita, um sacrário novo de talha em lugar do que existia, por não ser, por antigo, já capaz forrando-o por dentro de seda ou tela branca, sob pena de se mandar fazer à custa dos ditos oficiais e como melhor parecesse, pois constava haver de sobras nesse ano mais de 30$000 reais[10].

Testamentos e fraude no seu cumprimento

Constando ao Arcebispo que se ocultavam testamentos pelos herdeiros e testamenteiros, com pouco temor de Deus, a fim de não darem execução aos legados, ordenou ao Pároco tivesse um livro numerado e rubricado pelo Provisor ou por quem este o cometesse, ao menos de duas mãos de papel, para lançar *ad extensum* todos os testamentos das pessoas que falecessem com eles na sua freguesia, com testamento *in scriptis* ou nuncupativo, o qual faria fé pública tal como as suas certidões, tendo o Pároco de salário um tostão de cada uma, e outro de lançar o testamento, que seria conferido com o herdeiro ou testamenteiro; o livro pagar-se-ia das condenações que fizesse. Mas este tinha sido capitulado, há muitos anos, para toda a arquidiocese.

[10] Trata-se de uma adenda à ata, escrita depois da data e assinatura do escatocolo.

SÍNTESE DAS CINCO VISITAÇÕES

Arquivo paroquial

D. Rodrigo de Moura Teles deve ter-se preocupado muito pouco com os arquivos paroquiais e com a conservação e bom estado dos respetivos livros, pois nas visitações selecionadas nada capitulou na matéria, inclusive sobre os livros de registo paroquial nem sobre os de visitações, entendendo que tudo corria razoavelmente. A sua grande preocupação eram, sem dúvida, a pastoral e a salvação das almas. Mas devem-se-lhe duas novas espécies: os costumeiros desde 1707 e o dos testamentos, como aconteceu em Arcozelo, em 1722, quanto aos derradeiros, como o leitor poderá ver na visitação dessa paróquia.

Podem acrescentar-se alguns capítulos sobre livros menos importantes: um sobre a existência nas paróquias da folhinha do arcebispado, a completar a do Reino, com o elenco dos dias de preceito da arquidiocese (Arcozelo); para evitar a confusão de se misturar o rendimento do dinheiro dos legados com o das rendas da Mesa Capitular prescreveu outro em que separadamente se apontassem essas importâncias (Cabido); na sacristia comum da paróquia da Sé mandou pôr calendários chamados "*folhas da reza*" não só para os que seguissem o rito romano como para os seguidores do de "*nossa Sancta See Bracharense*".

Dei-me ao cuidado de examinar os livros do Registo Civil Paroquial de São Vítor e da Sé, de 1705 (ADB., *Paroquiais do concelho de Braga*, n.^{os} 268 e 327) para ver se deixou qualquer visto, concluindo nada ter feito.

Aspetos económicos

São poucos referidos, especialmente na ata do Cabido: perante o risco de não se examinarem periodicamente as fianças do dinheiro dos legados dado a juro, ordenou que se revissem de cinco em cinco anos para se reformarem, se fosse necessário; separação do rendimento do dinheiro dos legados do das rendas da mesa capitular; não dar sepultura no claustro da Misericórdia Velha a pessoa que não fosse beneficiado do coro da Sé sem se dar por cada uma esmola de 2$000 réis.

Capelas

Na visitação do Cabido da Catedral não se menciona nenhuma.

Na da Sé referem-se muitas, mas sem destrinça entre as da Catedral e as espalhadas pela área da paróquia: naquela mencio-

nam-se no corpo da Sé os altares de S. Pedro de (Rates), S. Martinho e Santo Ovídio (estes dois pouco limpos e sem o adorno necessário), e nos claustros as de Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Paz, Nossa Senhoras dos Reis, Santa Catarina, Santa Bárbara, S. Geraldo, S. Jerónimo onde tinha sede a irmandade dos Clérigos, S. Pedro Mártir; na área da paróquia as dos Arcanjo S. Miguel e Santo António (da Praça), havendo as confrarias de Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Boa Nova, Nossa Senhora do Rosário, Santíssima Trindade e Santo Amaro, e as irmandades dos Clérigos (S. Pedro), Santo Homem Bom, SS. Crispim e Crispiniano, S. Francisco e S. Geraldo.

Na paróquia de S. Vítor enumeram-se nove capelas incluindo a igreja de Nossa a Senhora a Branca e duas ermidas.

Na de Apúlia ignoram-se simplesmente.

Já na de Arcozelo refere-se apenas a de Nossa Senhora do Rosário com um legado de seis missas anuais, mas celebradas pelo P. Francisco Pereira com vestimenta indecente.

Culto e ofício divino: ocupou-se dele em força e principalmente na visitação ao Cabido da Catedral capitulando sobre os lugares na capela-mor (começando pelos mais honrosos mais perto do altar, e não das grades), o silêncio nos ofícios e aniversários, o cumprimento das respetivas obrigações litúrgicas, sem as escandalosas e ridículas risadas aquando das silabadas, com respeito pelos competentes tempos e rubricas; atendeu à preparação e suficiência dos clérigos do coro com sérios exames na leitura e na música, e à perturbação com as missas simultâneas na Sé; não lhe escapou o espírito pidesco de alguns capitulares ao irem examinar o livro da contagem e das multas; incidiu com rigor no incompreensível procedimento de alguns capitulares com a ordem de presbiterado por não celebrarem há anos e de os sem esta ordem não se confessarem nem comungarem, contra o legislado pelo Concílio de Trento, pelo Regimento da Sé e pelas Constituições Sinodais de 1637, que obrigavam a fazê-lo, ao menos, nas quatro festas principais do ano (Natal, Páscoa, Pentecostes e Nossa Senhora de Agosto).

Procurou que o clero estivesse bem informado liturgicamente capitulando que, como a sacristia era comum, o Fabriqueiro mandasse colocar nela calendários, chamados “folhas de rezar”, não só para os que seguissem o Rito Romano como para quem preferisse o desta “*nossa Sancta See Bracharense*”; não escondeu a sua desconsolação pelas porfias, sobre as precedências, entre os muitos sacerdotes que

queriam celebrar no altar privilegiado de S. Pedro de Rates e no de S. Martinho sentando-se paramentados nos bancos do corpo da Sé à espera da saída dos que lá estavam a celebrar, diminuindo assim a devoção de tão santo ato; reprovou a imoralidade dos Padres Coreiros ao repartirem-se em dois coros simultâneos (assistindo uns a uma missa cantada e outros a outra) para satisfazer os muitos legados, com prejuízo das almas e contra a vontade dos defuntos instituidores, classificando esse procedimento de corruptela e lembrando-lhes que nesse caso tinham de repartir as esmolas *pro rata*, onerando-lhes a consciência quanto ao passado.

Na paróquia da Sé o Pároco teria de ter cuidado com as partículas da comunhão serem bem formadas e limpas de algumas relíquias pegadas; o Fabriqueiro faria limpar e aplainar, por dentro, a pia batismal, que estaria coberta; o Pároco cuidaria da limpeza das âmbulas dos santos óleos e de ter um sanguinho para purificar os dedos sempre que os tratasse; faltavam limpeza e asseio em alguns altares, e nas missas dos altares das capelas não existiam manustérgios tendo os sacerdotes, nalgumas capelas, de limpar as mãos às toalhas dos altares ou às alvas.

Culto eucarístico: frise-se primeiramente a presença e a existência de sacrário, nesta data de 1705, em três dessas igrejas: Apúlia, Catedral e São Vítor; e quase de certeza também em Arcozelo, pois em 1722 foi capitulado aos oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento fazer-se um sacrário novo de talha por o existente não ser capaz por antigo, devendo ser forrado por dentro de seda ou tela branca. A grande devoção do público patenteia-se no saldo de 30$000 réis no ano anterior. Em todas estas paróquias tinha de existir, e existia mesmo, a confraria do Santíssimo.

Nas paróquias da Sé e de S. Vítor os primeiros capítulos vão dirigidos à procissões do Senhor fora ou do Viático aos enfermos: providenciou no sentido de ser levado em píxide ou vaso decente e bem fechado por causa das chuvas e intempéries, e não em custódia, reservada para os atos mais solenes e concorridos das procissões.

Na paróquia da Sé atendeu ao facto de, por vezes, não haver clero que O acompanhasse nestas procissões, apresentando a razão mais comum e óbvia: o clero com presbiterado tinha de aguardar a sua vez, na Catedral, para poder celebrar missa por ser muito concorrida, em especial por causa dos altares privilegiados de S. Pedro de Rates e S. Martinho de Dume. A solução assentou sobretudo em que fosse acompanhado decentemente: se não O honrasse clero suficien-

te, o Cónego Juiz da Confraria do Santíssimo da Sé mandaria fechar a sacristia até ao regresso do Senhor, tendo depois prioridade e preferência na celebração, e possivelmente também nas esmolas, o que se sacrificou em acompanhá-l'O.

Dias de preceito

Muitos Párocos ignoravam alguns dias de preceito no arcebispado, pelo que D. Rodrigo capitulou em Arcozelo que os fregueses guardassem, além dos que vinham na folhinha do Reino, todos os indicados na folhinha da porta do arcebispado.

Imagens

Tem muito poucos provimentos esta alínea: a imagem de Santa Maria Madalena devia retirar-se do altar-mor da capela de Santa Ana, paróquia de São Vítor, por ser antiga e de roupas (roca), pondo-se uma nova em vulto, muito bem feita e estofada.

Legados:

O controlo dos legados é sempre uma das grandes preocupações dos visitadores para urgir a sua satisfação em bem da salvação das almas. Nas visitações selecionadas encontram-se poucas referências explícitas aos legados. Assim no Cabido corrigiu a corruptela de os Padres Coreiros se repartirem para assistirem às missas cantadas e sufrágios dos aniversários e legados, não assistindo como corpo do cabido a nenhum inteiro, tendo preceituado que tal repartição era imoral e ilegal, pelo que não faziam suas as rendas completas, que deviam repartir-se *pro rata*, encarregando as suas consciências quanto ao passado.

– Na Igreja de Nossa Senhora a Branca havia por celebrar, há dois anos e meio pouco mais ou menos, as missas do P. João Vieira, capelão do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo; o Arcebispo obrigou os oficiais da confraria a fazê-las celebrar dentro de trinta dias e, não se podendo nesse sítio no dito tempo, pediriam autorização *ex causa* para serem ditas noutro local.

Na capela de Santo Adrião havia a obrigação de missa aos domingos de quinze em quinze dias, legado instituído pelo Rev. Dr. Francisco Álvares Tinoco, que deixou à confraria para isso 28 medidas de pão meado cada ano, as quais não eram satisfeitas pelos herdeiros, e por isso e por os herdeiros terem a chave não havia quem a servisse, desencaminhando-se ainda algumas esmolas; o Arcebispo

ordenou que em termo de oito dias se desse cópia deste capítulo ao Rev. Juiz dos Resíduos para obrigar à satisfação e cumprimento das obrigações em atraso e à entrega da chave aos oficiais da confraria, se não mostrassem documento legítimo.

Na capela de Nossa Senhora do Rosário havia o legado de seis missas de obrigação, cada ano, celebradas habitualmente pelo P. Francisco Pereira pelo que lhe davam; mas, como esta não tinha paramentos alguns, eram celebradas pelo dito sacerdote com vestimenta indigna. Providenciou ao encarregado da sua fábrica que pusesse os ornamentos necessários sob pena de sequestro em todas as rendas e ao celebrante habitual que não voltasse a usar tal vestimenta sob pena de suspensão *ipso facto incurrenda* (Arcozelo).

Limpeza dos templos, altares e paramentos

Só há provimentos sobre a limpeza nos paramentos e do pó na visitação à paróquia da Sé de Braga. No corpo da Catedral havia os altares de S. Martinho e Santo Ovídio, mas pouco limpos e sem o adorno necessário; o Fabriqueiro trataria de pô-los decentes, como já tinha recomendado D. Luís de Sousa, isso por se situarem no corpo da Sé devendo ser exemplo dos demais e por serem de ilustres prelados de Braga.

Na paróquia mandou-se colocar um sanguinho para purificação dos dedos quando se tratassem os santos óleos; e também uma cobertura na pia batismal; nos cálices da sacristia do clero todos os dias sanguinhos lavados, corporais lavados e engomados todos os quinze dias, toalhas lavadas no lavatório aos domingos e quartas-feiras, alvas lavadas de oito em oito dias por parecer assim necessário por serem muitos os sacerdotes que se iam revestir e pela pouca limpeza de alguns. Em várias altares de irmandades ou confrarias mandou colocar manustérgios grandes e capazes para evitar a indecência de os sacerdotes terem de limpar as mãos às toalhas ou à alvas: Santo Homem Bom, Santos Crispim e Crispiniano, S. Francisco (também esteja o altar limpo e também do pó fazendo uma guarda de camurça vermelha), Nossa Senhora do Rosário e Santíssima Trindade.

Na paróquia de São Vítor nesta alínea só se prescreveu na capela das Beatas de Nossa Senhora de Penha de França um lavatório (conserto?) da sacristia e pôr nesta uma toalha de duas varas para os sacerdotes alimparem as mãos.

Missa dos Pastores:

– Recomendou muito tanger-se o sino para a missa dos pastores para poderem satisfazer o preceito, podendo ir eles e mais quem quisesse (Arcozelo).

Obras

Em **Apúlia** a da capela-mor: capitulada já repetidas vezes e talvez adiada por ser da obrigação simultânea do Arcebispo e do Cabido Primaz, mandando executá-la e, se não tivessem principiado as obras, nos princípios de janeiro de 1706, o Pároco avisá-lo-ia para prover nisso como lhe parecesse.

Em **Arcozelo** foram preceituadas várias: a capela-mor necessitava de ser forrada, devendo ser feita pelo Abade de castanho com suas molduras e frisos, como se costumava; o arco da capela-mor devia ser mais alevantado e alargado para se ver toda a capela-mor de qualquer parte, a realizar dentro de dez meses pagando metade o Abade e a outra os fregueses e, como isso obrigava a deslocar os dois altares para o corpo do edifício, estes à custa dos fregueses por-se-iam um de cada lado, como estavam já. A igreja possuía portas novas, principal e travessa mas sem segurança por falta de caixilhos, que deviam acrescentar-se-lhes de castanho com dobradiças fortes e bem seguras com seus gatos, pintando-se depois. Os oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento mandariam fazer, para guarda de tão soberano tesouro, um sacrário em talha por o existente ser incapaz por antigo, forrando-o por dentro com seda ou tela branca, e isso até à futura visita, pois tinham de sobras nesse ano mais de 30$000 réis.

Se na visitação do **Cabido da Catedral** não se prescreveram quaisquer obras, na da **paróquia da Sé**, para além de muito ornamento e alfaia capitulados, não faltaram algumas: na capela de S. Geraldo o telhado e o forro ameaçavam ruína, ordenando ao Pároco o informasse depois, com clareza, sobre quem era obrigado à sua fábrica e reparos para prover concretamente nisso; o administrador da capela de Nossa Senhora da Paz cujo procurador era Lourenço da Cunha Sottomayor mandaria retelhá-la, porque a chuva causava muito dano ao altar, bem como consertar a parede da parte de fora por ameaçar ruína; o administrador da capela de Nossa Senhora da Graça mandaria retelhá-la porque chovia nela com dano de toda a fábrica; consta também que mandou ampliar a capela de S. Pedro, de que resultou capitular à irmandade dos Clérigos, com sede na capela

de S. Jerónimo desde D. Veríssimo de Lencastre, cuidasse melhor desta por lhes ser muita precisa.

Na paróquia de **São Vítor** compreende-se que não tenha provido quase nada na igreja paroquial por se tratar de edifício novo, mas verifica-se com pasmo que ainda estava por concluir a obra das grades da igreja, naturalmente as do interior, especialmente da capela-mor, porquanto os oficiais desculpavam-se com a falta de pau preto, lembrando ao Vigário a renovação das fianças. Já nas suas 11 igrejas, capelas e ermidas, para além de ornamentos e outros objetos litúrgicos, prescreveram-se algumas: na Igreja de Nossa Senhora a Branca a obra da tribuna iniciara-se há anos tendo-se retirado a imagem da Senhora e o quadro, de que resultava estar indecente, pelo que lhes capitulou que ou acabassem a tribuna ou recolocassem as ditas peças nos respetivos sítios; na capela das Beatas de Nossa Senhora da Penha de França consertar-se-ia o lavatório da sacristia; na de Santa Ana, como a imagem de Santa Maria Madalena no altar-mor estava sem a devida decência e era antiga e de roupas, mandariam fazer uma em vulto, muito bem feita e estofada; na de S. Gonçalo no Campo de Santa Ana, os oficiais mandariam rebocar, caiar e retelhar toda a capela e sacristia, e dourar o retábulo; na capela de Nossa Senhora de Guadalupe far-se-iam vidraças com suas redes de arame por fora para as frestas do corpo da capela; a de Nossa Senhora das Mercês, no lugar de Passos, seria apincelada e forrada pondo-se-lhe vidraças nas frestas; na de S. Vicente foi mandada apincelar-se-lhe o corpo; a ermida de S. Lázaro, por ameaçar ruína, devia ser emadeirada e forrada de novo, acrescentando-lhe uns remates nos cantos do retábulo para cobrir a parede, devendo dourar-se para condizer com o nicho que recebia o Santo, e pondo-lhe quatro vidraças nas quatro frestas do corpo com suas redes de arame por fora, e ainda ser apincelada; na de Santo Adrião consertar-se-ia o forro junto à porta e por-se-ia uma vidraça na fresta; na ermida de S. João da Ponte far-se-ia um retábulo devendo a confraria de S. Cristóvão fazer dourar o do seu altar, fechando-lhe o arco por detrás; finalmente, a de Santa Justa dos Palames *(sic)* seria rebocada e apincelada, e por-se-lhe-ia na fresta uma vidraça com sua rede por fora.

Ornamentos (paramentos) e outros objetos litúrgicos

Foi sobretudo nesta matéria que D. Rodrigo de Moura Teles proveu em força, por onde se conclui o estado de desmazelo a que se chegara e, por outro lado, o seu zelo espiritual na dignificação do

culto e na vivência da fé pelo povo de Deus, não fosse jacobeu bem consciente das exigências da fé e da decadência geral dos costumes e da fé no povo de Deus no século XVIII. Devido à muita diversidade de ornamentos impõe-se a sua seriação por espécies.

Alvas:

– alva boa com sua renda (S. Lázaro);

– consertar uma alva (Santa Justa).

Bolsas de corporais:

– uma de damasco das quatro cores (Nossa Senhora da Ajuda);

– uma nova branca e vermelha (Nossa Senhora da Boa Nova);

– duas bolsas para guarda dos dois corporais presentes (Santo Amaro);

– uma de cor branca muito bem guarnecida (S. Geraldo);

– uma bolsa de corporais de seda de todas as quatro cores (Santa Ana);

– uma bolsa de corporais de damasco das quatro cores (S. Vicente);

– uma bolsa das quatro cores para os corporais de uso (S. Lázaro).

Cálices, patenas e colherinhas

Em todas estas visitações não há provimento nisso, sinal de estar tudo em ordem.

Campainhas

Apenas dois capítulos na Catedral: fazer uma na capela de Santo Homem Bom e reformar a existente na de SS. Crispim e Crispiniano.

Corporais:

– fazer duas mesas com suas rendas de holanda ou linho fino (Santo Amaro).

Cortinas:

– umas roxas ou azuis para o retábulo no tempo do advento e quaresma (Santo Amaro);

– umas azuis para o retábulo ser coberto por incapacidade das que existiam (Arcanjo S. Miguel).

Estantes: matéria sem um único provimento.

Estola:
– pôr uma estola na vestimenta branca (Santa Justa dos Palames).

Folhinha:
– como muitos Párocos do Arcebispado ignoravam alguns dias santos (de preceito) nele, além dos que trazia a folhinha do Reino (?), guardassem e fizessem guardar a seus fregueses por dias santos todos os que declarasse a folhinha da porta do Arcebispado, a qual teriam para esse efeito (Arcozelo).

Frontais:
– não usem mais do frontal banco velho por pouco capaz, antes do pano que servia na tumba que não se usa, façam um para o altar (SS. Crispim e Crispiniano);
– dois novos, um vermelho e outro verde, ao menos de ortida ou ou damazela de lã com franjas de retrós, não usando dos dois velhos, um de cetim e outro de flores verdes por não serem já capazes (Nossa Senhora do Rosário);
– consertar o frontal de damasco verde (SantíssimaTrindade);
– consertar o frontal (S. Geraldo);
– um verde novo com suas franjas da mesma cor (S. Pedro Mártir);
– pôr em grade o frontal roxo e fazer de novo dois, um verde e um vermelho (Nossa Senhora da Paz);
– pôr em grade o frontal preto e fazer de novo um vermelho (Arcanjo S. Miguel);
– capela sem fábrica alguma devendo o Cabido provê-la de frontais (Santa Catarina da Sé);
– capela sem fábrica alguma devendo o Cabido provê-la de frontais (Santo António no claustro de Santo Amaro);
– três fontais para os três altares, de damesela ou ortida com franjas de retrós da mesma cor (igreja de Nossa Senhora a Branca);
– um frontal de damesela ou ortida verde com suas franjas de retrós (Santa Ana).

Galhetas:
– umas galhetas de estanho fino (Santa Ana);
– consertar as galhetas (S.Vicente);
– consertar galhetas (Santa Justa).

Guarda de altar:

– altar limpo também do pó e mandarão fazer uma guarda de camurça (?) vermelha para o altar por a existente não ser capaz (S. Francisco).

Lampadários:

– um novo por incapacidade do existente (Nossa Senhora dos Reis junto da Misericórdia Velha);

– consertar o lampadário no remate de baixo (Beatas de Nossa Senhora da Penha de França).

Manustérgios:

– alguns manustérgios grandes e capazes para não se limparem as mãos dos sacerdotes à alva ou toalha do altar, e um lavado no altar todos os domingos (Santo Homem Bom);

– alguns grandes e capazes para não se limparem as mãos dos sacerdotes à alva ou toalha do altar, e um lavado no altar todos os domingos (SS. Crispim e Crispiniano);

– alguns grandes e capazes para não se limparem as mãos dos sacerdotes à alva ou toalha do altar, e um lavado no altar todos os domingos (S. Francisco);

– alguns grandes e capazes para não se limparem as mãos dos sacerdotes à alva ou toalha do altar, e um lavado no altar todos os domingos (Nossa Senhora do Rosário);

– alguns grandes e capazes para não se limparem as mãos dos sacerdotes à alva ou toalha do altar, e um lavado no altar todos os domingos (Santíssima Trindade);

– dois manustérgios capazes (Nossa Senhora dos Reis);

– sem fábrica alguma devendo o Cabido provê-la de manustérgios (Santa Catarina na Sé);

– sem fábrica alguma devendo o Cabido provê-la de manustérgios (Santo António no claustro de Santo Amaro).

Missais:

Poucos capítulos nesta matéria, sinal de tudo correr bem na sua existência e qualidade. Capitulou-se um novo de Antuérpia nas capelas de Nossa Senhora da Graça e Nossa Senhora da Paz, e reparar o da capela de S. Geraldo, na Catedral; e consertar e encadernar o existente no altar de Nossa Senhora das Mercês; consertar o missal na capela de Santa Justa dos Pelames. Nenhuma referência ao Missal

Bracarense, que devia ser então muito raro, pois a última edição vinha de D. Fr. Baltasar Limpo, de 1558.

Ornamentos em geral:

– com ornamentos indecentes não se usando mais deles, e o Cabido como seu administrador fabrique-a em forma decente de todo o necessário (Santa Bárbara);

– sem fábrica alguma pondo o administrador a fábrica necessária (Santa Catarina da Sé);

– sem fábrica alguma pondo o administrador a fábrica necessária (Santo António no claustro de Santo Amaro);

– sem falta dos necessários e, se alguns fossem precisos, o Pároco po-los-ia do que houvesse na fábrica (Apúlia);

– o Abade tinha posto ornamentos novos decentes, não necessitando então de mais (Arcozelo);

– faltavam todos na capela de Nossa Senhora do Rosário, onde havia obrigação de cinco missas cada ano e seriam postos à custa de quem fosse obrigado; dizia essas missas o P. Francisco Pereira pela esmola que se lhe dava com uma vestimenta indigna e este, sob pena de suspensão *ipso facto,* não voltaria a celebrar com tal vestimenta (Arcozelo).

Palas:

– uma pala verde para o cálix (Santa Ana);

– três palas: branca, verde e roxa (S. Lázaro).

Pedras de ara:

– cobrir de pano de linho a pedra de ara (Nossa Senhora da Paz);

– cobrir de pano de linho a pedra de ara (Nossa Senhora da Boa Nova);

– cobrir de linho a pedra de ara (S. Gonçalo);

– encaixar no altar-mor e no da capela de S. Luís as pedras de ara (S. Vicente);

– forrar de linho a pedra de ara (Santo Adião).

Sacrário novo:

– os oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento poriam um sacrário novo em talha por o que havia não ser capaz, por antigo, e seria forrado no interior de seda ou tela branca (Arcozelo).

Sacras:

– uma sacra, salmo de lavabo e evangelho de S. João, tudo novo (Santo Amaro);

– fazer para o altar uma sacra e tábua do lavabo (S. Gonçalo)

Sanguinhos:

– pôr meia dúzia de sanguinhos (S. Lázaro).

Toalhas de linho (de altar):

– uma de linho com sua renda para o altar colateral (S. Geraldo);

– uma para o altar (Nossa Senhora dos Reis);

– sem fábrica alguma, pelo que os administradores poriam a fábrica necessária, inclusive toalha (Santa Catarina na Sé);

– sem fábrica alguma, pelo que os administradores poriam a fábrica necessária, inclusive toalha (Santo António no claustro de Santo Amaro);

– pôr uma toalha com sua renda para as festas (S. Lázaro).

Toalha de sacristia:

– pôr uma toalha de duas varas para os sacerdotes limparem as mãos (Beatas de Nossa Senhora da Penha de França).

Vestimentas:

– uma nova, correspondente ao frontal de damasco branco (Santíssima Trindade);

– consertar o forro da vestimenta de lama roxa (Santo Amaro);

– na capela de Nossa Senhora do Rosário celebrava o P. Francisco Pereira com uma vestimenta indecente, e não voltaria a usá-la sob pena de suspensão *ipso facto* (Arcozelo);

– três vestimentas para os três altares de damesela ou ortida com franjas de retrós da mesma cor (igreja de Nossa Senhora a Branca);

– uma vestimenta de damesela ou ortida verde com suas franjas de retrós (Santa Ana);

– uma vestimenta de ortida ou damasela branca com franjas de retrós para o uso (S. Lázaro).

Véus de cálix:

– um roxo tinto sobre carmesim (S. Geraldo);

– dois véus, um branco e outro roxo sobre carmesim (Nossa Senhora da Ajuda);

– dois véus de tafetá para o cálix, um verde e outro vermelho (Santa Ana);

– um véu de tafetá carmesim (S. Vicente);

– três véus de cálix de tafetá: branco, verde e roxo (S. Lázaro).

Párocos e seu zelo

Das cinco visitações selecionadas constam estes Párocos ou equivalentes:

Apúlia: Rev. Prior José de Barros de Carvalho e o Cura, sem nome; secretário da visita Manuel Rodrigues Casquilho, capelão do Arcebispo;

Arcozelo: Abade Dr. Basílio de Abreu e Andrade; secretário da visita Félix da Silva de Oliveira;

Sé – Cabido: Deão, Dignidades e Cabido;

Sé – Paróquia: P. Paulo Gomes, vigário;

São Vítor: Adriano Duarte, vigário; secretário destas três visitas bracarenses Francisco de Araújo de Carvalho, secretário do Arcebispo e desembargador da Relação Eclesiástica.

De todos estes só foi especialmente louvado o Pároco de Arcozelo, inclusive pela colocação de ornamentos novos na igreja, esperando que continuasse no cumprimento das suas obrigações paroquiais: satisfizesse mui inteiramente ensinando a doutrina cristã e administrando-lhes os sacramentos, e procurando em tudo e por tudo o serviço de Deus e o bem espiritual das suas ovelhas, que o Pastor divino lhe entregou para delas dar conta.

Retábulos

Por esta altura estava muito vulgarizada a prática de retábulos e talha dourada nas igrejas, em especial desde a descoberta do ouro no Brasil nos finais do século XVII.

Mas de poucos se capitulou, não por não existirem, mas porque, havendo-os perfeitos, não necessitavam de obras.

– um indecente na igreja de Nossa Senhora a Banca, pois, tendo principiado há anos as obras da tribuna, retiraram de lá a imagem da Senhora padroeira e um quadro, pelo que se encontrava indecente; capitulou uma das alternativas: ou acabar a obra da tribuna ou reporem aqueles dois objetos sagrados nos respetivos lugares;

– mandou dourar o retábulo e, não podendo ser por despesa excessiva, fizessem-no apenas nos altos pintando os baixos (S. Gonçalo);

– tinha já retábulo devendo ser acrescentados, nos seus quatro cantos, uns remates para cobrir a parede, depois dourado para condizer com o nicho onde estava o Santo (S. Lázaro);

– fazer um retábulo para a capela-mor e os oficiais da confraria de S. Cristóvão fariam dourar o retábulo do altar do seu Santo (ermida de S. João da Ponte);

Passando à Sé, só se capitulou aos oficiais a confraria de Santo Amaro mandassem fazer umas cortinas roxas ou azuis para cobrir o retábulo no advento e quaresma (Capela de Santo Amaro);

– o Cabido pelo lucro das covagens e ofertas recebidas na capela do Arcanjo S. Miguel, com o auxílio do que pudessem contribuir a sua confraria e a de S. Lourenço, mandaria fazer umas cortinas azuis para cobrir o retábulo, pois as existentes estavam incapazes (capela do Arcanjo S. Miguel).

CONCLUSÃO GERAL

Nestas cinco atas visitacionais patenteia-se D. Rodrigo de Moura Teles como um verdadeiro bispo católico com elevado espírito de zelo apostólico. Como jacobeu que era, estava imbuído duma sã espiritualidade de união com Deus, a qual o levou a providenciar a reta e santa recitação do ofício divino pelos capitulares da Catedral, desde os lugares mais próximos do altar como os mais honrosos à compenetração na presença de Deus, à sua séria recitação em atento coro de adoração ao Senhor presente no sacrário e à erradicação das aberrações que encontrou.

Daí o cuidado num sacrário novo em Arcozelo e a extrema preocupação com a segura e decente condução do Viático aos enfermos nos primeiros capítulos das visitas da Sé e de São Vítor, fazendo que fosse sempre acompanhado por muitos sacerdotes e fiéis.

Nesse sentido empenhou-se especialmente na dignificação do culto com alfaias e objetos litúrgicos condignos reagindo energicamente contra a falta de limpeza nos dois altares do Corpo da Sé, a carestia de manustérgios em algumas capelas da Catedral e a falta de decência de algumas vestes litúrgicas; preocupou-o seriamente a corruptela dos Padres Coreiros nos aniversários, o não cumprimento de alguns legados e o não registo dos testamentos dos fregueses, pelo que obrigou todas as paróquias a ter *Livro dos Testamentos*.

No tocante à arte patenteia-se moderada preocupação, como no caso de Arcozelo e Apúlia, e na conclusão e perfeição dos retábulos, na imagem nova de Santa Maria Madalena de vulto e perfeita, na segurança e decência dos edifícios capitulando que fossem seguros, rebocados e caiados, e na sistemática colocação de vidraças nas frestas, com redes de arame por fora, evitando assim a humidade nos templos, tão nociva às madeiras, talha e pinturas.

Nas visitas da cidade de Braga houve de facto devassa de testemunhas em oito mesas durante um mês, mas não se conhecem os respetivos autos e, se houve pronúncia, vê-se limitadíssima aplicação das suas conclusões.

Apêndice documental: Visitações – Textos

1ª Catedral

1705 Maio 1, Braga – Ata da primeira visitação de D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, à Catedral de Braga e ao seu Cabido.

A – ADB., *Gaveta das Concódias e Visitas*, nº 118, fls. 34-42; original em bom estado.

B – ADB., *Visitas e Devasass*, nº 13, fls. 30-34v; cópia em bom estado.

Dom Rodrigo de Moura Telles do Conselho de Estado del-Rei meu senhor e seu sumilher da Cortina, por merce de Deus e da sancta See Apostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primás das Hespanhas etc. A vós muito[11] Reverendos Deão Dignidades Conigos, nossos irmãos, e Cabbido desta nossa Sancta See saude em Jesu Christo nosso senhor, que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos a saber que visitando[12] nós em este anno de mil e setecentos e sinco a ditta nossa See para mayor serviço e louvor de Deus nos pareceu prover na maneira seguinte.

1 Por nos constar ocularmente que os Dignidades se sentão em a Capella Mor pera a parte das grades, devendo sentar-se para a parte do altar (por ser o lugar maes nobre) como se usa em todas as Sees deste Reino, mandamos que daqui em diante fiquem os Dignidades e Capitulares em o coro da Capella Mor, segundo suas preeminencias para a parte do altar, de sorte que delle se principie a ordem do coro, e os que tomarem outros ascentos não sejão contados.

2 He conveniente que todos os Dignidades e Capitulares digão as missas e vão ao altar em os dias e somanas que lhe tocão, como se acha disposto no statuto 2 parte &. 8. E assim mandamos debaixo da pena do estatuto &. 9 satisfação *(fl. 34)* todos a sua obrigação na dita forma, não sendo impedidos por absencia, doença notoria ou falta de ordem, ainda que rogue Capitular de igual preeminencia que o sustitua, o que tudo he conforme ao disposto no statuto 2 parte &. 9. E mandamos tambem que os sustitutos dos Dignidades sejão so Dignidades havendo-os desempedidos na ditta forma, pela ordem declarada no ditto capitulo 8. E ainda que faltem os a quem pertenserem as missas assistirão ao altar com o Dignidade substituto os Capitulares que devião assistir ao Dignidade que falta, pois assim o pede a celebridade do dia, e isto debaixo das penas declaradas no Estatuto 2 parte &. 9.

3 Por nos constar, e não sem grande desconsolação nossa, se não guarda no coro o silencio devido, e que alguns dos Reverendos Capitulares não resão em o tom dos maes (devendo-o fazer pera vencer o lucro das horas na forma do

---

[11] Em b **muitos**.

[12] Em b **vigitando**.

estatuto 2 parte &. 6º) e não assistem como devem as missas de prima, formando-se em circulo junto da grade do coro, como era uso; antes se divertem pelo coro, falando e lendo cartas, vensendo-se nas dittas missas a mayor parte das prebendas, e nos constar outrosi que os anniversarios e officios de defuntos se não resão com a conveniente gravidade, não se lembrando os Reverendos Capitulares e mais pessoas de que o coro da nossa See se constitue, estão em presença de Deus e falan- *(fl. 34v)* do com o mesmo Senhor; devendo nós pelo officio Pastoral que temos acudir a que se não continue tão prejudicial corrutela, ordenamos e mandamos que o Reverendo Contador faça sinal aos que falarem, e quando lhe pareça não entendem lhe abaixe a cabeça, e quando não obedeção lhe faça sinal segunda ves e ao depois os ponha de revel segundo o disposto no statuto 2 parte &. 24. E quando haja omissão em o Reverendo Contador seja este advertido pelo Reverendo Presidente segundo dispoem o mesmo capitulo. E assim maes porá o Reverendo Contador por revel aos Reverendos Capitular, Conigo ou beneficiado, que entrar no coro com luvas calçadas ou regalo, ou se mudar do seu lugar, ou pendurar o barrete no encosto da cadeira, ou não descer a estante, sendo porem neste ultimo caso advertido, como está ordenado pelo estatuto 2 parte &. 3º, e também pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Rodrigo da Cunha nosso predecessor em sua visita fl. 9 deste livro.

4 E porque se nos zelou havia risadas no coro, cousa alhea de tão sancto lugar, occasionadas do mal que lem as lições alguas pessoas a quem se encarregão, ordenamos e mandamos ao Reverendo Presidente do coro, ou a quem em sua absencia tocar, não dê liçoes a pessoas que possão causar riso com suas pronuncias, para se não fazer lodibrioso acto tão *(fl. 35)* serio; e quando dizendo-se algua lição se dê algum erro o Reverendo Mestre Escola actual o advertirá, e em sua falta a pessoa (que se nomeará em cabbido cada hum anno), que possa dignamente ser mestre das ditas reparações.

5 Fomos certificado de que contra o stylo comum e observancia de todas as Ses deste Reino, e disposto pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Verissimo em sua visita fl. 18 deste livro, se não comesção logo, tanto que o sino acaba, matinas, vesperas e completas, senão segundo arbitrio do Edomedario ou Presidente do coro se espera, e se principia segundo sua vontade, o que he contra o fim por que se ordenou o tanger-se o sino, e disposto no regimento do Coro &. 1º[13], pelo que ordenamos e mandamos que tanto que acabar o sino e a hora de tanger e forem juntos seis beneficiados, se faça sinal com a campa pequena, e entre logo a resar na forma do ditto capitulo, e faltando o Edomedario principie o <Reverendo> Capitular mais digno em dignidade ou ordem de sua antiguidade, que for presente sob pena de perdimento da hora que está para principiar. E outrosi se repiquem os sinos nos dias solemnes, e se cantem as horas mayores na forma do statuto 2 parte &, 6º, e se não falte as ceremonias e pausas costumadas, o que encarregamos ao Reverendo Chantre e[14] seu substituto. (*Na margem*) que que[15] se tanja a entrada logo que acabar o sino, e se principiem as

[13] Subentenda-se antes "1 parte".
[14] Em b **ou**.
[15] Repetida.

horas no coro estando seis beneficiados nelle, sem mais outra alguma dependencia[16] *(fl. 35v)*.

6. E porque se nos fez tambem certo não mediava o tempo devido entre laudas e prima, e alguas veses a missa de prima se não cantava, mandamos se guarde em tudo o satuto 2 parte &. 1, e assim maes que daqui em diante se não dispense maes para se deixar de cantar a missa de prima, o que esperamos assim se observe.

7 Por experiencia nos consta que muitos dos clerigos que servem no coro não tem a sufficiencia necessaria, pelo que mandamos se observe o statuto 2 parte &. 13 e o disposto pelo Illustrissimo Senhor D. Luis de Sousa em sua visita fl. 28v deste livro, e que sejão os que ouverem de entrar na ditta occupação examinados em ler pela pessoa que deputarmos, e em cantochão pelo sobchantre; e para que não haja falta no serviço do coro sahindo os econimos a diser missa, como se nos informou, encarregamos aos Reverendos Contador e Presidente a execução do disposto pelo Illustrissimo Arcebispo D. Luis de Sousa na dita sua visita fl. 28 deste livro.

8 Tambem se nos fes pressentir que os Reverendos Contadores occupão as horas do coro em contar dinheiro da fasenda do Reverendo Cabbido, e que por se dilatarem muito as contas das geraes faltão no coro muitos dias tres ministros *(fl. 36)*; pelo que encomendamos muito ao Reverendo Contador do coro faça evitar o ditto inconveniente, pondo de revel aos transgressores, quando lhe parecer não tem justa causa, sobre o que os deve ouvir, no que encarregamos a huns e outros sua conciencia pois assim he conforme ao disposto no statuto 2 parte &. 24.

9 Fomos maes informado que os Reverendos Contadores não fazião seu officio com liberdade por alguns dos Reverendos Capitulares examinarem o livro da contagem e multas, pelo que mandamos a cada hua das pessoas do coro não veja a ditta contagem e multas, o que já zelou o Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Verissimo em sua visita fl. 21v deste livro, pois do contrario nascem discordias que foi a oviar o statuto 2 parte &. 24 com as penas nelle stabelecidas[17].

10 Certificou-se-nos que por se nos não dar noticia a tempo conveniente em os dias em que imos a nossa See estão alguns dos Reverendos Capitulares com menos advertencia falando<nella>[18], o que causa reparo, e he indecente: pelo que mandamos se nos dê aviso a tempo conveniente em forma que se evite esta nota, o que havemos por recomendado ao presidente que for na ditta occasião.

11 Por tambem termos certesa de que os Padres Coreiros não satisfazem a sua obrigação na forma do estatuto 2 parte &. 17, mandamos que faltando as obri- *(fl. 36v)* gaçoes de incensar, e dar e tomar as capas sejão pela primeira e

---

16 Em b falta o texto da margem.
17 Em b **stabalecidas**.
18 Escreveu-se também na margem **nella**.

segunda vez multados em cem reais cada hum dos reveldes; a qual multa applicamos para a cera do Senhor da nossa See; e a terceira vez sejão expulsos, e isso mesmo se guardará quando, passados dous meses que da publicação desta em diante lhe concedemos para se porem capazes, não forem cantar os invitatorios na forma do ditto estatuto.

12 E porque tambem fomos informado que muitos dos Reverendos Capitulares e Dignidades tendo ordem de presbitero há annos não dizem missa, faltando por este modo não so as obrigações de seus beneficios mas privando as almas de suffragios e a Deus de honra que recebe no culto de tão alto sacrificio, e que os que não tem a ditta ordem se não confessão e comungão nas quatro festas do anno, faltando huns e outros ao disposto na Constituição do Arcebispado e ao estatuto 2 parte &. 12, admoestamos paternalmente aos que tiverem a ditta ordem, para que em termo de trinta dias se disponhão e digão missa e continuem, alias lho estranharemos; e mandamos ao Reverendo Chantre, e em sua absencia ou impedimento ao Reverendo Dignidade ou Conigo que for presidente no coro nas matinas de qualquer das ditas festas, exe- *(fl. 37)* ecute[19] a pena do dito capitulo, alias seja multado em a contagem de tres dias proximos vencidos, pois expprimentamos não bastou a advertencia que neste particular fez o Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Verissimo em sua visita fl. 18 deste livro.

13 Fe-sse-nos queixa que no tempo da missa da terça fora do tempo declarado na Constituição em os dias de guarda, e no tempo dos sermões que se fazem na nossa See se dizem missas nos altares della, nascendo dahi perturbação, pelo que ordenamos e mandamos aos sachristaes, assim da sachristia dos Reverendos Capitulares como do Clero, não permitão se digão missas nos altares da See no ditto tempo, sob pena de pagarem dez testões por cada hua vez para a fabrica da mesma See, alem da pena da Constituição. E os mesmos sachristaes não consintão que pessoa alguma converse na sachristia faltando a reverencia com o silencio devido, pois do contrario há scandalo e perturbação, e mayor para os sacerdotes que na sachristia se achão celebrando ou revestindo; e na mesma forma não consintão que na sachristia entrem molheres ainda o ouvir missa; e ainda ao sacerdote que a dyser mandamos não continue, vendo se não satisfaz ao disposto neste capitulo, alias lho estranharemos.

14 Tambem se nos fez certo *(fl. 39v)* se não satisfazia ao que ordenou o Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Luis de Sousa nosso predecessor na sua visita fl. 29v[20] deste livro; portanto mandamos que o Reverendo Chantre ou seu sustituto dem a execução o ditto capitulo e dos moços do coro, sem prejuiso deste, nomeye os[21] necessarios pera ajudarem as missas.

15 Por não ser conveniente que para o louvor de Deus ou serviço do coro se admittão sogeitos menos haveis, mandamos que daqui em diante se não dem

---

19 Em b **executem**.
20 Em b **folhas deste libro**.
21 Em b **aos**.

attestações de idoneidade de pessoas para haverem beneficio algum da See Apostolica sem ser vencido por votos secretos, sob pena de serem multados cada hum dos Reverendos Capitulares que assinar algua das dittas attestações em a contagem de tres dias proximos vencidos; a qual multa fará o Reverendo Contador sob pena de suspensão de seu beneficio *ipso facto* ate nossa merce ou de nossos successores.

16 Pelo risco que pode haver em se não examinarem as fianças do dinheiro que o Reverendo Cabbido dá a juro pertencente a legados, ordenamos e mandamos que de sinco em sinco anos se revejão as dittas fianças para se reformarem quando seja necessario, e havendo falta na dita diligencia[22] será *(fl. 40)* a perda, quando a haja, por conta dos Reverendos Contadores da Caixa do anno em que se havia de fazer a ditta diligencia. E mandamos outrosi por evitar a confusão de se misturar o rendimento do dinheiro dos legados com o das rendas da mesa capitular haja um livro em que separadamente se assentem o capital e rendimento do dito dinheiro dos legados, para que acontecendo deminuirem as rendas da mesa se não possa seguir prejuiso as Almas.

17 Fe-sse-nos tambem presente a confusão que se segue de se tratarem em cabbido por repetidas vezes negocios vencidos, pelo que mandamos que tanto que for vencido algum negocio, que por qualquer modo deva ser descedido pelos Reverendos Capitulares, se não torne a propor nem se vote sobre o mesmo segunda vez no cabbido desse dia, alias o Reverendo Presidente que fezer ou consentir no sobreditto seja multado pelo Reverendo Contador em o lucro de tres dias proximos vencidos e alem disso o havemos por privado de vox activa e passiva ate nossa merce, e havemos tambem por nullo o que se venser contra o que prohibimos ficando em tudo salva a dispozição do estatuto &. 6[23] recomendado pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Luis de Sousa em sua visita fl. 26 deste livro[24] *(fl. 40v)*.

18 Mandamos que daqui em diante se não dê sepultura no Claustro da Misericordia velha a pessoa que não for beneficiado do coro da nossa Se sem que se dê por cada hua vez esmola de dous mil reaes[25] que applicamos pera a fabrica da mesma See. *(Na margem apenas em a)* Sepultura no Claustro da See a pessoa que não seja beneficiado della pague 2V.

19 E porque se nos propôs se não fazem os cabbidos em os dias destinados, e se não fazem tambem os cabbidos de Seremonias[26] e que se faz poucas veses Mesa da Fazenda, tudo em detrimento grave do culto divino, bem das partes e fazenda do Reverendo Cabbido, mandamos se satisfaça as ditas obrigações na forma disposta nos statutos, principalmente do capitulo 1º[27] e debaixo das penas

---

22 Em b **deligencia**.
23 Subentenda-se "da primeira parte".
24 Em b **folhas deste livro**.
25 Desenvolvi assim a abreviatura **rs**, escrevendo-se **reis** em b.
26 Em b **Ceremonias**.
27 Subentenda-se "parte 1".

delle nos termos em que fala, e faltando algum dos Reverendos Capitulares, o execute o Reverendo Presidente na forma do estatuto &. 2º [28] que deve observar debaixo da pena nelle imposta. Ho[29] Reverendo Presidente que for dos ditos cabbidos satisfará tambem ao disposto nos statutos &. 1º e 4º [30] lendo e fazendo ler os estatutos e capitulos de visita.

20 Porque se nos fez queixa que os Regedores não erão pontuaes em acompanhar as procissões na forma disposta na 2 parte do *(fl. 41)* estatuto &. 16, ordenamos ao Reverendo Chantre que para esse effeito os faça avisar como dispoem o mesmo estatuto, e não o observando nos dê parte para provermos o que parecer mais conveniente para o serviço de Deus.

21 E porque nos veyo a noticia que alguns dos Reverendos Capitulares depois de principiadas as horas canonicas se dilatão a conversar no antecoro ate o termo que assina o estatuto 2 parte &. 2º, do que nasce[31] perturbação, os advertimos paternalmente para que entrem logo no principio da (*sic*) horas[32] para o coro, ou se retirem do antecoro, pois a espera do ditto capitulo não se deu pelos que se achão desempedidos no dito lugar.

22 Ordenamos finalmente se guardem os statutos e capitulos de visita que não forem revogados, e que estes nossos se leão e publiquem em cabbido e se passe neste livro certidão da publicação, e que aos Tersenarios Sochantre, Econimos, Sachristaes e Coreiros se dê noticia do que lhe toca. Dada em Braga sob nosso sinal e sello ao 1º[33] de mayo de 1705[34]. Francisco de Araujo e Carvalho secretario da nossa visita e desembargador ecclesiastico da nossa Relação o escreveo de nosso mandado.

(*ass.*) R(odrigo) ARCEBISPO PRIMÁS[35]

(*Selo de chapa*) *(fl. 41v)*

(*Fé da leitura*) Ly e publiquei esta visitação do Illustrissimo Senhor Arcebispo Primaz em cabbido varias vezes, na forma que o dito Senhor ordena, e ao Sobchantre desta See mandei notificasse esta mesma visitação ás pessoas a quem tocava, e por verdade[36] fis esta que assinei hoje 6[37] de julho de 1705[38].

(*ass.*) O DEÃO FRANCISCO PEREYRA DA SILVA *(fl.42)*

---

28 Subentenda-se "parte 1".
29 Em b "**E o**".
30 Subentenda-se "parte 1".
31 Em b **nessa.**
32 Em b **hora**.
33 Em b **primeiro**.
34 Em b **mil e setecentos e sinco**.
35 Em b **RODRIGO ARCEBISPO PRIMAS**.
36 Em a **verdadei**.
37 Em b **seis**.
38 Em b **mil e setecentos e sinco**.

2ª Visita de S. Vítor

1705 maio 2, Braga – Ata da visitação que o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, e o deão da Sé Francisco Pereira da Silva, fizeram pessoalmente à paróquia de S. Vítor, da câmara do Arcebispo, na presença do vigário Adriano Duarte, do clero da freguesia e de muitos dos fregueses.

Arquivo particular de Franquelim Neiva Soares, *Livro de visitações da paróquia de S. Vítor*, fls. 57-61; *or.* em bom estado. Ata assinada pelo Arcebispo, pelo deão Francisco Pereira da Silva[39] e por António de Barbosa Oliveira[40], cónego da Sé.

Dom Rodrigo de Moura Telles do Conselho de Estado del Rey meu senhor e seu sumilher de Cortina por merce de Deus e da santa Sé Apostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Hespanhas etc. A todos os que esta nossa carta

---

[39] Filho do Dr. Constantino Ribeiro do Lago, alcaide-mor de Ervededo, e de D. Maria da Silva e Sousa, moradores em Braga, da Casa dos Biscainhos, tomou posse do Deado por resignação que nas mãos de Sua Santidade fez, em seu favor, o deão antecessor D. Luís Airal (Eiral) de Moura, seu tio, falecido em 24 de junho de 1689, de quem foi coadjutor e futuro sucessor, em 29 de setembro de 1685. A 30 de janeiro de 1690 o Cabido, sendo presidente o chantre Inácio de Carvalho, fez-lhe perdão da residência amara, o qual o Arcebispo confirmou a 4 de fevereiro, por se achar ainda mal convalescido duma larga e perigosa doença, por ter assistido mais de quatro anos na Sé, tanto no coro como nos mais atos e funções eclesiásticas celebradas aí em vida do Deão passado, por ter residido rigorosamente mais de três meses após a sua morte e por ter adquirido na dita assistência instrução e prática de tudo o que pertencia ao serviço da dita igreja. O Arcebispo aprovou a dita dispensa, estendendo-a também aos meses que faltavam. Administrador da capela de D. Gonçalo Pereira; eleito juiz sinodal em 1713; um dos apresentados por D. Rodrigo de Moura Teles para o triénio visitacional do Cabido de 1710-1712; visitador de Monte Longo e Terras de Guimarães em 1718; no seu testamento, em 1723, instituiu um vínculo; juiz da confraria do Bom Jesus do Monte, tendo tido diferendos com a Mesa Administrativa, ultrapassados com D. Rodrigo de Moura Teles, juiz sucessor, voltando a sê-lo em 1723. Sobre a sua administração na confraria do Bom Jesus do Monte há uma corrente fortemente contestatária, que chega a acusá-lo de um hediondo e sacrílego roubo. Sucedeu-lhe o sobrinho Miguel José Montenegro de Sousa em 1748, que ratificou a posse em 30 de dezembro (ADB., *Posses do Cabido*, II, fls. 133-134; III, fls. 150v-153v; *Acórdãos do Cabido*, I, fl. 223-223v; *Gaveta das Propriedades do Cabido*, II, nº 149; *Gaveta das Concórdias e Visitas*, nº 98; Dr. Arthur Mendes de Almeida Pacheco de Andrade e Távora, *Dignitários da Sé de Braga-Primaz dos Séculos XVII e XVIIII. Com extractos genealógicos dos respectivos processos.* Lisboa: 1938, p. 51; Mons. José A. Ferreira, *Fastos Episcopaes*, III, pp. 235 (2), 442, 447; *Bracara Augusta*, vol. XLVII, pp. 423-425; Pe M. A. Bernardo Pintor, *Santuário da Senhora da Peneda, uma jóia do Alto Minho*. Braga: Empresa do Diário do Minho, 1976, pp. 32--33; José Carlos Gonçalves Peixoto, *Bom Jesus do Monte*. Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte e Oficina de S. José, 2011, pp. 39-47).

[40] Ou António (de) Barbosa de (e) Oliveira, filho legítimo de Bento Francisco e de D. Maria de Oliveira, moradores nos Biscainhos na freguesia da Sé, clérigo *in minoribus*, cónego coadjutor e futuro sucessor do Cón. Manuel da Cunha Sotomaior, tomando posse a 22 de maio de 1681; sucedeu-lhe seu sobrinho, Cón. José Luís Leitão, que tomou posse a 13 de janeiro de 1707; foi eleito visitador do Cabido para o triénio desde 1689, visitando,

de visitação virem fazemos saber que visitando nós pessoalmente *in spiritualibus* a igreja Paroquial de S. Victor que he de nossa Camara com os mais visitadores por nós eleitos neste anno de mil e setecentos e sinco em presença do Vigario da mesma Adriano Duarte, Clero[41] da freguesia e muitos dos fregueses della, nos paresceu conveniente prover o seguinte.

(1) Por nos não parecer conveniente que o Santissimo, quando he levado aos enfermos <não> vá em custodia pelo pouco aparato de que vae assistido e risco que pode haver em occasiões de tempestade e chuvas, mandamos que daqui em diante seja levado em hum dos vasos do sacrario muito bem fechado.

(2) Consta-nos que a obra das grades da igreja, que estão ainda por concluir se tem dado a officiaes, e que se lhe tem entregue grande parte do preço; e como os officiaes se desculpão na meza com fundamento de que não há pau preto para acabar, e não esteja seguro o dinheiro *(fl. 57)* o Vigario fará se renovem as fianças perante o nosso Reverendo Doutor Provisor.

(3) E mandando nós (obrigado das occupaçoes em que nos achavamos) visitar pelo Reverendo Deão da nossa Sée as Capellas e lugar (*sic*) pios sitos no destricto da dita freguesia, se achou necessario o seguinte.

(4) Os officiaes da confraria de Nossa Senhora a Branca mandarão fazer em termo de tres meses para os tres altares frontaes de damesela de lãa ou ostida com franjas de retros da mesma cor, e nessa forma três vestimentas.

(5) E por nos constar estão por dizer as missas que tocavão ao padre João Vieyra capellão do Nacimento de Nosso Senhor Jezu Christo em o espaço de dous annos e meyo pouco mais ou menos, os officiaes as farão diser em termo de trinta dias com cominação de se proceder contra elles a nosso arbitrio ate prisão e o mais que nos parecer justo, e quando por muitas se não possão diser no ditto termo na Capella recorrão ao Reverendo Doutor Juiz dos Residuos para que, parecendo-lhe *ex causa* possa comutar o lugar por esta vez quanto as missas que se devem e não *in futurum (fl. 57v)*.

(6) E porque por occasião de hua tribuna que se principiou há annos se tirou a imagem da Senhora, e o quadro do lugar em que estavão por forma que está o retabolo indecente, mandamos que a imagem e quadro se ponhão em o lugar em que de antes estavão, ou concluão a tribuna em termo de tres meses por forma que se evite a imperfeição com que de presente se acha. E em termo de dous meses farão os officiaes cayar e apinsilar por fora o corpo da capella.

---

creio, Entre Homem e Cávado (ADB., *Posses do Cabido*, II, fls. 106v-107v; III, fls. 83v--85; *Acórdãos do Cabido*, I, fl. 221-221v; Dr. Arthur Mendes de Almeida Pacheco de Andrade e Távora, *Dignitários da Sé de Braga-Primaz dos Séculos XVII e XVIIII*..., p. 15).

41 Corrigida.

(7) E na capella das Beatas de Nossa Senhora de Penha de França em termo de dous meses farão os administradores a que toca consertar o alampadario no remate de baixo. E assim mais o lavatorio da sanchristia, e pôr nesta hua toalha de duas varas para os sacerdotes alimparem as mãos.

(8) E na capella de Santa Anna mandarão os officiaes da confraria da mesma Sancta fazer em tempo de tres meses hum frontal com sua vestimenta, tudo de damasela ou ostida verde com suas franjas de retros, huas galhetas de estanho fino, hua bolsa de corporaes de seda de todas as quatro cores, hua pala verde para o calix, e assim mais para o mesmo dous veos de tafeta, hum verde e outro vermelho *(fl. 58)*.

(9) E por a imagem de Santa Maria Magdalena que está em o altar mor não estar com a decensia devida e ser antigua e de roupas, os officiaes em termo de seis meses mandem fazer hua imagem da dita Sancta em vulto muito bem feita, e estofada, quando se ache a confraria com o dinheiro necessario, para o que darão contas em quinse dias perante o Reverendo Doutor Juis dos Residuos.

(10) E na capella de São Gonçalo sita no Campo de Santa Ana em termo de dous meses farão os officiaes da confraria cobrir de linho a pedra d'ara, e rebocar e cayar, e retelhar toda a capella e sachristia e fazer para o altar hua sacra e taboa do lavabo. E havendo rendimento na confraria mandarão dourar o retabolo, e pôr con forma que, quando não possa ser todo dourado, se dourem so os altos e os baixos sejão pintados, e para se saber do rendimento darão conta perante o dito Reverendo Doutor Juiz dos Residuos no dito termo de trinta dias.

(11) Em a capella de Nossa Senhora de Guadelupe mandarão os officiaes fazer vidraças com suas redes de arame da parte de fora para as frestas do corpo da capella, ao que satisfarão no termo de seis meses.

(12) Na capella de Nossa Senhora das Merces do lugar de Passos se conserte *(fl. 58v)* e encaderne o missal, e se apinsele a capella, e se forre a dita capella, e ponhão vidraças nas frestas, ao que se satisfará das esmolas e quando as não haja pelos bens da Administradora visto não haver fabrica, e quanto ao concerto do missal se satisfaça em termo de trinta dias.

(13) Na capella de São Vicente mandarão os officiaes da irmandade encaixar no altar mor e no da capella de São Luis as pedras d'ara, concertar as galhetas e apinsilar o corpo da capella, e fazer hua bolça de corporaes de damasco das quatro cores, e hum veo de tafetá carmisim, ao que satisfarão em termo de quatro meses havendo rendimento, e para se saber o que há darão contas em quinze dias perante o Reverendo Doutor Juis dos Residuos.

(14) A[42] capella mor da eremida de São Lazaro se emmadeire e forre de novo em termo de hum anno porquanto está ameessando ruina, e nos cantos do

[42] Corrigida de **Na**.

retabolo se accrescentem huns remates por forma que se cubra a parede, e se doure o retabolo no dito termo para dizer com o nicho em que está o Sancto, a qual obra se fará pelo Administrador ou pessoas a isso obrigadas.

(15) E na dita forma em termo de seis meses se fará hua alva boa com *(fl. 59)* sua renda, e hua toalha tambem com sua renda que sirva para as festas, meya duzia de sanguinhos, hua vestimenta de ostida ou damasela branca com franjas de retros para o uso, hum veo de tafeta branco para o calix e outro verde, e outro roixo, e palas das mesmas cores, hua bolça das quatro cores para os corporaes do uso.

(16) E no corpo da dita eremida mandarão no dito termo de seis meses os officiaes da confrarias (*sic*) pôr quatro vidraças nas quatro frestas della com suas redes por fora de arame, e a mandem apinsilar; ha confraria das Almas ponha logo em termo de oito dias hum par de sanguinhos.

(17) <Consta-nos> que em a confraria de Santo Adrião se acha hum legado de duas missas cada mes, alias hua missa aos domingos de quinzi em quinzi dias, que deixou o licenciado Francisco Alvres Tinoco dando para (?) isso a confraria vinte e oito medidas de pão meado, que se não satisfazião, e que por essa causa e os herdeiros do ditto Licenciado terem chave da ditta capella sem serem administradores della não havião (*sic*) officiaes que servissem a confraria; pelo que mandamos que em termo de oito dias se dê copia deste capitulo ao Reverendo Doutor Juis dos Residuos pera proceder contra os herdeiros do dito Licenciado pelas missas e legado das medidas, e para que entreguem a chave aos officiaes quando não mostrem documento *(fl. 59v)* documentos (*sic*)[43] legitimo para a reterem, pois nos constou que os <criados dos> herdeiros do dito Licenciado desencaminhavão alguas esmolas que se offerecião na dita capella, do que tomará o mesmo Reverendo Doutor conta e tomará tambem conta aos officiaes da confraria do rendimento e encargos della.

(18) E achando-se rendimento mandarão os officiaes da confraria forrar de pano de linho a pedra de ara, pôr hua vidraça na fresta e consertar o forro da capella juncto a porta della, ao que satisfarão em quatro meses, e não deixamos mais obra por conhecermos he a confraria pobre.

(19) Na capella mor da eremida de São João da Ponte havendo dinheiro feitas as contas perante o Reverendo Doutor Juis dos Residuos se faça hum retabolo[44] e os officiaes da confraria de São Christovão em termo de hum anno farão dourar o retabolo do altar do mesmo Sancto, e fechar o arco por detras do mesmo retabolo.

(20) Em a capella de Santa Justa dos Palames (*sic*) mandará o administrador Antonio <Monteiro>, concorrendo os officiaes da confraria com o que pode-

---

[43] Notar a repetição.

[44] Depois um bom bocado em branco sem texto.

rem, pôr hua vidraça com sua rede por fora na fresta da capella, e mandará rebocar e apinzilar a capella, con- *(fl. 60)* sertar hua alva, galhetas e missal, e pôr hua estola na vestimenta branca, ao que tudo satisfará em termo de dous meses.

(21) Mandamos se cumpra a vizitação passada, e que o Paroco lea e publique estes nossos capitulos a estação da missa, e em quinze dias dê copia delles na Casa do Despacho, do que cobrará certidão para se proceder a execução a seu tempo. Dada em Braga sob nosso sinal e sello aos 2 de mayo de 1705. Francisco de Araujo e Carvalho secretario da vizita e desembargador ecclesiastico na nossa Relação a fez de nosso mandado.

(*ass.*) RODRIGO ARCEBISPO PRIMAS *(Selo de chapa)*

O DEAO FRANCISCO PEREIRA DA SILVA/ ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA *(60v)*

(*Fé da leitura e publicação*) Adriano Duarte, vigario de São Victor extramuros desta cidade, certifico que eu ly e publichei os capitolos em tres dias festivos a estação da missa conventual que disse a meus fregezes que foi aos desasete e ha vinte e hum, e vinte e quatro de mayo de setecentos e sinco, e notefichei aos administradores e officias (*sic*) das capellas que estão no districto desta freguesia para que dentro do termo que lhe assinarão fizessem as obras que se mandavão fazer, os quais capitolos entregei na Caza do Despacho de que cobrei certidão. São Victor de Junho 15 de 1705.

(*ass.*) O VIGARIO DE SÃO VICTOR ADRIANO DUARTE *(fl. 61)*

3ª de S. Tiago da Sé

1705 Maio 3, Braga – Ata da primeira visitação pessoal que D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, fez à paróquia de S. Tiago da Sé de Braga na presença do P. Paulo Gomes, vigário, e de muitos fregueses.

Arquivo particular de António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *Livro das Visitações da paróquia de Sant'Iago da Sé* de 1620 até 1725, fls. 54--58; fotocópia autógrafa e em bom estado. Ata assinada pelos mesmos visitadores da ata de São Vítor. Publicada já no meu estudo "Visitações de Sant'Iago da Sé (1619-1725)" *in Bracara Augusta*, LXIX (2021), pp. 282-286.

Dom Rodrigo de Moura Telles, do Conselho de Estado del-Rey meu senhor e seu sumilher de Cortina, por merce de Deus e da santa See Apostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primás das Hespanhas etc. A todos os que esta nossa carta de vizitação virem saude em Jezu Christo que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que vizitando nós a Paroquial da nossa See em presença do padre Paulo Gomes vigario da mesma paroquia e de muitos dos fregueses della em este anno de mil e setecentos e sinco nos pareceu prover o seguinte.

1 O Santissimo seja levado aos enfermos não em custodia, mas em vaso muito bem fechado como se estila em as mais povoações deste Reino por se evitar algum perigo no tempo das chuvas e tempestades, e a custodia servir so para expor o Senhor em trono, e ser levado nas procissoes e triunfos em que vae com mayor aparato, e está o povo maes advertido para o acatamento e reverencia que se deve a tão alto Senhor.

(2) E porque nos consta que quando o Santissimo he levado aos enfermos faltão clerigos que O[45] acompanhem, com pretexto de não perderem occasião de diser missa, ordenamos e mandamos ao Reverendo Capitular que for juis da Confraria do Santissimo, quando não haja clerigos havendo o mesmo Senhor de ser levado aos enfermos, mande fechar a sachristia e assim esteja emquanto o Senhor não for recolhido a See e sendo recolhido sejão preferidos a diser missa, e se for possivel na esmola, os sacerdotes que acompanharão ao Senhor, o que havemos por muito recomendado ao Sachristão *(fl. 54)*.

3 O Parocho terá cuidado para que as particulas da comunhão sejão bem formadas, e limpar de alguas reliquias, que ficão pouco pegadas quando se fazem as ditas formas.

4 O Reverendo Fabriqueiro fará alimpar e aplainar por dentro a pia baptismal, que mandamos esteja cuberta e que o Paroco seja cuidadoso da limpeza das ambulas dos sanctos oleos, e terá sanguinho pera purificar os dedos quando os tratar, alias lho estranharemos.

5 Nos calices da sachristia do clero se ponhão todos os dias sanguinhos lavados e corporaes lavados e engomados todos os quinze dias, e toalhas no lavatorio aos domingos e quartas feiras se ponhão tambem lavadas, e as alvas de oito em oito dias, pois assim nos parece necessario pelos muito sacerdotes que se vão a revestir a dita sachristia e pouca limpeza de alguns.

6 E como a sachristia seja comua, mandamos que o Reverendo Fabriqueiro mande pôr nella calendarios a que chamão folhas da reza, não so para os que seguem o Rito Romano, mas tambem para os que rezão segundo o rito de nossa Sancta See Bracharense.

7 E porque nos consta, não sem desconsolação nossa, que muitos sacerdotes pera dizerem missa em o altar de São Pedro, e em o de São Martinho, quando he privilegiado, encontrando-se revestidos se poem em profias sobre a precedencia, e se sentão assim revestidos a esperar no corpo da See, do que tudo nasce scandalo dos fieis, e dizerem os sobreditos sacerdotes missa com menos dispozição, ordenamos e mandamos que os sacerdotes evitem todo o dito inconveniente, e não entrem para as capellas dos dittos Sanctos *(fl. 54v)* emquanto o que se acha celebrando não sahir della, antes so sayão da sachristia em tempo que não seja necessario dilatarem-se, e isto debaixo das penas que lhe impos o Illustrissimo Senhor Dom Afonso Furtado de Mendoça nosso predecessor em sua vizita folhas 10, que o Illustrissimo Senhor Arcebispo Dom Luis de Sousa em sua proxima vizita mandou guardar, e mandamos ao Meirinho e Promotor delatem aos transgressores sob pena de se lhe dar em culpa, para serem executados na dita forma.

8 E porque se nos informa que os Padres Coreiros para satisfazerem no mesmo tempo as missas dos legados a que são obrigados se repartem de sorte

[45] No texto em minúscula.

que huns assistem a hua missa cantada e os mais a outra, o que he com prejuizo das almas e contra a vontade dos defunctos, mandamos não observem tão prejudicial currutela, antes assistão todos como devem a mesma missa e officio, alias não levem a esmola senão *pro rata*[46], quando assim se repartirem, sob pena de suspensão de suas ordens *ipso facto*, e quanto ao que tem obrado em contrario lhe encarregamos a conciencia. *(Na margem)* Contra os Coreiros.

9 Fe-sse-nos certo que os altares de São Martinho e Santo Ouvidio são reparados da fabrica, e que os dittos altares estão pouco limpos, e sem o adorno necessario, pelo que mandamos ao Reverendo Fabriqueiro fabrique os dittos altares logo em forma que fiquem descentes, o que fiamos do seu zelo, supposto foi ja recomendado pelo Senhor Arcebispo Dom Luiz de Sousa em sua vizita fol. 51 deste livro, pois se achão os ditos altares no corpo da nossa See, que deve dar exemplo aos mais, e são os ditos altares de tão illustres Prelados desta nossa igreja *(fl. 55)*.

10 Os officiaes da irmandade de Santo Homem Bom mandarão fazer hua campainha e fazer alguns manustergios grandes e capazes, de que terão (?) provido (?) o altar em forma descente, pois o não he, se limpem os sacerdotes a alva ou toalha do mesmo altar, e porão no altar manustergio lavado todos os domingos[47].

11 Os officiaes da irmandade de São Crispim e Crispiniano mandarão tambem fazer manustergios na dita forma para limpeza do altar, e nesta parte satisfarão ao que vae provido quanto aos officiaes de Santo Homem Bom, e de mais reformem a campainha, e não usem do frontal branco que tem velho por ser pouco capaz, e mais para hua irmandade rica: antes do pano que servia na tumba, de que ja se não usa, se faça hum frontal para o altar, que trarão limpo.

12 Os officiaes da irmandade de São Francisco mandarão fazer manustergios como vae provido para o altar de Santo Homem Bom, e farão esteja limpo o altar e limpo tambem[48] do pó, e mandarão fazer hua guarda de camurça (?) vermelha para o altar por a que ha não ser capaz.

13 Os officiaes da confraria de Nossa Senhora do Rosario satisfaçarão (*sic*) com os manustergios e limpeza do altar na forma sobredita e mandarão fazer hum frontal vermelho e outro verde ao menos de ortida ou damazela de laã com franjas de retros em termo de quatro meses, e não usem de dous frontaes velhos que tem, hum de setim e outro de flores verdes por não serem ja capazes.

14 Os officiaes da confraria da Santissima Trindade mandem concertar o frontal de damasco e fazer huma vestimenta que conresponda ao dito frontal, e quanto aos manustergios e limpesa do altar satisfarão ao que mandamos aos officiaes da irmandade de Santo Homem Bom e de São Francisco *(fl. 55v)*.

---

[46] Expressão não sublinhada no manuscrito significando proporcionalmente.
[47] Tudo leva a pensar que houve engano na redação.
[48] Esta acrescentada nas duas margens.

(15)[49] Os officiaes da irmandade de São Geraldo mandarão fazer hum veo de calix roixo tinto sobre carmesim e hua bolça de corporaes da mesma cor ao menos de damasela ou ortida muito bem guarnecida; mandarão tambem reparar o missal, e fazer hua toalha de linho com sua renda para o altar colleteral, e concertar o frontal, e não deixamos mais obras por nos constar he a irmandade pobre.

(16) E por nos constar que o telhado e forro da capella do mesmo Santo está ameessando ruina, e não consta com claresa quem seja obrigado a fabrica e reparos da dita capella, mandamos ao Paroco tomando as noticias necessarias nos informe[50] pera se dispor o que for mais serviço de Deus.

(17) Os officiaes da confraria de Santo Amaro mandarão fazer em termo de quatro meses huas cortinas roixas ou asuis para o retabolo que sirvão no advento e quaresma, porão hua sacra, salmo do lavabo e o evangelho de São João, tudo novo; mandarão consertar o forro da vestimenta de lama roixa, e mandarão tambem fazer duas mesas de corporaes com suas rendas de panno[51] de olanda ou linho fino, e duas bolças para guarda dos mesmos corporaes.

(18) O administrador da capella de São Pedro Martir mandará em termo de dous meses fazer hum frontal verde, que he o de que mais necessita, ao menos de ortida ou damasela de laa com suas franjas de retroz da mesma cor.

(19) O administrador da capella de Nossa Senhora dos Reis sita junto a Misericordea Velha mandará em termo de dous meses pôr hum alampadario novo por ser incapax o que tem, e hua toalha pera o altar, e dous manustergios capases *(fl. 56)*.

20 O administrador da capella de Nossa Senhora da Pax cujo procurador he Lourenço da Cunha Sotto Mayor mandará retelhar a capella que por respeito da chuva recebe muito damno o altar, mandará mais consertar a parede da parte de fora por estar ameessando ruina; e ou o mesmo administrador ou as[52] pessoas a que tocar mandarão cobrir de panno de linho a pedra de ara, pôr em grade o frontal roixo e fazer de novo hum frontal verde e outro vermelho que, ao menos, sejão de ortida ou damesela de laã com franjas de retros da mesma cor, e porão hum missal de Antuerpia, ao que tudo satisfarão em sinco meses.

21 O administrador da capella de Nossa Senhora da Graça em termo de trinta dias mandará retelhar a dita capella, em que chove com damno de toda a fabrica, e assim mais em termo de dous meses ou o dito administrador ou as pessoas a que toca porão hum missal novo de Antuerpia.

---

[49] A numeração marginal deste capítulo e dos três seguintes deverá ter escapado na fotocópia.
[50] Corrigida no final estando borratada.
[51] Leitura duvidosa por borratada a palavra.
[52] Corrigida e borratada.

22 Os officiaes da confraria de Nossa Senhora da Ajuda em termo de trinta dias porão hum (*sic*) bolça de corporaes de damasco com as quatro cores, e assim mais dous veos de calix, hum branco e outro rouxo sobre carmesim.

23 O Reverendo Cabbido pelo lucro das covagens e offertas que recebe na capella do archanjo São Miguel ajudando-os as confrarias do mesmo Santo Archanjo e a de São Lourenço com o que poderem, em termo de dous meses farão huas cortinas asuis para o retabolo ser cuberto, pois são incapazes as cortinas que há, e porão em grade o frontal preto, e farão de novo hum vermelho com franjas de retros da mesma cor.

24 E porque nos consta que na capella de Santa Barbora são <os ornamentos>[53] indescentes, mandamos se não use mais delles e que o Reverendo Cabbido em termo de dous meses como administrador que he da mesma capella a fa-(fl. 56v) brique em forma descente de todo o necessario, o que fiamos do seu zelo.

(25) Os officiaes da confraria de Nossa Senhora da Boa Nova mandarão cobrir a pedra de ara com pano de linho, e fazer hua bolça branca e vermelha para (?) os corporaes.

(26) E porque as capellas de Santa Catarina da See e Santo Antonio sita no claustro de Santo Amaro estão sem fabrica algua, os administradores em termo de tres meses porão a fabrica necessaria de frontaes, toalhas, manustergios, alias o Reverendo Doutor Superintendente da Casa do Despacho pondo sequestro nos bens dos administradores, e rematando-se, proveja do sobredito e mais necessario, porem os frontaes sejão so de laã com suas franjas de retros.

(27) Folhas 47 achamos applicada pelo senhor arcebispo Dom Verissimo a capella de São Geronimo a irmandade dos Clerigos com obrigação de ter o altar descentemente ornado; pelo que mandamos ao Paroco intime este capitulo aos officiaes da dita Irmandade para tratarem da dita capella pondo-a com descencia, pois lhe será a dita capella necessaria fazendo-se mayor a capella de São Pedro, como temos disposto, e quando não asceitem (?) na forma do ditto capitulo nos dê parte o mesmo Paroco para provermos como nos parecer mais serviço[54] de Deus.

(28) Mandamos se cumprão os capitulos de visita que não forão revogados, e que as obras a que não assinamos termo para serem feitas se ponhão em dous meses, e passado elle se proceda a execução da Casa do Despacho, para o que o Paroco em termo de quinse dias dará na Casa do Despacho certidão com o theor destes nossos capitulos que *(fl. 57)* mandamos publique a estação da missa e disso passe certidão na forma costumada. Dada em Braga sob nosso sinal e sello aos tres de mayo de 1705. Francisco de Araujo e Carvalho, secretario

---

[53] Nas duas margens.

[54] Parece mais **servido** ou **serviCo**.

da visita e desembargador ecclesiastico da nossa Relação, o fez de nosso mandado.

(*ass.*) RODRIGO ARCEBISPO PRIMAS *(Selo de chapa)*
O DEAO FRANCISCO PEREIRA DA SILVA/ ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA *(57v)*

(*Fé da leitura e publicação*)

Li e publiquei os capitulos da vezita retro do Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo da Moura Teles em tres dias sanctos, na forma custumada. Braga de mayo vinte e quatro de 1705 anos.

(*ass.*) O VIGARIO DE SANCTYAGO DA SEE
PAULO GOMEZ (fl. 58).

4ª De S. Miguel de Apúlia (Esposende)

1705 Novembro 15, Apúlia – Ata da primeira visitação pessoal que D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, fez à igreja paroquial de S. Miguel de Apúlia na presença do Prior José e Barros e Carvalho, do Cura e da maior parte dos fregueses.

Arquivo particular de Franquelim Neiva Soares, *Livro de visitações de 1683 a 1790*, fls. 20-21; or. e em bom estado.

Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da santa Sé Apostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas, do Conselho de Estado de El Rey meu senhor e seu sumilher da Cortina, etc. Aos que a prezente nossa carta de vizitação virem fazemos saude e pas para sempre em Jezu Christo nosso Salvador fazemos saber que aos quinze dias do mes de novembro de mil settecentos e sinco annos vizitamos pesoalmente esta igreja de São Miguel de Apullia em prezença do Reverendo Prior, Cura e maior parte dos freguezes, fizemos procissão dos defuntos, vizitamos o sacrario, santos oleos e pia baptismal, tudo na forma do Ceremonial Romano, e provendo no spiritual e temporal ordenamos e mandamos o seguinte.

(1) O Reverendo Paroco cumpra e guarde, faça cumprir e guardar as vizitaçoens passadas que não estiverem revogadas sob as penas dellas e de nossa Constituição.

(2) Pessoalmente vimos a muita necessidade que esta Igreja tem de se fazer a capella mor, e que já se tem mandado tam repetidas vezes, a que se tem faltado, talvez por respeito de nos tocar parte desta obra e parte ao nosso Reverendo Cabbido; e porque não he rezão que, obrigando Nós estreitamente aos fabriqueiros das mais Cappelas e Igrejas as obras de que necessitão *(fl. 20)*, nos eximamos das que estão a nosso cargo, mandamos ao Reverendo Prior faça logo a saber ao Tehezoureiro Geral da Mitra esta ordem e theor deste cappitulo para logo mandar dar a execução pelo que toca a nossa parte; e do mesmo modo fará a saber ao Reverendo Conigo Fabriqueiro da nossa Sé para que, pelo que lhe toca ao Reverendo Cabbido, mandem logo fazer a ditta obra da capella mor desta Igreja, e não se tendo principiado no principio do mes de janeiro do anno que vem, nos dará parte para proveremos o que nos parecer.

(3) No que toca aos ornamentos achamos haver os que são necessarios, e portanto não provemos nesta materia; recomendamos comtudo ao Reverendo Paroco que sendo alguns necessarios os fará pôr do que houver da fabrica que tiver esta Igreja.

(4) O Reverendo Paroco lea e publique esta a seus freguezes em tres dias festivos continuos a estação da missa, e passe certidão etc. Dada em vizitaçam Pulia aos quinze de novembro de mil settecentos e sinco sob nosso sinal e sello. E eu Manoel Roiz (=Rodrigues) Rasquilho capellão de Sua Illustrissima a fiz por seu special mandado.

(*ass.*) RODRIGO ARCEBISPO PRIMAS

(Selo de chapa) (fl. 20v).

(*Fé da leitura e publicação*) Li e publiquei esta carta de vizitação do Illustrissimo Senhor Arcebispo Primas em tres dias festivos á estação da Missa Conventual, em verdade do que passei esta certidão. Pullia de Dezembro o primeiro[55] de 1705.

(*ass.*) O PRIOR JOZEPH DE BARROS DE CARVALHO (*fl. 21*)

5ª S. Tiago de Arcozelo (Vila Verde)

1722 outubro 6, Lugar de Nossa Senhora do Bom Despacho – Ata da visitação pessoal que D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, fez *jure devoluto* à freguesia de Sant'Iago de Arcozelo, no concelho de Vila Verde, da circunscrição visitacional do mestre-escolado, na presença do Abade Dr. Basílio de Abreu e Andrade e da maior parte dos fregueses, a qual foi iniciada em 1 de outubro do mesmo ano.

ADB., *Visitas e Devassas*, nº 562A: *Livro de visitações de Santiago de Arcozelo*, de 1655 a 1764-07-31, fls. 55-58v; or. autógrafo e em bom estado.

Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Santa See Appostolica Arcebispo e senhor de Braga Primaz das Hespanhas, do Conselho de Estado de El Rey meu senhor e seu submilher da cortina etc.

Fazemos saber em como ao primeiro dia do mes de outubro de mil settecetos e vinte dous anos vizitamos pessoalmente a parochial igreja de S. Thiago de Arcuzelo *jure devoluto*[56] em presença do Reverendo Doutor Bazilio de Abreu e Andrade abbade della, e maior parte dos fregueses, fizemos a procissão dos defuntos, vizitamos o sacrario do Santissimo Sacramento, santos oleos, pia baptismal, ornamentos e tudo o mays pertencente ao culto divino; e provendo no spiritual e temporal ordenamos e mandamos o seguinte.

(1) Porquanto fomos informado do zelo com que o Reverendo Abbade actual acode ao cumprimento de suas parochiaes obrigaçoens, lho louvamos e esperamos continue nelle de maneira que as satisfaça inteyramente ensinando a dou-

---

55 Caiu em terça-feira.

56 Estas palavras não sublinhadas no manuscrito.

trina christã a seos freguezes, e administrando-lhes os sacramentos, procurando em tudo e por tudo o serviço de Deos e bem spiritual de suas ovelhas, que o Pastor Divino lhe entregou para dellas lhe dar conta. (*Na margem*) recebi a colheita deste ano. Mestre-escola *(fl. 55)*.

(2) Constou-nos occularmente na vizita que fizemos aos ornamentos da capella[57] mór desta igreja os decentes, que o Reverendo Abbade actual mandou fazer; e que por hora se não necessitava para a administração dos sacramentosde mays alguns.

(3) E porque a capella mór desta igreja necessita de ser forrada, ordenamos ao Reverendo Abbade a mande forrar de castanho com suas molduras e frizos na forma que costuma; e não lhe limitamos tempo, porque o seu cuidado nos promete que com a brevidade possivel mandará fazer esta obra.

(4) Tem a experiencia mostrado que as portas sem caixilhos, em que seguramente se preguem não são tão seguras como as que os tem; e estes faltarem nas novas, que se fizerão nesta igreja para a porta principal e traveça; e se dever procurar a maior segurança nella, ordenamos que em termo de tres mezes o Juiz do Subsino mande fazer os ditos caixilhos de castanho para as ditas portas, que pregarão nelles com suas dobradisses fortes, segurando-os primeiro com seos gattos de ferro assim no meio do caixilho dos lados como no pé de cada hum, ajustando para esse effeito as ditas portas; o que o dito Juiz do Subsino por conta dos *(fl. 55v)* fregueses dará comprimento no dito termo, sob pena de des tostões e feita assim esta obra se pintarão as ditas portas á conta dos fregueses no dito termo sob a dita penna, que o Juiz do Subsino satisfará passado elle para a<s>[58] mesmas obras, da sua bolsa.

(5) Por nos constar de varios requerimentos que se nos fazem e no Juiz dos Reziduos e Rellação da nossa cidade de Braga que com pouco temor de Deos se occultão testamentos pelos herdeiros e testamenteyros dos defuntos, que fallecem com elles *in scriptis*[59] ou nuncupativos; só a fim de não darem á execução os legados nelles determinados pellos testadores, de que procedem varias cauzas no dito Juizo dos Reziduos e de se não lançarem nas nottas, nem os Parochos fazerem no livro da igreja alguma declaração dos ditos legados mais que daquellas verbas que pertencem a legado pio da mesma igreja. Por evittarmos tão prejudicial absurdo, de que se seguem tantos prejuizos ás almas e tantos encargos de consciencia, ordenamos ao Reverendo Parocho tenha hum livro numerado e rubricado pello nosso Provizor ou por quem elle suas vezes cometer para esse efeito, ao menos de duas mãos de papel para lançar *ad extensum*[60] todos os testamentos das pessoas que fallecerem com elles na sua freguesia; e o dito livro

---

[57] Parece corrigida doutra palavra.

[58] O **s** final foi entrelinhado.

[59] Esta expressão latina não está sublinhada no manuscrito e significa um testamento *por escrito* por oposição a outro de viva voz ou oral.

[60] Esta expressão latina não está sublinhada no manuscrito e significa *por extenso*, sem se aceitar um resumo.

sendo na forma sobredita terá *(fl. 56)* fé publica, e delle passará o dito Reverendo Parocho certidoens a quem lhas requerer por petição despachada pellos nossos Ministros a quem tocar; e estas taes certidoens terão outrosim fé no nosso juizo dos Reziduos; e pello trabalho de a passar lhe arbitramos hum tostão de sallario de cada huma; como tambem outro de lançar o testamento no dito livro, que conferirá com o herdeiro ou testamenteiro e assinarão ambos no fim de como a copia está pello original; e a tenue despeza para comprar o dito livro tirará o Reverendo Parocho das condemnaçoens, que na forma das nossas Constituiçoens e Pastoraes fizer a seos freguezes, visto ser em utilidade publica e commua de todos eles; o que o Reverendo Parocho cumprirá em termo de dous mezes sob pena de des tostoens para a fabrica da igreja; e o Reverendo Vizitador futuro conhecerá se se executou este cappitulo na forma que ordenamos.

(6) Constou-nos occularmente que o arco da capella mór desta igreja deve ser mais levantado e alargado; pello que ordenamos que em termo de dés mezes se levante e alargue o dito arco de maneira que se veja bem toda a capella mór de qualquer parte da igreja; e esta obra será ametade della á custa do Reverendo Abbade e a outra ametade á custa dos freguezes *(fl. 56v)*.

(7) E porque para se fazer como ordenamos, e deve ser, a dita obra do arco da capella mór, não fica area para na parede delle ficarem os altares colatraes (?) como agora estão; ordenamos que se mudem para o prolongos (?) da parede da igreja cada hum da sua parte, pondo-os nella do mesmo modo que existem; a que o Juiz do Subsino dará cumprimento por conta dos freguezes em termo de dez mezes sob pena de mil reis que pagará da sua algibeira para as ditas obras.

(8) Porquanto somos informado que muitos Parochos deste nosso Arcebispado ignorão alguns dias de preceito que nelle há, alem dos que trás a folhinha do Reino (?), lhes ordenamos guardem e fação guardar a seos freguezes por dias de guarda e santos aquelles que por taes os declarar a folhinha da porta deste Arcebispado, que para esse efeito terão.

(9) E sendo como são as missas dos pastores para elles a ouvirem e não faltarem á observancia deste preceito, e em apascentar o gado por não poderem ir á do dia; e se (*na margem e doutra letra*) Missa dos Pastores *(fl. 57)* tanger o sino para que elles e as mais pessoas que a quiserem ouvir, acodirem; recomendamos muito se não falte em tanger o sino á dita Missa dos Pastores para que elles possão ouvir a dita missa, acodindo a elle; o que o Reverendo Abbade cumprirá e fará cumprir como delle esperamos.

(10) Por nos constar que na capella de Nossa Senhora do Rozario há obrigação de se dizerem cada anno seys missas; e que ella não tem paramentos alguns para se celebrar ordenamos que athe a futura vizita se ponhão todos á custa de quem he obrigado a fabrica-lla sob pena de se pôr sequestro em todos os rendimentos della, se athe o dito tempo não estiver paramentada de todo o necessario para nella se celebrar; e o Reverendo Parocho dará conta na Casa do Despacho com o theor deste cappitulo depois de feito o sequestro na forma sobredita. (*Na margem*) Cappª de Srª do Rozº.

(11) E posto que fomos informados que o padre Francisco Pereira he o que diz as ditas missas pella esmola que se dá, e com huma sua vestimenta muy indigna de se celebrar com ella, ordenamos ao dito Padre com penna de suspenção *ipso facto (fl. 57v)* não torne a dizer missa na dita capella sem vestimenta decente na forma que deve.

(12) O Reverendo Parocho cumpra e guarde, e faça cumprir e guardar esta nossa vizitação e as passadas que não estiverem revogadas sob as pennas dellas e para que chegue a notticia de todos lea e publique na forma costumada. Dada em o lugar de Nossa Senhora do Bom Despacho sob nosso sinal e sello de nossas armas aos 6 de outubro de 1722 e eu Felix da Sylva de Oliveira secretario de Sua Illustrissima Primáz e da vizita que o escrevi.

(*ass.*) RODRIGO ARCEBISPO PRIMAS

(*selo de chapa*)

(13) Os officiaes da confraria do Santissimo Sacramento desta igreja, para que tão soberano thezouro seja guardado e venerado com toda a possivel decencia mandarão athe a futura (fl. 58) vizita fazer hum sacrario novo de talha em lugar do que existe por não ser por antigo já capaz forrando-o por dentro de seda ou tela branca sob pena de se mandar fazer á custa dos ditos officiaes, como melhor parecer, não se executando no dito termo esta nossa dispozição, visto nos constar haver dinheiro de sobras neste anno mays de trinta mil reis. Sobredito o escrevi por mandado de Sua Illustrissima Primaz meu senhor.

(*ass.*) RODRIGO ARCEBISPO PRIMAS

(*Fé da leitura*) <Li e publiquei os capitulos da visita retro proximos aos 11 de outubro de 1722.

(*ass.*) O ABBADE BAZILIO DE ABREU E ANDRADE *(fl. 58v)*.

Algumas aproximações entre o Minho e Minas Gerais no século XVIII

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA *

Comece-se por um lamento: tem havido um número grande de estudiosos que se têm preocupado com o fenómeno da imigração portuguesa para o Brasil. Têm-se, sobretudo, estudado as figuras maiores, gente que aqui, antes de partir, era nada ou ninguém e que do outro lado do Atlântico tiveram artes para ser alguém. Tem-se estudado as casas que construíram aqui no Entre Douro-e-Minho no regresso[1], casas grandes, pois claro, as suas figuras, a sua benemerência. Mas, ao mesmo tempo, não temos números para a emigração dos mil e um, melhor, dos milhões de gente anónima que foi para lá e de quem parece não ter ficado qualquer rasto, nem uma linha sequer.

Mas se é grave este desconhecimento no século XIX, que dizer sobre o mesmo fenómeno no século XVIII? E, muito particularmente, sobre a emigração que partindo do Minho seguiu para Minas Gerais na primeira e na segunda metade do século XVIII? Sim, porque uma coisa era o território de Minas Gerais na primeira metade desse século e outra, muito, muito diferente, a que foi nos cinquenta anos seguintes.

Lamentavelmente, Donald Ramos parece nunca ter publicado a sua tese, embora nos tenha deixado um pequeníssimo artigo, muito importante, que nos permite entrever o que foi essa emigração[2].

---

[1] *epoeduardo@gmail.com*. ARTIS/Instituto de História de Arte/Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

[1] TAVARES, Domingos – *Casas de Brasileiro*. Porto, Dafne editora, 2015 (Equações de arquitectura, 35)

[2] Donald RAMOS – From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Brazilian Family. *Hispanic American Historical Review (North Carolina) vol.* 73 (4), November 1993, p. 639-662. Lembramos aqui duas das suas conclusões: (2) *That immigrants to Minas Gerais came primarily from the North of Portugal, a socially distinct region* e (3)

Hoje quase nada se sabe sobre a emigração minhota setecentista para Minas Gerais. Não temos números, não conhecemos com segurança os locais de partida do Minho e os de chegada em Minas. Não sabemos, sequer, como é que se ia, como era o acolhimento ao chegar ao Brasil, como é que estes homens iam do litoral para o interior. E, o que é tão ou mais importante, porque é que iam para um ou outro local, quando é que decidiam o local para onde iriam, como e por quem é que eram acolhidos neste ponto final de uma viagem de meses e meses.

Da mesma forma, também não temos números, não temos qualquer segurança ao dizer que os minhotos – e quando se diz minhotos quer dizer-se as gentes de Entre Douro-e-Minho – foram tantos que são mais de metade do total de quem se aventurou a ir. Temos apenas o célebre decreto real que diz que o Minho estava a ficar despovoado porque toda a gente queria ir para o eldorado, queria ficar rica[3].

Este desconhecimento é muito maior no Entre Douro-e-Minho do que além-Atlântico. Inquestionavelmente. Em Minas Gerais estuda-se esta questão porque ela faz parte da sua história primeira. Mas lá o problema reside, sobretudo, em duas questões. O primeiro é a falta de documentação escrita em que os estudiosos se possam apoiar. O segundo, que não é menos importante, está no facto de ainda não ter havido um real interesse nesta questão. Esse trabalho tem que, assim, encontrar outros caminhos que podem ser variados, sendo um deles a História de Arte. Mas, sendo uma forma muito importante, não permite um conhecimento muito fino, muito pormenorizado destas questões, sobretudo as que dizem respeito à vivência destes homens.

The nature and structure of the Northern Portugal family was very similar to that found in Minas Gerais during de eighteenth and early nineteenth centuries. Finally, this study suggests that de explanation for this similarity may be found in the predominance of northern Portuguese emigration – the mining zone of Minas Gerais – that exhibited some of same broad economic features as Northern Portugal.

Veja-se a sua bibliografia em *https://academic.csuohio.edu/dramos/documents/resume_vita.html*. A tese de doutoramento versou os primeiros anos de Ouro Preto: *A Social History of Ouro Preto: Stress of Dynamic Urbanization in Colonial Brazil, 1695-1726*.

[3] OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Entre Douro e Minho e Minas Gerais no século XVIII: Relações artísticas*. In: *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras da América*. São Paulo, UNESP, 1999, pp. 147-179. Republicado em OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga, Autor, 2016, p. 67-92. Pela sua grande importância este documento será republicado no fim deste presente texto.

Desde longe, da década de 1950, que vários historiadores de arte têm explorado o relacionamento entre as duas regiões. Jonh Bury[4], Germain Bazin[5] e Robert Smith[6] foram bem claros nos seus textos, nas suas aproximações.

Não deixa de ser curioso dizer que estes historiadores de arte eram estrangeiros, não eram nem portugueses, nem brasileiros. Um era inglês, outro francês e o último americano. Porque razão? Talvez pelas maiores facilidades económicas que tinham, o que lhes permitia fazerem caríssimas viagens internacionais, algo que era incomportável para os historiadores de arte de um lado e outro. Mas, e este mas é muito importante, também é bem claro que aqueles três investigadores tinham não só uma formação superior como, também, não tinham complexos na forma como olhavam para o barroco e o rococó, estilos cujo estudo em Portugal era ainda extremamente incipiente, para além do facto de que a arte do século XVIII ainda não era muito apreciada.

Reinaldo dos Santos foi a única excepção portuguesa, com um livrinho que no Brasil teve duas edições (1952, com uma edição de 4.500 exemplares, curiosamente no mesmo período em que Bazin e Smith começaram a escrever sobre a arte dos dois lados do Atlântico; e a segunda em 1968), bastante ilustrado e curiosamente só editado no Brasil[7]. Deve, porém, dizer-se que esse pequenino livro não era

---

4 BURY, Jonh – Barroco tardio e rococó no Norte de Portugal. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 15 (3), Out. 1956. Republicado em *Arquitectura e arte colonial no Brasil Colonial*. São Paulo, Nobel, 1991. Recentemente este livro teve uma nova edição brasileira mas apenas com os textos relativos ao Brasil.

5 BAZIN, Germain – *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, [1971];
L'architecture religieuse du Portugal e du Brésil à l´époque baroque. In; XVI CONGRÈS INTERNATIONAL D'HISTORIE DE L'ART – *Rapports et communications*, vol. 1. Lisboa, 1949, p. 69-93:
The iberian baroque and the new world. In: HUYGHE, René (ed.) – *Larousse Encyclopedia of Renaissance and Baroque*, Paul Hamlyn, 1962, p. 341-357;
Morphologie du retable portugais. *Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, 5, 1953, p. 3-28;
Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le Nord du Portugal. *Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, 2, 1950, p. 3-15.

6 SMITH, Robert C. – *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1973.

7 SANTOS, Reinaldo – *As artes plásticas no Brasil. Antecedentes portugueses e exóticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1968. Introdução de Rodrigo Mello Franco de Andrade.
A figura do Aleijadinho também interessou os portugueses. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Diogo Macedo – *O Aleijadinho de Minas Gerais*. "Belas Artes", Lisboa, 2ª série, 3, 1951, p. 33-41. E A. Vieira de Lemos – *António Francisco Lisboa. O Aleijadinho*. Porto, Centro de Estudos Brasileiros do Porto, 1965; 2ª ed. 1972.

sobre a arte do Brasil, mas sim uma iniciação à arte portuguesa para estudiosos e curiosos brasileiros, ou seja, sobre os antecedentes da arte brasileira, sendo extremamente sintomático ver-se que este autor se referiu mais – quando pretendia estabelecer uma comparação – à arte das cidades do litoral, e sobretudo à de Salvador, do que ao barroco mineiro.

Myriam Ribeiro de Oliveira, sem dúvida o nome mais conceituado quando se fala do barroco e rococó mineiro e do Brasil, teve que sair do Brasil. Foi estudar para Louvain, para a Bélgica. Aí ganhou uma nova perspectiva de ver as coisas, teve professores esclarecidos e pôde frequentar bibliotecas muito bem apetrechadas. E o que não é menos importante, a Bélgica está no coração da Europa, a dois passos da Baviera que tão importante foi para a arte do Entre Douro-e--Minho e de Minas Gerais, da Itália, da França, da Áustria e da então Checoslováquia. Ou seja, teve a possibilidade de ver e estudar as obras de arte *in loco*, respirar as emoções que elas sempre causam a quem as visita e, sobretudo a quem as quer entender.

Bury, talvez o mais arguto dos três estrangeiros, viria a afastar--se destes estudos luso-brasileiros por razões que desconheço. Em contrapartida, Bazin e Smith fizeram uma espécie de Tratado de Tordesilhas, o primeiro "ficou" com o Brasil, o segundo com Portugal, embora pontualmente Smith continuasse a estar atento à arte brasileira e muito particularmente à mineira. E talvez não seja por acaso que publicou, já na década de 1970[8], uma monografia sobre o santuário de Congonhas em que o analisou de uma forma global, mas também olhando com muita atenção para as relações de muitas das formas, dos ornatos que ali encontrou, com o que já vira sobretudo na cidade de Braga, de onde, aliás, aquelas formas eram originárias.

E Congonhas foi precisamente o tema da tese de mestrado de Myriam Ribeiro de Oliveira. Sendo mineira, natural da região de S. João del Rei, nada mais natural que esta historiadora de arte brasileira tivesse Congonhas como uma primeira escolha. E nada mais natural, também, que uns anos mais tarde uma sua aluna, Mónica Massaro, moradora em Belo Horizonte, querendo vir para Portugal fazer mestrado em História de Arte tivesse escolhido para tema da sua tese – deve dizer-se que o fez por sugestão da sua professora –, o santuário do Bom Jesus do Monte, legando-nos aquele que é, até hoje, o melhor estudo sobre este magno santuário no domínio da História de

[8] SMITH, Robert C. – *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1973.

Arte[9]. É curiosa a existência deste estudo, esta vontade de conhecer as origens, um sentimento relativamente recente, que de certa forma seguiu as pisadas de Mário Barata, um historiador de arte carioca, mas de ascendência bracarense, o que não deixa de ser interessante (!), autor de dois belos textos sobre a arte de Braga no século XVIII, sendo um relativo ao Bom Jesus do Monte[10]!

Na sua tese de doutoramento Myriam Ribeiro de Oliveira voltaria ao estudo da arte portuguesa e muito particularmente da existente no Entre Douro-e-Minho[11], um estudo que incluiu nos capítulos que antecedem os que dedicou ao Brasil, sendo a primeira investigadora a referir que sendo a arte de André Soares devedora das gravuras de Augsburgo, ele não as copiava, antes as recriava, no que, aliás, Soares estava de acordo com o que se fazia na Europa do seu tempo.

Mas a capacidade de atracção e de união desta investigadora não se limitou aos estudos que desenvolveu. É que não é menos importante o trabalho que levou avante com pleno sucesso de dar a conhecer o Brasil aos investigadores portugueses – o que motivaria a resposta dos portugueses –, atraindo ao lado de cá do Atlântico uma série de investigadores brasileiros.

Expliquemo-nos: já vimos atrás que a permuta entre historiadores de arte de um e outro lado do oceano era praticamente nula. No I Congresso Internacional do Barroco no Brasil, em 1982, apenas esteve presente um investigador português, Flávio Gonçalves.

Passados sete anos, coube a Myriam Ribeiro de Oliveira uma parte muito importante da preparação do II Congresso Internacional do Barroco no Brasil (Ouro Preto, 25 a 29 de Setembro de 1989). Conhecedora de Portugal, onde tinha vindo a primeira vez na qualidade de

---

9 MASSARA, Mónica F. – *Santuário do Bom Jesus do Monte: fenómeno tardo barroco em Portugal.* Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte, 1988. Mónica Massaro fez o seu mestrado em Lisboa, em 1982.

10 Autor de dois importantes estudos sobre a arte bracarense: *Origem dos Santuários tipo Bom Jesus do Monte, em Braga, nos Sacro-Monte do norte da Itália (Piemonte e Lombardia), dos séculos XVI e XVII – exemplo do de Varese*, "Bracara Augusta", Braga, 20 (64), 1973, sep. E *Nota sobre a igreja de Nª Sª de Guadalupe de Braga*, "Bracara Augusta", Braga, 32 (73/74) Jan.-Dez. 1978, pp. 69-77, il. Sep.

11 OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de – *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

12 Estávamos nós a investigar no Arquivo Municipal de Braga quando num dia daquele mês de Março vimos entrar na sala uma jovem investigadora brasileira e ouvimos o pedido que dirigiu ao responsável, dizendo queria adquirir as Actas do notabilíssimo congresso que alguns anos antes, em 1973, se fizera em Braga em honra de André Soares, congresso que teve a acessoria científica de Robert Smith e Flávio Gonçalves e actas que encheram três volumes da volumosa revista municipal, *Bracara Augusta*.

investigadora em Março de 1978[12], e conhecedora dos trabalhos de Bury, Bazin e Smith, Myriam correu Portugal de Norte a Sul na procura das fontes primárias do barroco mineiro.

Voltaria na década seguinte, agora com outra intenção: conhecer os investigadores portugueses. Inconformada com o isolamento existente entre as comunidades de um e outro lado do Atlântico e bem ciente da extrema importância que a arte portuguesa tivera no desabrochar e no desenvolvimento da arte brasileira em geral e de Minas Gerais em particular, desta vez Myriam procurou conhecer os investigadores portugueses correndo as universidades, também de Norte a Sul. As amizades que criou foram corporizadas nos convites que endereçou a um conjunto de 11 (onze!) investigadores portugueses que tiveram as viagens e estadia pagas. Nunca uma tão grande embaixada portuguesa de historiadores de arte portugueses tinha pisado terras brasileiras[13]!

Como resposta, Pedro Dias, que não tinha estado em Ouro Preto, organizaria em Coimbra, em 1992, o I Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte. Este Colóquio tinha um ponto de honra: era obrigatório conseguir trazer a Portugal, no mínimo, um número igual de brasileiros. Estes encontros tiveram continuidade: durante cerca de duas dezenas de anos, de dois em dois anos, ora se organizavam em Portugal, ora no Brasil.

Foi tão importante para os investigadores passarem a conhecer os monumentos e a arte do país contrário, quanto o conhecimento e as amizades que se teceram entre eles, as trocas de ideias e de bibliografia. Ao mesmo tempo houve um natural alargamento e aprofundamento dos campos de interesse. Os portugueses, por exemplo, deixaram de olhar apenas para a figura ímpar do Aleijadinho, estenderam o seu campo à própria colonização, sobretudo de Minas Gerais. E ao percurso dos seus artistas por essas terras do novo mundo, nomeadamente a figura ímpar de "arquitecto" de António Pereira de Sousa Calheiros e a do escultor e entalhador Francisco Vieira Servas[14].

Não foi fácil convencer o funcionário da bondade e importância daquele pedido. Afinal porque é que não deveriam ser oferecidos aqueles volumes a quem viera de longe e tivera o cuidado de os pedir quando o corrente era a direcção do município ofertar os volumes a toda e qualquer pessoa, muitas delas sem qualquer formação e interesse na área de História de Arte?

13 Podem ver-se os resultados deste congresso no volume 15 da revista Barroco (Belo Horizonte, 1990-1992). Foi essa a primeira vez que pisamos solo do Brasil. Sobre esta epopeia e sobre Myriam Ribeiro de Oliveira pode ver-ser um texto publicado alguns anos após termos escrito e apresentado estas presentes palavras: OLIVEIRA, Eduardo Pires; RODRIGUES, Joaquim M. – *Entrevista a Myriam Ribeiro de Oliveira*. ARTIS, Lisboa, 7/8, 2020, p. 20-27.

14 OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga, Autor, 2016.

Sinal mais do que evidente do interesse dos investigadores mineiros pelo território de origem dos seus artistas são as teses de doutoramento de André Dangelo, Maria Cláudia Orlando Magnani, Patrícia Daniele Urias e David Machado[15], até agora infelizmente apenas publicadas parcialmente no lado de cá. Ou outros textos de menor volume de páginas, mas igualmente importantes, de que referiremos entre vários outros um de Myriam Ribeiro de Oliveira[16] e outro de Marcos Vinicius Teles Guimarães[17], ambos apresentados no *I Colóquio Minho e Minas Gerais* (S. João del Rei, 2018), que contou ainda com outras comunicações de Eduardo Pires de Oliveira[18], André Dangelo[19] e Patrícia Urias[20], cujas participações foram curiosamente publicadas no lado de cá do Atlântico, em Braga!

Um outro colóquio que uniu investigadores dos dois lados do Atlântico foi precisamente este para que escrevi o presente texto, realizado em Matosinhos em Junho de 2019, tendo como motivo central a imagem do Senhor Bom Jesus de Matosinhos nas suas mais diversas apresentações ou designações, sendo que uma delas tem a ver com Minas

---

15 DANGELO, André Guilherme Dornelles – *A cultura arquitectónica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitectos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito da cultura na produção da arquitectura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Belo Horizonte, UFMG, Escola de Arquitectura, 2006.
MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando – *Cultura pictórica e o percurso da quadratura no Arraial do Tijuco no século XVIII: entre o decorativo e a persuasão. Belo Horizonte*, UFMG, 2013.
URIAS, Patrícia Danielle – *Francisco de Lima Cerqueira: a actuação do mestre português em Minas Gerais entre os anos de 1754 e 1808*. Belo Horizonte, UFMG, Escola de Arquitectura, 2017.
MACHADO, David Prado – *Capelas domésticas. Função, iconografia e Mecenato na Região das Minas*. Belo Horizonte, UFMG, Escola de Arquitectura, 2018.

16 OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro – *Bracarenses e lisboetas no Barroco de Minas Gerais*. "Bracara Augusta, Braga, 66, 2019, p. 10-27.

17 GUIMARÃES, Marcos Vinicius Teles – *Casario tradicional luso-brasileiro, séculos XVIII e XIX: relações entre São João del Rei (Brasil) e Portugal*. "Bracara Augusta, Braga, 66, 2019, p. 95-131.

18 OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Duas gerações de entalhadores entre o Minho e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII: o pai Jacinto da Silva e os filhos Luís Manuel da Silva (no Minho) e José Maria da Silva (no sul de Minas Gerais)*. "Bracara Augusta", Braga, 66 (132), 2019, p. 29-61.

19 DANGELO, André Guilherme Dornelles – *A contribuição do Minho na arquitectura religiosa em Minas Gerais: o doutor António Pereira de Sousa Calheiros e a barroquização da arquitectura setecentista em Minas Gerais*. "Bracara Augusta, Braga, 66, 2019, p. 63-94.

20 URIAS, Patrícia – *O Minho e as Minas Gerais setecentistas de Francisco Lima Cerqueira*. "Bracara Augusta, Braga, 66, 2019, p. 133-170.

Gerais, com o santuário que tem exactamente esse nome, em Congonhas do Campo, já atrás várias vezes referido. Não pela tipologia da representação da figura de Cristo, mas sim pelo topónimo. E será sobre ele que exactamente nos pronunciaremos, acerca das origens minhotas deste santuário.

São duas as formas que devemos abordar. A primeira, mais longínqua, quase diríamos o arquétipo, é a "arqueologia" deste santuário. A segunda é a razão do nome que recebeu.

Vejamos a primeira. Na antiguidade foi corrente haver uma série de pessoas, mas essencialmente homens, que se retiravam para locais isolados para viver uma vida muito recatada, meditando e encomendando-se a Deus. Talvez o eremita mais conhecido seja Santo Agostinho (354-430). Mas muitos outros houve, sendo que mesmo a vida de alguns foi glosada em obras literárias de grande merecimento como foi, por exemplo, o romance de Aquilino Ribeiro intitulado *São Bonaboião anacoreta e mártir* (1937).

Ponto 1. Na área ocupada por Portugal embora fossem correntes as capelas situadas no alto de montanhas, mais ou menos isoladas, a história pátria não regista nomes de alguns destes homens que, com toda a certeza, existiram aqui ou acolá. Essas capelas podiam ter uma invocação, mas raramente sabemos as razões da sua origem; não seria, porém, de admirar que algumas delas tivessem começado pela devoção destes eremitas. Embora nada se saiba sobre a sua origem, talvez se possa dizer que no território do Minho existe uma destas capelas, a que foi dedicada a Nossa Senhora da Lapa e está situada no alto de uma montanha, sob um imenso penedo, na freguesia de Soutelo, concelho de Vieira do Minho. É certo que hoje não se vê nenhuma estrutura de pedra construída pelo homem ao lado da capela, estrutura que pareça ter servido como local onde um eremita pudesse viver; mas não nos admiraria que essas construções tivessem existido e que com o passar dos tempos e deixando o eremita de ali viver tivessem acabado por ser desmontadas, desaparecendo. Mas, também poderiam ser de madeira, pelo que seria fácil não ficar qualquer vestígio.

Ponto 2. Em meados da década de 1690 um grupo de homens partiu da cidade de S. Paulo para explorar o território situado a norte. O acaso ou a sorte fez com que tivessem descoberto jazidas de ouro e pedras preciosas; o conhecimento desses achados correu à velocidade da luz fazendo com que um sem fim de portugueses, sobretudo do Norte de Portugal, se tivessem de imediato deslocado para lá, para

o eldorado que parecia ser esse território, futuro Estado de Minas Gerais.

Como resultado, em 1705, já no arraial de Vila Rica, futura Ouro Preto, tinha sido instalada uma Casa dos Contos, ou seja, a casa onde o Estado português cobrava um quinto das riquezas que fossem descobertas. Foi tão grande a emigração que em 1711 e 1719 o rei português emitiu uma lei obrigando a que quem quisesse sair da metrópole era obrigado a ter um salvo conduto, sobretudo as gentes de Entre Douro-e-Minho cujos povos estavam a sair em revoadas e revoadas para o "novo" território de Minas Gerais[21]. Significativo é o caso, por exemplo, da entrada de muitos pedreiros galegos a partir da década de 1730, pedreiros que vieram ocupar o espaço dos minhotos daquela arte que tinham partido para Minas[22].

Sé é compreensível que a maior parte destes homens tenha tentado a sorte no garimpo, na mineração, como forma mais rápida para enriquecer – afinal o sonho primeiro de todos eles – também não deixa de ser perfeitamente aceitável que uns tantos tenham pensado de uma forma bastante diferente e resolvido trabalhar no ofício que tinham na metrópole, até porque a falta de mão-de-obra qualificada em Minas Gerais deveria ser imensa, pelo que o salário deveria ser gratificante.

3. Ao irem para Minas Gerais estes homens levavam, naturalmente, os seus hábitos. E, naturalmente também, tentavam reproduzi-los o mais possível na sua nova terra. E faziam-no porque o mais normal era que fossem para junto de outros homens que ou já conheciam ou de quem tinham ouvido falar, ou a quem tinham sido encomendados, homens que muito possivelmente eram oriundos da sua cidade ou aldeia. Portanto, nada mais natural que tentassem repetir no novo território os seus velhos gostos, os seus velhos hábitos.

Era a manutenção das confrarias, das festas religiosas, e de muitos outros costumes ancestrais. Diga-se, por exemplo, que a música popular da região da Baía conserva a memória das lutas dos mouros contra os cristãos, o que também pode ser visto em alguns cortejos populares. Este facto é absolutamente fantástico sobretudo se nos

---

21 OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Entre Douro e Minho e Minas Gerais no século XVIII: Relações artísticas*. In: *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras da América*. São Paulo, UNESP, 1999, pp. 147-179. Republicado em OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga, Autor, 2016, p. 67-92.

22 OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Pedra a pedra: pedreiros galegos na arquitetura minhota do século XVIII*. "Bracara Augusta", Braga, 60 (131), 2015, p. 155-267. Sep.

lembrarmos que os árabes foram expulsos do território português em 1263 e Pedro Álvares Cabral só chegou ao Brasil 237 anos mais tarde! Diga-se, também, que um excelente cantor nordestino, Elomar, tem no seu repertório uma música com este tema.

Em Mariana, Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, São João del Rei e muitas outras cidades históricas mineiras encontramos, por exemplo, pequenas casas em tudo semelhantes às que ainda hoje se veem aqui e acolá no Minho, seja nas zonas antigas de cidades e vilas, seja em aldeias ou marginando caminhos e estradas[23].

Mas a memória minhota não se conserva só nas pedras ou na madeira, na arquitectura, escultura ou talha. Ela é também viva na gastronomia, veja-se, por exemplo, a couve mineira que não é mais que a couve galega, o que faz com que em Minas Gerais também seja popular um dos ex-libris gastronómicos do Entre Douro-e-Minho, o caldo verde, que é feito sensivelmente com a mesma receita: batata cozida e desfeita, couve segada e, como conduto, uma tora de salpicão.

A vida também deveria ser tão dura cá quanto lá e mesmo a paragem ao domingo imposta pela igreja não deveria ser muito respeitada porque se no Minho havia contínuas fugas a essa regra, em Minas Gerais, que era muito mais liberal porque a fiscalização religiosa era bem menor, sem ordens regulares e talvez bem menos padres, o seu cumprimento deveria ser bastante menos respeitado.

Não admira, portanto, o tremendo sucesso que teve a erecção de um santuário, como foi o do Bom Jesus de Matosinhos, então nas vizinhanças do arraial de Congonhas. No Entre Douro-e-Minho estes locais, os santuários, eram não só os sítios religiosos mais frequentados pelos povos como, também, eram os mais ricos, tal era a quantidade de dinheiro que os peregrinos ali deixavam. Cêntimo a cêntimo o dinheiro entrava em tal quantidade que o arcebispo de Braga, D. José de Bragança (1741-1758), teve como uma das primeiras atitudes do seu governo a criação da Intendência Geral dos Santuários. É que o povo labutava muito duramente, de sol a sol, 12 horas por dia no Verão e um pouco menos no Inverno; e o raríssimo momento em que fazia uma pausa era quando ia em peregrinação ao santuário da sua

---

[23] Sobre o velho casario setecentista de um lado e outro do Atlântico vejam-se, entre outros estudos, GUIMARÃES, Marcos Vinicius Teles – *Casario tradicional luso-brasileiro, séculos XVIII e XIX: relações entre São João del Rei (Brasil) e Portugal*. "Bracara Augusta, Braga, 66, 2019, p. 95-131. Ou OLIVEIRA, Henrique Gonçalves – *Um conto de duas cidades: Diálogo arquitetônico entre Braga e Diamantina do século XVIII*. São Paulo, 2018 (tese de mestrado apresentada da Universidade Federal de São Paulo, não publicada).

devoção, deixando sempre a sua esmola[24]. Como exemplo, veja-se que a grande igreja do santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (Póvoa de Lanhoso) foi levantada num curto espaço de tempo, decorreram menos de 20 anos entre a notícia do milagre e a construção do templo.

Em Congonhas, o santuário do Bom Jesus de Matosinhos tinha todas as condições para singrar, bastava somente que quem o criou soubesse fazer passar a sua mensagem pois o povo que estava em Minas Gerais era o mesmo que erguera rapidamente os santuários do Minho. E o homem que o quis criar era efectivamente do Minho.

Feliciano Mendes nascera na freguesia de Santa Maria de Gémeos, concelho de Guimarães, onde fora baptizado no dia 11 de Junho de 1726[25]. Primeiro erigiu uma improvisada cruz, logo depois começou a construir o templo. O que é curioso é que os artistas que levantaram a igreja, seja do ponto de vista de arquitectura, talha, escultura ou, ainda, no que respeita à pintura dos tectos, tanto os da nave, como os da capela-mor foram, curiosamente, ou bracarenses, ou minhotos como nos ensina Myriam Ribeiro de Oliveira[26]. Ou seja, em Congonhas estamos perante uma obra de arte religiosa que tanto poderia ter sido levantada no Minho como naquele local.

E essa era a realidade setecentista no Minho e em Minas Gerais: os povos eram os mesmos, os costumes religiosos do povo foram também os mesmos enquanto aquele território esteve sob a administração de Portugal. As práticas, os gostos, os hábitos só muito lentamente foram mudando. E hoje ainda se nota muita influência da velha metrópole, sobretudo do Minho, a terra de onde partiu a maior parte dos homens que povoaram Minas.

---

[24] OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Breve reflexão sobre os santuários no Minho, na Idade Moderna*. "Mínia", Braga, 3ª série, 14, 2019, p. 111-131.

[25] Guimarães, Arquivo Alfredo Pimenta, PT-AMAP-PRQ-P-309, fól. 110. Agradeço a António Amaro das Neves a preciosíssima ajuda na identificação deste assento de baptismo.

[26] OLIVEIRA, Myriam Ribeiro – *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Brasília, IPHAN, 2012. Veja-se, também, da mesma autora *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas*. Brasília, IPHAN, 2006.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Arquivo Alfredo Pimenta, Guimarães, PT-AMAP-PRQ-P-309, fól. 110.

Impressos

BARATA, Mário – Origem dos Santuários tipo Bom Jesus do Monte, em Braga, nos Sacro-Monte do norte da Itália (Piemonte e Lombardia), dos séculos XVI e XVII – exemplo do de Varese. *Bracara Augusta*, Braga, 20 (64), 1973.

BARATA, Mário – Nota sobre a igreja de Nª Sª de Guadalupe de Braga. *Bracara Augusta*, Braga, 32 (73/74) Jan.-Dez. 1978, pp. 69-77, il. Sep.

Barroco, Belo Horizonte, vol. 15, 1990-1992.

BAZIN, Germain – *L'architecture religieuse du Portugal e du Brésil à l´époque baroque*. In: XVI CONGRÈS INTERNATIONAL D'HISTORIE DE L'ART – *Rapports et communications*, vol. 1. Lisboa, 1949, p. 69-93.

BAZIN, Germain – Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le Nord du Portugal. *Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, 2, 1950, p. 3-15.

BAZIN, Germain – Morphologie du retable portugais. *Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, 5, 1953, p. 3-28;

BAZIN, Germain – *The iberian baroque and the new world*. In: HUYGHE, René (ed.) – *Larousse Encyclopedia of Renaissance and Baroque*, Paul Hamlyn, 1962, p. 341-357;

BAZIN, Germain – *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, [1971];

BURY, Jonh – Barroco tardio e rococó no Norte de Portugal. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 15 (3), Out. 1956. Republicado em *Arquitectura e arte colonial no Brasil Colonial*. São Paulo, Nobel, 1991.

DANGELO, André Guilherme Dornelles – *A cultura arquitectónica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitectos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito da cultura na produção da arquitectura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitectura, 2006 (tese de doutoramento não publicada).

DANGELO, André Guilherme Dornelles – A contribuição do Minho na arquitectura religiosa em Minas Gerais: o doutor António Pereira de Sousa Calheiros e a barroquização da arquitectura setecentista em Minas Gerais. *Bracara Augusta*, Braga, 66, 2019, p. 63-94.

GUIMARÃES, Marcos Vinicius Teles – Casario tradicional luso-brasileiro, séculos XVIII e XIX: relações entre São João del Rei (Brasil) e Portugal. *Bracara Augusta*, Braga, 66, 2019, p. 95-131.

LEMOS, A. Vieira de – *António Francisco Lisboa. O Aleijadinho*. Porto, Centro de Estudos Brasileiros do Porto, 1965; 2ª ed. 1972.

MACEDO, Diogo – O Aleijadinho de Minas Gerais. *Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, 3, 1951, p. 33-41.

MACHADO, David Prado – *Capelas domésticas. Função, iconografia e Mecenato na Região das Minas*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitectura, 2018.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando – *Cultura pictórica e o percurso da quadratura no Arraial do Tijuco no século XVIII: entre o decorativo e a persuasão.* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (tese de doutoramento não publicada).

MASSARA, Mónica F. – *Santuário do Bom Jesus do Monte: fenómeno tardo barroco em Portugal.* Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte, 1988.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – Breve reflexão sobre os santuários no Minho, na Idade Moderna. *Mínia*, Braga, 3ª série, 14, 2019, p. 111-131.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Entre Douro e Minho e Minas Gerais no século XVIII: Relações artísticas*. In: *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras da América*. São Paulo, UNESP, 1999, pp. 147-179. Republicado em OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga: Autor, 2016, p. 67-92.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – Pedra a pedra: pedreiros galegos na arquitetura minhota do século XVIII*. Bracara Augusta*, Braga, 60 (131), 2015, p. 155--267. Sep.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga: Autor, 2016.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – Duas gerações de entalhadores entre o Minho e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII: o pai Jacinto da Silva e os filhos Luís Manuel da Silva (no Minho) e José Maria da Silva (no sul de Minas Gerais). *Bracara Augusta*, Braga, 66 (132), 2019, p. 29-61.

OLIVEIRA, Eduardo Pires; RODRIGUES, Joaquim M. – *Entrevista a Myriam Ribeiro de Oliveira*. ARTIS, Lisboa, 7/8, 2020, p. 20-27.

OLIVEIRA, Henrique Gonçalves – *Um conto de duas cidades: Diálogo arquitetônico entre Braga e Diamantina do século XVIII*. São Paulo, 2018 (tese de mestrado apresentada da Universidade Federal de São Paulo, não publicada).

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de – *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Myriam Ribeiro – *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas*. Brasília: IPHAN, 2006.

OLIVEIRA, Myriam Ribeiro – *Os passos de Congonhas e suas restaurações*. Brasília: IPHAN, 2012.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro – Bracarenses e lisboetas no Barroco de Minas Gerais. *Bracara Augusta*, Braga, 66, 2019, p. 10-27.

RAMOS, Donald – From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Brazilian Family. *Hispanic American Historical Review (North Carolina)* vol. 73 (4), November 1993, p. 639-662.

SANTOS, Reinaldo – *As artes plásticas no Brasil. Antecedentes portugueses e exóticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968. Introdução de Rodrigo Mello Franco de Andrade.

SMITH, Robert C. – *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1973.

TAVARES, Domingos – *Casas de Brasileiro*. Porto: Dafne editora, 2015 (Equações de arquitectura, 35)

URIAS, Patrícia Danielle – *Francisco de Lima Cerqueira: a actuação do mestre português em Minas Gerais entre os anos de 1754 e 1808*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitectura, 2017 (tese de doutoramento não publicada).

URIAS, Patrícia – O Minho e as Minas Gerais setecentistas de Francisco Lima Cerqueira. *Bracara Augusta*, Braga, 66, 2019, p. 133-170.

Translado de lei de Sua Majestade sobre os passageiros dos Brasis

Dom João, por graça de Deus, eus, ei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África Senhor da Guiné e da conquista da navegação e comércio da Etiópia, Arábia Pérsia e da Índia, etc., faço saber a seu ouvidor da comarca e cidade de Braga ou a quem a nosso cargo servir que eu passei agora uma lei por mim assinada e passada pela minha chancelaria da qual translado é o seguinte:

Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África Senhor da Guiné e da conquista da navegação e comércio da Etiópia, Arábia Pérsia e da Índia, etc., faço saber aos que esta minha lei virem que não tendo sido bastantes as providências que até ao presente tenho dado nos decretos de vinte e cinco de Novembro de mil setecentos e vinte, digo e dezanove de Fevereiro de mil setecentos e onze para se proibir que deste reino passe para as capitanias do estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dela, principalmente da província do Minho, que sendo a mais povoada se acha hoje em estado que não há gente necessária para a cultura das terras nem para, nem para (sic) os serviços dos povos, cuja falta se faz tão sofrível que necessita acudir-se-lhe com o remédio pronto e tão eficaz que se evite a frequência com que se vai despovoando o reino, fui servido resolver que nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou estado que seja possa passar / fol. 158 / passar às referidas Capitanias senão as que forem despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios de justiça e fazenda as quais não levarão mais criados que a cada uma cumprir conforme a sua qualidade e emprego sendo estes portugueses e das pessoas eclesiásticas as quais forem nomeadas bispos, missionários, prelados e religiosos das religiões do mesmo estado professos nas províncias dele como também os capelães dos navios que navegam para o mesmo estado e dos seculares além dos referidos só poderão ir os que mostrando que são portugueses justificarem com documentos autênticos que vão fazer negócio considerável e de importância com fazendas suas e até as para voltarem ou os que outrossim justificarem terem negócios tão precisos que se não forem acudir a eles lhes causará grande prejuízo cujas circunstâncias se hão de examinar nesta corte pelo Desembargador Belchior do Rego Andrade ou outro qualquer ministro que na

sua falta eu for servido nomear depois de um exacto exame correrão as partes à secretaria de estado para se lhes passar os seus passaportes os quais se não passarão sem a referida procuração; e dos que se embarcarem na cidade do Porto pelo chanceler da Relação dela e da vila de Viana [do Castelo] pela pessoa que governar as armas daquela província, os quais somente darão os ditos passaportes constando-lhes primeiro por certas averiguações passam às referidas capitanias com os cargos e ocupações sobreditas e não com outro qualquer pretexto e para que assim se executem a ordeno à dita pessoa que governas as armas e ao chanceler da / fol.159 / da Relação que nos navios que daqueles portos saírem para as capitanias do estado do Brasil na hora de se fazerem à vela lhes mandarem dar busca e achando neles praça de soldado e não a tendo serão remetidos presos às cadeias correndo (sic) estarão seis meses e pagarão cem mil réis de condenação que aplico para as despesas do Concelho Ultramarino e não tendo com que pagar a dita condenação irão degradados para a África por tempo de três anos e nesta corte se praticará o mesmo quando estiverem para partirem as frotas mandando-se fazer esta diligência pela Secretaria de estado e os capitães e mestres dos navios em que forem achados incorrerão na pena de quatrocentos mil réis que também [serão] aplicados para as despesas do mesmo Conselho e para não embaraçar a saída aos mesmos navios fazendo-lhe outro de achada (sic) os deixarão seguir sua viagem remetendo o dito auto ao Conselho Ultramarino para na torna viagem se proceder contra eles pelas ditas condenações e para que mais exactamente se observe a disposição referida ordeno que nenhum navio ou embarcação que for dos portos deste reino para as capitanias do Brasil possam sair deles sem levarem a lista da gente para seu serviço e navegação e que nos portos do Brasil não desembarque pessoa alguma sem primeiro o mestre ou capitão dê parte do governador do porto a que chegar e este mande visitar a dita embarcação o qual achando que nela vai mais gente do que consta na lista sem passaporte a prendam e a remetam a este reino para nele executar a pena / fol. 160 / referida autuando o mestre e capitão e remetendo o auto ao Conselho Ultramarino para por ele se executar a condenação que importa e aos que levarem gente sem passaporte cujas diligências encomendo muito particularmente aos governadores e porque ainda todas estas cautelas poderão ser bastantes para evitar a passagem da gente deste reino para as ditas capitanias hei por bem declarado que tendo qualquer pessoa notícia que algum capitão ou mestre leva na sua embarcação

gente sem passaporte os possam denunciar sendo metade da condenação que eles esta importa para o denunciante e a outra metade para as despesas do Conselho Ultramarino e porque muitos estrangeiros…

… pelo que mando ao aferidor da Casa da Suplicação governador da Relação e casa do Porto e do estado do Brasil, desembargadores das ditas Relações, governadores das províncias, ouvidores, juízes, justiças, oficiais e pessoas destes meus reinos e senhorios que cumpram / fol. 160 / que cumpram esta minha lei e a façam inteiramente cumprir e guardar como nela se contem e para que venha a notícia a todos e se não possa alegar ignorância mando outrossim ao Doutor José Galvão de Lacerda, do meu conselho e chanceler – mor destes reinos e senhorios a faça publicar nos regedores e ouvidores das comarcas e aos ouvidores das terras dos donatários em que os corregedores não entrem por correição e se registarão nos livros do desembargo do Paço e nos das casas da Suplicação e Relação do Porto e nos do Conselho Ultramarino e mais partes onde semelhantes leis costumam registar…

…dada na cidade de Lisboa Ocidental aos oito dias do mês de Abril, El-Rei nosso senhor a mandou… foi publicada esta e nesta cidade de Braga, digo nos lugares públicos dela ao som de caixa tangida hoje em Braga o primeiro de Maio e eu escrivão de que dou fé, eu Jerónimo da Silva, escrivão das execuções que o escrevi Silva. Enão se continha mais / fol. 161 / e não se continha mais na dita lei que foi publicada na forma dela e por verdade aqui a fiz trasladar. Braga, dez de Maio de mil setecentos e vinte e eu Jerónimo da Silva, escrivão das execuções que a subscrevi.

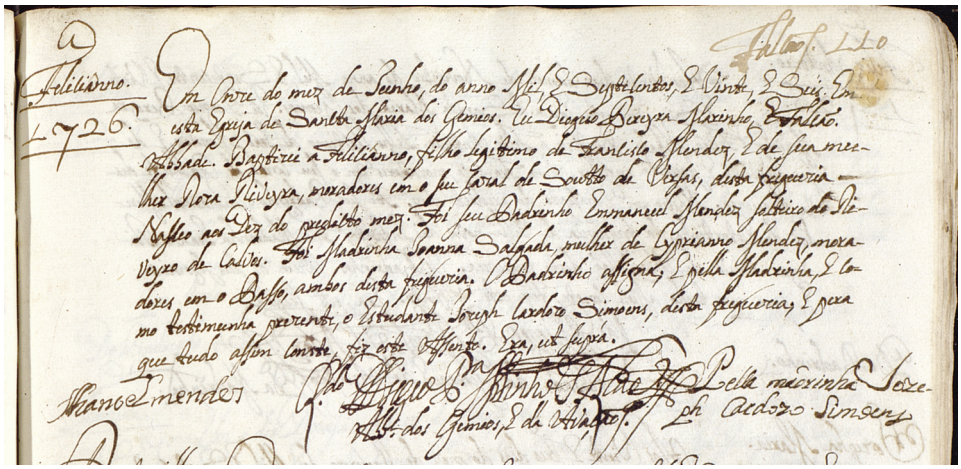
Arquivo Distrital de Braga – *Livro que contém diferentes Alvarás de diversos reis*, fls. 157 – 161.



1 – Capela da Lapa, Soutelo, Vieira do Minho



2 – Bom Jesus do Monte



3 – Guimarães. Arquivo Alfredo Pimenta. Assento de baptismo de Feliciano Mendes



4 – Igreja do Bom Jesus de Matosinhos



Oratório que era carregado pelo ermitão Feliciano Mendes angariando fundos para a construção do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas.

5 – Oratório de Feliciano Mendes. Museu de Congonhas



6 – Congonhas. Santuário do Bom Jesus de Matosinhos



7 – Congonhas. Retábulo-mor do santuário de Bom Jesus de Matosinhos



8 – Capela de Guadalupe, Braga



9 – António Pereira de Sousa Calheiros. Capela de Santo Ovídio, Caldelas, Amares



10 – Igreja de S. Pedro Clérigos Rio de Janeiro



11 – Mariana. António Pereira de Sousa Calheiros. Igreja de S. Pedro dos Clérigos



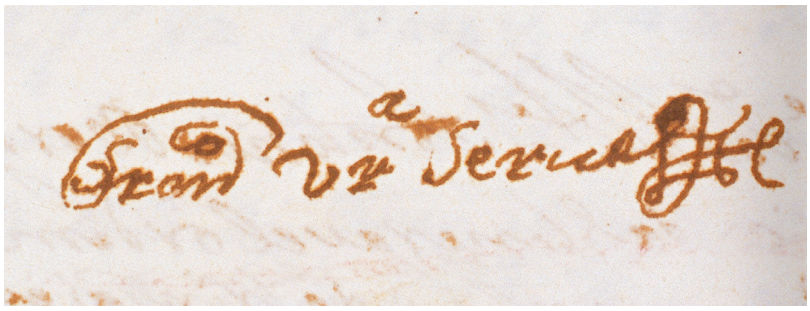
12 – António Pereira de Sousa Calheiros. Ouro Preto. Igreja do Rosário dos Pretos



13 – Ouro Preto. José Fernandes Pinto Alpoim. Palácio do Governador



14 – Ouro Preto. Igreja de S. Francisco



15 – Assinatura de Francisco Vieira Servas



16 – Francisco Vieira Servas. Sabará. Oratório da Prefeitura



17 – Francisco Vieira Servas. Mariana. Igreja de S. Pedro dos Clérigos.



18 – Catas Altas. Francisco Vieira Servas. Matriz de N.ª S.ª da Conceição



19 – Melgaço. Matriz de Parada do Monte



20 – Francisco Lima Cerqueira. S. João del Rei. Igreja de S. Francisco



21 – Francisco Lima Cerqueira. S. João del Rei. Igreja de S. Francisco



22 – Ponte de Lima. Santuário do Senhor do Socorro



23 – Capela das Malheiras, Viana do Castelo



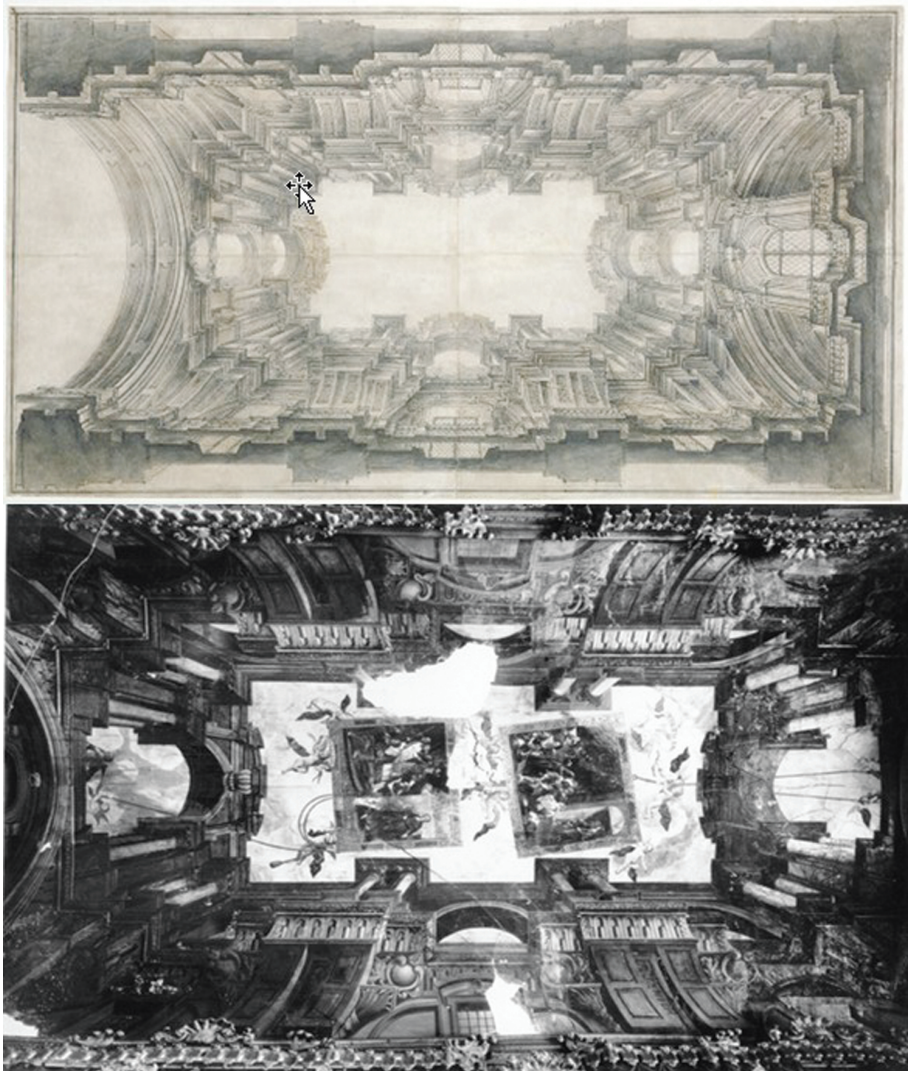
24 – S. João del Rei. Igreja de S. Francisco



25 – S. João del Rei. Ponte do Cadeia



26 – Viana do Castelo. Capela das Malheiras



27 – Sé de Braga. Tecto do coro alto. Destruído em 1960.



28 – Diamantina. Igreja do Carmo



29 – Braga. Avenida Central



30 – Póvoa Varzim. Museu Municipal



31 – Amares. Santuário da Abadia, 1726

Obras no Templo do Mosteiro de Tibães
1654-1661

JOSÉ CARLOS GONÇALVES PEIXOTO [1]

RESUMO: Podemos sinalizar várias fases na edificação e na história do mosteiro de Tibães. Num relance geral e breve diríamos que a edificação, reconstrução e reabilitação do mosteiro de Tibães atravessou seis fases: a fundação no século VI; a refundação e reedificação do mosteiro românico no século XI; a ampliação do mosteiro da reforma do século XVI; as influências barrocas do século XVII e XVIII; expulsão, esbulho dos bens dos monges e entrega do mosteiro ao abandono (1834-1986); a reabilitação patrimonial a partir de 1972.

O templo atual remonta ao período de 1628-1661. Neste estudo procuramos estudar o último período dessa construção 1654-1661. A decoração interior, bem como as restantes obras do mosteiro, são de épocas posteriores.

Palavras-chave: mosteiro de Tibães, fundação, templo.

ABSTRACT: *We can point out several phases in the construction and history of the monastery of Tibães. In a general and brief glance we would say that the construction, reconstruction and rehabilitation of the monastery of Tibães went through six phases: the foundation in the 6th century; the refounding and rebuilding of the Romanesque monastery in the 11th century; the expansion of the monastery of the 16th century reform; the baroque influences of the 17th and 18th century; expulsion, confiscation of the monks' goods and surrender of the monastery to abandonment (1834-1986); heritage rehabilitation from 1972 onwards. The current temple dates back to the period 1628-1661. In this study we seek to study the last period of this construction 1654-1661. The interior decoration, as well as the other works of the monastery, are from later periods.*

Keywords: Tibães monastery, foundation, temple.

---

[1] Investigador e Mestre em Educação pela Universidade do Minho.

INTRODUÇÃO

Este estudo coincide precisamente com a fase final da construção da igreja do mosteiro de Tibães, conforme se pode constatar pela imagem, a seguir, que refere expressamente a data do início e termo do templo 1628-1661.



Para o efeito, consultamos o Arquivo do Mosteiro de Singeverga, mais propriamente, a caixa 15, livro 18, com o título *Livro das Obras do Mosteiro de Tibães*. Este manuscrito respeita ao período de 07 de março de 1654 e culmina em 24 de novembro de 1661.

Simultaneamente ocorriam outras obras em paralelo, no senhorio eclesiástico de Tibães, e o manuscrito citado dá conta dos gastos efetuados com as mesmas, onde todos os valores estão assinalados, na coluna gasto, em reis (rs).

O documento em análise foi redigido pelo padre gastador, o padre mestre-de-obras, debaixo da vigilância e controle do abade geral.

Os beneditinos preocupavam-se em registar e contabilizar tudo, até as mais ínfimas despesas nos livros de gasto e despesa ou dos recibos da casa. Encontramos anotações de pregos, tachas, palha, feno, dobradiças, fechaduras, aluguer de bestas, fios, cordas, alfinetes, esmolas, fosse em pequena ou grande dose.

Todas as verbas destinadas às obras eram entregues ao padre gastador (gastador do convento, demandista), por onde corriam as obras e os gastos da casa, que recebia as verbas do depósito para, posteriormente, consignar as quantias a todas as empreitadas fossem elas arquitetónicas, consertos nas dependências do mosteiro, nos muros das quintas, barcas, moinhos, alfaias, soldadas e salários, géneros alimentícios, tecidos, drogarias, medicamentos, caminhos, carretos, demandas, administração agrícola como sementeiras e despesas com animais.

As verbas recebidas tinham origem na Arca do Depósito a que só tinha acesso os dois ou três padres depositários eleitos no capítulo geral, ou o próprio Abade Geral e na sua ausência o padre Prior, cada um com a sua chave de acesso. Era o que recebia a maior fatia do depósito. O padre gastador acumulava com a função mestre-de-obras[2].

Ao padre gastador competia a responsabilidade de zelar pelas contas que assentava em livro próprio, como no caso presente e objeto de estudo[3].

Este cargo, à semelhança dos restantes de ordem governamental, era renovado trienalmente.

---

2 ADB, CSB, Liv. 316. Junta de 1801.

3 AMS, Caixa 15, Liv. 18

1 – A CONSTRUÇÃO DA IGREJA ENTRE 1654-1661

Uma abordagem deste registo documental, referido anteriormente, com perto de 200 fólios permite explorar várias temáticas bastante diferenciadas: designação, quantidade e origem dos materiais; localização dos recursos; modos e meios de transporte; hierarquização e especificação dos recursos humanos; tipologia das profissões inerentes à construção; localização da origem dos principais núcleos de fornecimento de mão-de-obra.

Já não estamos perante a conceção e a intenção de construção do templo do mosteiro de Tibães, onde se colocam problemas de edificação, projetos a desenvolver, estudos arquitetónicos, modos de execução.

Para aqui chegar foram necessárias técnicas apuradas de edificação, centenas de operários das mais diversas áreas e paciência quanto baste pois tudo era bem conjeturado e, consequentemente, demorado.

O estudo em presença dá-nos conta da obra na fase final de execução, na ocasião acompanhada de perto pelo abade geral, por frei João Turriano[4] e pelos visitadores que acompanhavam de perto a contabilidade.

O mosteiro de Tibães é composto por uma igreja, erigida entre 1628 e 1661 no lugar da antiga igreja românica, seguindo o estilo maneirista, com planta de cruz latina, abóbada de cantaria, capelas laterais na nave e transepto, edifício amplo, sóbrio e funcional; alas conventuais, ruínas e cerca monástica. O projeto da autoria do arquiteto Manuel Álvares obedece às características da arquitetura religiosa portuguesa de então, onde uma larga escadaria dá acesso ao adro onde sobressai a imponente fachada do templo, ladeada por duas torres sineiras e um pórtico axial.

A reedificação da atual igreja monástica, de estilo chão e de grande dimensão, sofreu uma grande ampliação, uma remodelação que demorou cerca de 33 anos, cabendo a decisão de construir e

---

[4] Frei João Turriano nasceu em 1610. Descende de uma portuguesa D. Maria Manuel e de um italiano, um dos mais conceituados engenheiros militares Leonardo Turriano. Em 1629, logo após a morte de seu pai, comunga os hábitos dos beneditinos, tendo-lhe D. João IV entregue o cargo de Engenheiro-Mor do Reino. Herdou do seu pai o gosto pela arquitetura e engenharia.

ampliar a nova igreja, a frei Gregório das Chagas e a frei Leão de São Tomás[5], a quem coube apresentar o plano geral, terminando no abacial de frei Vicente Rangel.

O mosteiro de Tibães, Casa Mãe da Congregação dos Monges Negros de São Bento, reporta, a este período mais lato do estudo, os seguintes abades gerais: 1626-1629, fr. Gregório das Chagas, natural de Lisboa; 1629-1629, fr. Leão de S. Tomás, natural de Coimbra; 1629-1632, fr. Tomás do Socorro (2.ª vez); 1632-1635, fr. António dos Reis, faleceu em Tibães (3.ª vez); 1635-1638, fr. Manuel de Santa Cruz, natural de Vila Conde; 1638-1641, fr. Leão de S. Tomás (2.ª vez); 1641-1644, fr. Pedro de Sousa, Pombal; 1644-1647, fr. António Carneiro, de Vila do Conde; 1647-1650, fr. Miguel de S. Boaventura, de Vila do Conde; 1650-1653, fr. Francisco dos Reis, de Braga; 1653-1656, fr. António de S. Bento, de Viana do Castelo; 1656-1656, fr. Miguel de S. Boaventura (2.ª vez); 1657-1658, fr. Vicente Rangel, do Porto; 1659-1662, fr. Vicente Rangel (2.ª vez).

Na discussão do plano foram determinantes o arquiteto ou mestre pedreiro, encarregado de construir, de supervisionar a obra, de orientar o trabalho dos oficiais.

Aos pedreiros competia a execução da obra, aos carpinteiros a construção da estrutura, desde a cofragem, a estrutura do teto, os andaimes, os elevadores que permitiam a elevação dos materiais, as cambotas onde eram assentes as pedras que iriam formar os arcos.

A construção de raiz foi-se desenvolvendo em torno dos dois claustros, do cemitério e do refeitório, e de dois pátios, o terreiro de S. João e o terreiro das adegas.

Como salientamos anteriormente, o templo ostenta o risco, o traçado e o plano dos arquitetos: Manuel Álvares (recebeu em 6 de agosto de 1654, pelo traço da novel igreja 1.200 rs) ao conceber um templo de nave central com capelas laterais de forma a contemplar a dinâmica de renovação emanada do concílio de Trento (1545-1563); frei João de Turriano, arquiteto beneditino, que acompanhou as obras (recebeu 4.000 rs, em 23 de setembro de 1656 e, no ano seguinte, a quantia de 8.000 rs); António Andrade a quem se atribui a autoria do singular cadeiral tardo-gótico do coro alto (1666-1668); e um vasto

---

[5] Nasceu em Coimbra em 1574 e Lente de Prima da Faculdade de Teologia da Universidade. As suas ossadas foram trasladadas do cemitério da Conchada, da cidade de Coimbra, para Tibães, por alvará assinado em 3 de fevereiro de 1933, in Arquivo do Mosteiro de Singeverga, cx. 17, livro 21.

número de mestres pedreiros que trabalharam como supervisores, entre outros: Bento Correia, António Correia e Pedro Machado.

Estamos perante o termo de um templo com grandes intervenções.

Só, posteriormente, se procedeu à decoração das capelas e de todo o interior (a primeira decoração termina em 1707, daí podermos contar setenta e nove anos desde o início da construção da igreja até estar totalmente ornamentada no interior). A decoração interior onde sobressai a talha dourada do arco triunfal e o retábulo do altar-mor em estilo rocaille foram remetidas para épocas posteriores, com frei Cipriano da Cruz Sousa (1645-1716), André Soares (1720-1769), José Álvares de Araújo e frei José de Santo António Vilaça (1731-1809).

Tudo se deveu ao espírito renovador e reformador beneditino do segundo quartel do século XVII, com as obras de pedraria iniciadas e levadas a cabo a partir de 1628 pelo geral frei Leão de São Tomás.

O período em análise reporta a 1654-1661, mas fora deste espaço temporal de 8 anos, período de conclusão do templo, passou-se à fase do revestimento interior da igreja, onde se expõem os diferentes estilos da talha dourada, o maneirismo; o barroco nacional e joanino; o rococó e o neoclássico. Algumas datas marcam a decoração interior e grandes alterações se processam no seio da igreja:

– 1661, as paredes começam a receber a talha inicial;
– 1661-1655, conclusão do retábulo primitivo da capela mor, atribuído a António de Andrade e respetivas imagens (Visitação, São Bernardo e São Gregório) por frei Cipriano da Cruz, transferido, posteriormente, para S. Romão do Neiva;
– 1668, retábulo e imaginária da primeira capela do lado do evangelho dedicado a Santa Gertrudes, nascida na Saxónia, em 1256, representada com um coração inflamado dentro do qual se encontra o Menino Jesus;
– 1655, colocação de azulejo padrão no claustro do cemitério;
– 1665-1668, construção do coro alto e do cadeiral, igualmente atribuído a António de Andrade;
– 1680, conclusão da fachada do templo com a edificação das duas torres sineiras e dos coruchéus;
– 1680-1683, construção da nova sacristia por frei Cipriano da Cruz;

– 1683-1686, levantamento do pórtico da igreja e da portaria dos carros;
– 1686-1691, reconstrução da portaria de pé, salão da ouvidoria, átrio da igreja, escadaria, dormitório dos gerais, sala do recibo, celeiro e estrebarias;
– 1692-1695, retábulo da capela de Santa Lutgarda ao estilo barroco nacional por frei Cipriano da Cruz, onde a padroeira dos convertidos está representada numa das suas visões: Jesus Cristo desprende um dos braços da cruz, abraça-a e deixa-a beijar uma das suas chagas;
– 1692-1697, dormitório da hospedaria, botica, abegoarias, palheiros e cortes;
– 1698, pintura das imagens do pórtico;
– 1698-1703, livraria, dormitório, adegas e reconstrução ampliada da cozinha;
– 1692-1707, construção dos retábulos ao estilo barroco nacional da mística flamenga do século XIII, Santa Ida de Lovaina, e o da Sagrada Família, todos da autoria de frei Cipriano Cruz;
– 1700, conclusão da sala capitular (na padieira encontramos a data);
– 1750, os três nichos e esculturas de São Bento, S. Martinho e de S. Escolástica (irmã de S. Bento e fundadora da ordem beneditina feminina), respetivamente da esquerda para a direita, por frei José António Vilaça;
– 1757-1760, retábulos da capela mor e da sacristia, por André Soares;
– 1737-1740, António Fernandes Palmeira executa o altar do Descida da Cruz ou do Santíssimo, ao estilo joanino.

O século XVIII marca uma nova fase na remodelação da abadia, centrando-se na igreja, na cerca, nos jardins, nas fontes, nos terreiros. Os obreiros desta fase foram o engenheiro militar Manuel Pinto Vilalobos no traço do pórtico da igreja e Manuel Fernandes da Silva, com intervenções na cerca, jardins e chafarizes, terreiro da portaria, chafariz e nicho de São João e passadiço das celas dos abades-gerais.

2 – FASES NA EDIFICAÇÃO DO MOSTEIRO

Num relance geral e breve, diríamos que a edificação, reconstrução e reabilitação do mosteiro de Tibães atravessou seis fases:

– a fundação no século VI;
– a refundação e reedificação do mosteiro românico no século XI;
– a ampliação do mosteiro da reforma do século XVI;
– as influências barrocas do século XVII e XVIII;
– expulsão, esbulho dos bens dos monges e entrega do mosteiro ao abandono (1834-1986);
– a reabilitação patrimonial a partir de 1972.

A FUNDAÇÃO NO SÉCULO VI

Embora o site da Direção Regional de Cultura do Norte, *https://culturanorte.gov.pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes/*, e outros roteiros e escritos remontem a fundação do mosteiro ao séc. XI (uns entre 1070 a 1077, outros 1080), nós defendemos que a fundação terá ocorrido no séc. VI (ano 562).

No século XI sabemos que Paio Guterres da Silva não fundou, mas reedificou o mosteiro primitivo. Há vestígios desta reconstituição. Mas não temos vestígios do mosteiro primitivo. Isso não obsta a existência de dezenas de argumentos a favor da tese do séc. VI, podendo, no entanto, não ser exatamente no lugar do mosteiro atual. Esses argumentos foram explicitados no nosso livro *Memórias do Couto de Tibães*, dos quais destaco apenas uma carta de frei Drumário, redigida em 7 de outubro de 571, que menciona os cenóbios existentes naquela data: «Dumiense, Antonium, Victorim, Tibianense, Vilare, Vargens, Magnetense, Turris, Claudinum, Cabanense, Azarense – o Dumiense, S. Antão de Moure, S. Vitouro, Tibães, Vilar, Várzea, Manhente, S. Salvador da Torre, S. Cláudio, S. João de Cabanas, S. Cosme de Azere».

Para confirmar a nossa tese sobre a data da fundação do cenóbio, basta ler frei Leão de S. Tomás, que, em 1644, confirma tal afirmação. Acrescente-se ao autor da *Benedictina Lusitana*, outros

ilustres memorialistas como frei Marceliano da Ascensão, frei Tomás de Aquino, frei Manuel de Santo António, Pinho Leal, D. Rodrigo da Cunha, Albano Bellino, Rafael Bluteau e Diogo P. Forjaz de Sampaio Pimentel[6]. Este autor refere a existência de uma lápide com a data de 562, como outros aludiram à mesma pedra e inscrição, entretanto, desaparecida.

Portanto não alinhamos no argumento de falta de comprovação arqueológica e documental. Quem aponta a data de 1080 para a sua fundação por D. Paio Guterres da Silva, esquecem-se ponto um que Dona Velásquides, em 1060, se envolve na reconstrução, ponto dois que a infanta Dona Urraca, em 1071, doa parte do mosteiro à Sé de Tuy e ponto três que Boa Gonçalves, em 1077, doa parte dos bens que possuía em Tibães à Sé de Braga onde foi fundado o mosteiro «ubi modo fundato est monasterio»[7], mas não diz quando, nem onde, nem por quem.

O atual mosteiro é obra do século XVII e XVIII, mas foi construído sobre um mosteiro do século XI, que seria, obviamente, de reduzidas dimensões.

Este mosteiro do século XI sucedeu a um outro que foi construído no séc. VI, na base do monte de São Gens. Portanto o mosteiro, e assim o atestam todos os beneditinos e muitos cronistas, teria sido fundado por volta do ano 562, na zona do atual mosteiro, não necessariamente no mesmo local.

Como se disse não existem vestígios da construção pré-românica e do primitivo mosteiro. Desapareceram, mas temos o «argumentário ad hominem», documentais indiretos, e muitos escritos de eruditos beneditinos que reforçam a nossa tese.

Tibães arvora uma costela dos suevos, dos descendentes de Teodomiro, que foram cristianizados por São Martinho de Dume. A própria etimologia do nome da freguesia tem origem sueva.

A REFUNDAÇÃO DO MOSTEIRO ROMÂNICO NO SÉCULO XI

Se a fundação ocorreu no ano de 562, a seguir a reedificação passou por outras fases: em 1060 a reconstrução do mosteiro por D. Velásquides; em 1071, a doação de parte do mosteiro à Sé de Tuy

---

6 In *Memórias do Bom Jesus do Monte*, Coimbra, imprensa da universidade, 1876, p. 122.
7 *Liber Fidei*, fl. 46-46v, doc. 136 (B) e fl. 159, doc. 609 (C).

pela infanta D. Urraca; em 1088 a continuação da reedificação do cenóbio primitivo por Paio Guterres da Silva. Simultaneamente assistia-se em 1088 à adoção da regra beneditina pelos abades de Tibães: D. Paio ou Pelagius de Teudilanensis; Lovegildo de Tiudilanes; D. Nuno de Tibianis e D. Ordonho. Todos eles desempenharam uma missão relevante na reedificação do mosteiro.

D. Afonso Henriques, em pergaminho datado de 7 de julho de 1140, outorgou ao abade Ordonho de Tibães o couto de Mendo e Santa Maria da Estela (Póvoa de Varzim): «*vestrisque monacis in cenóbio Tiianensi vita sancta perseverantibus vestrique successoribus* – vossos monges que no convento de Tibães perseveram numa vida santa, e a vossos sucessores».

O epitáfio do abade Ordonho: «[…] HOC REQ(u)I(e)SCAT / […][id]US AP(ril)IS ORDONIUS A[bbas]», existente num fragmento de lintel do tímpano do portal, presumivelmente datado de [1151-1161], dá a entender que a igreja românica estaria concluída em meados do século XII, cerca de cindo décadas após a outorga da carta de couto pelo Conde D. Henrique, em 1110, ao abade Nuno de Tibães (1095 a 1135). Com certeza que os abadágios provenientes dos privilégios estabelecidos pela atribuição de couto ao senhorio eclesiástico do mosteiro de Tibães forneceram um valioso contributo e incremento na construção da igreja medieval de traça românica.

Até à fase seguinte assiste-se a uma crise monástico-clerical, onde os beneditinos se acantonaram no Entre Douro e Minho, pressionados no centro e sul pelos cistercienses. Os monges viraram grandes senhores latifundiários. Segue-se a intrusão dos abades comendatários, depredadores dos bens monásticos.

A AMPLIAÇÃO DO MOSTEIRO DA REFORMA DO SÉCULO XVI

O século XVI foi um século charneira e um ponto de partida para a reformação monástica. A nomeação de bispos pastorais e não palacianos, como d. frei Bartolomeu dos Mártires, contribuiu para a tão esperada reforma eclesiástica. Também a chegada de dois monges beneditinos, frei António de Sá e frei João Chanones, favoreceu a dita e necessária ação disciplinadora.

Do cabido de Tibães, no séc. XVI, saiu a ideia de transformar os mosteiros da ordem de natureza medieva ou protomedieva por templos adequados às novas exigências, mais modernos e de feição barroca.

O Governo do abade comendatário frei António de Sá (1535--1550) deu início a melhoramentos. Encontrando o mosteiro arruinado e sem condições de recolher monges «*entrou (…) a reparar o q. podia servir, mandou fazer hum dormitório onde recolheo os monges mandou fazer noviciado, e tudo as mais offecinas necessárias para huma comunidade viver e governar sem falta dentro da clausura*»[8].

A morte de d. Bernardo da Cruz, em 1565, o último abade comendatário, é um marco. Este acontecimento vai motivar um forte impulso na implementação da reforma beneditina começada, seis anos antes, no mosteiro de S. Tirso.

O século XVI foi, a todos os títulos, ímpar na história do mosteiro de Tibães, como casa mãe da ordem beneditina, em 1567, e, três anos depois, assiste ao primeiro capítulo geral e à constituição e à ereção efetiva da Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal. Estas duas datas marcaram o século XVI, enquanto o mosteiro de Tibães alcança maior importância religiosa, cultural, artística, política e social. A partir daqui o mosteiro é alvo de uma renovação arquitetónica, de transição do medieval para o moderno. Quando o abade geral frei Pedro Chaves (1569-1581) tomou posse encontrou o mosteiro assim: «… *tudo pequeno e tudo velho… o mosteiro tinha a portaria para sul*»[9].

É o tempo da portaria dos carros, de novos blocos a sul e a poente, do claustro do cemitério, da capela da Sr.ª do Rosário, da hospedaria e do noviciado. No fundo processou-se uma renovação arquitetónica de transição do medieval para o moderno.

AS INFLUÊNCIAS BARROCAS DO SÉCULO XVII E XVIII

No período 1614-1617 dá-se início à construção do claustro do refeitório.

Mas vai ser no momento posterior, 1628-1661, que o velho edifício românico-gótico dará origem à igreja maneirista cujo traçado se deve a Manuel Álvares. Este período coincide com a fase de maior pujança e remodelação do mosteiro de Tibães de raiz maneirista, com particular incidência no cenóbio medieval.

---

[8] AMS, Marcelino da Ascensão, *Crónica do antigo real e palatino mosteiro de S. Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação athe ao presente*, 1745, fl. 160-165.

[9] AMS, Marcelino da Ascensão, *Crónica do antigo real e palatino mosteiro de S. Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação athe ao presente*, 1745, fl. 211.

Como já referimos, este trabalho abrange e incide, apenas, numa parcela deste momento temporal (1654-1661), quando o mosteiro atinge o máximo esplendor transformando-se num conjunto monástico barroco, constituído pelo templo, espaços conventuais e cerca.

Os livros de obras, existentes no Arquivo Distrital de Braga e no Arquivo do Mosteiro de Singeverga, em regra muito minuciosos, são fundamentais para conhecer o ritmo das edificações, os materiais utilizados e os valores em questão.

Neste período os beneditinos encetaram um projeto de reconstrução, reabilitação e ampliação dos diferentes espaços comunitários. A sensação relativa ao andamento das obras denota que a reconstrução se processou por partes, algumas em simultâneo, em função das disponibilidades financeiras e da capacidade e dinâmica dos abades gerais.

No século XVII, as obras organizaram-se desta forma: novo noviciado, cozinha, dormitório, concluídos em 1625, a decoração do claustro do refeitório com 32 painéis a óleo sobre a vida de São Bento (1626-1629), adossado ao reconstruído claustro do cemitério (1626-1638), novo hospício (1652), a edificação da monumental igreja concluída em 1661, de uma nave, com transepto, com abóbada enquadrada por caixotões em granito, com capelas laterais e uma capela-mor com altar elevado e coro iluminado por janelão.

Durante o período de 1628-1661, várias obras correram em paralelo com a construção da igreja: 1632, construção do caminho para a capelinha de S. Bento; 1644, claustro do cemitério; 1652, reformulação do caminho que liga à capela, colocação de azulejos no claustro do cemitério, expansão do edifício para poente, novo hospício com armários e retábulo, e hospedaria.

No século XVIII as obras incidiram, fundamentalmente, na cerca conventual, com abertura de caminhos, arroteamento dos socalcos e campos, abertura de uma rede de aproveitamento de águas, o pátio alpendrado do galo (1716), a construção do escadório ou Rua das Fontes (1731-1734), o lago, os dois moinhos, uma azenha, um lagar de azeite e um engenho de serrar. Neste século as obras não mais pararam: os restantes retábulos da igreja, fonte de São Bento e de São Beda, passadiço, jardim de São João, reedificação da sala do capítulo, livraria, dormitório para hóspedes, aposentos do abade e respetiva capela, construção do lago, botica.

EXPULSÃO DOS MONGES E ABANDONO (1834-1986)

A extinção das ordens religiosas e a expulsão dos beneditinos das suas casas e moradias, dos seus bens, pertenças e direitos, foi meio caminho para o abandono e degradação máxima, fruto da nacionalização dos bens e mais tarde da venda dos bens religiosos em hasta pública à nova classe dominante, que viria a ocupar, deste modo, os espaços sacralizados.

No percurso existiram pequeníssimas obras de manutenção, mas que nunca chegavam para as encomendas.

Na década de 30, do século XX, com a chegada de quatro beneditinos (António Coelho, Bento Ferreira, Martinho da Cunha e Ludgero Jaspers) pairou a intenção de reabilitação da abadia. Mas foi sol de pouca dura.

A REABILITAÇÃO A PARTIR DE 1972

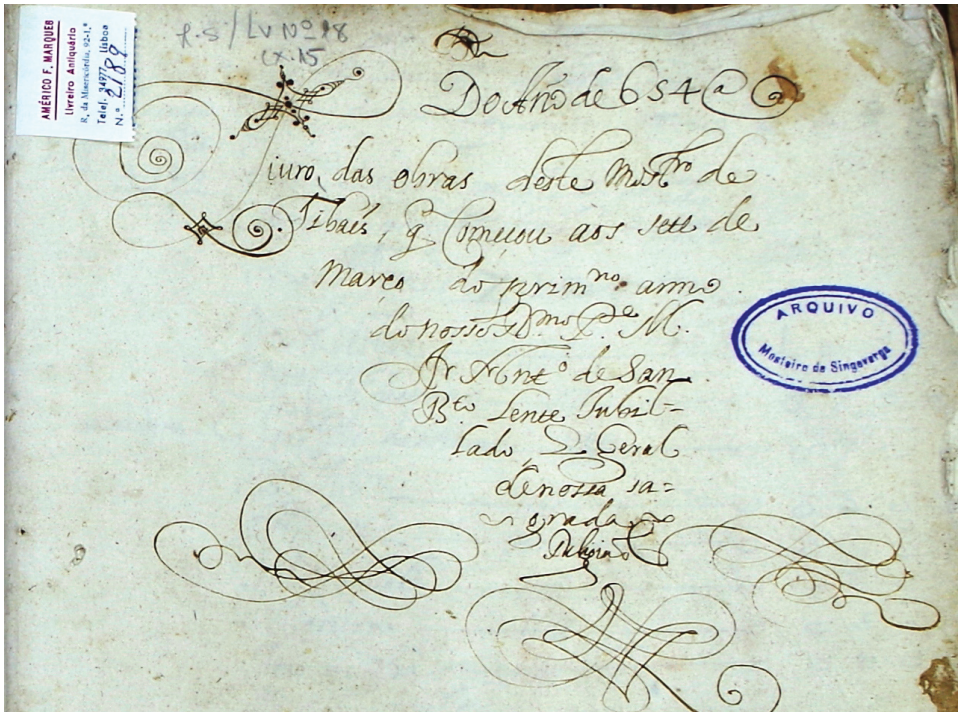
A aquisição do mosteiro pelo Estado aconteceu em 19 de agosto de 1986, agora não por uma questão religiosa, ou seja, dessacralização dos conventos e mosteiros, mas pelo facto de os proprietários privados não reabilitarem o mosteiro e o mesmo prosseguir num estado de degradação alarmante. Esta transição do imóvel dos privados para o Estado, sugerida por muitos durante muito tempo, abriu a clareira que permitiu chegar à fonte da luz.

Depois deste acontecimento, depois da escritura de aquisição e resgate patrimonial, apenas se pensava na urgência da sua reabilitação e valorização como monumento, devolvendo-o à fruição pública como museu. Cada pedra da laboriosa colmeia monástica tem uma história, desta forma haveria que transformá-la num local de encontro e de cultura, num núcleo e espaço museológico por onde pudessem correr exposições, concertos, conferências e as mais diversificadas atividades.

Um espaço de atratividade, de lazer e de cultura que congregasse visitantes amantes do património.

Alguns anos após a aquisição do imóvel pelo Estado, reiniciaram grandiosas obras de reabilitação, que terminaram na restituição patrimonial para fruição cultural.

3 – ESPECIFICIDADE DAS OBRAS ENTRE 1654-1661



Estas obras coincidem com o termo da construção exterior do templo do mosteiro de Tibães, sempre seguidas de perto pelo abade geral, que dava cobertura aos gastos efetuados pelo padre gastador e dos conselheiros técnicos.

A vistoria das obras neste período esteve a cargo de frei Turriano e do facto são várias as saídas de caixa para as suas deslocações.

Os gastos com as obras distribuem-se pelos seguintes locais: claustro novo, lajeamento dos claustros, canteiros dos claustros, forros do coro, do telhado e abóbada da igreja nova, lampadários para a capela-mor, lagar de azeite, moinho do rio, azenha, repuxos de água dos claustros, fonte do dormitório, muros e casa da quinta do anjo, grades de ferro para as janelas da capela-mor, grades de ferro para as janelas da tribuna, grades de ferro para os janelões do coro, grade de ferro para a torre de fora, madeira para a capela-mor (retábulo mor primitivo), portas para o passadiço, barco de passagem de Padim da Graça.

No lapso de tempo compreendido neste estudo, 1654-1661, foram milhares os carretos de pedra, telha, palha e cal. Quase diariamente chegavam ao adro do mosteiro carretos com diferentes materiais de construção que traziam ao estaleiro algum afã e açodamento, concretizando: carros de bois apinhados de pedra (4.041 carretos), centenas de carros de cal, de carvão para a forja do ferreiro das obras (57 carros), de saibro (250 carros), de ferro, telhas (183 carros), carretos de telhões, alcatruzes, azulejos e, para não estranhar, carros de palha milha, palha painça, milho maís, feno e erva.

Permitam-me esta reflexão: se nos últimos oito anos correspondentes à finalização exterior do templo foram necessários mais de quatro milhares de carretos de pedra, calcule-se a dimensão e a quantidade total na globalidade dos 33 anos (1628-1661), período em que o consumo foi muito superior.

O mosteiro além de fretar boieiros e respetivo transporte, possuía, igualmente, uma vasta frota de carros puxados por juntas de bois a quem era necessário providenciar o sustento. Além dos recursos cerealíferos próprios, o mosteiro recorria à aquisição de milhares de dúzias de molhos de palha e outros bens adequados à alimentação dos animais.

Os gastos totais nestes oito anos foram os seguintes:

ano	valor em rs
1654	333.624
1655	559.262
1656	420.886
1657	965.632
1658	692.232
1659	872.494
1660	893.315
1661	884.746
total dos oito anos	**5.622.191**

Os gastos repartem-se por diversas rubricas e que agrupamos deste modo:

- diversos materiais: pedra, madeira de carvalho para a tribuna, cal, saibro, azulejos para as capelas e claustro novo, telhas e cumes para o templo e para a casa da quinta do Anjo, tubos cerâmicos ou alcatruzes;
- metais: ferro, aço, chumbo, pregos;
- mão de obra: mestres de pedraria, oficiais de Afife, de Quintiães, de Rendufe e de Guimarães, aprendizes, assentadores, aparelhadores, carpinteiros, estucadores, ferreiros, boieiros, carreteiros, serventuários, criados, moços de recados, mulheres de frete;
- ferramentas: marrões, cestos, canastros, cântaros, foucinhas, serras, cirandas ou crivos, peneiras, enxadas, alviões, machados, roldanas, cordas, calabres, fechaduras, dobradiças, embraçadeiras, argolas, aguilhões, verrumas;
- manutenção e aquisição de animais: palha, feno, erva;
- carros de bois: jugos, cabeçalhos, tanoeiros, sogas, sebo para olear os carros, breu;
- consertos como do marrão;
- gastos com os moinhos: pedras alveiras[10] e negreiras que atestam a importância da moagem para a administração beneditina, mós para a azenha do moinho do rio, aguilhão para a azenha, segurelha peça onde entra o ferro que segura a mó inferior, pedras de moer para azenha;
- aquisição de um barco novo para a passagem do rio em Padim da Graça;
- diversos: merendas, esmolas, subsídios para os que se aleijavam.

O valor reportado à mão de obra divide-se nuns casos ao dia, à soldada, à féria. Em regra os diversos profissionais, como também os criados, os hortelãos e os moços de servir eram pagos à soldada, os jornaleiros pagos ao dia. Os oficiais distribuíam-se por classes, de primeira, segunda e aprendizes.

Por estranho que possa parecer, neste período não consta nenhuma aquisição de carretos de areia, quer fluvial, quer xistosa, apenas encontramos uma compra de argila, em 6 de dezembro de 1655, por 80 rs.

[10] As pedras alveiras instalavam-se, normalmente, em moinhos de rodízio.

Resumidamente foram despendidos com a:

gastos	Valor em rs
mão de obra	3.544.950
pedra	16.164
cal	626.295
carvão	80.091
palha (2161 dúzias), feno e erva	105.335
saibro	3.980
telha	54.430
160 telhões	775
5 carros de telha para a quinta do Anjo	1.250
ferro (medido em arrobas e arráteis)	77.100
aço	5.240
chumbo	3.790

Explicitemos, melhor, as verbas referidas anteriormente. O preço da mão de obra era muito variável. Um mestre podia auferir 160 rs dia, um oficial 130 rs dia, um carpinteiro 100 rs dia, assentadores a 120 rs dia, trabalhadores de primeira a 100 rs dia, trabalhadores de segunda de 50 a 60 rs dia, aprendizes a 40 rs dia.

Relativamente à pedra é relevante notar que durante todo este período o preço da pedra permaneceu sempre inalterável, 40 rs cada carro. De salientar, igualmente, o baixo preço da matéria-prima em comparação com outros materiais.

Assistimos à aquisição de volumosas quantidades de cal, com certeza para os acabamentos finais em argamassa e para as tintas.

Também encontramos verbas usadas na aquisição de vinho e azeite: o registo de pipas de vinho, com origem no Porto, por 1.100 rs cada, mais tarde a 1.150 rs, acrescidos dos respetivos carretos. Curiosamente também registámos a chegada de pipas de azeite a 1.100 rs cada.

O preço dos materiais era muito diferenciado e, em termos comparativos, mostra a importância e relevância dos mesmos na época.

Durante os oito anos em estudo concluímos que alguns mantiveram sempre o mesmo preço (pedra, ferro, aço); outros variaram muito de preço chegando a aumentar 50 por cento, por exemplo o saibro; outros dobraram de preço, como a palha; e, finalmente, houve materiais que triplicaram como a cal e o carvão, que provinham de origens bem diversas.

Também é de comparar o preço relativo de algumas ferramentas:

material	medida	Valor em rs no início da obra	Valor em rs no fim da obra
pedra	carreto	40	40
ferro	arrátel	22	23
telha	carreto	250	300
saibro	carreto	20	30
carvão	carreto	400	1200
palha	dúzia	30	70
cal	alqueire	12	35
aço	arrátel	50	55
cesto		12	20
verruma		40	
dobradiça		110	
fechadura		60	110
foucinha		40	
jugo		150	
soga		140	200
alcatruz		13	
ciranda, crivo		20	
serra		250	
cabeçalha para os bois		140	
forja para o ferreiro		8000	
marrão		1150	1400

Os materiais utilizados nas obras tinham, em regra, a seguinte proveniência: a pedra e o granito para além de outros fins, para alvenaria e cantaria, saíram, na grande maioria, das pedreiras de Montariol, de Cervães e do monte das Caldas[11]; os azulejos de S. João da Foz, no Porto; a cal de Vila do Conde; o ferro de Braga; as pedras alveiras[12] e negreiras para as azenhas de Viana do Castelo; o peixe do Porto; o feno de Braga.

As medidas em que eram adquiridos os materiais eram as constantes: alqueire (equivalente a 13,215 litros); arrátel (equivalente a 0, 459 kg); arroba (equivalente a 32 arráteis ou 14,688 kg); quintal (igual a 4 arrobas ou 58,752 kg); pipa (25 almudes ou 435 litros); moio (equivalente a 60 alqueires) e a dúzia de molhos (no caso da palha).

Registamos, igualmente, a preocupação em proteger os trabalhadores vítimas de acidentes nas obras. Para tal há várias saídas de verbas para a atribuição de esmolas.

No manuscrito consultado aparece o nome de várias moedas que, na coluna gastos, eram convertidas em reis, desta forma: 1 vintém corresponde a 20 rs; 1 tostão a 100 rs; 20 vinténs correspondem à vigésima parte de um cruzado que são 400 rs; 1 cruzado corresponde a 400 rs; finalmente os contos de réis. O total de gastos nos oito anos em estudo soma 5.622.191$000, valor já indicado anteriormente.

A pesquisa e a abordagem deste documento evidenciam a natural azáfama do estaleiro para a construção do templo, onde abundavam os mestres pedreiros, carpinteiros, ferreiros, oficiais, moços de recados, o moço das ervas, serventuários, assentadores, carreteiros e boieiros. Muitos homens passaram pelas obras no período abordado. Deixamos, aqui, o nome de alguns para que não sejam esquecidos aqueles que, com o seu suor e esforço, levantaram uma obra grandiosa:

Mestres pedreiros – Bento Correia, António Correia e Pedro Machado;

Oficiais – Pedro Gomes, Domingos Lopes, Valadares, João Carvalho, Pedro Coelho, Pedro Gomes, Pedro G., Joseph Correia, João de Sá, João Gonçalves, Sebastião A., Domingos António, Domingos Lopes;

---

[11] ADB, Conv. e Mosteiros da CSB, Tibães, *Livro do Gasto da Casa, livro das obras e livro dos conselhos*, 500, fl. 450.

[12] As pedras alveiras instalavam-se, normalmente, em moinhos de rodízio.

Oficiais de Afife – Sebastião Martins, Martim Pires, João Afonso, Domingos João, Franco Martins;

Pedreiros, assentadores, aparelhadores – Domingos da Silva, João Moreira, António Moreira, João Lourenço, António Lourenço, João André, Baltazar, Domingos Gomes, Gaspar Coelho, Domingos João, Giraldo Carvalho, João do Sisto, Mangoal, Bartolomeu Dias, Bento Lopes, Francisco Gonçalves, Ambrósio Gomes, Domingos Ribeiro, Sebastião Martins; Joseph Correia, Joseph de Sá, Vicente Coelho, Manuel Martins, Manuel Nogueira;

Carpinteiros – Francisco Gomes, Francisco Ribeiro, João Dias, Baltazar Peixoto, Manuel Peixoto, Bento Peixoto, Martim Pires;

Carreteiros de pedra – António Domingues, João Domingues, Gregório Domingues, Paulo Jácome, Amaro Luís, Joseph, João Filipe, Filipe Domingues, Paulo Franco, Gaspar Franco;

Boieiros – Francisco Burgos, Gonçalo, Bento Ribeiro.

CONCLUSÃO

Procuramos dar ênfase a uma das etapas de execução da obra do templo, deduzindo que o produto final correspondeu ao impulso primordial da sua idealização. A partir do traçado arquitetónico passamos em revista as principais intervenções e os elementos de modificação no espaço intervencionado.

Nos diferentes arquivos encontramos vários livros de obras e de gastos relativos à construção da igreja (1628-1661). Como foi referido, inicialmente, nesta investigação debruçamo-nos, apenas, sobre o *Livro das obras do mosteiro de Tibães*[13], entre 1654-1661. O estudo ficaria completo em articulação com os restantes livros.

Para além de outras possíveis abordagens, não poderíamos deixar o nosso testemunho de gratidão por todos aqueles que ergueram este mosteiro, pelo sacrifício indescritível que muitos artífices passaram.

Comparar situações, em épocas diferentes, é impossível, mas dá para constatar que o progresso e as condições de trabalho evoluíram e, neste caso, não poderemos voltar atrás, apenas tomar consciência que o Homem é fundamental na engrenagem da civilização.

---

[13] Arquivo do Mosteiro de Singeverga, caixa 15, livro 18, 1654–1661.

Jerónimo da Mota, um poeta desconhecido

LUÍS DA SILVA PEREIRA *

RESUMO

Reunimos no presente artigo cinco poemas de um escritor pouco conhecido, chamado Jerónimo da Mota. Não consta das Histórias da Literatura porque a sua escassa produção poética ficou inédita e porque não é, realmente, pelo que conhecemos, um poeta de primeira qualidade, embora lhe devamos reconhecer verdadeira inspiração poética e um bom domínio técnico da versificação. Dois deles são apresentados pela primeira vez: uma graciosa e um tanto atrevida décima a uma freira que lhe pediu remédio para os lábios, e um belo soneto ao rio Lima. Dos outros poemas, já foram por nós publicados um romance a Santo António, no suplemento "Cultura" do Diário do Minho de 8.6.2011, e as oitavas à visita que fez a Barcelos o arcebispo de Braga D. João de Sousa, em 1701, também por nós dadas a conhecer igualmente no suplemento cultural do Diário do Minho de 23.5.2012. Decidimos publicar ainda, por ser um poema de difícil acesso, o "Romance ao Leitor" que precede a obra de António Pereira Rego intitulada *Instrução da Cavalaria de Brida,* publicado em Coimbra, na oficina de José Ferreira, impressor da Universidade, em 1679.

Palavras-chave: Jerónimo da Mota, arcebispo D. João de Sousa, Barcelos, poesia barroca.

ABSTRACT

In this paper we have gathered five poems by a little-known writer, named Jerónimo da Mota. He is not included in the History of Literature because his scarce poetic production has become

* Professor aposentado da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UCP - Braga.

unheard of and because, to our knowledge, he is not really a first quality poet, although he should be granted some merit and poetic inspiration, at least according to the hereby presented poems. Two of these are inedited: a graceful and somewhat sassy dizain stanza dedicated to a nun who asked him for some lip medicine, and a beautiful sonnet to the river Lima. Of the other poems identified as belonging to Jerónimo da Mota, we have already published the following: a romance to Santo António, in the supplement Cultura from Diário do Minho, *8.6.2011 newspaper, and the verses dedicated to the visit to Barcelos by the Archbishop of Braga D. João de Sousa, in 1701, also published in the same supplement, 23.5.2012. Because it is a poem of difficult access, we also decided to publish, the "Romance to the Reader" that precedes the work by António Pereira Rego entitled* Instruction of the Cavalry of Brida*, published in Coimbra, by José Ferreira, printer of the University in 1679.*

Keywords: *Jerónimo da Mota, Archbishop D. João de Sousa, Barcelos, Baroque poetry.*

I. BIOGRAFIA

Os elementos biográficos de Jerónimo da Mota até agora conhecidos são escassos. Foram apresentados por Armando Barreiros Malheiro da Silva no excelente estudo que dedicou à *Censura do Tabaco* (pág. 20), também obra de Jerónimo da Mota, publicado na revista Bracara Augusta – Revista Cultural de Regionalismo e História, da Câmara Municipal de Braga, Vol. XXXIX, 1985, nº 87-88 (100--101) e, posteriormente, no ano de 1986, em edição do Arquivo Distrital de Braga /Universidade do Minho. Aí somos informados de que Jerónimo da Mota nasceu em Barcelos, em 1637, sendo filho do licenciado Belchior Lopes da Mota e de sua mulher Maria Vaz. Foi batizado em Barcelos, a 7 de abril de 1637, tendo como padrinhos o licenciado Francisco Pereira e António de Andrade Gama. O casal teve ainda, pelo menos, mais três filhos: João, batizado a 18 de maio de 1625 (casou com Margarida Velha e teve dela Crisóstomo e Felicita); Manuel, batizado a 21 de dezembro de 1630, e Paulo, batizado a 13 de novembro de 1631. Foi abade de Mujães, atualmente freguesia de Viana do Castelo, de 21 de janeiro de 1670 a 12 de novembro de 1709. Morreu em Mujães a 4 de setembro de 1711, como consta do registo do seu falecimento exarado no Livro Misto n.º 2 (Óbitos, fl.49) do Arquivo Distrital de Braga, registo que transcrevemos atualizando a grafia e a pontuação.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de mil setecentos e onze faleceu o Reverendo Abade desta igreja de Santa Maria de

Mujães Jerónimo da Mota. Foi com o Sacramento da Confissão e extrema unção. Fez testamento. Nele declarou deixava sua alma por herdeira e quinhentas missas ditas nesta igreja e que sejam de tenção e três ofícios de vinte padres cada um, e que se daria a cada padre duzentos e cinquenta reis de esmola. Deixou mais um cálix que era seu para a fábrica desta igreja para se fazer um vaso para administração do sagrado viático. E o não recebeu por morrer apressadamente. Foi sepultado à porta principal desta igreja porque assim o deixou no seu testamento, da parte de dentro dela. E por verdade fiz este termo que escrevo e assino do meu nome era ut supra.

O Cura o Padre Bento de Barros

Segundo informação recolhida na Internet (https://geneall.net/pt/forum/168016/barcelos-ascendencia-de-bento-da-rocha-lobo-e-maria-da-silva/), teve, de Serafina Mendes, uma filha chamada Maria da Silva

Colocamos a hipótese de ter feito alguns estudos de medicina. Para eles apontam as reflexões, por vezes bem-humoradas, contidas na *Censura do Tabaco* sobre as suas vantagens e desvantagens para a saúde, bem como a referência a um médico espanhol chamado Nicolas Monardès (1493-1588). Indício dessa possibilidade constitui também a décima que seguidamente apresentamos em que uma freira lhe pede remédio para os lábios feridos.

II. POEMAS

1. Se o fígado vos faz mal. Décima

Esta décima até agora inédita, encontra-se no vol. 5, fol. 40v, que faz parte de um interessante conjunto de volumes manuscritos pertencentes à paróquia de Alvarães, diocese de Viana do Castelo. Jerónimo da Mota responde a uma freira que lhe pedira um remédio para os lábios feridos. Transcrevemo-la, juntamente com a rubrica introdutória, atualizando a grafia e a pontuação e desenvolvendo as abreviaturas:

Décima que fez Jerónimo da Mota Abade de Mujães a uma freira que lhe pediu remédio para os beiços pelos ter molestados do fígado e quase em sangue

Se o fígado vos faz mal
aos beiços, Zabelinha,
aceitai esta mezinha
de um amigo figadal:
tomai uns beiços sem sal,
como os meus que nenhum tem
esfregai como convém
onde mais vos magoar,
e acabando de sarar,
achar-vos-eis muito bem.

O breve poema de dez versos setessilábicos e estrutura rimática própria da décima chamada espinela, assim denominada por ter sido inventada pelo poeta espanhol Vicente Espinel, exemplifica bem o gosto da poesia conceitista barroca dos séculos XVII e XVIII, que, frequentemente, nada mais pretendia do que fazer graça com um pensamento engenhoso, ou com um simples conceito quanto possível original. O quinto verso "tomai uns beiços sem sal" significa sem graça. É isso que fundamentalmente o poeta procura: fazer graça, aproveitando um dito, um pensamento, uma situação concreta.

2. **Tu, claro Lima meu, as águas frias.** Soneto

Este soneto, até agora inédito, encontra-se no manuscrito 367 da Biblioteca Pública de Braga, na página 111. É um bonito soneto ao rio Lima inspirado, a nosso ver, no célebre soneto "Fermosos Tejo meu, quão diferente", atribuído a Francisco Rodrigues Lobo, ou nos muitos que Diogo Bernardes dedicou também ao seu rio inspirador, tais como "Inda agora, outra vez, duros penedos", "Lima, que neste vale murmurando", "Meu pátrio Lima, saudoso e brando", "Deixai, águas do Lima, de correr", entre tantos outros.

Tu, claro Lima meu, as águas frias
Empresta por um pouco às minhas fráguas.
Algum dia te vi mais pobre de águas,
Tu mais rico me viste de alegrias.

Trocaram minha sorte os largos dias,
Roubaram meus pesares muitas mágoas,
Pois se vives das veias que dão águas,
Os olhos sangro e morro das sangrias.

Se a teus cristais chegar a viva neve
Do pé da Lize, dize-lhe entretanto
O muito que esta ausência me maltrata.

Mas é mui larga a dor a um pé tão breve;
Mui poucas águas tens para o meu pranto,
Mui manso corres, e ela foge tanto.

Convirá dizer apenas que "pé tão breve" (verso 12) significa pé tão pequeno. Breve é aqui um cultismo lexical. Chamam-se cultismos as imitações quer do léxico, quer da sintaxe latina. Constituíam uma das marcas do estilo culto.

3. Para que do Autor te informe. Romance

Do mesmo Jerónimo da Mota apresentamos um romance que precede a obra de António Pereira Rego intitulada *Instrução da Cavalaria de Brida. Tratado único dedicado ao insigne mártir S. Jorge… Com um copioso tratado de alveitaria*, publicado na oficina de José Ferreira, impressor da universidade, em 1679. Porque é um poema de não fácil acesso aos leitores, vamos transcrevê-lo, atualizando a grafia e a pontuação.

Para que do Autor te informe
te ofereço, leitor amigo,
poucas flores de um romance
entre as folhas deste livro.

Donde o Lima a Ponte morde
com dentes de cristal fino
povo que não só os cavalos,
mas também enfreia os rios,

António Pereira Rego
nasceu, e desde menino
em vez de cana pueril,
montou os brutos altivos.

De ilustre sangue gerado,
e de ações heroicas filho,
não sei qual seja mais nobre,
o herdado ou adquirido.

Metido já nos estudos,
às letras já prometido,
foi moço de muitas artes,
mas de nenhum artifício.

A natureza oficiosa
o fez de mil prendas rico,
parece que o natural
premiou ao merecido.

Logrou entre os outros dotes,
todos dele mesmo dignos,
uma viril gentileza,
sem escândalos de lindo.

Mas sempre tão absoluto
senhor do seu alvedrio
que, alcançando tantos dotes,
não chegou a ser marido.

Quando a caçar se diverte,
mais por arte que destino,
as aves têm menos penas
do que executa castigos.

Com trombetas, caçadores,
lanças, tiros, cães temidos,
é o flagelo das feras,
quem tem por seguro os riscos.

As manchadas feras busca,
e faz os seus golpes limpos,
nas campanhas por assalto,
nas asperezas por sítio.

Joga as armas com destreza,
e oferecendo alguns partidos
de barato ao seu contrário,
lhe dá caro haver renhido.

Um tempo seguiu da guerra
o perigoso exercício,
quando das veias de prata
correu sangue o nosso Minho.

E levando do terreiro
à campanha o mesmo estilo,
no sério andou tão valente,
quanto airoso no fingido.

O ginete que o respeita
só com natural instinto,
se dá por envergonhado
d' ele o não haver corrido.

Tão dono do irracional
se mostra e mestre tão primo,
que faz do menos azado
bruto, um ligeiro Hipogrifo.

Ao subir de um rude potro,
em cada ensaio lhe sinto
levar a inveja um tormento,
cobrando o potro um aviso.

Quando escaramuças guia
em confusos labirintos
qualquer discurso se perde,
ele somente acha o fio.

Se joga as canas de veras,
se faz o falso conflito,
as canas se tornam lanças
e é canas ver os seus tiros.

Corre à sortilha tão destro
que aquela mesmo imagino
que é a sortilha com que a sorte
sempre o desposou consigo.

Pois vê-lo ao buscar o touro
dentro do arriscado circo,
feridas tão bem logradas,
golpes tão bem sucedidos,

Desde logo se promete
que o mais feroz inimigo,
trazendo a lua por armas,
torne quartos dividido.

Este pois em ócio agora
que é negócio de entendidos
alternando a lança e pena
dois mal conformes ofícios,

Em quarenta anos de idade,
muitos, quando bem vividos,
anda em quaresma de anos,
tem do abril da vida os brios.

Neste tratado te oferece
todo o praticado e lido
dos contendores nas praças,
dos professores nos livros.

Aceita o dom e a vontade
que eu sei que é seu desígnio
não se mostrar cavaleiro,
senão cortesão contigo.

Eterno será seu nome
porque algum dente maligno
gastará pedras lavradas,
mas nunca papeis escritos.

4. Perdoai, sagrado António. Romance.

Este curioso romance já foi por nós publicado no suplemento *Cultura* do Diário do Minho de 8.6.2011. Como diz a rubrica introdutória, foi escrito na ocasião em que o rei D. Pedro II partiu para a

Beira, e se disse que levava a imagem do mesmo santo em sua companhia como soldado.

É um dos muitos poemas que ao santo foram dedicados na época da Guerra da Restauração. Uns viram a luz do dia, mas muitos outros permanecem na penumbra dos arquivos. Aliás, há uma vasta produção poética que tem como tema as batalhas e os intervenientes na Guerra da Restauração, e que permanece também desconhecida. Merecia um estudo sério, não só pelo seu interesse literário, mas também histórico.

O original encontra-se no vol. 5, fol. 163-164, de um conjunto de volumes pertencente à paróquia de Alvarães, como já antes referimos. Desenvolvemos as abreviaturas, atualizámos a pontuação e a grafia, exceto naqueles casos em que ela indica uma realização fonética própria do tempo. Por esse motivo, a mantemos na transcrição.

Assi – assim
Bautizados – baptizados
Enteira – inteira
Hierónimo – Jerónimo
Renunciasteis – renunciastes
Ribricais – rubricais
Vésporas – vésperas

Numerámos ainda as quadras, inumeradas no original, para mais fácil localização das palavras ou dos versos de que daremos breves explicações, para melhor compreensão do poema.

Romance que fez Jerónimo da Mota, abade de Mujães, a S. António na ocasião que Elrei D. Pedro 2.º partiu para a Beira, e se disse levava a imagem do mesmo santo em sua companhia como soldado.

1
Perdoai, sagrado António,
Se tão português vos falo,
Porque com Carlos à porta
Não entendo o castelhano.

2
Senhor, vós fazeis S. Jorge
No Corpus Christi deste ano,
E por meio dos Ingleses
Se desforça aquele santo;

3
Vós de ponto em branco posto,
Cosido de ponto branco,
Que, por mais cuidado que haja,
Vos virão a achar descalço.

4
E atornai a ser crúzio
Que esse portamento estranho
Não é para frei António
Senão para D. Fernando.

5
Se renunciasteis o coro
Dos serafins franciscanos,
De guarda de um paraíso,
Sereis querubim soldado.

6
Com vosso cordão somente
Podereis dar cintaraços
E fugirão quais galinhas
Esses que se chamam Galos.

7
Bem assi como David
Pelo gigante emprazado,
Para tirar-lhe mais vidas
Partiu só com funda e bago,

8
Bastava o bordão de frade
A fazer um grande estrago.
Para que usais de espadilha,
Podendo tomar com basto?

9
Soldado devoto a Cristo
Se nos torna o nosso santo,
E sendo feito ao cilício
Nos quer dar Espanha a saco.

10
Que vos armeis em Lisboa,
Se assim se fez, não me espanto,
Que lá nessa Mouraria
Faríeis como Santiago.

11
Porém, cá, no nosso Minho,
Como foram bautizados
Os Gabachos e Galegos,
Só crisma lhe é necessário.

12
Enfim, que segunda vez,
Sois a Sicília aportado,
E vésporas sicilianas
Sobre o Francês esperamos.

13
Sem camisa, encamisadas
Dai sobre esses temerários,
E dizem que com Saboia
Lhas vão dando os camisatos [sic].

14
Vós disponde as sentinelas
E fazei com que estejamos
Em vigia a noite enteira,
Mas os franceses em quartos.

15
Dareis de quem sois as senhas,
E seja o vosso cuidado
Romper o nome em Filipe
Para dar o nome em Carlos.

16
Sereis um frade de noite
Valente como Bernardo,
Porque para essas façanhas
Já o Carmo não é Carmo.

17
Outra vá de Roncesvales,
Onde não somente Orlando,
Mas todos os Doze Pares
Ficaram mui mal parados.

18
Oh se esse velho francês
Acaba qual Juliano,
E vós, como São Mercúrio,
Ribricais na espada o caso!

19
Bom filho sois de Francisco
Que, para de um mau prelado
Castigar as impiedades,
Pediu o montante a Paulo.

20
E já que Deus a D. Pedro
De Espanha as chaves tem dado,
Que espera [is]? Tomai-lhe as chaves
E abri as portas a Carlos.

O poema refere-se a um episódio da Guerra da Sucessão de Espanha. O nosso D. Pedro II, depois de apoiar Filipe V, tomara o partido do Arquiduque Carlos, aclamado rei de Espanha, em Viena, com o título de Carlos III. O arquiduque Carlos fez de Portugal a base dos seus ataques contra o adversário, Filipe V, neto de Luís XIV de França, indicado por Carlos II, em testamento, para rei de Espanha. Para evitar a união dinástica de França e Espanha, forma-se uma liga entre Áustria, Inglaterra, Portugal e a Holanda. Os generais portugueses e ingleses escolheram a Beira como o melhor

caminho para Carlos III entrar em Espanha. D. Pedro II adiantou-se, atacando Ciudad Rodrigo. É a essa incursão, que se fez a partir de Almeida, em setembro de 1704, que o poema se refere.

A Santo António atribuíam os militares portugueses o êxito das campanhas da anterior Guerra da Restauração. Por causa dessa devoção, D. Pedro II, por alvará régio de 24.1.1668, determinou que o santo fosse alistado como soldado raso no Regimento de Infantaria de Lagos. É, pois, compreensível que o levasse também no seu exército durante a Campanha da Beira da Guerra da Sucessão. Já antes, contudo, como se pode deduzir de um poema de Jerónimo Baía (*Fénis Renascida* I, 367), o rei D. Afonso VI mandara alistar Santo António como soldado, oficializando, de algum modo, a devoção dos militares portugueses ao santo. Ainda hoje, S. António faz parte do exército português com o posto de Coronel, recebendo até o respetivo vencimento.

NOTAS

Estância. 1.

– Com Carlos à porta – É Carlos III, pretendente ao trono espanhol, desembarcado em Lisboa a 9 de março de 1704. O poema deve, assim, datar desse ano. O verso “não entendo o castelhano” pode indiciar que Jerónimo da Mota, como muitos outros portugueses, é simpatizante do partido francês que apoiava Filipe V, como inicialmente sucedeu com D. Pedro II.

Est. 2.

– Vós fazeis S. Jorge / no Corpus Christi deste ano. – S. Jorge atacando o dragão era um dos principais quadros da procissão do Corpo de Deus. S. Jorge era o santo que, desde os tempos de D. Fernando, os soldados portugueses, por influência da Inglaterra, invocavam antes das batalhas, enquanto os castelhanos clamavam por S. Tiago.

– E por meio dos Ingleses – os ingleses, juntamente com os holandeses, faziam parte da aliança favorável a Carlos III.

Est. 3.

- Vós de ponto em branco posto – significa armado da cabeça aos pés. Vestido com todo o aprumo.

Est. 4.

– E atornai a ser crúzio. – Santo António, antes de ingressar na ordem franciscana, foi frade crúzio, dos monges de Santa Cruz ou Cónegos regrantes de Santo Agostinho, em S. Vicente de Fora, onde ingressou em 10 de agosto de 1210. Depois transferiu-se para Santa Cruz de Coimbra.

Est. 5.

– dos serafins franciscanos – S. Francisco de Assis era sempre chamado seráfico.

– De guarda de um paraíso – Chamavam-se paraísos às ordens religiosas.

– Sereis querubim soldado –. Os querubins eram uma ordem de anjos inferiores aos serafins. Sendo S. Francisco de Assis serafim, os monges seriam querubins.

Est. 6.

– Com vosso cordão somente – os franciscanos usavam uma corda com nós para cingir o hábito.

– Cintaraços – castelhanismo que significa golpes de cinto.

– galinhas – Jerónimo Baía usou esta metáfora sarcástica e humilhante das galinhas num poema dedicado ao rei D. Afonso VI quando mandou alistar por soldado a Santo António: “Fazeis que as gentes vizinhas / Quando vêm mais insolentes, / Não choquem como valentes, / Mas choquem como galinhas” (*Fénis Renascida* I, 368).

– Galos – os franceses, apoiantes de Filipe V.

Est. 7

Emprazado – desafiado

Bago – báculo, cajado.

Est. 8

Espadilha – ás de espadas

Basto –ás de paus no jogo do voltarete

Est. 9

Cilício – cordão ou cinto de crina ou de tecido áspero que os monges usavam sobre a pele para se mortificarem.

Saco – aqui tem o sentido de saque. Saco era também um tecido grosseiro e áspero.

Est. 10

O poeta recorda que Santiago era o padroeiro dos exércitos cristãos na luta contra os Mouros.

Est. 11

Gabachos – nome pejorativo que os espanhóis davam aos franceses. Como os gabachos e os galegos eram cristãos, não era preciso matá-los. Bastava dar-lhes a bofetada do crisma.

Est. 12

S. António esteve na Sicília. As vésperas sicilianas designam a matança, pela hora de Vésperas, dos franceses perpetrada pelos sicilianos, em 1282, governados por Carlos I de Anjou, cujos soldados tinham matado algumas mulheres sicilianas.

Est. 13

Encamisadas – ataques noturnos ou ao amanhecer dos soldados que, sobre as armas, vestiam camisas como disfarce.

Est. 14

A noite de vigia dividia-se em quartos. Cada sentinela vigiava um quarto de noite. O poeta joga com o sentido da palavra. Ficarem os franceses em quartos significa fiarem retalhados, mortos.

Est.15.

– O santo e senha eram as palavras secretas combinadas para as sentinelas poderem reconhecer os correligionários.

– Romper o nome, aqui, significa cortar com Filipe V e apoiar Carlos III, cujo nome constituiria a senha.

Est. 16

– Frade de noite – os frades vigiavam e rezavam as horas também durante a noite.

– Valente como um bernardo –. S. Bernardo de Claraval foi o pregador da segunda cruzada. Os monges cistercienses estão intimamente ligados à independência de Portugal. Jerónimo Baía usa a mesma comparação: “Posto que é Frade Francisco, /Brigará como um Bernardo” (*Fénis Renascida* I, pág. 369). Esta nova aproximação ao poema de Baía parece confirmar que Jerónimo da Mota conheceria o poema, senão mesmo o próprio poeta. Podia, contudo aconte-

cer que quer esta comparação quer a metáfora das galinhas já comentada na estância 6 fossem expressões populares correntes que ambos os poetas aproveitaram para os seus poemas. Os poetas barrocos apreciavam muito a fala popular que recolhiam nos seus poemas.

– Já o Carmo não é Carmo – expressão que designa perda de valor, decadência.

Est. 17

– Outra vá de Roncesvales – é necessária outra batalha de Roncesvales onde Orlando e os doze pares foram derrotados pelos Mouros.

Est. 18

Juliano – é o imperador Juliano apóstata, sobrinho de Constantino, que morreu atravessado por uma lança, na batalha de Ctesifonte, na Mesopotâmia. É chamado apóstata porque foi educado no cristianismo, mas depois retomou as crenças pagãs. Segundo uma lenda, terá sido S. Mercúrio que, por ordem de Deus, o matou. A palavra "rubricais" (do latim rubrum – vermelho) relembra que as rubricas, nos antigos manuscritos, se escreviam com tinta vermelha. A tinta vermelha é, pois, metáfora do sangue que tingiria a espada.

Est. 19.

– Pediu o montante a Paulo –. O montante era uma grande espada que se brandia com ambas as mãos. A espada é atributo iconográfico de S. Paulo.

Est. 20

A resolução do problema sucessório estaria nas mãos de D. Pedro II. O poeta joga com o facto de o nosso rei ser homónimo de S. Pedro, cujo atributo iconográfico são as chaves. Recorde-se que as tropas portuguesas, comandadas pelo 4.º marquês das Minas, D. António Luís de Sousa, ocuparam Madrid, em 28 de Junho de 1706, entronizando Carlos III como rei de Espanha.

5. **Sagrado Atlante, a quem o céu confia.** Oitavas

O mais extenso e bem conseguido dos poemas de Jerónimo da Mota, em nossa opinião, são as oitavas épicas cujo tema, como diz

a rubrica introdutória, é a ida de D. João de Sousa, arcebispo de Braga, à então vila de Barcelos para ministrar o sacramento da confirmação. Um poema que tem por tema central um arcebispo de Braga e relata, poeticamente, um acontecimento histórico, que foi a ida do arcebispo a Barcelos para crismar, merece a nossa atenção. Para além da sua real qualidade literária, o poema vem confirmar o que, por outras fontes históricas, se sabe sobre a personalidade humana do prelado bracarense e sobre a sua atividade pastoral, concretamente a sua deslocação a Barcelos. Nessa atividade andou pelo Alto Minho, Monção, Valença do Minho, Paredes de Coura, Ponte de Lima e, depois, em 1701, Esposende, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, entre outras localidades. (cfr. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *Relatórios das Visitas Ad Limina da Arquidiocese de Braga (1585-1910)*, Braga, Arquidiocese de Braga, 2015, vol. II, pp. 529-533).

D. João de Sousa foi arcebispo de Braga de 1696 a 1703, mas só entrou solenemente na cidade a 29 de Junho de 1697. Segundo Monsenhor J. Augusto Ferreira, nos *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, Tomo III, p. 207, era filho de Tomé de Sousa, senhor de Gouveia de Riba Tâmega, e de D. Francisca Coutinho e Meneses, dos Condes de Redondo, ascendência da mais alta nobreza de Portugal, como o poema não se esquece de referir nas estâncias 7 e 8. A ele se deve a construção da sacristia da Sé de Braga, junto da qual projetava construir também a Casa do Tesouro, para exposição e guarda das muitas relíquias existentes. Para essa obra já arranjara planta e a verba de 1.4000.000 réis, quantia, entretanto, desviada para a impressão dos Breviários bracarenses, projeto que só chegou a concretizar-se em 1724, já sob o governo de D. Rodrigo de Moura Telles.

Interessou-se igualmente pela construção do novo templo do Senhor Bom Jesus da Cruz, em Barcelos, que substituísse a primitiva capela, tendo mesmo arranjado três plantas do arquiteto bracarense Manuel Fernandes da Silva, e duas do arquiteto régio João Antunes, que acabou por ser o escolhido. O poema faz referência ao facto na estância 44.

Tinha fama de ser um arcebispo austero, rigoroso e, por vezes, autoritário, infundindo mesmo um certo temor, mas foi também muito generoso, como se pode constatar pelas esmolas, cerca de 2.650.000 réis, que mandou distribuir aquando da sua entrada em Braga (cfr.

Fastos episcopais, pág. 211) e pelo reforço da quantidade de pão diariamente distribuído aos pobres no chamado Celeiro do Micho. D. João de Sousa ordenou que, em vez dos catorze alqueires que diariamente se coziam para se distribuírem pelos mais necessitados, se passassem a cozer trinta alqueires. Essa fama de generosidade confirma-a também o poema nas estâncias 19-20.

Foi ele quem iniciou, em 1701, o processo preliminar para a beatificação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

Texto

Transcrevemos o poema atualizando a grafia e a pontuação. Numeramos as estâncias que se encontram inumeradas no original.

Oitavas ao Ilm.º S.or D. João de Sousa arcebispo Primaz na ocasião que foi crismar à vila de Barcelos no ano de 1701, pelo Abade de St.ª M.ª de Mujães, natural da dita vila.

1
Sagrado Atlante, a quem o céu confia
O grão peso da igreja bracarense;
E a quem de Espanha a antiga primazia,
Vencida a ibera emulação, pertence;
Ouça Vossa Ilustríssima a perfia
Com que se esforça o povo barcelense
A repetir em coplas ressonantes
O que em línguas de fogo exprimiu antes.

2
Ó musa, tu que em meus floridos anos,
Entre as margens do Cávado moravas,
E de Parnaso (impulsos soberanos)
Em doce ou grave rima me inspiravas,
Não negues aos intentos veteranos
A justa parte do que então me davas;
Alto é o assunto e grande voz demanda,
Mas desculpado estou, amor me manda.

3
Era do ano a idade florecente,
E abril curioso em maio transformado,
Com as mais finas cores do oriente
Retocava o que tinha debuxado;
Quando a fama com voo diligente
No muro de Barcino levantado
Novas publica e júbilo derrama,
O bronze anima e os corações inflama.

4
– Barcelos, pátria venturosa e santa, –
Disse, – a quem olha o céu de aspeto trino,
Porque em teus campos reverdece a planta
Sagrada, em que pendeu fruto divino;
Está-me atento, que a notícia tanta
Aplico as vozes do clarim mais fino;
E se o que digo escreves, se me ordena
Que destas asas te conceda a pena.

5
A visitar-te agora se acomoda,
(já lá essa parte oriental se acende)
o Prelado maior de Espanha toda
cujo esplendor a muito mais se estende;
o sol, em quanto observa, em quanto roda,
descobrir outro igual em vão pretende;
a mesma inveja obnubilar não ousa
o claro nome de D. João de Sousa.

6
Quanto o diamante, que ouro puro enlaça,
Resplandece mais sólido e seguro,
Tanto a virtude insigne se abraça
Com o nobre esplendor do sangue puro;
Qual com o muro se assegura a praça,
E sobre a penha está mais firme o muro,
Tal a heroica virtude mais se anima,
Se a estirpe ilustre o seu verdor anima.

7
Se deste grão prelado a origem clara
Pretendes descobrir no seu Oriente,
A mão da natureza, em nada avara,
Lhe deu casa real por ascendente;
Em tantos Sousas ínclitos repara
(que lustres são da Lusitana gente)
E contarás mui poucos semelhantes,
Na guerra fortes, e na paz constantes.

8
Lá se deriva, na materna linha,
Dos Coutinhos, que tanto se extremaram,
E na Ásia, Europa e África vizinha
Dos homens e dos monstros triunfaram;
Porém do ilustre pai dizer convinha,
Em quem tantas virtudes se juntaram,
E teve, usando de Minerva e Marte,
Na redenção do Reino tanta parte.

9
Sobre esta nobre base construída,
Em tão alto fastígio colocada,
Verás a inteira e inculpável vida
De todas as virtudes enformada;
Grande é a dignidade, mas duvida
Quem a chegou a ver tão bem lograda,
Qual recebe ou qual dá mais honra e lustre,
Se a grão pessoa, se o lugar ilustre.

10
Não esperes ver grande companhia,
Ministros e família numerosa;
Por não gravar os povos se desvia
De séquito, e de suma(?) decorosa;
Pouca a família é, porém seria
Mui árduo que se achasse mais copiosa;
Que é sempre raro o bom e, na entidade,
Ao número prefere a qualidade.

11
Nota e verás que de outra comitiva
Acompanhado vem mais relevante,
Que sempre pronta e sempre executiva,
Em parte o segue, em parte vai diante.
Esta é somente a que com ele priva
E dia e noite assiste vigilante.
Oh tempos! Oh costumes mal lograd os!
Esta era a antiga forma de Prelados.

12
Diante dele a estada vai mostrando
Ministro que de fogo me parece,
Que chamas inquietas tremulando,
Qual Matatias ou Fineias se oferece.
Nada promete de suave e brando,
Ora ameaça e ora se entristece.
Rigor lhe chamam; de tal nome apelo;
Não é senão virtude e santo zelo.

13
Quem viu de Pedro a venerável ira
Quando a Malco cortou a surda orelha,
E a matar a Ananias e Safira
Com raios de palavras se aparelha,
De que se queixa agora, que (se) admira,
Ou que rigor co' aquele se assemelha?
Prelado tens que só cabelos corta
E, mais que repreende, ensina e exorta.

14
A religião de vulto mais benigno
Entre os fumos de Arábia se apresenta,
Que os templos e os ornatos do divino
Culto, trazer a melhor forma intenta;
Extirpar erros é o seu destino,
E os danos da ignorância sonolenta.
Olha que a cada passo se te oferece
Quanto o lustre esplendor da Igreja cresce.

15
Ali vem o temor que David canta,
E traz o rosto pálido e mudado;
Mas se a saúde corporal quebranta,
Nos espíritos põe vigor dobrado.
Nenhum perigo nem rigor o espanta,
De muro de diamante anda cercado:
Quem teme a Deus já não tem mais que tema,
Gema o mar, brame o céu e a terra trema.

16
Das irmãs a justiça acompanhada,
Prudência, fortaleza e temperança,
Despediu o rigor da aguda espada,
Só o fiel esgrime da balança;
Traz, sem o estrondo da família armada,
Na milícia celeste a confiança;
Que este é o mais fino do regímen, quando
Se argui e se castiga, perdoando.

17
Da santa comitiva a outra parte
Os vestígios do grão prelado segue;
Não haverá perigo em que se aparte
Nem apertado passo em que se negue.
A caridade que as funções reparte
Faz com que as forças cada qual empregue,
Que esta virtude oficiosa e pura
Dormindo, vela, e sempre em ato dura.

18
Qual fonte fria que, com pés de prata,
Discorre o prado lá no Estio ardente
A tudo quanto toca e quanto trata,
Refrigera e renova docemente;
Tal a beneficência que dilata
Deste Príncipe as graças largamente;
Em quanto encontra, em quanto se lhe oferece,
A uns socorre, a outros enriquece.

19
A compaixão dos pobres o obrigara
A mendigar com eles, se pudera,
Porque o que cerra tanta chave avara
Para que mais lhe desse abrir quisera;
Mas Deus que estima esta virtude clara
Os réditos da Igreja lhe prospera;
E não vê o mundo em quanto o sol descobre
Prelado nem mais rico nem mais pobre.

20
As nuvens de moedas espalhando
Verás a esmola quais milagres obra
Porque segundo vão multiplicando,
Parece que outra vez as mesmas cobra;
Oh santa e nova usura que, doando,
As quantidades não somente dobra,
Mas tendo sempre a mão de prata cheia
Dirás que não despende, antes semeia.

21
Aquele dia nas memórias viva
Em que viu varão tanto a luz primeira,
E da roda do tempo fugitiva
Imóbil pare em meio da carreira;
Este, sim, que da Igreja primitiva
Conserva intacta a forma verdadeira;
E na idade de ferro o grão tesouro
Sabe distribuir em prata e ouro. –

22
Calou; e lá do Oriente discorrendo
Noturna facha em vivo fogo acesa
Confirmava este anúncio reverendo,
E sobre os muros de Barcelos cessa;
Por toda a vizinhança vai correndo
Da fama sacra esta notícia espessa,
E Cávado das urnas onde mora
Arroja as águas das suas margens fora.

23
Mas já da luz a estrela precursora
Trazia as novas do vizinho dia,
E o sol servido de uma e outra hora,
Pontifical de luzes revestia.
Mitra lhe chamou Pérsia, em mitra agora
O diadema de raios convertia;
De repente saltou sobre o Horizonte,
Pouco faltou que as rédeas rompa Etonte.

24
A breve estância de desejos rica
Para hóspede tão grande se prepara,
Que o sol, quando a qualquer lugar se aplica,
Doura e ilustra o hospício aonde para.
Nobreza e povo seu desejo explica,
Em dispêndios e trabalho não repara;
O melhor veste cada qual à prova,
O antigo muro a barbacã renova.

25
Mesopotâmia jaz da nossa Espanha
E de flores e frutos um tesouro
Os montes muram e o Oceano banha;
Ali comprovam que o planeta louro
Sempre de Áries e Tauro se acompanha;
(……)
Benignos ares, temperados dias,
Catervas de homens e de fontes frias.

26
Em meio deste celestial terreno
Barcelos nobre povo está assentado,
De saudável ambiente e sítio ameno,
Em muros breve, em termo dilatado.
Rumor é (nem aprovo nem condeno)
Que de Amílcar Barcino edificado
Foi, quando em nossos campos disputavam
Cartago e Roma o império a que aspiravam.

27
Profundo fosso de água faz à praça
Um rio que, se em ti, Grécia, correra,
Como de Homem e Cávado se amassa,
O Centauro dos rios se dissera.
Depois de milhas seis co' o mar se abraça
Onde o Fano dos deuses dizem que era;
E navegável fora em grande parte
Se a natureza se ajudara da arte.

28
Arrimado a uma penha viva e dura
Um palácio decrépito descansa
Onde a feliz memória se assegura
Do Afonso primeiro de Bragança.
Ali uma torre está cuja estrutura
Tão temerariamente ao céu se avança
Que fulminada de celeste flecha
Para escarmento de outras mostra a brecha.

29
Enquanto os nobres barcelenses voam
Mais do que correm, a ocupar a estrada,
A torre e as muralhas se coroam
Da gente de Vulcano e ferro armada.
As prevenções em toda a parte soam,
Concorre a turba espessa desvelada,
E os olhos na eminência tem defronte,
Onde Ant.º(?) é cidade sobre o monte.

30
Bem como as dez donzelas que, esperando
As bodas, por um pouco descansaram,
Ouvindo a voz festiva que bradando
"Lá vem o esposo" (disse) se alteraram,
Assim as sentinelas que, observando,
A vinda deste esposo divisaram,
As senhas manifestas sinal deram
E os ecos oficiosos responderam.

31
Vozes de fogo em ferro reprimido
Desde a torre a primeira salva of'recem,
Das trombetas e caixas ao ruído
Os outeiros e vales se ensurdecem;
Os ares fende universal bramido,
As muralhas e Alcácer se estremecem.
Soa o Cávado mais que nunca rouco
E as águas retrocedem por um pouco.

32
Todo o burgo que desde a ponte corre
Da milícia da vila prolongada
Provido está, porque se a turba ocorre
Livre lhe deixa a prevenida estrada.
Chegou-se à ponte e repetiu a torre
Outra salva não menos carregada.
Cautela pareceu de ordem mais alta
Que supra um pouco obséquio em que outro falta.

33
Barcelos, tu que por brasão antigo
Tens árvore, capela, torre e ponte,
Desde agora, em teus fastos, eu me obrigo
Que este solene dia se te conte;
Nesta capela dedicada, (digo)
A quem de nosso bem foi pura fonte
O sagrado pastor um pouco para
E o seu solene ingresso se prepara.

34
Veste a sacra dalmática que indica
A estendida e ampla caridade
Com que a cobrir e fomentar se aplica
Dos pobres a cruel necessidade.
Muito adorna, mas muito mortifica
Este peso umeral da dignidade;
É jugo, é carga, é cruz grave e molesta,
Se a caridade um ombro não lhe empresta.

35
Toma na mitra o capacete entanto,
E se arma de um e de outro testamento,
Com que defenda a Igreja e ponha espanto
E terror a inimigo fraudulento;
Mas tal pastor de Ambrósio e Leão santo
E outros alguns imitador atento,
Eu vos prometo, se ocasião se oferece,
Que grão matéria a nova história desse.

36
No bago empunha a misteriosa conta
Que envolve aquela tríplice figura;
Governa o reto, o curvo atrai, e a ponta
Do rebanho afugenta a gente impura.
Mas porque é hora em que já o sol transmonta,
No faldistório pouco espaço dura.
O clero se lhe humilha reverente,
O senado o recebe e a nobre gente.

37
Ao som de hinos procede, a ponte passa,
Que desta vez de prata ser deseja;
A tão santa presença a ponte abraça,
De outros triunfos não a toca a inveja.
Não cessa o estrondo militar na praça,
Com júbilo o recebe aquela igreja;
E a basílica aspira peregrina
A que já foi capela brigantina.

38
Em clara voz indulto se pregoa,
E a bênção lança que, ambiciosos todos,
Recebem, e o comum aplauso soa
Daqueles que o bendizem por mil modos.
Uns lhe dão de prelados a coroa,
Outros lhe aplicam símiles e apodos,
E todos se lhe humilham com decoro,
Qual se anjo fosse do celeste coro.

39
No campo, que em vulgar chamam de feira,
E antes disseram celestial floresta,
Um templo dedicado à cruz primeira,
Se frequenta, de fábrica modesta.
Ali o céu indiciou desta maneira
Que para dar cópia anual se apresta
De cruzes, que por flores desta terra
Também as abre abril e maio as cerra.

40
Naquele tempo cruzes mil plantava
Portugal nas conquistas que fazia.
Cabral de Santa Cruz nome lhe dava,
Albuquerque no mar da Arábia a via;
Nas mais bárbaras terras se adorava,
Nos mais remotos climas se esculpia;
E para transplantar foi necessário
Que se achasse entre nós um seminário.

41
Porém, despois que mágico veneno
Aleto derramou em glória tanta,
E por um pouco de interesse obsceno
O zelo se trocou da empresa santa,
Quase estéril se vê o campo ameno
Que paraíso foi da sacra planta;
Tanto mal introduz a vil cobiça,
Queixosa a religião, lesa a justiça.

42
Aqui breve, mas célebre sacrário
De Cristo a imagem preciosa encerra,
Quando posto em caminho do calvário
Regava em sangue aquela ingrata terra.
Do princípio duvida o rumor vário,
Mas quasi é certo que, de Inglaterra,
Algum Eneias trouxe a carga pia,
Quando ali a fúria luterana ardia.

43
Nenhum Fídias cristão lavrar pudera
Efígie em que se admiram tais primores,
Nem católico Apeles se atrevera
A mover o pincel e dar-lhe as cores,
Tanto na sacra imagem reverbera
A viva cópia das internas dores!
Foi de angélica mão esta escultura,
Ela a livrou do incêndio e pôs segura.

44
Assi se admiram todos da esquisita
Piedade e devoção do grão prelado,
Quando a sagrada cúpula visita,
Que deixa o povo em lágrimas banhado.
Logo um desejo adormecido excita
Que vive entre a pobreza embaraçado
De levantar um templo, e já parece
Que a mão estende quem a planta of'rece.

45
Quanto honrar a Barcelos desejava,
Por que assim manifesto ao mundo seja,
Nos mais solenes atos a puxava
Que contorcidos olhos viu a inveja;
Porém por mais que Amã apregoava
"Assi honra el-rei a quem honrar deseja",
Mardoqueu no triunfo se reporta
De sorte que não deixa a régia Porta.

46
A novos benefícios se prepara
E a celebrar pontifical procede;
E àquela igreja, desde aqui preclara,
Transfere o mais luzido da sua sede.
O templo se dilata; a maior ara
A si mesma naquele dia excede;
De alegria os presentes se banharam
E as mesmas cinzas frias jubilaram.

47
Era o tempo em que a Igreja memorava
De Pentecostes o solene dia,
Quando a impulsos do vento que soava
O monte de Sion se estremecia,
E a família de Cristo assinalava
O Espírito que em línguas se partia;
E nesse dia em rito pontifício
Faz Jacobo o primeiro sacrifício.

48
Qual no solar de preço relevante
Com um fuzil outro fuzil se enlaça,
No ânimo do Príncipe constante
A uma graça sucede a outra graça.
De favor em favor se fez amante,
E a conferir sagradas ordens passa;
E foi mercê que ainda no que soa,
A Barcelos lhe pôs uma coroa.

49
Oh quanta emulação e zelos vejo
Na nobreza daquele antigo povo!
De servir se honram uns, de outros o pejo
De não chegar ao ministério probo.
Este em ato, aquele no desejo
De uns e dos outros o sentido aprovo,
Mas em meio de muitos pretendentes
Favoreceu Fortuna aos diligentes.

50
Despois que a multidão inumerável
O sacro Tau na fronte teve posto
E aquele ânimo sempre infatigável
Ao perpétuo exercício esteve exposto,
Mostrou que o seu desejo insaciável
A demora maior tinha disposto,
Quando se achou Barcelos... quem me obriga
A dizer como? Se ele o sabe, o diga.

51
Que sentes tu, Barcelos? – Não o entendo.
Pois como sentir podes? – Duvidando.
Que te falta? – O que agora estava vendo.
Quem to levou? – Não sei nem quem nem quando.
Por que o não buscas? – Porque eu não pretendo.
Não está perto? – Não, que foi voando.
Declara-te. – Não posso e, na verdade,
Quem definiu jamais a saudade?

52
Não mais, Musa, não mais, que não adverte
O ilustríssimo ouvido ao nosso canto.
Do rebanho os sentidos não diverte,
Esse é o seu cuidado, o seu encanto.
Se algum momento a aliviar-se acerte,
Não poderias tu merecer tanto.
Ao Cávado te torna, se te estima,
Ou a esquecer-te vem comigo ao Lima.

NOTAS

Estância 1. Dedicatória.

– Atlante – ou Atlas era, na mitologia grega, o gigante que sustentava aos ombros o mundo. Por isso se chamam atlantes as estátuas, de pé ou fletidas, que suportam colunas, cornijas, ou outros elementos arquitetónicos.

– Com que se esforça o povo barcelense – o poeta é como que o porta-voz do povo.

– Línguas de fogo – possível referência ao fogo de artifício.

Est. 2. Invocação

– Parnaso – monte onde as Musas habitavam.

Est. 3. Começo da narração.

– Quando a fama – a Fama era uma divindade mensageira de Júpiter. Colocava-se em lugares altos para anunciar as notícias. Nunca se calava. Tinha tantos olhos, ouvidos, bocas e línguas, quantas penas no corpo. Repare-se que as estâncias 4-21, inclusi-

ve, são colocadas na boca dessa divindade. É um modo de dizer que são os poetas que tornam famosas as pessoas e acontecimentos celebrados nos seus versos, tópico literário que já vem da Antiguidade clássica e muito em voga na poesia renascentista e barroca.

– No muro de Barcino levantado – Jerónimo da Mota atribui, ainda que hipoteticamente (cfr. estância 26), a fundação de Barcelos a Amílcar Barcino, ou Barca, general cartaginês, nas lutas que opuseram Roma e Cartago pela conquista da Península.

– O bronze – os canhões.

Est. 4

– a planta sagrada – a cruz.

– notícia tanta – notícia tão importante. Tanto, com este sentido, é um cultismo muito frequente na poesia barroca. Chama-se cultismo à imitação do léxico, da sintaxe ou da temática dos escritores greco-latinos.

Est. 8

– usando de Minerva e Marte – Minerva era a deusa da sabedoria e das artes. Marte era o deus da Guerra. Desenha-se aqui o tópico das armas e das letras.

Est. 9

– Fastígio – cume, sublimidade.

Est. 10

– Família – conjunto de criados, comitiva. O poeta exalta a sobriedade do séquito do arcebispo, criticando veladamente o luxo que se opunha à austeridade dos antigos pastores da Igreja.

Est. 12

– Matatias – pai de Judas Macabeu. Recusou oferecer sacrifícios aos deuses gregos, matando com as próprias mãos um judeu que ia apostatar, bem como um funcionário do rei Antíoco (*I Macabeus* 2, 22-26).

– Fineas – matou um israelita que tinha relações sexuais com uma madianita (*Livro dos Números*, 25).

Est. 13

– Ananias e Safira – marido e mulher. Morreram diante de S. Pedro, depois de ocultarem parte do dinheiro da venda de uma propriedade (*Atos dos Apóstolos* 5, 1-9). Apresentando os exemplos de Matatias, Fineias, Ananias e Safira, assim como de S. Pedro e Malco, o poeta inculca a ideia de que D. João de Sousa era um temperamento austero e disciplinador, embora muito esmoler, como se mostra nas estâncias 18-20.

– Só cabelos corta – alusão à tonsura eclesiástica.

Est. 14

– Fumos da Arábia – fumos do incenso.

Est. 15

– o temor que David canta – temor de Deus, a que se refere o rei David em alguns salmos.

– Gema o mar, brame o céu e a terra trema – verso trimembre, muito ao gosto de alguns poetas barrocos e muito semelhante a um de Jerónimo Baía: "(brame o mar, trema a terra, o Céu se agrave)", do soneto "Mais dura, mais cruel, mais rigorosa". Porque o soneto só foi publicado em 1717, no volume II da *Fénis Renascida*, pp. 347--348, somos levados a suspeitar que Jerónimo da Mota terá tido acesso aos poemas de Baía, originais ou cópias, ou até mesmo conhecido pessoalmente o poeta beneditino que viveu os últimos anos da vida no convento de S. Romão do Neiva, aí falecendo em 1688. S. Romão do Neiva fica muito perto de Mujães.

Est. 16

– despediu o rigor da aguda espada – a Justiça representa-se segurando, numa das mãos, uma espada, e na outra uma balança. O poeta sugere que D. João de Sousa podia ser rigoroso, mas era também um homem justo.

– família armada - séquito de armas.

Est. 21

– Varão tanto – varão tão importante.

– idade de ferro – a época que se seguiu às idades de ouro, prata e bronze. Idade de ouro era o tempo em que, segundo a mitologia, os homens viviam em harmonia e abundância, sob o governo do deus Saturno, depois do qual se seguiu, gradualmente,

a decadência. Idade de ferro é, pois, o tempo da pobreza e da discórdia entre os homens.

Est. 22

– Calou – termina aqui a intervenção da Fama.

– urnas – depósitos, nascentes.

Est. 23

– estrela precursora - a estrela da manhã ou planeta Vénus. Os poetas barrocos apreciavam as perífrases astronómicas.

– Mitra – divindade persa que representa o sol.

– pontifical – capa usada em cerimónias religiosas solenes.

– servido de uma e outra hora – as Horas eram as deusas que presidiam às Estações do ano. Porteiras do céu, tinham também a seu cargo o carro do sol e os cavalos que o puxavam.

– Etonte – nome de um dos cavalos que puxavam o carro do sol.

Est. 24

– Breve – pequena. Cultismo lexical muito frequente na poesia barroca.

– à prova – à compita, em competição.

– barbacã – muro que protegia o fosso de um castelo.

Est. 25

– Mesopotâmia – a província do Minho, porque se situa entre os rios Minho e Douro. Mesopotâmia, significa, etimologicamente, entre rios.

– Planeta louro – o sol. Os antigos chamavam, indistintamente, planetas aos astros.

– Áries e Tauro – constelações de Carneiro e Touro. Supomos que o poeta pretende dizer que o Minho é rico em gado ovino e bovino.

Est. 27

– O Centauro dos rios – o Centauro era, na mitologia grega, um monstro meio cavalo e meio homem, tendo de humano a cabeça, o tronco, os braços e as mãos. O poeta joga com o nome do rio Homem, afluente do Cávado e, possivelmente, com a semelhança fonética entre as palavras Cávado e cavalo. Os poetas barrocos tiravam partido deste jogo de semelhanças fonéticas e de falsas

etimologias. Segundo José Pedro Machado, no *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Cávado nada tem a ver com cavalo. É uma metátese da palavra Cádavo, ainda hoje existente na Galiza, e que será de origem celta: cad – batalha e avos ou avu – rio.

– o Fano dos deuses – O topónimo Fão provém do latim "Fanum" que significa lugar sagrado, lugar dos deuses, ou templo.

Est. 28

– Um palácio decrépito – os paços do Duque de Bragança.

- Escarmento – exemplo.

Est. 29

– Da gente de Vulcano – soldados de artilharia. Vulcano era o deus que, na sua forja, fabricava as armas.

– Onde António é cidade sobre o monte – se bem lemos e interpretamos este verso, o poeta poderá referir-se ao convento dos franciscanos no monte da Franqueira.

Est. 30

– Bem como as dez donzelas – comparação com a parábola evangélica das virgens loucas e das virgens prudentes.

Est. 33

Ainda hoje as armas de Barcelos ostentam os mesmos elementos que refere Rafael Bluteau, no vocábulo Barcelos, do seu célebre dicionário: "uma ponte, torre e ermida com um carvalho à porta e por cima, em faxa, três escudos pequenos, dois com as quinas do reino e o do meio com uma aspa, divisa de D. Afonso, primeiro duque de Bragança".

– Pura fonte – Jesus Cristo.

Est. 35

– Ambrósio – Santo Ambrósio (340-397), bispo de Milão, doutor da Igreja e um dos Padres Latinos.

– Leão Santo – São Leão Magno, doutor da Igreja e Papa de 440-461.

Est. 36

– Bago – báculo.

– Faldistório – cadeira episcopal, sem espaldar.

Est. 40

– Seminário – no sentido etimológico "viveiro". Repare-se no verbo plantar do primeiro verso. A árvore é talvez a metáfora mais frequente da cruz.

Est. 41

– Aleto – uma das três Euménides ou Fúrias. Representavam-se com tochas ardentes e serpentes na cabeça.

Est. 42

– Algum Eneias – algum marinheiro. Segundo a tradição, a imagem do Bom Jesus da Cruz de Barcelos terá sido trazida de Inglaterra ou, talvez mais provavelmente, da região de Flandres. Recorde-se que Malines era, no séc. XVI, um dos grandes centros de produção de arte sacra.

Est. 43

– Fídias – famoso escultor grego.

– Apeles – célebre pintor grego.

Est. 44

Foi D. João de Sousa que arranjou três projetos de arquitetura para o novo templo do Bom Jesus da Cruz de Barcelos. Acabou por ser escolhido o do arquiteto régio João Antunes (1643-1712). O novo templo foi construído entre 1705-1710.

Est. 45

– A puxava – o pronome "a" poderá referir-se quer a mão quer a planta da estância anterior.

– Inveja – tinha olhos tortos e sumidos, cor pálida, rosto enrugado, cobras em vez de cabelos, três serpentes numa das mãos e uma hidra de sete cabeças na outra. Uma serpente roía-lhe o peito.

– Assi honra el-rei a quem honrar deseja – proclamação que Amã aconselha ao rei Assuero para honrar um cidadão que Amã julgava ser ele próprio. O rei pretendia, porém, honrar Mardoqueu a quem Amã queria ver enforcado. O episódio conta-se no Livro de Ester (6, 1-12).

– De sorte que não deixa a régia porta – Mardoqueu passou a viver no palácio real.

Est. 47

– Sion – Jerusalém, onde se situava o cenáculo em que os apóstolos se encontravam reunidos quando receberam o Espírito Santo.

Est. 49

– Probo – justo, íntegro, reto.

Est. 50

– sacro Tau – letra do alfabeto grego correspondente ao nosso tê. Pela sua forma, simboliza a cruz.

– Quando se achou Barcelos. O poeta finge não ser capaz de definir as emoções de Barcelos. Por isso é a própria vila que, na oitava dialogada seguinte, diz como se sente.

Est. 52. Epílogo

– Não mais, Musa, não mais – imitação literal de Camões na estância 145 do canto X de *Os Lusíadas*, onde começa o epílogo do poema.

– Não diverte – não afasta.

– ao Lima – Mujães, de que o poeta é abade, pertence a Viana do Castelo, onde desagua o rio Lima. Segundo uma suposta etimologia, Lima designaria o Letes, rio do esquecimento.

Os Sousa Lobato: Uma família de Cortesãos na viragem para o século XIX

MARGARIDA MARIA LOBATO DE AZEVEDO COSTA *

RESUMO

No presente artigo pretende-se apresentar a evolução social e influência política da família Sousa Lobato, a partir do último quartel do século XVIII até meados do século XIX, relatando a sua vivência no seio do poder monárquico como nobreza da Corte.

O ponto de partida para esta proposta de estudo é o arquivo familiar dos Sousa Lobato recentemente descoberto num imóvel da cidade de Braga. O arquivo é composto por centenas de documentos produzidos e acumulados por esta família, do último quartel do século XVIII até ao início do século XX e compõe-se, no essencial, por documentos oficiais de mercês régias – alvarás, cartas, portarias e decretos – referentes a nomeações para cargos palatinos, a atribuições de qualificações honoríficas nas Ordens Religiosas e Militares, a concessões de direitos (senhorios, terrenos agrícolas) e ao exercício de funções nas instituições oficiais do Reino – alfândegas, ouvidorias de Comarcas – e ainda processos documentais relativos às propriedades concedidas e alguma correspondência epistolar.

Evoluir-se-á na árvore genealógica apresentando as distinções e privilégios concedidos aos principais elementos da família – três dos seus membros ascenderam a titulares – e desvendando como se posicionaram na sociedade do Antigo Regime, no advento do Liberalismo e no conflito entre Liberais e Absolutistas.

PALAVRAS-CHAVE: História da Nobreza; História da Família; História Social; Arquivos Familiares; Arquivo da Família Sousa Lobato.

* Licenciada em Economia pelo ISEG-Universidade Técnica de Lisboa, mestre em História Moderna e dos Descobrimentos pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Aposentada do sector bancário.

The Sousa Lobato: A courtiers family at the turn of the 19th century

MARGARIDA MARIA LOBATO DE AZEVEDO COSTA *

ABSTRACT

This article intends to present the social evolution and political influence of the Sousa Lobato family, from the last quarter of the 18th century to the middle of the 19th century, reporting on their experience within the monarchical power as nobility of the Court.

This study proposal is due to the Sousa Lobato family archive recently discovered in a property of Braga city.. The archive is made up of hundreds of documents produced and accumulated by this family, from the last quarter of the 18th century until the beginning of the 20th century and is essentially composed of official documents of royal mercy – royal license, letters, ordinances and decrees – referring to nomination to palatine posts, the assignment of honorary qualifications in Militar and Religious Orders, the granting of rights (landlords, agricultural land) and the exercise of functions in the official institutions of the kingdom – customs, ombudsman of Comarcas – and also documentary processes related to properties granted and some epistolary correspondence.

We will describe the family tree presenting the distinctions and privileges granted to the main members of the family – three of its members rose to the title – and disclosing how they positioned in the society of the Ancient Regime, in the advent of Liberalism and in conflict between Liberals and Absolutists.

KEYWORDS: *Nobility History; Family History; Social History, Family Archives; Sousa Lobato Family Archive.*

* Economics Degree by ISEG - Lisbon School of Economics and Management, Master in Modern History by Nova FCSH Lisbon. Retired from banking sector.

INTRODUÇÃO

Conhecer este agregado familiar da nobreza reconstituindo a sua história social e institucional, no contexto das elites cortesãs portuguesas do final do Antigo Regime, é a nossa proposta, deste modo, será elaborada a sua prosopografia sintética a partir da biografia dos seus elementos – o patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato e seus quatro filhos, Matias António de Sousa Lobato, 1º visconde de Magé, Joaquim José de Sousa Lobato, 2º visconde de Magé, e seus descendentes, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, visconde de Vila Nova da Rainha e Bernardo José de Sousa Lobato. Reconstituir-se-á o posicionamento inicial, a progressão social, as estratégias de valorização e reprodução, os cargos desempenhados, as distinções de que usufruíram, a partir do reinado de D. Maria I e da regência/reinado de D. João VI até à Revolução Liberal. Procuraremos dissecar o processo de construção de uma posição particular no espaço da Corte, ou seja, um tipo especial de favoritismo; nas palavras de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa: "Nunca teve, (D. João) porém, um primeiro-ministro, como o Marquês de Pombal fora primeiro-ministro de seu avô, nem teve um ministro que verdadeiramente fosse seu valido. Validos teve-os entre os empregados que o assistiam pessoalmente ou os oficiais da sua câmara, como o secretário particular José Egídio, ou os irmãos Lobato, que segundo se dizia, chegaram a ser mais influentes que muitos ministros."[1].

Por último é importante referir que esta família cortesã, nunca mereceu uma investigação individualizada, embora seja profusamente referida na historiografia sobre a época, mas de um modo breve e por vezes caricatural, como é característico de muitas das narrativas sobre a Corte desse tempo. São, pois, figuras que identificamos como sendo merecedoras, por si só, de um estudo que nos permitirá revelar os processos de construção de uma posição especial no espaço da Corte e aprofundar, também, o conhecimento das elites de que fizeram parte numa época tão conturbada da nossa história.

---

1 PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 13.

1. A Família Sousa Lobato – apresentação prosopográfica

Iremos fazer a apresentação da genealogia a partir do elemento charneira desta família, que marca o percurso de ascensão social deste grupo familiar na sociedade de então: José Joaquim de Sousa Lobato (n. 12 de abril de 1736 – m. 23 de outubro de 1809 – Rio de Janeiro[2]) era neto paterno de Matias de Sousa Lobato[3], nascido em Almada em 1670, professor de Ler e Escrever na Vila de Tomar e Escrivão das Sisas da Vila de Tancos[4], e filho de Luís António de Araújo Banha (n. 7 de julho de 1696 – Lisboa, freguesia do Socorro, m. 1776)[5] (fig. 1), moço da Câmara de D. João V, guarda-roupa de D. José I e do Infante e futuro D. Pedro III[6] e escrivão dos Armazéns e Conselho do Ultramar[7], casado com Maria Luísa Antónia Raimunda do Espirito Santo em 15 de janeiro de 1727[8,] na freguesia de Santa Justa em Lisboa, com quem teve mais dois filhos, Matias António e Ana Joaquina de Sousa Lobato.

---

2 ASL - Documento manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia de certidão de óbito – Livros de Óbitos da Real Capela, folha 2 – Rio de Janeiro, passada por requerimento do seu filho.

3 Refira-se a título de curiosidade, que fez parte da comitiva, na qualidade de estribeiro, do embaixador, Fernando Teles da Silva, 2º marquês de Alegrete e 3° conde de Vilar Maior, que escoltou, em 1708, a vinda para Portugal da futura Rainha D. Mariana de Áustria.

4 ANTT - RGM de D. João V.

5 ASL - idem. Cópia da certidão de batismo de José Joaquim de Sousa Lobato.

6 ASL - idem. Cópia da Certidão de Batismo de Matias António Sousa Lobato (filho de José Joaquim de Sousa Lobato), Livro 7, folha 32, dos Batismos da freguesia de Santa Isabel de Lisboa, 19 de fevereiro de 1769.

7 ANTT - Habilitação para a Ordem de Cristo de José Joaquim Sousa Lobato – 1788 - PT-TT-MCO-A-C-002-009-0060-00019_m0004_derivada.

8 ASL - idem. Cópia da Certidão de Casamento Livro 7, folha 32, dos Casamentos de 1727, da freguesia de Santa Justa de Lisboa, folha 236.



Fig. 1 – Descendentes de Luís António de Araújo Banha

1.1. José Joaquim de Sousa Lobato, o patriarca e descendentes

José Joaquim foi guarda-roupa da Rainha D. Maria I (1777)[9], comendador da Ordem de Cristo (1788)[10] e da Torre e Espada, fidalgo da Casa Real, proprietário dos ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa (1793)[11], escrivão da ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila (1760)[12]. Casou, em 26 de outubro de 1759, com Maria Joana de Hering, de origem austríaca, que foi açafata da rainha Maria Ana de Áustria. Filha de Bernardo José de Oliveira Costa Pereira e de Joana Mariana Cristina de Hering[13], natural de Viena de Áustria. Tive-

9 ASL - Anexos - Cota: JOSJLOBATOP1D003.
10 ANTT - Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç.. 60, n.º 19, PT/TT/MCO/A-C/002-009/0060/00019.
11 ASL - Anexos - Cotas: JOSJLOBATOP1D005 e JOSJLOBATOP1D006.
12 ASL - idem - Cota: JOSJLOBATOP1D001.
13 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

ram cinco filhos, quatro rapazes e uma rapariga, todos com cargos na Corte (fig. 2). A filha, Maria Joana Aniceta Francisca de Hering, foi também açafata da Rainha D. Maria I.

Quando do seu falecimento (m. 23 de outubro de 1809 – Rio de Janeiro) foi-lhe dedicada uma Oração Fúnebre da autoria de Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio[14]

1.1.1. Matias António de Sousa Lobato – 1º visconde de Magé

Matias António de Sousa Lobato, o primogénito, (n. 31 de janeiro de 1769 - m. 28 de maio de 1826) sucedeu a seu pai nos vários cargos que ele exerceu e foi guarda-roupa de D. João VI. Casou duas vezes com as irmãs Berquó, que foram ambas açafatas de D. Maria I. O primeiro matrimónio ocorreu em 1811, com Maria Inácia Gama Freitas Berquó (n. 26 de julho de 1790 – m. 02 de fevereiro de 1814), cerca de 3 anos após o falecimento desta, desposou, em 22 de janeiro de 1817, Maria Carlota Gama Freitas Berquó (n. 11 de março de 1789 – m. 25 de janeiro de 1818). Eram filhas José Maria Maurício da Gama e Freitas (n. 1730 – m. 1805) e de Josefa Joaquina Berquó da Silveira Velasco, açafata da princesa viúva Dona Maria Benedita e irmãs de João Maria da Gama Freitas Berquó, marquês de Cantagalo que foi pelo seu casamento, 4º marquês de Viana (n. 17 de novembro de 1794 – m. 25 de março de 1852)[15]. Matias António fez parte da comitiva que acompanhou a família real na sua retirada para o Brasil, em 1807, onde recebeu o título de barão de Magé, em 21 de maio 1810, e depois de visconde de Magé, em ambos os casos em sua vida, e ainda o senhorio das Terras da vila de Magé[16], em 17 de Dezembro 1811. Em 10 de janeiro 1812 obteve a renovação deste

---

[14] Internet archive: *https://archive.org/details/oraofunebred00samp*, *https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Santa_Teresa_Jesus_Sampaio* (visto em março de 2020): "Frei Sampaio foi Pregador da Capela Imperial e Examinador da Mesa de Consciência e Ordens em 1808, onde iniciou seu envolvimento na vida política. Nos anos seguintes exerceu diversas funções e cargos que o levaram para um caminho de inserção nos assuntos da Corte Portuguesa no Brasil."

[15] O título nobiliárquico de marquês de Cantagalo foi criado por D. Pedro I do Brasil, D. Pedro IV de Portugal, em 12 de outubro de 1826. Entre outras atribuições, João Maria Berquó foi Camareiro e ajudante de campo do Imperador D. Pedro.

[16] Vila fundada em 9 de junho de 1565, com o nome de Magepemirim, abreviada depois para Magé. Em 1857 foi elevada a cidade. É a segunda cidade mais antiga do Estado do Rio de Janeiro logo a seguir à cidade do Rio de Janeiro. Durante a monarquia foi criado o baronato de Magé, em 1810, e foi elevado a viscondado em 1811.Cf: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Mag%C3%A9* (visto em março de 2020).

título. Foi ainda comendador, escrivão da Câmara do Rei, e senhor donatário de São João de Rei[17], em 1807, senhorio localizado numa freguesia do atual concelho da Póvoa de Lanhoso. Não deixou descendentes, sendo os seus títulos renovados no irmão Joaquim José[18].

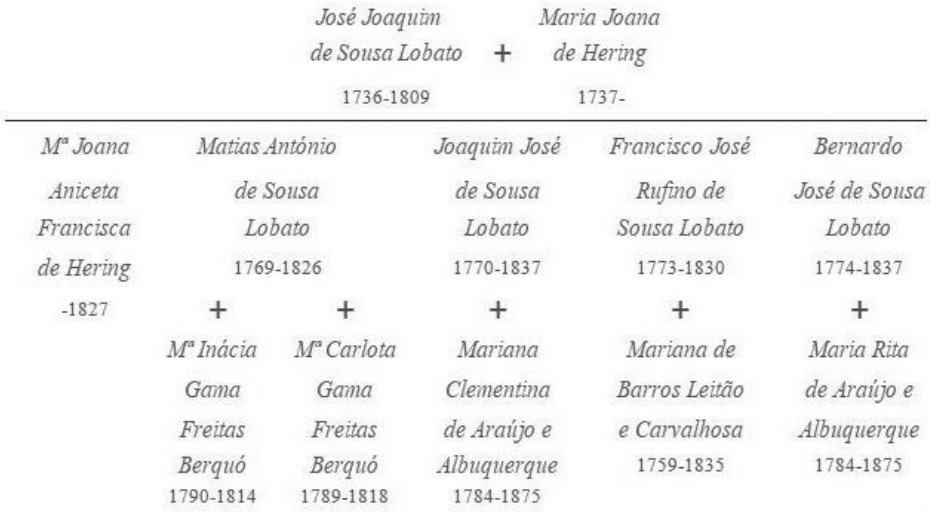


Fig. 2 – Descendentes de José Joaquim de Sousa Lobato

[17] São João de Rei é uma freguesia do concelho da Póvoa de Lanhoso. Foi um rentável senhorio, na posse dos Azevedo desde os tempos de D. João I, tendo regressado à coroa, por inexistência de sucessão legítima. Em 1807, passou para as mãos de Matias António de Sousa Lobato, por mercê real. Existe uma publicação Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso de 1994, 2ª Ed., da autoria de António Celestino com o título *Antigamente era San Johan de Rey,* que nos descreve, conforme o resumo apresentado no sítio da referida Câmara: "S. João de Rei é uma velhíssima aldeia do Concelho da Póvoa de Lanhoso cujas tradições e história remontam a antes da fundação da nacionalidade. Está situada na formosa Ribeira do Cávado e tem como orago S. João Baptista, cujo dia se festeja no mesmo dia em que provavelmente se celebrava o nascimento de qualquer dos nossos Reis mais remotos e donde, talvez, lhe venha o "rei" que ostenta no nome".

[18] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

		Joaquim José de Sousa Lobato 1770-1837 + *Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque* 1784-1875			
Carlota Isabel de Sousa Lobato 1804- + *João Antônio Teixeira de Carvalho* 1804-	*Maria Lina de Sousa Lobato* 1806- + *António Xavier Osório Pereira Negrão*	*Augusta Eduarda de Sousa Lobato* 1809-1891 + *João Pereira Lobo Soares de Azevedo*	*Maria da Conceição de Sousa Lobato* 1811-	*José António de Sousa Lobato* 1812- + *Rufina Carlota Pereira* 1822-	*Pedro de Alcântara de Sousa Lobato* 1814-1910 + *Augusta Guilhermina Feo Guião* 1815-

Fig. 3 – Descendentes de Joaquim José de Sousa Lobato

1.1.2. Joaquim José de Sousa Lobato – 2º visconde de Magé

Joaquim José, segundo filho do casal, (n. 20 de outubro de 1770 – m. 16 de abril de 1837), obteve a renovação do título de visconde de Magé e do senhorio de São João de Rei, por sucessão ao seu irmão, 1º visconde de Magé, no período de regência da Infanta D. Isabel Maria[19]. Guarda-roupa e conselheiro de D. João VI, comendador das Ordens de Cristo e da Torre e Espada, Alcaide-Mor de Castelo de Vide, escrivão da Fazenda do Tribunal do Rio de Janeiro, proprietário dos ofícios de escrivão da Mesa Grande e das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa[20]. D. João VI designou-o porteiro da Real Câmara em substituição do seu irmão, Francisco José Rufino, conforme descrito no aviso: "(…) para servir o Rei, nos impedimentos de seu irmão visconde de Vila Nova da Rainha, no ofício de porteiro da Real Câmara e que por sua morte continuasse a servir no mesmo ofício (…)"[21]. Desempenhou o cargo na câmara da Infanta regente D. Isabel que lhe foi confirmado por carta régia de D. Miguel de 2 de março de 1831[22], na sequência do falecimento do supramencionado irmão, a 5 de maio de 1830.

---

19 ASL - Anexos - Cotas: JOAJLOBATOP2D043 e JOAJLOBATOP2D047.

20 ASL - idem - Cota: JOAJLOBATOP1D021.

21 ASL - idem - Cota: JOAJLOBATOP2D059. Aviso de 3 de março de 1826 Ordenado por D. João VI e expedido pelo Mordomo-mor.

22 ASL - idem - Cota: JOAJLOBATOP2D049.

Casou com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 18 de setembro de 1803, filha de António José de Araújo Sousa, desembargador da casa da suplicação e juiz da Chancelaria Régia, e de Ana José de Araújo e Albuquerque, com quem teve seis filhos, quatro raparigas e dois rapazes (fig. 3):

– Quanto às senhoras: Maria da Conceição faleceu muito nova sem descendência; Carlota Isabel (n. 4 de julho de 1804) foi açafata de D. Carlota Joaquina, casou João António Teixeira de Carvalho e tiveram um filho João Teixeira de Carvalho (n. 14 de abril de 1827); as outras duas filhas do casal, Maria Lina (n – 23 de setembro de 1806 – Rio de Janeiro) e Augusta Eduarda (n. 29 de novembro – Rio de Janeiro – m.11 de maio de 1891 – Braga), casaram com nobres de província. Maria Lina desposou António Xavier Osório Pereira Negrão, senhor da Casa de Mosteiró, em Baião, desembargador da Relação no Porto, agraciado em 1825 com o foro de Moço Fidalgo, progenitores de oito filhos (fig. 5) e Augusta Eduarda que casou com João Pereira Lobo Soares de Azevedo, capitão de milícias de Guimarães e senhor da Casa da Caldeiroa[23], do seu casamento nasceram cinco filhos (fig. 4).

– No respeitante aos filhos homens, José António, filho primogénito, (n. 22 de dezembro de 1812 – Rio de Janeiro) desposou, em 24 de julho de 1852, Carlota Rufina Pereira, natural de Angra do Heroísmo. Desta união nasceu uma filha, Elvira Amélia de Sousa Lobato (n. 1853 – m. 1922). Foi Moço-fidalgo, recebeu por renúncia do seu progenitor, os ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Por decreto de D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818 e no dia da sua coroação, em 27 de fevereiro de 1818, obteve a faculdade para usar livremente a insígnia da comenda da Ordem de Cristo, pela atribuição de uma vida na comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho[24].

O outro filho, Pedro de Alcântara (n. em 28 de abril de 1814 – Rio de Janeiro e m. 31 de janeiro de 1910 – Mesão Frio) foi Moço-fidalgo, por alvará de 12 de janeiro de 1824[25], casou-se, em 15 de fevereiro de 1854, com Augusta Guilhermina Feio Guião e não possuíram descendência. Os dois irmãos frequentaram o Colégio dos

---

[23] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.
[24] ASL - Anexos - Cota: JOSELOBATOP1D001 e JOAJLOBATOP1D022.
[25] AFFONSO; VALDEZ, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. II, 1933, p. 183.

Nobres aonde ingressaram em 4 de outubro de 1824[26]. Ambos tiveram uma carreira militar e defenderam a causa absolutista, militando nos exércitos de D. Miguel.



Fig. 4 – Descendentes de Augusta Eduarda de Sousa Lobato

[26] GALVÃO-TELLES, Relação dos alunos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1766--1837), 2006, pp. 85 e 96-97.



Fig. 5 – Descendentes de Maria Lina de Sousa Lobato

1.1.3. Francisco José Rufino de Sousa Lobato – 1º visconde de Vila Nova da Rainha

O terceiro filho, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, (n. 30 de julho de 1773 – m. 5 de maio de 1830), foi barão (1809) e 1º visconde de vila nova da rainha, em 21 de maio de 1810, tendo recebido uma terceira vida no título, por despacho pela aclamação de D. João VI. Conselheiro e guarda-roupa do Rei, porteiro e apontador dos foros dos reposteiros da Real Câmara, tesoureiro do real bolsinho, guarda-joias e tapeçarias, secretário administrador da Casa e Estado do Infantado,

superintendente do Palácio e Convento de Mafra e escrivão da Mesa de Consciência e Ordens no Brasil e como visconde de Vila Nova da Rainha foi 1º deputado da mesma mesa[27]. Foi também comendador da Ordem de Cristo e Torre e Espada, secretário das Três Ordens Militares e brigadeiro do Exército do Rei[28], tendo alcançado a patente de tenente-general efetivo, a 24 de abril de 1821[29].

Casou com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 9 de dezembro de 1759 – m. 7 de fevereiro de 1835), em 5 de fevereiro de 1800, açafata de D. Carlota Joaquina. Era filha de Manuel Francisco de Barros e Mesquita (n. 18 de outubro de 1729 – m. 15 de março de 1806) e de Maria Bárbara Teresa de Sousa e Carvalhosa (m. 1787)[30] e irmã, de João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, 1º visconde de Santarém (n. 18 de abril de 1757 – m. 12 de janeiro de 1818). Do casamento não teve descendência[31 e 32]. Fora do casamento teve, ainda, Ana José de Sousa Lobato (n. 1820 – m. 11 de março de 1881) legitimada por carta da Infanta regente D. Isabel

---

27 NEVES, 1999, pp. 86 e 89.

28 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

29 Tenente-general efetivo, a 24-4-1821 "sem entrar em combate" in MONTEIRO, Tobias, *História do Império*, p. 90. "Porém, é dito que "Sendo Tenente agregado ao Regimento de Alcântara, foi, por decreto de 24 de Junho de 1799, colocado na 12ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Meckelmburgo. Por decreto de 6 de Setembro de 1804, ainda com a patente de Tenente, é promovido ao posto de Coronel de Milícias, ficando agregado a um dos regimentos de Milícias de Lisboa, COSTA, 2005, II Volume, II Tomo, p. 54.

30 Para além de Mariana Leocádia e João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (pai do 2º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa), o casal foi progenitor de mais dois filhos, D. António Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1763 - m. 1829), arcebispo de Adrianópolis e de Diogo José de Barros Leitão e Carvalhosa (m. 1788).

31 Quando casou D. Mariana Leocádia tinha cerca de 41 anos, razão pela qual, provavelmente, não terá sido progenitora.

32 Cf., Wikipédia: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco Jos%C3%A9 Rufino de Sousa Lobato* (visto em junho de 2020) está referido um descendente, do seu casamento, de nome Evaristo José de Sousa Lobato, que terá falecido solteiro e sem descendência. Um documento de 1832 existente no ANTT refere que um indivíduo chamado Evaristo José de Sousa Lobato, nasceu no Rio de Janeiro e era filho de pais incógnitos, o que nos faz suspeitar que se trataria da mesma pessoa referida na Wikipédia. Francisco José Rufino de Sousa Lobato não o terá sido perfilhado: Cód Ref PT/TT/MR/EXP/051/0079/0000: "*Requerimento de Evaristo José de Sousa Lobato, solicitando dispensa de apresentar Certidão de Baptismo para ser admitido a Exame de segundo ano da Aula de Comércio*".

33 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia - do registo na Chancelaria mor do Reino, no livro de Legitimações, folha 5, Lisboa, 14 de outubro de 1826. Em 1839, Ana José reclamou ser herdeira universal de seu pai, para efeitos de herança do montepio militar paterno (AHM Caixa 68 1278/18). Refira-se, ainda que os viscondes de Vila Nova da Rainha fizeram conjuntamente um testamento, que designava como herdeiro universal o seu sobrinho, futuro 2º visconde de Santarém.

Maria[33], tendo falecido solteira no Convento da Encarnação de Lisboa[34], e ainda Francisco Gomes da Silva (n. – 22 de setembro de1791 – m. 30 de dezembro de 1852), seu putativo filho, conhecido pela alcunha de "Chalaça", um dos amigos favoritos do príncipe D. Pedro, nunca legitimado[35].

1.1.4. Bernardo José de Sousa Lobato – o mais novo

Bernardo José, o filho mais novo (n. 14 de agosto de 1784 – m. 5 de fevereiro de 1837) exerceu os cargos de guarda-roupa de D. João VI, escrivão da Real Câmara e expediente da mesa do Desembargo do Paço em Portugal e no Brasil; recebeu ainda as mercês de comendador da Ordem de Cristo, da Torre e Espada e da Conceição. Desposou Maria Rita de Araújo e Albuquerque – irmã de Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, esposa de seu irmão Joaquim José, 2º visconde de Magé – em 6 de fevereiro de 1807, tendo dois filhos: José Joaquim de Sousa Lobato Jr. (m. 7 de fevereiro de 1844 – Luanda) e Maria Rita de Sousa Lobato, ambos sem descendentes.

2. A família Sousa Lobato na Corte na viragem para o séc. XIX – a retirada para o Brasil

2.1. O clã dos Lobatos

Esta família de cortesãos, que servia no Paço Real, desde finais do século XVII[36], em funções no domínio da esfera privada da família real, foi contemporânea de uma realidade política e diplomática assaz delicada e complexa: a Revolução Francesa, a ascensão ao poder de Napoleão Bonaparte, as consequentes invasões Napoleónicas e a retirada da Corte Portuguesa para o Brasil. Neste último contexto este clã acompanhou a família real e, aí chegados, mantiveram e ampliaram as suas funções, recompensados pela sua lealdade e serviços prestados.

Oliveira Lima comenta, a propósito da comitiva de cortesãos que viajara de Lisboa, não deixando de destacar os protegidos do regente, entre eles os irmãos Lobato: "Só no artigo fidalgos, não eram poucos os que de Lisboa tinham saído para irem formar no Rio de Janeiro a

---

[34] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

[35] Resultante de uma ligação com Maria da Conceição Alves de 19 anos, sua criada de quarto. Cf., Wikipédia: *https://pt.wikipedia.org/wikiFrancisco_Gomes_da_Silva_(Chala%C3%A7a) (visto em junho de 2020).*

[36] Tanto quanto nos foi possível, até agora, retroceder na construção da genealogia da família.

Corte do Príncipe foragido. Um Duque, o de Cadaval, falecido na Bahia, onde adoeceu na passagem da esquadra; sete marqueses, os de Angeja, Belas, Lavradio, Pombal, Torres Novas e Vagos (...). Afora os planetas, um milhar de satélites, monsenhores, desembargadores, médicos, açafatas, reposteiros, outros empregados da real casa, sem falar na tribo dos Lobatos, do serviço particular e da maior privança de Dom João, de quem constituíam a camarilha, juntamente com o padre João, seu afilhado, e seu secretário, o esperto brasileiro José Egydeo."[37] Não se sabe ao certo qual o número de pessoas que foram com D. João, mas quanto ao número de criados que assistiam ao regente, uma estatística credível aponta para cerca de duzentos elementos[38].

No Rio de Janeiro, novo centro de decisões do Reino e residência da Corte, iniciou-se, desde logo, um programa de instalação, de criação e organização de instituições administrativas e burocráticas, que reproduziam, no essencial, as já existentes na metrópole, o que, na maior parte dos casos, se traduziu numa duplicação dos órgãos governativos do Reino (Lisboa e Rio de Janeiro).

Logo em dezembro de 1808, aquando das comemorações do aniversário da rainha D. Maria I, D. João inaugura uma nova fase de atribuição de títulos, concedendo o título de conde a D. Fernando José de Portugal, conde de Aguiar, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, a D. João Rodrigues de Sá e Melo, conde da Anadia, e a D. João de Almeida de Melo e Castro (renovação do título de seu pai), 5º conde de Galveias, todos com assentamento no Conselho da Fazenda[39]. Os títulos, honras e comendas e outros privilégios foram atribuídos maioritariamente a portugueses, principalmente aos que acompanharam a família real e aos que se notabilizaram nas Guerras Peninsulares. Entre 1810 e 1821, D. João agraciou 120 pessoas, com títulos nobiliárquicos combinados com comendas – Ordens de Cristo, da Torre e Espada e de Santiago – tenças ligadas a almoxarifados, senhorios e várias mercês, para além de pensões. Entre os distinguidos estão os irmãos Lobato, Matias António e Francisco José Rufino, Joaquim José e Bernardo José. Notável é o fato de, em 1808, estarem a servir no Paço, no Rio de Janeiro, oito guarda-roupas, dos quais quatro pertenciam à família Lobato: José Joaquim (pai), e os filhos: Matias António, Joaquim José e Francisco José

---

37 LIMA, 2008, pp. 132 e 133.

38 Cf., SILVA, 2005, p. 270.

39 Cf., OLIVEIRA, Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social Universidade de São Paulo, 2013,, pp. 269-270.

Rufino, que auferiam individualmente 80.000 réis de rendimento anual[40], ocupando essa posição deste 1794, ainda em Portugal[41].

Todas as distinções de que foram objeto denunciam a proximidade (validos) junto de D. João, como o assinalam Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa: "Nunca teve, porém, um primeiro-ministro, como o marquês de Pombal fora primeiro-ministro de seu avô, nem teve um ministro que verdadeiramente fosse seu valido. Validos teve-os entre os empregados que o assistiram pessoalmente ou os oficiais da sua câmara, como o secretário particular José Egídio, ou os irmãos Lobato, que, segundo se dizia, chegaram a ser mais influentes que muitos ministros."[42]

Também nas mais importantes e simbólicas cerimónias cortesãs, os Lobatos eram convidados em lugares de destaque. Assim com a elevação do Brasil a Reino, pela carta de lei de 16 de dezembro de 1815, começaram os festejos, tendo o Senado do Rio de Janeiro deliberado que toda a cidade iria estar iluminada em manifestação de júbilo e agradecimento, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1816, pela mercê do príncipe regente: "No dia 21 de janeiro celebrou-se a festa, começando com a missa de acção de graças na Igreja de São Francisco de Paula (...). No templo aguardavam já muitos dos notáveis da cidade. Uma hora mais tarde, chegava o Príncipe, que se fizera transportar do paço para a igreja «em grande estado», em cinco «soberbos coches», cada um puxado por seis cavalos, apresentando-se com os filhos D. Pedro e D. Miguel, os gentis-homens da sua câmara e os seus guarda-roupas, os famigerados Lobatos."[43]

Num romance de Paulo Setúbal[44], escrito com muito humor e sarcasmo, a posição de privilégio dos Lobatos é referida do seguinte modo:

> "(…) aqueles que abiscoitaram os empregos mais lucrativos da época. Tanto, e de tal forma, que no Rio se tornou expressão corrente:
> – «Fulano é um sujeito muito feliz. É feliz como os Lobatos!»"

---

40 Cf., SILVA, 2005, p. 261, citando um relatório, de 11 de maio de 1808, do tesoureiro da casa real, Joaquim José de Azevedo que informava os valores desembolsados com criados da Casa Real. Em 1804, ainda em Lisboa, já o *Almanach de Lisboa* fazia referência a estes quatro familiares Lobato que eram guarda-roupas na casa Real.

41 Cf., *Almanaque de Lisboa para o Ano de 1794.*

42 PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 13.

43 PEDREIRA; COSTA, pp. 303-304.

44 SETÚBAL, As Maluquices do Imperador, *http://www.portugues.seed.pr.goverbr/arquivos/File/leit_online/paulo_setuba3.pdf.*

2.2. O patriarca

José Joaquim (n. 1736 – m. 1809), o patriarca da família, marca um ponto de viragem decisivo na ascensão deste clã familiar no universo cortesão, ao desposar, em 1759, Maria Joana de Hering (n. 1737), açafata de D. Maria Ana de Áustria. Com efeito, a união com damas e camaristas da casa da rainha era, à época, uma forma muito comum de aspirar a cargos importantes, como refere Nuno Monteiro: "Por seu turno, os ofícios femininos superiores da Casa Real constituíam a única forma de produção de serviços que as mulheres podiam oferecer às casas onde casavam ou onde tinham nascido. (…) a sua importância nesse terreno era notória, ultrapassando em muitas gerações a dos feitos pelos homens. Casar com uma dama do paço, era, muitas vezes a forma mais fácil de arranjar os serviços dos quais as casas careciam (...). A colocação das damas no paço, em princípio, destinadas aos casamentos e às alianças, terá representado, assim, não apenas um capital necessário para as casas antigas de Grandes, mas ainda uma oportunidade para casas com menor cotação poderem ingressar no mercado matrimonial das mais antigas. Na ausência de um levantamento completo das damas ao longo do século XVIII, pode intuir-se, no entanto, a partir das listas disponíveis para o final do século, que esse constituía um dos ofícios mais selectos e mais procurados da monarquia (…)"[45]. Isso mesmo é evocado no seguinte excerto da carta régia de D. Maria I, de mercê do foro de fidalgo e da tença de duzentos mil réis[46], com o Hábito da Ordem de Cristo, a José Joaquim, sendo esta uma atribuição usual proporcionada ao cônjuge de uma camarista da Rainha:

> "Faço saber aos que esta minha Carta Padrão virem que tendo respeito a me representar Dona Maria Joana Teresa de Hering, haver servido a Augustina Senhora Rainha Dona Mariana de Áustria, no Foro de Açafata Alemã e que se havia empregado com muito desvelo, e amor, e que se acha casada com José Joaquim de Sousa Lobato, Mosso da Guarda Roupa, esperava que lhe fizesse mercê do Foro de Fidalgo para seu marido e da tença de duzentos mil reis com o Hábito da Ordem de Cristo."[47]

---

[45] MONTEIRO, 2003, 2ª Edição revista, pp. 533 e 534.

[46] De referir, todavia, que a tença associada à concessão do hábito da Ordem de Cristo era, à época, normalmente de 12.000 réis, sendo algumas vezes acompanhada de uma tença de 50.000-60.000 réis. Deste modo podemos dizer que o valor de 200.000 réis foi especialmente elevado, refletindo o estatuto da noiva.

[47] ASL - Anexos - Cota: JOSJLOBATOP1D003. Carta Régia de 2 de setembro de 1785.

Este casamento, para alguém com o estatuto de José Joaquim de Sousa Lobato, constituiu uma excelente oportunidade proporcionando-lhe todos os benefícios e remunerações associados ao estatuto da noiva. O facto de esta ser de origem austríaca portanto, externa ao círculo da primeira nobreza nacional, ao qual pertenciam, por regra, as camaristas portuguesas da rainha, terá verosimilmente facilitado esta união.

José Joaquim, nos anos posteriores ao seu casamento, foi sucessivamente agraciado com as mercês da propriedade do ofício de escrivão da ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila (1760), de guarda-roupa da Rainha D. Maria I (1777), de comendador da Ordem de Cristo (1788) e da Torre e Espada, de proprietário dos ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa (1793).

Demonstrativo da confiança que o regente depositava neste seu vassalo, é um ofício de 17 de julho de 1805, de José Joaquim ao conde de Almada, transmitindo-lhe a ordem do príncipe regente D. João para que estivesse presente, no Paço da Bemposta, para assistir à audiência ao povo [48].

O regente utiliza muitas vezes outras vias de comunicação, que não as inseridas no aparelho político-administrativo, recorrendo aos préstimos dos seus mais próximos de que apresentaremos vários exemplos ao longo deste livro. Com efeito, a maior parte das comunicações relativas aos assuntos de Estado, incluindo-se as reuniões para resolver questões de política internacional, as audiências a embaixadores estrangeiros (entrega de credenciais ou de condolências reais pelo falecimento de um soberano), eram expedidas pelas várias Secretarias de Estado: dos Negócios do Reino; de Estrangeiros e da Guerra; da Marinha e Ultramar ou outras. Outro tipo de convites, provinham do Ministro do Reino, pois era esta a Secretaria que tratava o expediente da Casa Real, designadamente os referentes a acontecimentos religiosos[49] e a cerimónias na Corte, que na maior parte dos casos comemoravam datas da história de Portugal e nascimentos e aniversários de membros da família real, estavam também eivados de um caráter iminentemente religioso, realizando-se para além das audiências, celebrações eucarísticas.

---

[48] ANTT - PT/TT/MSLIV/0821/00076.

[49] Compostos, normalmente por missa solene e *Te Deum,* dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino e a festa de purificação de Nossa Senhora, na Capela Real, a procissão do Corpo de Deus, etc.

2.3. A construção de uma amizade com Matias António?

Embora não existam testemunhos que nos permitam contextualizar como se terá consolidado o relacionamento entre D. João e os irmãos Lobato, consideramos credível que a proximidade etária entre D. João (n. 13 de maio de 1767) e Matias António (n. 31 de janeiro de 1769) – uma diferença de cerca de 20 meses – terá proporcionado um convívio, entre ambos, no espaço de sociabilidade do Paço Real, aonde seus pais exerciam funções ao serviço dos soberanos. Os irmãos mais novos, Joaquim José, Francisco José Rufino e Bernardo José, terão sido abrangidos nessa amizade e irão fazer parte do círculo privado do príncipe. O facto de D. João se ter tornado sucessor da coroa já com 21 anos não terá sido alheio a esta proximidade – o seu irmão D. José, o príncipe da Beira, herdeiro da coroa, faleceu prematuramente de varíola aos 27 anos – o que nos faz pensar na possibilidade de, na sua infância e juventude, ter gozado de maior liberdade que a concedida ao herdeiro natural do trono, o que lhe terá facilitado outrossim um grupo de amizades mais alargado: "a sua Infância decorreu descuidosa, sem as preocupações de vir um dia a sentar-se no trono de Portugal. E assim vemo-lo ora em Mafra, deliciando-se com a música sacra, ora em Salvaterra, entregando-se a brincadeiras próprias da sua idade."[50]

Matias António foi nomeado guarda-roupa de D. João, em 12 de julho de 1798 – um ano antes de D. João assumir a regência em nome próprio, em julho de 1799 – incluindo-se assim no universo doméstico e íntimo do regente, não sendo de desprezar, naturalmente, a influência que tal estatuto lhe podia proporcionar no âmbito da esfera pública e do governo do Príncipe. Em 18 de abril de 1799, foi-lhe atribuída a remuneração anual de 80.000 réis, pagos pela fazenda da Casa de Bragança[51].

Curioso é ainda um conjunto de três cartas dirigidas por D. João a Matias António e um pequeno bilhete, com resposta do último, de foro particular, existentes no ASL, atestando a relação exclusiva e íntima entre ambos, que a seguir transcrevemos[52]:

> – "Meu Matias remeto-te este papel pª te dar provas da minha gratidão do bem q. me tens servido ainda q. eu podia ter alguma cousa de me queixar pois sei q. tens huma amizade a qual [sic] a filha do Broco e não me tens dito palavra pois quando se ama devéras sempre se tem aberto

[50] PEREIRA, 1958, p. 21.

[51] ASL - Anexos - Cota: MANTLOBATOP1D002 e MANTLOBATOP1D003, alvarás de 12 de julho de 1798 e de 18 de abril de 1799, respetivamente.

[52] ASL - Anexos - Cota: MANTLOBATOP1D006.

o coração pª quem se ama sembargo do q. te acabo de dizer sendo aqueixa q. te faço menor do q. o mto q. te sou grato ao bem q. me serves te remeto o papel incluso faço o q. te prometi de te escrever quando to remete-se e a Deos meu amor.

Paço de Mafra em18 de Agosto de 1807

Amo q. mtº te ama"

– "João Maria faz siente ao Senhor Visconde de Magé q. sabe de certo q. o Príncipe mandou lavrar o Decreto de Óbito pª Filipe Neri Lopes e q. já esta asignado igualmente lhe diz q. ~~o mandou fazer~~ [rasurado no original] q. o Príncipe lhe disera q. o tinha mandado hoje pois o Sr. Visconde lhe não tinha falado pª lhe dar huma prova q. quando se ama huma pessoa como o Príncipe ama ao S. V. ~~não há~~ [riscado no original] asentou basta saber asua vontade pois [sic] a q~~. sempre quando~~ [rasurado no original] q. sempre pede cousas justas.

O mais amante, e obrigado
Joao Maria

Rio de Janeiro em 25 de Agosto de 1812"

– "Meu Matias, pego na pena já que o não posso fazer pessoalm.te, para lhe significar o quanto sinto o seu justo pezar, Deos, a sua rezignação, à vontade de quem tudo manda, he quem lhe pode dar alivio em tão justa tribulação na forma do costume será desanojado, mas o deixo na sua liberdade todo aquelle tempo q. lhe for necessário pª a sua justa magoa. Resta-me dizer-lhe q. sou

Amo q. mto te estima

S. Crus em 3 de Fevereiro de 1815[53]

Bilhete de D. João, sem data:

– "Diga-me como paçou a noite pª me livrar de cuidado."

Assinatura de D. João

Resposta do visconde de Magé ao mesmo bilhete:

– "Bejo a Real Mão de V. Mag.de Com todo o respeito, agradecendo-lhe ogrande cuidado q. esta usou [sic]VER Mag.de

Eu Meu Senhor passei mto bem; [sic] apromptando pª ir ter a Honra de beijar a Mão Augusta de V. Mag.de com a maior ternura d' amor. Sou de V. Mag.de

Criado q. mto o Ama do coração
Visconde de Magé"

Como atrás já fizemos menção, a incumbência de transmitir avisos a outros cortesãos e elementos do governo, mesmo sobre assun-

[53] Uma carta de condolências, provavelmente, pela morte de algum familiar que não conseguimos identificar.

tos de Estado, era, em muitos casos, entregue a detentores de cargos palatinos com maior proximidade e confiança do soberano, e, deste modo, Matias António foi encarregue de convocar António de Araújo de Azevedo, em aviso de 3 de maio de 1810, para uma reunião a realizar-se nesse mesmo dia, pelas ave marias, na Real Chácara da Boa Vista. No mesmo aviso está redigida a seguinte nota de António de Araújo:[54]

> "Este chamamento foi para eu, e os outros Concelheiros de Estado votarmos sobre o mais extaordinario negócio que se podia pensar. Consistia em uma carta de Lord Strangford ao Príncipe representando a fraqueza que se achava o governo de Portugal, e para o forteficar propunha o Principal Souza para membro do governo; aprezentou ao mesmo tempo copea de uma carta do Ministro de Estado Wellesley a Mr. Villiers, então enviado em Lisboa, dizendo-lhe que se visse que a nação queria cortes, e que isto lhe dava energia, auxiliasse esta ideia, e conduzisse tudo de maneira que se seguissem os antigos direitos e costumes. O conde de Linhares escreveu uma carta ao Príncipe apoiando a posição de Lord Strangford, e que por este meio se evitavão cortes; ao menos assim o dava a entender. Votamos contra e por escrito sem nos juntarmos; e contudo vai nomeado o Principal Sousa ainda que com outros novos membros. Coiza digna de admiração. Semelhante intriga tem uma grande rameficação e foi traçada há muito tempo, e por isso se diminuirão os membros da regência D. Francisco Xavier de Noronha e Francisco da Cunha. Há muito que. dizer, e reflectir sobre este objecto."

2.4. O valido Francisco José Rufino de Sousa Lobato – o mais poderoso e famigerado dos Lobatos

2.4.1. A figura do valido na historiografia europeia

A figura do valido estava intimamente ligada ao serviço do monarca na sua área privada e doméstica ("privança do rei"), ocupando, ou não, algum cargo oficial. Esta personagem, pelo lugar privilegiado que desempenhava, tinha a capacidade de influenciar, fora do âmbito estritamente privado, direta ou indiretamente, as decisões políticas, diplomáticas e até financeiras do reino.

A proximidade do monarca, por outro lado, estimulava o estabelecimento de laços de amizade, que muitas vezes advinham de um passado comum, na infância ou na juventude, de ambos. A amizade configurando uma relação de igualdade única e exclusiva, pela sua

[54] ADB - PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA-I-004188.

própria definição, limita a possibilidade de outros indivíduos, estranhos à conexão existente ascenderem ao mesmo patamar. Por consequência, a figura do valido foi entendida como um elemento de desestabilização social, principalmente ao nível das classes mais poderosas da sociedade, que se viam "excluídas" do acesso direto ao monarca o que, em última análise, lhes retirava poder.

O termo valido constitui um tema da historiografia europeia. Jean Berenger publicou, em 1974, um artigo pioneiro sobre a questão. Nesse texto expõe, resumidamente, que o primeiro-ministro/valido é um assunto específico da historiografia europeia, surgindo nos principais países europeus, no início do século XVII, cerca de 1630, devendo a sua constituição à "complexidade crescente do Estado moderno" que procurava alternativas de governação para uma nova realidade política. Esta nova categoria de pessoas que constituía uma barreira no aceso dos súbditos ao rei, originou uma grande contestação da nobreza e do clero, sendo vista, com frequência, como uma classe de "usurpadores" e "tiranos[55].

Após o ensaio de Berenger emergiram muitos outros estudos sobre os validos seiscentistas, analisando personagens que ascenderam a essa posição, entre eles: Richelieu (ministro de Luís XIII) e Mazarino em França e, em Espanha, o 1º duque de Lerma, D. Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, valido de Felipe III e o conde/duque de Olivares, favorito de Filipe IV e ainda o Duque de Buckingham na Inglaterra.

O tema do valimento foi e continua a ser tema de muitas interpretações, com diferenças significativas de análise, caraterização e cronologia. Scott, num texto de 1996[56], expõe a questão do declínio da função de valido, como resultado da forte ação crítica de Luís XIV sobre a figura do Cardeal Mazarino, após a sua morte em 1661[57], e o seu ressurgimento, em meados de setecentos, sendo os principais representantes deste reaparecimento Kaunitz (1751-1791)[58], no Sacro

---

55 Cf., MONTEIRO, 2006, p. 236.

56 SCOTT, *1996,* pp. 21-52.

57 Primeiro-ministro da França da então regente, Ana de Áustria, de 1642 até à data da sua morte em 9 de março de 1661, sucedendo ao seu mentor, o Cardeal Richelieu na Corte de Luís XIII.

58 Diplomata austríaco e checo, e estadista na Monarquia dos Habsburgos. Defensor do absolutismo esclarecido, foi chanceler do Estado, por cerca de quatro décadas, foi responsável pela política externa durante os reinados de Maria Teresa, José II e Leopoldo II. Em 1764, foi elevado a Príncipe do Sacro Império Romano-Germânico. A partir de 1780, o Imperador D. José II diminui muitos os seus poderes. Cf., *https://en.wikipedia.org/wiki/Wenzel_Anton,_Prince_of_Kaunitz-Rietberg*.

Império Romano-Germânico e o marquês de Pombal, com D. José, representante do despotismo esclarecido em Portugal no século XVIII e que no seu papel de primeiro-ministro/valido – de notar que não há uma posição consensual da historiografia portuguesa sobre a questão da aplicação da noção de valido à posição de Pombal – foi responsável por várias reformas administrativas, económicas e sociais.

Argumentos de natureza histórica, filosófica e religiosa continuam a ser esgrimidos para justificar a importância e também as desvantagens da existência dos validos em diferentes épocas históricas, não havendo um consenso sobre o seu papel, atribuindo-se-lhe tanto uma conotação negativa como positiva.

A conotação negativa está presente no primeiro dicionário português de Rafael Bluteau, editado no início do século XVIII, embora o termo valido não exista autonomamente está inserido na descrição da palavra "ministro": "aquele que tem valimento que pode com alguém mais do que os outros (…) o Valido, que com o príncipe faz quanto quer, na verdade é o próprio príncipe. Esta é a maior desgraça de um Reino, reduzir-lhe toda a administração do estado a um só, e um que não é o seu próprio senhor".

Em 1999 uma coletânea interessante de textos (todos sobre o século XVIII) foi dedicada ao tema, reconhecendo que o reinado de Luís XIV marcou a queda do fenómeno. Porém, se a função passou a ser desvalorizada, especialmente, após o ano de 1750, essa figura voltou a ganhar importância nos estados absolutistas da Europa continental. Contudo, os validos setecentistas eram mais prezados pela sociedade, mais reformadores e menos comprometidos com clientelas, provocando uma menor incompatibilidade social.[59]

Num excerto de um artigo de José Subtil[60], pode ler-se, relativamente aos validos espanhóis, uma definição bem clara e abrangente da referida função e da dicotomia da esfera privada versus pública:

> "Os validos espanhóis (Lerma, Uceda, Olivares, Haro, Nithard e Valenzuela) gozaram da privação régia, da amizade do soberano e de grande liberdade no controlo dos papéis. Mas foi na intervenção directa que tiveram nos órgãos colegiais que justificaram o reforço dos seus domínios políticos, cumprindo uma função de «intrusos» entre o rei e os organismos administrativos, provocando com isto, também, um coro de protestos e

[59] Cf., MONTEIRO, 2003, 2ª Edição revista, pp. 237-238.

[60] SUBTIL, "Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?" In *Ler História 60/2011*, pp. 53-69.

> ódios. O valido espanhol não foi só um favorito ou privado do rei, ou um secretário para cumprir as funções de preparar as minutas do despacho, apresentar as consultas para a assinatura régia, ou redigir escritos para resolução. O valido tinha superioridade sobre os secretários e oficiais e foi monopolizado pela Alta Nobreza que, através do cargo, procurou controlar o comando político da monarquia. Se o valido começou por ser escolhido como amigo e alter-ego do rei, rapidamente saiu da esfera privada para intervir na esfera pública e na condução do governo das secretarias de Estado, dos conselhos e dos tribunais."

Em pleno século XIX, em Espanha, o último exemplo, foi Manuel de Godoy, valido de Carlos IV e de sua mulher. Em Portugal, depois do Marquês de Pombal valido/primeiro-ministro de D. José não existiram validos na aceção estrita da sua definição, contudo, na regência/reinado de D. João os irmãos Lobato, particularmente Francisco José Rufino, desempenharam junto de D. João uma espécie de valimento especial com uma intervenção poderosa junto de D. João, como de resto se descreve ao longo deste texto.

2.4.2. Carlota Joaquina no contrapoder: os Incidentes domésticos e a Conspiração dos Fidalgos

Os tempos agitados que se viviam a nível externo – Revolução Francesa – correspondiam a um clima interno longe de uma harmonia desejável. D. João, de acordo com várias opiniões, estava impreparado para a governação, como segundo descendente na linha de sucessão. O seu temperamento indeciso e influenciável permitia que os seus mais próximos conselheiros e governantes o fizessem vacilar nas suas decisões. O regente via-se assim mergulhado em situações muito complexas tendo que gerir as opiniões contrárias dos ministros do seu governo, relativas ao crescente domínio Napoleónico, bem como, os problemas familiares que a consorte lhe trazia.

A partir de 1792, a assunção de D. João da regência, em nome de sua mãe, D. Maria I, e, em 1799, da regência formal, concomitantemente com o clima de enorme instabilidade que se vivia na política externa, despertaram D. Carlota Joaquina para a sua importância, na qualidade de consorte do príncipe herdeiro. As ambições de D. Carlota, como mulher de forte carácter que era, não se fizeram esperar, sobretudo tendo em conta o alargado campo de manobra que adquiriu, aos olhos da Corte, ao cumprir o seu papel de dar sucessores ao Reino, dando à luz, a 29 de abril de 1793, a primeira Infanta D. Maria Teresa, tornando-se uma verdadeira agente de desestabilização de intrigas cortesãs.

D. Carlota representava, com efeito, uma das grandes inquietações de D. João. Em 12 de julho de 1799, quando D. João assume a regência em nome próprio, influenciado pelos seus conselheiros que não apreciavam as opiniões D. Carlota, excluí-a de participar nas decisões sobre assuntos de Estado. Este foi um rude golpe para D. Carlota que aspirava ter um papel legítimo na governação. Embora ferida no seu âmago, reagiu, inicialmente, de uma forma subtil, criando a Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel[61], o que lhe proporcionou a possibilidade de conceder privilégios às esposas dos membros mais destacados da Corte e organizar convívios palacianos com a alta sociedade, mas rapidamente recrudesceu nela a ambição do verdadeiro poder e influência na política da Corte.

Em princípios de 1802, as relações do casal estavam definitivamente arruinadas. D. Carlota passou a viver no Palácio de Queluz e adquiriu, com o acordo de D. João, o Palacete do Ramalhão, próximo de Sintra, concebendo, nesses espaços, uma espécie de contrapoder ao regente, opondo-se a decisões de política tomadas, desde a nomeação de cortesãos, contratos de casamento, até ao tratamento conferido a criados e questões relativas a etiqueta.

Um dos incidentes domésticos, que esteve envolto em forte polémica, foi precisamente o casamento de Francisco José Rufino de Sousa Lobato com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa, açafata de D. Carlota Joaquina. Tratou-se de um dos casos de dissensão entre os consortes reais. Supostamente, D. Mariana estava ligada amorosamente a João do Rego, amor a que seu pai, Manuel Francisco de Barros e Mesquita, bem como o seu irmão, João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, futuro 1º visconde de Santarém (ver ponto 3.1.3.), se opunham vigorosamente, porque pretendiam casá-la com Francisco José Rufino de Sousa Lobato, consórcio a que D. João dera prontamente o seu acordo. A princesa real, D. Carlota, tomou a situação como uma incursão nos seus assuntos privados e tentou enfrentar o marido, pois em "Dama de minha companhia não se mexe." A condessa de Oeynhausen, que procurava conseguir o lugar na Corte de dama de honor da princesa, ofereceu os seus préstimos para aquietar

---

[61] A Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel ou Real Ordem das Damas Nobres de Santa Isabel, foi uma ordem honorífica e feminina, destinada, exclusivamente, a damas da nobreza. Instituída pela princesa D. Carlota Joaquina e autorizada pelo príncipe regente D. João, por decreto de 4 de novembro de 1801. Os seus estatutos foram confirmados pelo alvará de 25 de abril de 1804. Cf., *https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_Real_de_Santa_Isabel* (visto em julho de 2020).

a situação, prometendo a D. Carlota ter uma conversa com o ministro da fazenda, marquês de Ponte de Lima, a quem o príncipe considerava muito[62].

D. João, apesar do descontentamento da princesa desta vez não vacilou e o casamento realizou-se, no dia 5 de fevereiro de 1800, na igreja do Patriarcado em Lisboa. Foram padrinhos de casamento o marquês de Ponte de Lima, Mordomo-mor e D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, camarista do príncipe regente [63].

Do ponto de vista político um momento capital da regência de D. João, foi o movimento designado por "Conspiração dos Fidalgos" ou "Conspiração de Mafra", que ocorreu entre os anos de 1805-1806, conduzido por um grupo de fidalgos da primeira nobreza da corte, tendo D. Carlota Joaquina como principal instigadora, senão a sua própria mentora, com o fim último de destituir o regente do governo do Reino. Nesse episódio, o casal dos futuros viscondes de Vila Nova da Rainha assume um especial protagonismo.

Na origem deste caso, esteve um episódio de enfermidade do regente, que se julgou tratar-se de uma insanidade em tudo semelhante à de sua mãe, D. Maria I. Em outubro de 1805, o príncipe regente deslocou-se para a habitual jornada de caça em Samora Correia, com a sua comitiva, composta entre outros por Tomás António de Vilanova Portugal, seu conselheiro e secretário, os ministros conde de Vila Verde e António de Araújo de Azevedo (depois conde da Barca) e Joaquim José de Sousa Lobato (futuro 2º visconde de Magé), seu guarda-roupa. Entretanto, D. João, o conde de Vila Verde, António de Araújo e Joaquim José Lobato adoecem com problemas intestinais. De acordo com Ângelo Pereira, tratar-se-ia provavelmente de um surto de febre tifoide [64]".

Vejamos a descrição proveniente de um manuscrito publicado por Rodrigues Cavalheiro[65]:

---

62 HORTA, fevereiro de 2013, 7ª edição, p. 845.

63 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia da certidão de casamento. De notar que, o marquês de Ponte de Lima era um dos opositores à realização de tal casamento, acabando por ser um dos seus padrinhos.

64 PEREIRA, 1958, p. 51: "No Outono de 1805, uma epidemia de sezões ou mais possivelmente de febres tifóides, irrompeu em Samora Correia, clima pouco salubre e de águas inquinadas (opinião do Dr. Domingos Vandelli) (…) A depressão de nervos, causada por aquela doença infecciosa, provocou no Príncipe, uma psiconeurose com sintomas bastante alarmantes, o que deu azo a que se pensasse que estrava atacado de loucura como a Mãe."

65 Cf., CAVALHEIRO, 1936.

> "O Príncipe, então, voltou para Queluz; e aqueles dois padeceram [conde de Vila Verde e António de Araújo de Azevedo} doenças muito fortes de que estiverem em grande perigo e S.A.R., passadas três semanas de residência em Queluz, caiu doente de uma moléstia nervosa, que se explicava por convulsões irritantes nos intestinos, nas faces, em abatimentos, etc. A opinião de seu médico foi ser um ataque da mesma qualidade das moléstias de Samora; mas que não chegou ao grau de intensidade com que tinham sido atacados os outros."

Quando o príncipe se sentiu melhor dirigiu-se para a Quinta de Caxias e depois para o Alfeite. Tomás António é entretanto avisado por um frade de Mafra, Frei Gregório de Nossa Senhora, que em Lisboa e em Mafra se comentava que a doença de D. João o poderia impossibilitar de exercer a regência. Tomás António incumbiu o frade de averiguar a situação e, perante as notícias que o mesmo lhe transmitiu, considerou necessário continuar a vigiar a evolução dos rumores. D. João passou uma temporada em Vila Viçosa até se restabelecer completamente, mantendo-se informado do evoluir da situação em Lisboa.

O grupo conspirador tinha como principais personagens o marquês de Alorna, o conde de Sarzedas, o 2º marquês de Ponte de Lima e o banqueiro pessoal de Carlota Joaquina, Jacinto Fernandes Bandeira, Barão de Porto Covo[66].

Tudo estaria combinado para ter lugar no dia 25 de abril de 1806, data do aniversário de D. Carlota Joaquina. Os ditos conjurados, no momento do beija-mão à princesa, num gesto simbólico, colocariam a mão sobre o peito, demonstrando a sua concordância com o golpe, de seguida seria solicitada ao regente a assinatura de um decreto, redigido pelo conde de Cavaleiros, que legitimaria a transferência da regência para D. Carlota Joaquina. Todavia, graças à informação de uma das açafatas da princesa, Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa (sua valida), casada com Francisco José Rufino de Sousa Lobato, a conspiração foi malograda. Insatisfeita com a atuação desta sua camarista a princesa despediu-a[67].

---

[66] Cf., PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 143.

[67] Cf., CAVALHEIRO, 1936: "Infelizmente a Princesa Regente, tendo por muito valida D. Mariana, no tempo em que o Príncipe estava no Alfeite, a pôs fora do seu quarto, sem se saber a razão. Esta Senhora foi à jornada acompanhando seu Marido, Francisco Rufino de Sousa Lobato, muito estimado do Príncipe. Supõe-se que por vingança ela aí acusou a Princesa; e principiou um divórcio na Família Real que dura ainda hoje, em 1812. (…) Continuando, porém, a intriga e desunião entre os Príncipe e a Princesa em que Francisco Lobato achava a sua vantagem por se fazer por isso mais valido […]".

D. João encarrega então o Intendente da Polícia de fazer averiguação dos contornos e pessoas envolvidas nesta intentona e, tendo encontrado razão para punir os principais conspiradores, enviou para a Índia o conde de Sarzedas (Vice-Rei) e o marquês de Alorna para o Alentejo, o 2º marquês de Ponte de Lima e o conde de Sabugal foram designados para comissões para o Algarve e Almeida, respetivamente. Ao conde de Cavaleiros, que se tinha retirado para a sua quinta nas Caldas da Rainha, ordenou que aí permanecesse. D. Carlota Joaquina foi ilibada, respondendo ao marido que não tinha nenhuma relação com o assunto e não tinha consentido que os ditos fidalgos tivessem levado a cabo tal empresa.

O narrador no final do manuscrito, publicado por Rodrigues Cavalheiro, conclui que bem vistos os factos, com a distância temporal devida, o objetivo final deste golpe seria "fazer passar o Governo do Reino para o Príncipe da Paz; figurando El-Rei de Espanha como tutor do Príncipe da Beira."[68] Esta interpretação não parece credível e é, no mínimo, muito forçada dada a antipatia que D. Carlota Joaquina nutria por Godoy, como adiante veremos.

O que aconteceu, irremediavelmente, como resultado último desta conspiração, foi o rompimento definitivo nas relações do casal D. João e D. Carlota Joaquina e a afirmação de um pequeno grupo de servidores, os irmãos Lobato, José Egídio, Tomás António, que passam a controlar a situação, mantendo D. Carlota Joaquina à distância e passando a deter o privilégio de colocar os seus protegidos na área de influência da Corte.

De acordo com Sara Marques Pereira, o insucesso da maquinação poderia residir, também, no facto de esta intriga ter sido muito mal planeada e organizada, estando os seus cabecilhas impreparados para tal feito, por várias razões: a começar pela sua juventude, como é o caso do 2º marquês de Ponte de Lima, com 26 anos, e o conde de Sabugal com 27; a própria D. Carlota a mostrar grande ingenuidade e inexperiência; e o marquês de Alorna que possuía, segundo o testemunho de contemporâneos, um comportamento inconstante "ligeiro e superficial", à semelhança da sua irmã, a condessa de Oeynhausen[69].

---

[68] CAVALHEIRO, 1936.

[69] Cf., PEREIRA, março de 2008, p. 63. Relativamente ao temperamento do Marquês de Alorna remete para a obra de SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil* (…), 1ª época, tomo II, p. 593: "(…), era um homem afável, representavam-no ligeiro e superficial, empreendendo muitas cousas e nada realizando."
Todavia, esta opinião da suposta ligeireza e superficialidade do marquês de Alorna

Mas o que certamente marcou esta conspiração, em torno da regência, terá sido a intriga e as rivalidades entre as camarilhas cortesãs, que se insurgiam contra o domínio de um conjunto de indivíduos, aonde os irmãos Lobato se evidenciavam, particularmente Francisco José Rufino de Sousa Lobato. Sintomática do recrudescer da inveja e rivalidade é a carta que o 2º marquês de Ponte de Lima envia de Mafra ao conde de Sarzedas, em 5 de agosto de 1806, em que começa a descrever o estado de saúde do regente:

> "(…) O nosso homem está cada dia pior, e pouco falta si [sic] declarar completamente alienado (…)" e avança com palavras acirradas: "nenhum negocio serio vai a presença do dito Sr. os biltres do maior valimento, e servem sempre os seus afilhados, seja ou não justo. Outro dia nomeuse [sic] um criado para o Infante D. Miguel contra a opinião da Princeza e fazen do [sic] justas obyecções [sic=objeções] foi-lhe respondido assim quis-eu (sublinhado do texto). Averiguou-se a razão de tanto empenho e soube-se [sic] q´ tudo esto [sic] tinha sido por q' o tal criado era afilhado do Sr. Francisco [Lobato]. Historias d' este genero há milhares, sabida huma é escusado repetir as outras.(…)"[70]

2.4.3. Francisco José Rufino e D. João VI – uma afeição especial

Francisco José Rufino para além de ser um dos vassalos mais próximos de D. João, tinha o estatuto especial de seu confidente, como Raul Brandão relata: "Só com ele desabafava, passeando em Mafra, pelo seu braço, sem querer ouvir mais ninguém (…). Só ele lhe podia entrar no quarto a qualquer hora e a carta que lhe manda parece a carta dum amante."

> "Meu Francisco faço estas duas regras sembargo de te mandar amanhaã Tomaz p.ª pessoam.te os meus sentimentos ateu respeito p.ª te mostrar a minha amizade e o quanto me tem penalizado a tua separação q. Deos permita q. já se cabe mas te peço q. não venhas sem estares restabelecido para não tornares adoecer e me ver outra vez separado da tua companhia (…). Resta-me tornarte a significarte os meus sentimentosde amizade e do mto q. dezejo o dia de tornar a pessoir atua companhia pois não tenho hum só momento q. tu me não lembres.
>
> Mafra, 5 de Outubro de 1805
>
> Amo q. mto te estima" [71]

---

deverá ser reanalisada à luz dos estudos de António Pedro Vicente, "Alorna e Gomes Freire: propostas para a organização militar no início do século XIX", in *O Tempo de Napoleão em Portugal*; ou a edição de 1912 de um dos seus estudos, de 1804.

70 Cf., PEREIRA, março de 2008, p. 62.

71 BRANDÃO, 1997, (ed. orig. 1912), pp. 77-79.

As cartas que lhe dirigia, sempre em termos muito afetuosos, são prova de uma relação especial de grande proximidade e confiança. Outras três missivas adotando o mesmo tom são divulgadas nesta obra de Raul Brandão[72].

A afeição de D. João a este seu guarda-roupa não passou despercebida e foi alvo de diversos rumores no Paço.

Desde o episódio da "Conspiração dos Fidalgos", o casal real vivia num clima de inimizade e de separação física, habitando, normalmente em palácios diferentes, encontrando-se somente em ocasiões protocolares. Na sua obra, Tobias Monteiro refere-se a esse apartamento de D. João das ligações íntimas com a esposa, considerando que a necessidade o terá levado a procurar satisfação junto de um dos seus mais próximos e fiéis vassalos, Francisco José Rufino, estabelecendo com ele um relacionamento homossexual: "Privado, desde cêdo da convivência conjugal, e procurando desde logo nos claustros e cellas de Mafra refugio para os seus dissabores, D. João, ainda muito joven, contrahiu naquele isolamento, por iniciativa propria ou exemplos nefastos, hábitos mórbidos que suppriam a ausencia de mulher, Rubio refere-se ao auxílio prestado neste particular às exigências do Príncipe pelo favorito Lobato. Jacobina cita nas suas notas factos testemunhados no paço da Boa Vista e dá como corrente entre os velhos criados, a quem ouvio, a certeza dessa perversão. Parece que a incontinência dos desejos, de natureza a irromperem subitamente e exigirem allivio prompto, nem sequer deixava tempo de serem tomadas as precauções devidas para evitar olhares indiscretos. Padre Miguel, cura da imperial fazenda de Santa Cruz e protegido de D. Pedro I, contou áquelle autor que um pobre frade, por haver assistido sem querer, de um canto aonde rezava, a uma scena de excessiva e comprometedora intimidade entre senhor e vassalo e por ter sido bispado por D. João, foi enviado para Angola; mas antes de partir referiu o motivo do seu desterro desfarçado (Padre Miguel Martins da Luz, cura da capella de Santa Cruz de 1826 a 1831)." [73]

Não tendo nós informação que refute o testemunho que Tobias Monteiro apresenta, podemos, no entanto, questionar-nos até que ponto o comportamento descrito se pode considerar verídico ou é construído como um ato de maledicência, resultante da inveja que os

---

[72] Cartas de conteúdo semelhante, existentes no ASL, são dirigidas por D. João ao seu irmão mais velho, Matias António, conforme atrás transcrevemos.

[73] MONTEIRO, 1927, pp. 89-90, citando Rubio, RUBIO, Julián María, MCMXX, p. 23.

fidalgos que frequentavam a Corte votavam a este valido, pelos muitos benefícios que lhe proporcionava tal posição, afastando-os dessa possibilidade. Resta-nos a dúvida!

Naturalmente que esta preferência de D. João e as consequentes mercês proporcionadas a este seu súbdito despertava, igualmente, a cobiça da generalidade dos seus contemporâneos, como bem o evidencia um poema satírico, em circulação no Brasil, no início da década de 1820[74]:

> "Brasileiros, dissipai tudo o que pode servir
> de obstáculo ao nosso sossego, e aos vossos interesses,
> tirei de entre vós a prisão e fonte
> donde têm manado todas as vossas desgraças,
> e para segurar a vossa felicidade necessário que
> Morra Francisco Lobato"

2.4.4. Francisco José Rufino – relações com o poder instituído

Francisco José Rufino foi o mais poderoso e famigerado dos irmãos Lobato, estendendo-se a sua influência aos domínios do poder político.

Raul Brandão refere a esse propósito que após o falecimento do conde de Vila Verde, Diogo José de Noronha, chefe de governo, até 1806, na segunda regência: "Foi seu valido e, principalmente depois da morte do Vila Verde seu primeiro-ministro."[75], denunciando o quão poderoso teria sido este valido.

Outros episódios são suficientemente exemplificativos da capacidade que era facultada, a este protegido de D. João de intervir nas áreas do poder. Com efeito, como se disse, D. João socorria-se, com frequência, dos seus mais próximos colaboradores para transmitir mensagens aos secretários do seu governo. A 28 de novembro de 1807, quando toda a frota estava preparada para iniciar a viagem para o Brasil, dependendo apenas da melhoria das condições meteorológicas, a bordo da Nau Príncipe Real, D. João recorre a Francisco José Rufino, como com frequência fazia, para enviar uma nota a António de Araújo de Azevedo, a ordenar o embarque dos dois regimentos do Porto em substituição do de Peniche[76]:

---

74 Cf., ANDRADE, In ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História - Londrina, 2005.
75 Não o sendo oficialmente cf. BRANDÂO, 1997, (ed. orig. 1912), p. 77.
76 Cf., RODRIGUES, Dissertação de mestrado, 2007, p. 225.

> "O Príncipe Reg^te^ N. S.^r^ me ordena remeta a V. Ex.^a^ o papel incluso, (…) visto não poder embarcar o Regimento de Peniche, V. Ex.^a^ mandar as ordens para embarcarem os dois regimentos do Porto. (…) 28 de Novembro 1807, Ass: Francisco José Rufino de Sousa Lobato" [77].

Ângelo Pereira na sua obra *D. João VI, Príncipe e Rei*, segundo um testemunho atribuído ao Conselheiro de Estado e antigo ministro D. João de Almeida Melo e Castro, confirma que o poder dos Lobatos não parou de crescer, abrangendo assuntos do domínio político, como é o caso deste episódio que relata que Francisco José Rufino não se coibiu de admoestar D. Rodrigo de Sousa Coutinho na presença do regente D. João. Estava em causa o comportamento de D. Rodrigo, relativamente a uma contenda entre os rivais, Lord Strangford, ministro plenipotenciário de Inglaterra, e Sir Sidney Smith – almirante que comandou a escolta da família real Portuguesa para o Brasil – representante do ministro da Guerra, no ataque planeado, por Portugal, às colónias espanholas da América do Sul, que contaria com o apoio das tropas inglesas.

O problema coloca-se quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviou um ofício a Sir Sidney Smith, justificando o avanço das tropas do Rio Grande do Sul e da guarnição de Santa Catarina para as fronteiras, tentando esclarecê-lo que as tropas não tinham avançado com o intento de combater os espanhóis, mas que se organizavam para impedir qualquer tentativa de ataque dos franceses e assim auxiliarem os espanhóis no caso de estes solicitarem a colaboração portuguesa. No mesmo ofício oferecia a Sir Sidney Smith o comando das tropas do Rio Grande do Sul e a direção das suas operações. A proposta não agradou a Sir Sidney Smith que pretendia comandar não só os exércitos de Rio Grande do Sul como os de S. Paulo, nesse sentido expediu a D. Rodrigo uma nota na qual solicitava várias explicações entre as quais uma "Relação das Tropas, da qualidade dos Officiaes, da faculdade de passar revista às mesmas Tropas, &c." D. Rodrigo responde-lhe declinando a proposta de revista das tropas portuguesas, concedendo-lhe apenas a possibilidade de uma revista geral da parada e informando-o que D. João não conferia o comando das suas tropas a nenhum oficial sem a concordância de Sua Majestade Britânica e que esta mesma informação fora transmitida a Lord Strangford. Sendo Sir Sidney Smith e Lord Strangford adversários, Sir Sidney Smith respondeu que nada tinha em comum com Lord Stran-

---

[77] ADB - PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/E/003975.

gford e que estranhava a informação de D. Rodrigo, uma vez que ele próprio respondia perante o ministério da Guerra, tendo enviado de imediato para Londres, a 29 ou 30 de novembro de 1808, um oficial de sua confiança que transportava ofícios para o ministério Britânico sem dar nota de tal expedição a D. João ou a D. Rodrigo.

Estas situações embaraçosas resultavam, de acordo com o autor, da "incoerência e extrema leveza de D. Rodrigo, e das tristes combinações q. fez pª se segurar a todo o custo no Ministério, por q. desmanchando com leveza o partido q. tinha feito com os Lobatos de quem despachou todos os parentes militares, além de outras condescendencias mui notáveis o q tudo transformou pela publicidade com q. inculpou de venalidade a Promoção de Milicias organizadas por Montaury [João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury – primo de Francisco José Rufino de Sousa Lobato] de 13 de Maio de 1808, tendo ficado mto mal desta Pendencia o mesmo D. Rodrigo porq. athe foi escandalosamte reprehendido por Fco Lobato na prezença do Príncipe, não achou outro partido a tomar senão o de se constituir *Servus Servorum* dos Inglezes lançandose nos Braços de Sir Sidney Smith (…)"[78].

A influência dos irmãos Lobato é tal que originou diversas mensagens de Lord Strangford, embaixador britânico, ao seu ministro, evidenciando alguma perplexidade: "(…) Lord Strangford, o embaixador britânico, chega a comunicar ao seu ministro que o Príncipe vivia sob o absoluto domínio de um indivíduo chamado Lobato que juntamente com os seus irmãos governava Sua Alteza Real com autoridade despótica, tão surpreendente e tão inacreditável que não ousava tentar descrevê-la."[79]

2.4.5. O visconde de Vila Nova da Rainha nas cartas de Santos Marrocos (a reconciliação com D. Carlota Joaquina)

Luís Joaquim dos Santos Marrocos, funcionário da Real Biblioteca, que por essa razão foi para o Rio de Janeiro para junto da família real, escreveu um conjunto epistolar (1811-1821), de caráter particular, enviado maioritariamente a seu pai – funcionário da biblioteca da Ajuda – e a sua irmã, que é uma fonte preciosa para o conhecimento da sociedade, das mentalidades e costumes da época. Na sua atividade contava com o apoio de pessoas muito próximas do príncipe

---

78 PEREIRA, 1958, pp. 300-301.

79 PEDREIRA; COSTA, 2009, p. 147, citando, AZEVEDO, 2003, p. 45.

D. João, sendo de destacar Francisco José Rufino de Sousa Lobato, seu protetor, que o amparava e pontualmente, se solicitado, conseguia favores para seus familiares e amigos.

Ainda na metrópole Santos Marrocos já era recebedor da benevolência do 1º visconde de Santarém e do seu irmão Arcebispo de Adrianópolis. Presumivelmente terá sido por essa via, que alcançou a proteção de Francisco José Rufino, cunhado do 1º visconde de Santarém.

Por resolução de D. João VI, transmitida pelo visconde de Vila Nova da Rainha a Santos Marrocos, o mesmo transitou do espaço da biblioteca para um andar por cima do espaço da câmara real, aonde foi tratar da conservação e catalogação dos manuscritos da livraria da coroa e, simultaneamente, começou a conquistar a proximidade de um maior número de cortesãos, estabelecendo uma rede clientelar que utiliza em benefício próprio, permitindo-lhe obter proventos simbólicos, por favores que prometia conseguir.

Na sua prosa vai descrevendo os eventos, uns mais, outros menos, relevantes, e as intrigas da Corte com que vai tecendo uma teia de maledicências que plasma nas suas missivas. Francisco José Rufino de Sousa Lobato é referido em vinte e sete cartas, sobre os mais diversos temas dos privados e de assistência ao Paço e ainda, nos respeitantes ao valimento de Santos Marrocos[80], do qual, este último, muito se orgulhava e ao qual se referia com particular simpatia. Em julho de 1817, todavia, surgiu a discórdia, quando Tomás António de Vilanova Portugal foi nomeado Ministro de Estado e convidou Santos Marrocos para oficial da secretaria de Estado dos Negócios do Reino, cargo que começou a exercer, em setembro de 1817, mantendo o seu lugar na Real Biblioteca. Nas cartas desse período queixa-se a seu pai do visconde de Vila Nova da Rainha, classificando-o como o seu "maior inimigo": "Na Livraria ainda sou considerado actual empregado (…); mas desde que sou Oficial da Secretaria ainda não cobrei dali Ordenado, apesar de não haver Ordem de Sua Majestade para que se me não pague. O Visconde de Vila Nova da Rainha é o meu maior inimigo, deliberou-se a não me pagar mais, (…) e não tem pejo a dizer a todos, que me conhecem, que há de crucificar-me"[81].

---

[80] MARROCOS, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
Cartas nos 3,6,12,15,21,26,28,29,31,33,41,43,51,65,67,69,70,74,77,96,103,110A,118,120, 150,151A e 152A - Francisco Rufino de Sousa Lobato e sua mulher - nº 96, Matias António de Sousa Lobato e suas duas esposas - nº 135.

[81] MARROCOS, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, Carta 120 de 12 de maio de 1818.

Do dia-a-dia de entendimentos/desentendimentos e intrigas se alimenta a verve de Santos Marrocos, que no caso estudado, nos traz informação valiosa do posicionamento e influência dos elementos desta família na Corte de D. João VI.

Numa das cartas dirigida a seu pai, dá nota de uma visita, de um dia inteiro, que D. Carlota Joaquina, suas filhas e algumas açafatas fizeram ao novo palácio do visconde de Vila Nova da Rainha, em Botafogo, a convite do próprio, descrevendo os pormenores do serviço prestado à família Real: "(…) e foi a maior pompa, que se tem observado, pelo que pertence a mesa e recreio, para obsequiar Suas Altezas. Pode imaginar-se a grandeza de todo o trem para Serviço das Senhoras, e pode igualmente afirmar-se que nada deste Serviço foi de fora. Excelente orquestra vocal e instrumental, Dança, refrescos, e tudo o mais que deveria solenizar aquele dia de tudo o dito visconde lançou mão para se distinguir mais do Conde da Lousã; e findou o divertimento pelas 3 horas da madrugada do dia seguinte." [82] Passados três dias, D. Carlota confere ao visconde de Vila Nova da Rainha a Ordem de Santa Isabel Americana, e à viscondessa a Ordem Portuguesa de Santa Isabel, sendo recebida, uma vez mais, no palácio dos ditos viscondes com grande sumptuosidade. Marrocos não se abstém, na mesma carta, de referir a inveja do conde da Lousã, vedor da princesa, pela distinção atribuída ao visconde de Vila Nova da Rainha, que aquele reclamava para si próprio, por ser de hierarquia superior e ter tido a honra de receber a visita de D. Carlota Joaquina há já muito tempo.

Esta reconciliação de D. Carlota com os viscondes é extremamente curiosa para quem, em tempos idos, se posicionava em trincheiras opostas. Com efeito, D. Carlota, de acordo com o escritor Julián María Rubio, revelava um vigoroso sentimento de antipatia, senão ódio, a Francisco José Rufino, tendo mesmo chegado a afirmar ser ele uma espécie de Godoy, pelo seu papel de grande proximidade e influência junto do regente: "(…) el favorito fomentaba esta separación, [do casal Real] y que era odiado por la princesa, como claramente lo exterioriza ésta en una carta que envió al conde de Floridablanca, al decir de este favorito que "levantado de la nada como otro Godoy exerce en esta corte las mismas iniquidades que executaba aquél en la de Madrid."[83] Na mesma obra refere o testemunho do secretário

---

[82] MARROCOS, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, Carta 96 de 23 de fevereiro de 1816.
[83] RUBIO, MCMXX, p. 23. Citando Villaurrutia: Relaciones entre España (…), tom. I, pág. 92.

particular de D. Carlota, José Presas, que afirmava que este valido não limitava a sua atuação ao universo doméstico, mas também se permitia alvitrar sobre pendências do âmbito da política de Estado: "La influencia e Lobato, según testimonio del secretario de la princesa Presas, no sólo se limitaba al orden privado y doméstico, sino que también se extendía a la resolución de cuestiones de alta política, para las que el favorito no estaba desprovisto de cierta inteligência."[84]

2.5. A estratégia preparada de enviar o infante D. Pedro para o Brasil e os acompanhantes designados

Após a convocação do Conselho de Estado, em 26 de agosto do conturbado ano de 1807, ante a ameaça de concretização da primeira invasão napoleónica, decidiu-se, perante uma proposta, que se pensa ter sido de Tomás António de Vilanova Portugal, que seria o príncipe D. Pedro, filho primogénito de D. João, com apenas 8 anos, a partir para o Brasil, em lugar do regente, acautelando a futura sucessão. Para assistir D. Pedro, nomeou-se uma comitiva, um dos irmãos Lobato, na qualidade de porteiro da sua câmara, Joaquim José de Sousa Lobato, depois 2º visconde de Magé, seu primo Marco António Montaury[85] e seu sobrinho por afinidade, Manuel Francisco de Barros Leitão e Carvalhosa, futuro 2º visconde de Santarém[86], como guarda-roupas do príncipe D. João socorria-se assim dos seus mais fiéis servidores, elementos das duas famílias da maior confiança do regente, para acompanhar o príncipe no Brasil, os Lobato e os Barros Leitão e Carvalhosa.

Com efeito, os Lobato e os Barros Leitão e Carvalhosa partilhavam um espaço comum na Corte e mantinham entre si laços familiares,

---

[84] RUBIO, MCMXX, p. 24. Citando *Memorias secretas de la Princesa del Brasil* (véase Caiilos Calvo: Anales históricos de la revolución de la América latina, acompañados de los documentos en su apoyo), 5 vol. Paris, 1864-7, tomo I p. 267.

[85] ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Marco António de Azevedo Coutinho de Montaury, filho de João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury e de Francisca Mariana Sabina de Sousa e Silva (prima direita de Joaquim José de Sousa Lobato); PROTÁSIO, maio de 2018, p. 31, nota de rodapé nº 35: "(…) bisneto do ministro de Estado Marco António de Azevedo Coutinho fidalgo cavaleiro em 11 de novembro de 1808 e comendador da Torre e Espada em 1810. *(*Visconde de Baena*, Dicionário aristocrático, que contém todos os alvarás de foros de fidalgos…),* p. 118."

[86] ASL - Anexos - Cota JOAJLOBATOP2D056. Ofício de João de Barros e Carvalhosa: "Ordem do Príncipe Regente D. João para se preparar para acompanhar D. Pedro, o Príncipe da Beira na sua viagem para o Brasil assistindo-lhe no serviço de Porteiro da sua Real Câmara." Paço da Ajuda, 9 de outubro de 1807; Manuscritos da Livraria da Torre do Tombo, vol. 56, fls. 102-101 [sic].

sucedendo-se, nos mesmos cargos no Paço. Quando a família real se instalou no Brasil, terão tido, inclusive, funções semelhantes, em cada um dos locais, Lisboa e Rio de Janeiro (como adiante veremos). Interessante, igualmente é saber que, em 1803, José Joaquim de Sousa Lobato e Manuel Francisco de Barros e Mesquita, os patriarcas de cada uma das famílias, se tornaram compadres pelo casamento do filho, Joaquim José de Sousa Lobato com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque (c. 18 de setembro de 1803)[87].

2.6. Bernardo José de Sousa Lobato – o copiador de correspondência de Junot para Bonaparte

Com o precipitar dos acontecimentos, a suposta viagem de D. Pedro não se concretizou e D. João, no dia 29 de novembro, retira-se para o Brasil com a família e a sua Corte, com Junot quase às portas de Lisboa. Na Nau Príncipe Real que transportou D. João e seus filhos, D. Miguel e D. Pedro, embarcou também o clã Lobato, o patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato e os seus filhos, à exceção de Bernardo José de Sousa Lobato, que, por problemas de saúde da esposa, Maria Rita de Araújo e Albuquerque, se manteve em Lisboa.

Com efeito, Bernardo José de Sousa Lobato (n. 1784 – m. 1837), o mais novo dos irmãos – escrivão da Real Câmara e da mesa do Desembargo do Paço em Portugal e no Brasil e também guarda-roupa do Rei não partiu para o Brasil. Achava-se assim na cidade, quando Junot e o seu exército entraram em Lisboa, no dia 30 de novembro de 1807, e, logo que encontrou condições para empreender a viagem, solicitou ajuda a um amigo – que prontamente o denunciou ao general Junot – para agilizar o transporte para o Brasil.

Foi, então, chamado à sua presença e interrogado sobre a viagem e as relações que supostamente mantinha com a Esquadra Inglesa, exigindo o conhecimento de toda correspondência nesse âmbito e também a que teria mantido com seus irmãos. De acordo com José Caetano Coutinho, Junot tinha conhecimento de uma missiva de seu irmão, Francisco José Rufino, escrita a bordo da Nau Príncipe Real[88]. Bernardo José respondeu a Junot de uma forma muito correta e só se terá exaltado quando o mesmo atacou a pessoa do príncipe

---

87 ASL - Documentos diversos e relação de certidões. Cópia de certidão de casamento de Joaquim José de Sousa Lobato com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 18 de setembro de 1803, de que foram testemunhas/padrinhos o pai do noivo, José Joaquim de Sousa Lobato e Manuel Francisco de Barros e Mesquita, pai do 1º visconde de Santarém, guarda-roupas do Príncipe Regente.

88 Cf., COUTINHO, 1808, p. 48.

regente: "Passou por muito certo em Lisboa e até o ouvi a pessoas intimamente unidas ao Barão de Quintela, e que frequentavam a sua casa, que aquele fiel e honrado criado de Vossa Alteza quanto às perguntas que lhe diziam respeito, feitas pelo referido General, respondera a tudo com legalidade e desassombro para se justificar. Quando porém ele excedeu a interrogá-lo tratando a Vossa Alteza Real com menos decoro e sem aquele respeito e acatamento que devia consagrar-lhe, então ele se inflamara e lhe respondera com bastante acrimónia e actividade, repelido todo o ataque feito a Vossa Alteza Real."[89] Na sequência desta entrevista ficou preso na cadeia do Castelo de S. Jorge, sendo sujeito a vários interrogatórios e inclusive foi alvo de uma busca ao seu domicílio, aonde não se encontraram documentos incriminatórios.

O estado de preocupação de sua esposa levou-a a enviar uma missiva ao General Junot, nos seguintes termos:

> "Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor:
>
> A razão e o dever conduzem respeitosamente à presença de Vossa Excelência D. Maria Rita de Gouveia Araújo Lobato, a suplicar a liberdade de seu marido, que se acha preso no Castelo de S. Jorge e em segredo. A sagrada e inviolável promessa de protecção assegurada por Vossa Excelência a todos os portugueses deve verificar-se inteiramente. O Imperador dos franceses, o grande e incomparável Napoleão, não é representado por um General que deixe de o imitar nas virtudes como o imita no valor. Bernardo José de Sousa Lobato nunca foi delinquente, ainda que seja infeliz: a fortuna que lhe conciliou invejosos, não deixaria de lhe excitar inimigos. Ele é fiel às leis; respeita o Governo; bom marido; bom cidadão; é digno de melhor sorte. Poupe Vossa Excelência na liberdade do marido a vida da mulher, e veja o mundo que o grande Junot é digno comissário do grande Imperador."[90]

Não consta ter havido qualquer resposta de Junot a esta apresentação e Bernardo José esteve enclausurado cerca de um mês, "sendo necessário para a sua soltura toda a protecção e valimento do Conde da Ega."[91]

Surpreendente é saber que o copiador de correspondência de Junot para Napoleão Bonaparte e documentos esparsos da sua Secretaria, enviados para o Brasil por determinação régia, após a expulsão

---

89 MUNIZ, fls. 46.
90 MUNIZ, fls. 47.
91 COUTINHO, *1808*, p. 49.

deste General, foram transportados por mão própria por Bernardo José, em maio de 1809. Incluído nesse espólio seguiam também cartas do General Kellerman e uma relação dos indivíduos que assinaram a petição para o Imperador dos franceses.[92] Assim o testemunho do seguinte documento do ANTT:

> "Aproveitando a ocasião que nos oferece a partida do Guarda Roupa de Vossa Alteza Real, Bernardo José de Sousa Lobato, fazemos chegar às mãos de Vossa Alteza Real o copiador do General Junot, que lhe foi apreendido com outros papéis da sua Secretaria, junto lugar do Cercal, pelas [tropas] avançadas do exército do General Bernardim Freire de Andrada, que comandava o Major Sebastião Pinto de Araújo Correia, quando o mesmo General Junot passou por ali em direitura a Torres Vedras/para dar a batalha do Vimeiro. Tomámos a precaução de tirarmos cópia, que remeteremos a Vossa Alteza Real por 2ª via, para mais cautela." (fl. 11 f. - 11 ver). Assinado pelo Bispo e Patriarca Eleito, Marquês Monteiro-Mor, Francisco da Cunha Meneses, Francisco de Noronha e D. Miguel Pereira Forjaz."[93]

3. O retrato de família do 1º visconde de Santarém – ligações sociais e familiares

O célebre retrato da família do 1º visconde de Santarém, da autoria de Domingos António de Sequeira (fig. 6), evidencia o poder social e político de um grupo prestigiado e poderoso, no alvorecer do século XIX e, simultaneamente, perpassa um ambiente de harmonia familiar, que faz esquecer a querela criada à volta do casamento de D. Mariana Leocádia.

Sobre um elegante interior de linhas clássicas, o salão da casa em Lisboa de João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1757 – m. 1818), está representada a sua segunda esposa e os seus cinco filhos, D. António Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1763 – m. 1829), arcebispo de Adrianópolis e seu irmão mais novo, e num quadro no interior da cena principal, os familiares ausentes no Brasil, o primogénito, filho do primeiro casamento e futuro 2.º visconde de Santarém e os seus tios, viscondes de Vila Nova da Rainha, Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa e Francisco José Rufino de Sousa Lobato.

---

92 Cf., MARTINS, 2007, pp. 300-301 e nos 74 e 75.

93 ANTT MNE Caixa 885, Macete 1809. Ofícios dos Governadores do Reino de Portugal, maio de 1809 ofício dos governadores do Reino, nº 1, de 31-5-1808, fl. 11 f-11 v).

O 1.º visconde de Santarém[94] e o visconde de Vila Nova da Rainha eram dois cortesãos que, de ambas as bandas do Atlântico, entre 1807 e 1818, desempenhavam cargos semelhantes nos círculos da privança e maior confiança do regente. Santarém, após a partida da Corte para o Brasil, passou a ter uma responsabilidade acrescida, como representante em Portugal do príncipe ausente, nomeadamente nas funções de secretário da Casa do Infantado, de inspetor dos Paços Reais e da Quinta de Belém, da obra do Palácio da Ajuda, que dirigiu de 1802 até ao seu falecimento, em janeiro de 1818, cabendo-lhe garantir a boa prossecução dos trabalhos de construção e a comunicação regular de todos os assuntos ao regente.

Nas suas funções de administração e direção das obras do Palácio da Ajuda, conduzia os executantes que se entregavam à parte mais estrutural do edifício, bem como os que se ocupavam na realização de obras de arte.



Fig. 6 – Retrato da familia do 1º visconde Santarém

[94] Visconde de Santarém, por mercê do Príncipe Regente D João, decreto de 17 de dezembro de 1811.

Domingos Sequeira tinha o cargo de primeiro-pintor da Câmara e Corte[95], tendo partilhado a direção das obras de pintura, entre meados de 1802 e 1805, com Vieira Portuense até à morte deste último, em 1805, e individualmente a partir dessa data, até que em 1809 foi afastado da sua atividade por ter sido acusado e preso por suspeita de colaboração com os franceses[96], questão que acabou por se resolver em setembro desse mesmo ano. Continuou, contudo, a executar trabalhos para amigos e mecenas, como é caso do barão de Quintela ou o barão de Sobral. A encomenda da pintura desta família a Domingos Sequeira faz-nos supor que, apesar do incidente ocorrido, o visconde o terá continuado a apoiar, reconhecendo o seu grande talento e a qualidade das suas obras.

Este é, nas palavras de Alexandra Markl: "(...) um invulgar documento, que nos permite compreender as suas origens familiares e abordar as relações desta família bem posicionada nos meios da Corte e estreitamente ancorada ao poder" [97] e uma peça singular, existindo apenas outra imagem semelhante: "(…) a única imagem que se lhe compara, no interior da iconografia portuguesa, é o bem conhecido enlaçamento que une o marquês de Pombal aos seus dois irmãos, representados no palácio da família, em Oeiras."[98]

4. O regresso de D. João VI a Portugal

A receção a D. João VI, após o seu desembarque no dia 4 de julho de 1821, foi minuciosamente planeada e todas as precauções foram tomadas, sobretudo no que respeita aos elementos "indesejáveis" que compunham a sua camarilha, de acordo com o estabelecido pela Ordem das Cortes, de 3 de julho de 1821, dirigida ao conde de Sampaio, presidente da regência: "(…) acompanhado de várias pessoas, que têm incorrido na indignação publica, por serem geralmente conhecidas por autores das desgraças da sua pátria (…)", determinou que fosse proibido "(…) que semelhantes pessoas desembarquem, e

---

95 Decreto de 28 de julho de 1802.

96 Essa colaboração alude a um caso da entrada de um cavalo na sala do trono, para ser servir de modelo à execução do retrato equestre, de um oficial francês. Cf., Nota de MARKL, Alexandra Gomes, citando HOLSTEIN, Marquês de Sousa, 1874 "Domingos António de Sequeira". In *Artes e Letras*, 3.ª série pp. 182-185.

97 MARKL, "Uma família de poder e cultura. Em torno do retrato da família do 1.º Visconde de Santarém de Domingos Sequeira". In *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)*, PROTÁSIO (Org.), 2019, p. 123.

98 Idem, ibidem, p. 126.

venham assim perturbar o público regozijo, com que Sua Majestade é esperado pelo heroico povo português."[99]

Os indivíduos abrangidos por aquela disposição foram o conde de Palmela, o conde de Parati, o ex-ministro Tomás António de Vila Nova Portugal, Rodrigo Pinto Guedes, Francisco Bento Maria Targini, o visconde do Rio Seco, os monsenhores Miranda e Almeida e João Severiano Maciel e os Lobatos, guarda-roupas da casa real (Matias António, Joaquim José e Francisco José Rufino de Sousa Lobato). O lugar de destino ficava ao critério do governo conforme ordem das Cortes de 9 de julho do mesmo ano: "(…) com tanto que não diste menos de vinte léguas de Lisboa, e dez da costa marítima, por assim convir à pública segurança."

Assim, o visconde Vila Nova da Rainha foi enviado para a então vila do Cartaxo[100], o conde de Paraty para Tomar e o próprio conde de Palmela, "(…) o mais illustre dos aristocratas Portuguezes, que tinha representado tão dignamente o seu paíz no Congresso de Vienna, que, já naquella época, passava em toda a Europa, por um homem verdadeiramente constitucional (..)"[101] para a Vila de Borba.

Seu irmão, Joaquim José de Sousa Lobato, desembarcando em Lisboa um mês depois, no dia 4 de agosto de 1821, também ele, como guarda-roupa de D. João VI, foi intimado a cumprir a Ordem das Cortes de 9 de julho, na sequência da qual elabora um requerimento expondo que por se encontrar:

> "(…) sumamente abatido de forças por ter padecido durante a viagem de grandes enfermidades (…)" e portanto: "(…) impossibilidade de cumprir imediatamente a ordem que lhe foi intimada (…)" lhe seja concedido a possibilidade de residir num local: "(…) que seja mais cómodo à sua triste situação e onde se possa curar."
>
> O requerimento foi aceite pelas Cortes, a 9 de agosto de 1821, e foi ordenado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim José Monteiro Torres: "(…) que se lhe conceda o suficiente espaço de tempo para tratar da sua saúde até que possa tomar o destino conforme a sobredita ordem [de 9 de Julho de 1821] (…)".[102]

Os irmãos Lobato, não obstante terem sido afastados, inicialmente, de D. João VI, continuam a usufruir do seu valimento após os

---

99 AHP - PT-AHP/CGE/CPET/S2/D397.
100 ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.
101 BARRETO, 1928, pp. 237-238.
102 AHP - PT-AHP/CGE/CPET/S2/D397.

acontecimentos da Vila-Francada e da queda do regime liberal vintista. O visconde de Vila Nova da Rainha, em 23 de outubro de 1823 recebe, por carta régia, a mercê do Mouchão de Esfola Vacas no Cartaxo, que fazia parte dos Bens retornados à coroa: "Mercê da Propriedade de todo o Terreno Mouchão, denominado Esfolla Vaccas para gozar livremente logo que finde o seu arrendamento conservadas para as Reais manadas, sendo necessárias, as pastagens constantes do Aviso de 14 de Abril de 1810, como milhor n'ella se declaram (…)"[103]

Por decreto de 24 de abril de 1821 (apenas dois dias antes da partida para Lisboa), tinha ascendido, ainda no Rio de Janeiro a tenente-general e, estando em falta os ordenados do referido posto, requer a regularização da situação, o que veio a acontecer por aviso, de 24 de julho de 1823, endereçada à 2ª divisão do Ministério da Guerra pelo conde de Subserra, ministro do Reino: "Sua majestade ordena q. à avista da patente do posto de Tenente General dos Reaes Exercitos, que apresentar o Visconde de Vila Nova da Rainha, se abone com a diferença de soldo que tiver deixado de receber e o que para o futuro o continue a abonar na razão daquele posto que lhe foi conferido (…).[104]".

Ainda antes do seu falecimento, D. João VI mandou publicar um decreto, rubricado por D. Isabel Maria e por José Joaquim d' Almeida e Araújo Correia de Lacerda, datado de 1 de março de 1826, fazendo mercê ao visconde de Vila Nova da Rainha de todas as: "Honras, Prerrogativas e Distinções que pertencem aos officiaes Móres da Minha Caza, para as gozar e manter como os referidos officiaes Móres Minha Caza."[105]

5. As fações liberal e absolutista em confronto – a guerra civil

O fogo cruzado entre liberais e absolutistas não dá tréguas a D. João VI, que, em grande instabilidade política, económica e social, vê o Brasil avançar para a independência (7 de setembro de 1822) e a metrópole em grande convulsão, com os movimentos contrarrevolu-

---

[103] ASL - Anexos - Cota FRANLOBATOP1D003.
[104] AHM - Caixa nº 49.
[105] ASL - Anexos - Cota: FRANLOBATOP1D004 – Cópia assinado pelo Oficial Maior da Secretaria do Reino, Gaspar Feliciano de Morais.

cionários da Vila-Francada (27 de maio de 1823) e da Abrilada (30 de abril de 1824) a tentarem repor a velha ordem, encabeçados por D. Miguel e D. Carlota Joaquina. Na sequência da Abrilada, D. Miguel é enviado por seu pai para o exílio, em Viena de Áustria, aonde permaneceu durante quatro anos até 3 de setembro de 1827.

O falecimento de D. João VI, em 10 de março de 1826, desencadeia o complicado processo de sucessão (atrás descrito). D. Isabel Maria exerce a regência desde a morte do pai até 1828, momento em que a entregou ao seu irmão D. Miguel, que de volta a Portugal faz letra morta do que estava acordado. Após as Cortes, em que foi aclamado Rei, inicia-se a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), que termina com a Convenção de Évora Monte, em 26 de maio de 1834.

Neste contexto, o clã familiar dos Lobatos continua a merecer a confiança da família real. Assim, Francisco José Rufino conserva o seu posto de porteiro da Real Câmara[106] durante a regência de D. Isabel Maria, tal como o seu irmão, Joaquim José, que fora designado por D. João VI porteiro da Real Câmara em substituição ou nos impedimentos do irmão[107]. Joaquim José desempenha, assim, o cargo na câmara de D. Isabel Maria e, mais tarde, após o falecimento de Francisco José Rufino (m. 5 de maio de 1830) foi servir D. Miguel.[108]

Francisco José Rufino, visconde de Vila Nova da Rainha foi ainda Secretário da Fazenda da Casa do Infantado[109], a partir de 1824, sucedendo ao visconde de Santarém, como podemos verificar pelo copiador de correspondência (ANTT) com textos por ele assinados respeitante aos negócios dessa casa[110].

De resto, os irmãos Lobato viram confirmados os benefícios – que detinham em Portugal e os que receberam no Brasil – quando regressaram à metrópole, pelo próprio D. João VI e depois pela Infanta D. Isabel Maria e por D. Miguel.

---

106 Titular, a partir de 29-11-1807.

107 ASL - Anexos - Cota: JOAJLOBATOP2D059

108 Joaquim José de Sousa Lobato (2º visconde Magé), substituto, "nos impedimentos de seu irmão visconde de Vila Nova da Rainha [...] e que por sua morte continuasse a servir no mesmo ofício", 3 de Março de 1826. Desempenhou o cargo na câmara da infanta regente D. Isabel Maria e de D. Miguel, após o falecimento de visconde de Vila Nova da Rainha, a 5 de maio de 1830.

109 D. Pedro IV, por Decreto de 18 de março de 1834, extingue a casa e os bens foram integrados na Fazenda Nacional, à exceção dos palácios destinados à realeza: Queluz, Bemposta, Alfeite, Samora Correia, Caxias e Murteira.

110 ANTT - Copiador de correspondência do visconde Vila Nova da Rainha, PT/TT/CI/D/012/ /0001 a PT/TT/CI/D/012/0007

Quando D. Miguel convoca, em julho de 1828, os Três Estados, para governar de acordo com a constituição histórica (conforme estudo levado a cabo pela junta para a reforma eleitoral), segundo os usos e estilos da Monarquia Absoluta, teve o suporte da maioria da nobreza portuguesa, e os irmãos, visconde de Vila Nova da Rainha, Francisco José Rufino, representado por António José Guião, clérigo e futuro ministro de D. Miguel, e o 2º visconde de Magé, Joaquim José, encontram-se entre os que assinaram o documento das Assinaturas do Assento dos Três Estados[111] . Bernardo José, irmão dos viscondes de Magé e Vila Nova da Rainha, enquanto escrivão da real Câmara do Desembargo do Paço e notário público do reino, foi o redator do auto de abertura dos Três Estados, de 23 de Junho de 1828, bem como o "Assento dos Três Estados", de 11 de julho de 1828.[112]

Também os filhos do 2º visconde de Magé (fig. 3) abraçaram a causa absolutista, lutando nos exércitos de D. Miguel. José António de Sousa Lobato iniciou a sua carreira como oficial de infantaria, foi depois promovido a alferes, em 12 de dezembro de 1833 e alcançou o posto de tenente a 27 de abril de 1834[113]. Fazia parte do corpo militar abrangido pela capitulação da praça de Castelo de Vide, em maio de 1834, ao General José Ramón Rodil y Campillo[114 e 115].

Pedro de Alcântara de Sousa Lobato pertenceu, tal como o irmão, às tropas de D Miguel, teve o posto de cadete em Cavalaria nº 7, onde entrou em 5 de agosto de 1831. Em 10 de outubro de 1833 sofreu um ferimento no peito[116], no campo de batalha, e em 28 de novembro de 1833 foi promovido a alferes. Em 12 de março de 1834, recebeu a patente de tenente pertencendo, nessa altura, ao regimento de Cavalaria nº 10[117]. Como ajudante de campo do General Lemos

---

111 Cf., LOUSADA; FERREIRA, 2006, Anexos, p. 304.

112 *Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza / coord. Câmara dos Senhores Deputados*, - Lisboa, Imp. Nacional, 1883-1891, vol. V, pp. 716, 726, 773, 776 e777.

113 CARRILHO, 2002, 1ª ed. 1856, p. 41 e ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

114 General José Ramón Rodil y Campillo, militar e político espanhol, que ficou conhecido na história portuguesa por comandar as forças militares espanholas, que ao abrigo da Quádrupla Aliança, entraram em Portugal, em 1834, para apoiar os liberais na Guerra Civil Portuguesa.

115 ASL - Anexos - Cota: JOSELOBATOP1D006. Documento de Salvo-conduto concedido por Rodill a José António Sousa Lobato para se deslocar a Lisboa.

116 ASL - Anexos - Cota: PEDRLOBATOP1D001.

117 ASL - Anexos - Cota: PEDRLOBATOP1D004 CARRILHO 2002, 1ª ed. 1856., p. 18.

(impedido)[118] esteve em Évora Monte. Nada aceitou do Constitucionalismo embora para isso fosse solicitado pelo próprio D. Pedro IV, seu padrinho de batismo e de quem era homónimo em sua honra[119].

Ambos os irmãos, quando a Guerra Civil terminou, tiveram que arcar com as consequências de pertencerem ao lado dos vencidos, como o seguinte documento existente no ASL faz prova[120]:

> "Intimação por pertencer ao exército do usurpador:
> O Prefeito da Província da Estremadura, Encarregado da Polícia Geral do Reino, etc.
> "Attesto que Pedro de Alcântara de Sousa Lobato, que foi tenente do Exército do usurpador, natural de Lisboa[121] solteiro de idade de 20 anos, apresentou-se hoje, nesta Prefeitura e declarou ir residir para a Rua dos Cardais de Jesus nº 43 e 44, foi intimado para se apresentar no Provedor do Distrito no espaço de 24 horas. Lisboa, 2 de Junho de 1834."
> Assinado por: O Secretário-Geral Francisco Luís de Gomes Pimenta"

CONCLUSÃO

Como nota final gostaríamos de relembrar que a esta investigação nasceu do estudo da produção documental da família Sousa Lobato, que nos despertou o desejo de estudar os seus protagonistas (os irmãos Lobato), cuja ação se desenvolveu, sobretudo, nos períodos de regência e reinado D. João VI, nas décadas de 1790 a 1830, no serviço da família real, concretamente no seu universo íntimo e familiar, tornando-se verdadeiros validos de D. João VI, transcendendo a esfera doméstica e conquistando larga influência nos domínios da política e até da diplomacia do Reino.

---

118 "José António de Azevedo Lemos Pereira, Vilar - Vila do Conde, (n.1 de Outubro de 1786 -, m. 16 de fevereiro de 1870, Lisboa) foi um militar português que se destacou durante a Guerra Civil Portuguesa como um dos principais comandantes das forças afetas a D. Miguel I de Portugal. Teve papel importante no Cerco do Porto e foi o último comandante-em-chefe das forças absolutistas, condição em que foi obrigado a assinar a Convenção de Évora Monte como representante do partido miguelista". Cf., Wikipédia: *https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%B3nio_de_Azevedo_Lemos* (visto em julho de 2020).

119 *Livro dos índices da Mordomias da Casa Real*, 9/118; AFFONSO, VALDEZ, *Livro de Oiro da Nobreza*, 1933, vol. II p. 183 e ASL - Apontamentos manuscritos diverso e relação de certidões.

120 ASL - Anexos - Cota: PEDRLOBATOP1D005.

121 Na verdade nasceu no Rio de Janeiro, em 1814.

Os elementos desta família, não obstante não pertencerem ao grupo estrito da primeira nobreza (os Grandes do Reino), foram proficuamente agraciados com bens da coroa e Ordens e três dos seus membros ascenderam a titulares, alcandorados no percurso inicial do seu patriarca (José Joaquim de Sousa Lobato), o que lhes permitiu a consolidação do seu papel social na sociedade de então. Seguindo uma lógica própria do seu tempo, assiste-se à acumulação de sucessivas mercês régias que os levam a um lugar de destaque na hierarquia social, que vão perpetuar nos seus familiares, como é visível nos contratos de renúncia de funções, em favor dos primogénitos, de suas esposas e de irmãos para irmãos.

As alianças matrimoniais, como forma de acréscimo e consolidação do seu *status quo*, foram fundamentais para esta família, desde logo com o casamento do patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato, com a açafata da Rainha D. Mariana de Áustria. A partir de então, há uma clara preocupação nas escolhas matrimoniais, procurando também, mas não só, a consolidação das redes de solidariedade e de aliança política, como é o caso da união com a família do visconde de Santarém; representada pelo casamento do visconde de Vila Nova da Rainha com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa, irmã do 1º visconde de Santarém.

Os irmãos Lobato, no seu conjunto, tinham, assim, um lugar exclusivo no círculo da máxima estima e confiança de D. João VI e dos filhos que se lhe seguiram na governação, D. Isabel Maria e D. Miguel. Se o visconde de Vila Nova da Rainha é o mais conhecido da historiografia produzida, os outros irmãos terão assegurado também um espaço, não de somenos importância, como ficou provado ao longo do presente artigo.

A adesão à causa Miguelista bem como a implantação do liberalismo, que se consumou no desaparecimento de grande parte dos privilégios da nobreza, terão ditado o percurso final desta família como nobreza da Corte. A partir do reinado de D. Miguel, já não exercem cargos palatinos e estabelecem laços matrimoniais, concretamente as senhoras, com a nobreza da província.

É ainda nossa convicção que este estudo nos permitiu, por um lado, tornar inteligível e contextualizar a produção documental do ASL, e, por outro, proporcionou-nos as premissas para compreender a construção e o alcance da influência deste clã familiar no seio do poder monárquico da sua época.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

– Arquivo da família Sousa Lobato.

– Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa:

– Registo Geral de Mercês e Chancelaria Régias de D. Maria I e D. João VI.

– Habilitações de Ordens Militares e de Cristo.

– Livro dos índices da Mordomias da Casa Real.

Bibliografia

– ANDRADE, Santiago Silva de, "De família para família: serviço régio e relações familiares no espaço doméstico da Casa Real Portuguesa (1808-1821)", In *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina,* 2005.

– BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d' Alorna, ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, parte primeira e segunda (1802 a 1824)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

– BRANDÃO, Raul, *El-Rei Junot*, Alfragide, Ediclube, 1997 (ed. orig. 1912).

– BLUTEAU, Rafael, 1712-1721, *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Comíco, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialetico, & Autorisado com os Exemplos dos Melhores Escriptores Portugueses e Latinos; Offerecido a El Rey D. João V*, 8 vols. Coimbra, 1727-1728.

– CARRILHO, Luiz Pereira, *Os oficiais d'El-Rei Dom Miguel*, Lisboa, Edições Guarda-Mor, 2002 (1ª edição 1856).

– CAVALHEIRO, Rodrigues, 1936, A «Conspiração dos Fidalgos» segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa publicado e prefaciado por Rodrigues Cavalheiro», Lisboa, Imprensa Baroeth, 1936.

– COSTA, Coronel António José Pereira da (coord.), *Os Generais do Exército Português* 2005, II Volume, II Tomo, Lisboa, Biblioteca do Exército, nº 19-081.

– COUTINHO, José Caetano da Silva, *Memoria Historica da Invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1808.

– GALVÃO-TELLES, João Bernardo, "Relação dos alunos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1766-1837)". In *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*, Porto, 2006.

– HORTA, Maria Teresa, *As luzes de Leonor*, 7ª edição, Alfragide, Publicações D. Quixote, fevereiro de 2013.

– LIMA, Manuel de Oliveira, *D. João VI no Brasil, 1808-1821*, Rio de Janeiro, ACD, Editores, 2008 (ed. orig. 1909, 2ª ed. 1945).

– LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *D. Miguel*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2006.

– MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos, *Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

– MARTINS, Ana Canas Delgado, *Governação e Arquivos: D. João VI no Brasil,* Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo*,* 2007.

– MARKL, Alexandra Gomes, "Uma família de poder e cultura. Em torno do retrato da família do 1.º Visconde de Santarém de Domingos Sequeira". In *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856),* Daniel Estudante Protásio (Org.), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019.

– MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes – A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2ª Edição revista, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

– MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2006.

– MONTEIRO, Tobias, *História do Imperio: a Elaboração da Independência,* Rio de Janeiro, Briguiet, 1927.

– MUNIZ, Domingos Alves Branco, "*Memoria dos Successos acontecidos na Cidade de Lisboa – Desde 29 de Novembro de 1807 athé 13 de Fevereiro de 1808".* In Biblioteca Pública do Rio de Janeiro I-13-4- nº7.

– NEVES, Guilherme Pereira das, *E receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e Clero Secular no Brasil, 1808-1828,* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.

– PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores, *D. João VI – O Clemente*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009.

– PEREIRA, Ângelo, *D. João VI, Príncipe e Rei,* 4 tomos, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958.

– PEREIRA, Sara Marques, *D. Carlota Joaquina Rainha de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, março de 2008.

– PROTÁSIO, Daniel Estudante, *2º Visconde de Santarém (1791-1856) – Uma Biografia Intelectual e Política*, Lisboa, Chiado Books, maio de 2018.

– RODRIGUES, Abel, *Entre o Público e o Privado: A Génese do Arquivo do Conde da Barca (1754-1817)*. Dissertação de Mestrado, Braga, UM, 2007.

– RUBIO, Julián María, *La Infanta Carlota Joaquina y La Política de España en América (1808-1812)*, Madrid, Biblioteca de Historia Hispano-Americana, Imprenta de Estaxislao Maestre, MCMXX.

– SCOTT, Hamish, "*The rise of the first minister in the Eighteenth-century Europe*". In T.C.M. Blaningand David Cannadine, 1996, History and Biography, Essays in honour of Derek Beales, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 21-52.

– SETÚBAL, Paulo, *As Maluquices do Imperador*, Unama – Universidade da Amazônia – NEAD – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA Belém – Pará: *http:// www.portugues.seed.pr.goverbr/arquivos/File/leit_online/paulo_setuba3.pdf.*

– SILVA, Maria Beatriz Nizza, *Ser nobre na Colônia*, Copyright Date: 2005, Published by: SciELO – Editora UNESP, DOI: 10.7476/9788539303410.

– SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a história diplomática militar e política d'este Reino desde 1777 até 1834*, 19 volumes – Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

– SUBTIL, José, "Pombal, Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?". In *Ler História 60/2011,* pp. 53-69.

Dicionários e Nobiliários

– AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia Pax, 1933.

– BAENA, Sanches de, Visconde de, *Diccionario Aristocrático que contem todos os Alvarás de Foros de Fidalgos da Casa Real desde 1808 até Septembro de 1822*, Lisboa, Tipografia Panorama, 1867.

– Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza/coord. Câmara dos Senhores Deputados- 8 v. Lisboa, Imprensa Nacional, 1883-1891.

– GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal,* Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Afonso, *Braga*, 1938-1941.

– *Dicionário Aristocrático contendo os Alvarás dos Foros de Fidalgos da Casa Real que se achão registados nos Livros das Mercês*, Tomo I A-E, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

– TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco, *Dicionário Aristocrático*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

– ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins *Nobreza de Portugal e do Brasil, Vol. I e Vol. III*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

SIGLAS E ABREVIATURAS:

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

AD. – Arquivos Distritais

ADB – Arquivo Distrital de Braga

ASL – Arquivo Sousa Lobato

c. – casamento

cap. – capítulo

cf. – conforme, conferir

coord. – coordenação

dir. – direção

ed. – edição

m. – morte

n. – nascimento

org. – organização

cont. – continua

ANEXOS – Relação dos documentos Sousa Lobato

– José Joaquim de Sousa Lobato

– Matias António de Sousa Lobato

– Joaquim José de Sousa Lobato

  - José António de Sousa Lobato

  - Pedro de Alcântara de Sousa Lobato

– Francisco José Rufino de Sousa Lobato

José Joaquim de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1760/11/26	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Oficio de Escrivão da Ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e Inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila. Mercê do Infante D. Pedro.	JOSJLOBATOP1D001	
1795/10/27		Apostila	Separação, ordenada pelo Príncipe D. João, dos Oficios de Escrivão e de Inquiridor da Vila da Feira, permanecendo a de Escrivão na posse de José Joaquim.		
1777/06/14	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda Roupa. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D002	
1785/09/02	Lisboa	Carta Régia	Hábito da Ordem de Cristo. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D003	
1785/09/10	Lisboa	Alvará	Faculdade de poder nomear serventuário do Oficio de Escrivão da Ouvidoria da Vila da Feira. Mercê de D. Pedro III.	JOSJLOBATOP1D004	
1793/01/11	Lisboa	Carta Régia	Propriedade e posse do Oficio de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D005	
1800/02/10	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Oficio de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do Oficio de Escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D006	
1801/07/28	Lisboa	Conta Corrente	Obras feitas em casas da Quinta (Prazo) da Azenha em Porto Brandão.	JOSJLOBATOP1D007	Duas contas correntes e um recibo.
1810/07/03	Lisboa	Sentença	Sentença nº 32. Dívida a Fábrica de Pão em Campo de Ourique.	JOSJLOBATOP1D008	
1829/02/19	Lisboa	Pública forma	Propriedade do Oficio de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do Oficio de Escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D009	Por Alvará do Princípe Regente D. João, em 10 de Fevereiro de 1800.
			Propriedade e Auto de Posse e Juramento do Oficio de Escrivão das Mesa Grande da Alfândega de Lisboa.		Auto de Posse em 20 de Fevereiro de 1800.

Matias António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1785/09/22	Lisboa	Alvará	Fidalgo Cavaleiro. Mercê de D. Maria I.	MANTLOBATOP1D001	
1798/07/12	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda-Roupa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D002	
1799/04/18	Lisboa	Alvará	Oitenta mil reis de ordenado anual com a ocupação de Moço da Camara da Guarda Roupa, pagos pela Fazenda da Casa de Bragança. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D003	
1805/09/04	Lisboa	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, com o rendimento de cento e oitenta mil reis até duzentos. Não obstante não ter ainda a posse da dita Comenda é facultado o uso a insígnia de Comendador. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D004	Assinado pelo Conde de Vila Verde.
1806/08/19	Lisboa	Alvará	Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D005	
1807/08/18, 1812/08/25 e 1815/02/03	Mafra, Rio de Janeiro e Santa Cruz	Carta	Três cartas de foro particular, do Príncipe Regente D. João, dirigidas a Matias António e um bilhete de resposta.	MANTLOBATOP1D006	
1809/04/02	Rio de Janeiro	Certidão	Matricula de Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo a título da Comenda dos Dízimos da Herdade da Vargem da Ordem de S. Tiago, cumprindo ordens do Príncipe Regente D. João, em Lisboa, 19 de Agosto de 1806.	MANTLOBATOP1D007	Certidão pelo Monsenhor Almeida.
1809 a 1819	Lisboa		Contas Correntes demonstrativas dos rendimentos e despesas da Alfândega Grande de Lisboa dos anos de 1810 a 1817.	MANTLOBATOP1D008	Informação respeitante às Marcas da Alfândega Grande de Lisboa e produzida pelos serventuários e Procuradores do Visconde de Magé, João Pedro Groot da Silva Pombo e André Silvério Rosa.
		Pública forma	1-Faculdade para nomear novos serventuários no Oficio de Escrivão das marcas da Alfândega Grande de Lisboa, concedido a Pedro António Virgolino, por Alvará de 9 de Dezembro de 1748 e Alvará com salva, de 9 de Dezembro de 1756. 2- Emolumentos do Oficio de Escrivão da mesma Alfândega, por Alvará de 13 de Fevereiro de 1750. 3-Emolumentos que sempre foram pagos ao referido oficio de Escrivão		
1810/05/05	Lisboa	Pública forma	Provisão para dar posse dos Foros de S. João de Rei a Matias de Sousa Lobato, não obstante o Alvará não se apresentar ainda completo. Lisboa, 28 de Janeiro de 1810.	MANTLOBATOP1D009	Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso.
1810/03/21	Lisboa	Pública forma	Auto de Posse dos Foros de S. João de Rei em 14 de Fevereiro de 1810. S. João de Rei, Guimarães.	MANTLOBATOP1D010	
1810/05/21	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de Barão de Magé em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D011	
1810/10/09	Rio de Janeiro	Recibo	Compra que fez de uma morada de casas sitas na Vila de Magé.	MANTLOBATOP1D012	
1810/11/25	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D013	Por decreto de 1 de Agosto de 1807.
1810	Lisboa	Conta Corrente	Resumo do rendimento das Marcas da Alfândega do Tabaco no ano de 1810.	MANTLOBATOP1D014	
1811/11/24	Lisboa	Escritura	Quitação do empréstimo contraído por José Joaquim Sousa Lobato e Maria Joana Teresa de Hering (seus pais), junto de Domingos Mendes Dias, homem de negócio da Praça de Lisboa e respectivo distrate de hipoteca do Prazo da Azenha em Porto Brandão.	MANTLOBATOP1D015	Junto a este documento está a escritura do empréstimo - Documento de Obrigação -
1812/01/10	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de Visconde de Magé, em sua vida, além de outra. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D016	
1813/06/19	Guimarães	Carta	Carta que anexa memória relativa a redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D017	Remetente: Cópia de carta do Provedor de Guimarães, Francisco Barroso.
1813/08/20	Guimarães	Memória	Sobre doações realizadas, regalias e rendimentos dos Donatários, abusos dos Foreiros, Sentença proferida e proposta de reduzir a Prazos em Vidas.		Duas Memórias idênticas.

Matias António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1813/07/24	Lisboa	Requerimento	Pedido ao soberano de redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D018	
1813/08/28	Verim - S. João de Rei	Carta	Exposição sobre o estado das rendas e Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D019	Remetente: Capelão de Verim, João António dos Reis.
1813 a 1819	Rio de Janeiro e Lisboa	Letras de Câmbio	Várias letras e um recibo.	MANTLOBATOP1D020	
1814/02/08, 1814/02/20 e 1814/03/14	Guimarães	Carta	Duas cartas relativa aos Senhorios de S. João de Rei e de Terras de Bouro e uma terceira solicitando um favor.	MANTLOBATOP1D021	Remetente: Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso. Duas cópias e um original.
1814/01/25	Braga	Pública forma	Senhorio e Direitos Reais do Senhorio de Terras de Bouro.		Foral do Rei D. Manuel I em Lisboa, 20 de Outubro de 1514.
1814/04/24	Verim - S. João de Rei	Carta	Informações sobre os Foros e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Remetente: Capelão de Verim, João António dos Reis. Cópia.
1814/04/30	Barcelos	Pública forma	Provisão por onde se tomou posse para a Coroa do Senhorio e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Provedor da Comarca de Viana.
1816/04/06	Lisboa	Pública forma	Renúncia do Ofício de Escrivão da Correição da Vila da Feira do seu proprietário Matias António de Sousa Lobato em João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real.	MANTLOBATOP1D022	Certidão da Junta da secretaria da Casa do Infantado em 29 de Junho de 1814.
1817/01/22	Rio de Janeiro	Alvará	Licença para celebrar o seu casamento com Maria Carlota da Gama e Freitas Berquot. Aprovado por D. João VI.	MANTLOBATOP1D023	
1817/04/10	Rio de Janeiro	Recibo	Recibo de um conto de réis que fez entregar na Tesouraria do Real Erário para as urgências de Estado.	MANTLOBATOP1D024	
1817/12/13	Lisboa	Provisão	Prorrogação por três anos no ofício de Tesoureiro-mor da Bula da Cruzada nos Bispados de Coimbra e Aveiro.	MANTLOBATOP1D025	Provisão do Monsenhor Ferreira Gordo.
1818/01/28	Rio de Janeiro	Carta	Participação para se achar presente no Acto de Aclamação do Rei D. João VI, no dia 6 de Fevereiro de 1818.	MANTLOBATOP1D026	
1823/12/02	Lisboa	Carta Régia	Tença de cinquenta mil réis pelo título de Visconde de Magé, com assentamento no livro das tenças do Almoxarifado de Évora. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D027	
1824/01/01	Lisboa	Contrato	Contrato entre o Visconde de Magé e André Silvério Rosa em que este último recebe os rendimentos dos dois ofícios de que é proprietário o primeiro, Escrivão da Mesa Grande da Alfândega do Açúcar e Escrivão das Marcas, assim como a cobrança relativa aos Foros de S. João de Rei e o recebimento do rendimento da Comenda da Herdade da Vargem.	MANTLOBATOP1D028	
1825/04/12	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João. Auto de Posse em 14 de Fevereiro de 1810. Duas pública formas.	MANTLOBATOP1D029	Alvará do Príncipe Regente D. João, em 20 de Dezembro de 1807.
1825/04/29	Lisboa	Alvará	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Alvará, com salva, por extravio do anterior de 20 de Dezembro de 1807. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D030	
1825/09/10	Rio de Janeiro	Carta	Carta sobre os negócios do Visconde de Magé no Brasil.	MANTLOBATOP1D031	Remetente: João Maria da Gama Freitas Berquó (Marquês de Cantagalo).
1826/01/24	Lisboa	Requerimento	Nota de confirmação do requerimento do Visconde de Magé, junto da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo à perda do emprego de Escrivão da Real Câmara do Rio de Janeiro	MANTLOBATOP1D032	
1827/11/27	Lisboa	Auto de Penhora	Auto de penhora dos bens após o seu falecimento. Relação dos bens e folha de receitas/despesas elaborada por seu irmão Joaquim José de Sousa Lobato.	MANTLOBATOP1D033	Cópias.

Joaquim José de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1796 a 1811	Lisboa e Rio de Janeiro	Documento	Manuscritos dos pareceres no Conselho de Fazenda no Rio de Janeiro e em Lisboa. Relativas à organização e fiscalização da Alfândega e assuntos relativos. Entre esses manuscritos dois mapa de rendimentos da Alfândega do Rio de Janeiro anuais do ano de 1796 a 1810 e mensais de Março de 1808 até Março de 1811.	JOAJLOBATOP1D001	Vários manuscritos.
1803/04/09	Baía	Certidão	Registo da conta das Esmolas dos Legados e listagem dos devedores da Bula da Santa Cruzada da Baía.	JOAJLOBATOP1D002	Dois documentos idênticos.
1804/08/14	Lisboa	Carta Régia	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatú. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D003	
1804/08/30	Lisboa	Carta Régia	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua Mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D004	
1804/09/22	Lisboa	Pública forma	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatú. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D005	Alvará de 14 de Março de 1804 e Carta Régia de 14 de Agosto de 1804.
1804/11/16	Lisboa	Carta Régia	Moço da Camara da Guarda Roupa, com seis centos réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia. Mercê de D. Maria I.	JOAJLOBATOP1D006	
1805/01/06	Lisboa	Patente	Patente de aceitação nº 1085 como irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa.	JOAJLOBATOP1D007	
1805/08/28	Lisboa	Certidão	Pedido de certidão respeitante ao preço pelo que foram arrematados os ofícios de Primeiro e Segundo Tabelião e Almotaçarias da Vila de Paracatú do Príncipe.	JOAJLOBATOP1D008	
1806/03/26	Lisboa	Carta	Licença para celebrar atos religiosos no Oratório da residência pelo Arcebispo de Lacedemónia, D. António Caetano Maciel Calheiros.	JOAJLOBATOP1D009	
1808/11/04	Rio de Janeiro	Procuração	Procuração ao Padre José Ribeiro de Carvalho, assistente na cidade de Angra do Heroísmo, na administração da Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher no Cabo da Praia, Ilha Terceira.	JOAJLOBATOP1D010	
1808/09/01	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de Escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Real Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Souza Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D011	
1808/12/23	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de Escrivão da Fazenda com o ordenado anual de 1000$000 réis. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D012	
1809/02/18	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a Mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOP1D013	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/01/24	Rio de Janeiro	Aviso	Comendador Honorário da Ordem de Torre e Espada que vagou por falecimento do seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D014	Cópia do Aviso do Príncipe Regente.
1810/01/31	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a Mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOP1D015	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/04/30	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D016	
1810/05/07	Lisboa	Carta Régia	Título de Conselheiro de Capa e Espada do Conselho de Fazenda sem vencimento. Mercê do Príncipe Regente D. João. Posterior Apostila (ver abaixo), em Lisboa, em 30 de Agosto de 1823, estabelecendo o efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego.	JOAJLOBATOP1D017	
1810/09/19	Lisboa	Pública forma	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOP1D018	Por Carta Régia do Príncipe Regente D. João em 30 de Agosto de 1804.

Joaquim José de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1811/11/20	Rio de Janeiro	Carta	Carta do Conde Linhares a aprovar as Memórias - Documento elaborado por Joaquim José.	JOAJLOBATOP1D019	
1817/04/15	Rio de Janeiro	Recibo	Dom gratuito de duzentos e quarenta mil réis para as urgências do Estado.	JOAJLOBATOP1D020	
1817/06/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Faculdade concedida para poder renunciar da pensão de duzentos mil réis do Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha por seu falecimento.	JOAJLOBATOP1D021	Por decreto do Rei D. João VI, no Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1816.
			Renúncia da Pensão de duzentos mil réis do Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha, por seu falecimento.		Carta assinada por Joaquim José.
			Propriedade do Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do Ofício de Escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.		Por Alvará do Príncipe Regente D. João, em 10 de Fevereiro de 1800.
1818/02/27	Rio de Janeiro	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, por uma vida, para se verificar em seu filho primogénito, José António de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI no dia da sua aclamação.	JOAJLOBATOP1D022	Decreto do Rei D. João VI de 6 de Fevereiro de 1818.
1820	Rio de Janeiro	Parecer	Parecer elaborado por Joaquim José, como Conselheiro e Escrivão da Fazenda, para aprovação Real, contendo informações necessárias para pôr em execução o determinado no Alvará de 25 de Abril de 1818, sobre o estabelecimento e arrematações das Companhias privadas de trabalhadores, ao serviço da Alfândega da Corte... Regimento a aplicar a essas companhias. Resolução do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D023	Cópias.
1821/01/15	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra no valor de um conto de réis.	JOAJLOBATOP1D024	
1821/03/04 a 1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letras de Câmbio relativas à venda das Casas e Chácara do Catete.	JOAJLOBATOP1D025	Documentos numerados de 1 a 14.
1821/03/31	Rio de Janeiro	Pública forma	1-Ofício de Escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Sousa Lobato. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 1 de Setembro de 1808. 2-Ofício de Escrivão da Fazenda. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 23 de Dezembro de 1808. 3-Conselheiro de Capa e Espada do Conselho da Fazenda. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 7 de Maio de 1810. 4-Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 30 de Abril de 1810.	JOAJLOBATOP1D026	
1823/08/30	Lisboa	Apostila	Conselheiro de Capa e Espada do Concelho de Fazenda de Lisboa, em efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D027	
1823/09/02	Lisboa	Alvará	Pensão de duzentos mil réis anual do ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, da qual foi proprietário seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D028	
1824/02/26	Lisboa	Alvará	Aceitação da renúncia de Joaquim José ao ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega e concessão da faculdade à sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, da pensão de duzentos mil réis, em sua vida, com sobrevivência no filho ou filha mais velha. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D029	
1824/05/24	Lisboa	Parecer	Parecer ao Conselho de Sua Majestade para se executar a Resolução Régia de 8 de Abril de 1823.	JOAJLOBATOP1D030	
1824/06/10	Portalegre	Certidão	Relação dos bens pertencentes à Alcaidaria-mor de Castelo de Vide	JOAJLOBATOP1D031	
1824/09/21	Portalegre	Parecer	Parecer favorável do Corregedor da Comarca de Portalegre da pretensão, expressa por Joaquim José, de lhe ser concedida por duas vidas a Alcaidaria-mor da Vila de Castelo de Vide.	JOAJLOBATOP1D032	Cópia. Inclui Mapa de Rendimentos da referida Alcaidaria-mor dos anos de 1806 a 1824

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1825/03/04	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-Mor da Vila de Castelo de Vide, em sua vida. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D033	Original e uma cópia.
1825/05/28	Lisboa e Castelo de Vide	Auto de Posse	Autorização de D. João VI para que o procurador de Joaquim José de Sousa Lobato possa tomar, em seu nome, posse da Alcaidaria-Mor de Castelo de Vide. Autos de posse dos terrenos da dita Alcaidaria.	JOAJLOBATOP1D034	
1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra de Câmbio.	JOAJLOBATOP2D035	
1826/05/27	Lisboa	Certidão	Requerimento e certidão relativo à avaliação do Ofício de Escrivão das Marcas da Alfândega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D036	Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1826/07/06	Lisboa	Portaria	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D037	Portaria assinada pelo Ministro de Negócios do Reino, José Joaquim de Almeida Araújo Correia de Lacerda.
1826/07/21	Lisboa	Alvará	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D038	
1826/08/23	Lisboa	Certidão	Certidão de batismo de Joaquim José, que ocorreu na Igreja Paroquial de S. Salvador, em 28 de Novembro de 1770.	JOAJLOBATOP2D039	Certidão passada pela Igreja Paroquial de S. Salvador em Lisboa.
1826/08/31	Guimarães	Carta	Participação da posse dos Foros de S. João de Rei pela Coroa…	JOAJLOBATOP2D040	Remetente: Francisco Luís Teixeira da Mota.
1826/09/01	Lisboa	Procuração	A José Boaventura Soares de Morais Sarmento para tomar posse em seu nome (Joaquim José) dos Foros da Vila de S. João de Rei.	JOAJLOBATOP2D041	
1826/10/16	Lisboa	Aviso	Informação da Relação dos dias de Grande Gala. Por ordem da Infanta Regente D. Isabel Maria.	JOAJLOBATOP2D042	Pelo Mordomo-mor do Reino.
1826/11/14	Lisboa	Alvará	Atribuição da Posse dos Foros de S. João de Rei e dos respetivos rendimentos retroativos. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D043	Conselho da Fazenda.
1826 a 1828	Lisboa	Carta	Correspondência endereçada do Rio de Janeiro a Joaquim José, 2º Visconde de Magé.	JOAJLOBATOP2D044	
1826 a 1828	Lisboa	Recibo	Recibos correspondentes a pagamentos da dívida de Joaquim José de Sousa Lobato a Pedro Joaquim Ferreira de Mesquita, representado pelo seu procurador Tomás Carlos Baptista.	JOAJLOBATOP2D045	
1827/05/11	Guimarães	Auto de Posse	Auto de posse dos Foros de S. João de Rei em conformidade com o Alvará de Mercê de 21 de Julho de 1826, e Provisão de 14 de Novembro do mesmo ano, expedida pelo Régio Tribunal do Conselho da Fazenda.	JOAJLOBATOP2D046	
1827/08/20	Lisboa	Carta Régia	Título de 2º Visconde de Magé, por sucessão ao seu irmão 1º Visconde de Magé e igualmente nos Foros de São João de Rei, que o mesmo possuía. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D047	
1829/08/05	Lisboa	Pública forma	Ofício vitalício de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande do Açúcar, de que também foram proprietários José Joaquim e Matias António Sousa Lobato. Mercê de D. Miguel. Auto de Posse do mesmo ofício em 15 de Maio de 1829.	JOAJLOBATOP2D048	Carta Régia de 12 de Janeiro de 1829.
1831/03/12	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Ofício de Porteiro da Real Câmara por falecimento do seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D049	
1831/04/18	Lisboa	Alvará	Ofício de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José António de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D050	

Joaquim José de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1831/05/02	Rio de Janeiro	Pública forma	Alvará do Príncipe Regente D. João, condecorando os empregos de Porteiro da Sua Câmara e de Guarda-joias com o título do seu Conselho. Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1808.	JOAJLOBATOP2D051	Alvará do Príncipe Regente D. João.
1831/08/30	Lisboa	Alvará	Ordenado de cento e vinte mil réis anuais pelo mantimento do Oficio de Porteiro da Real Câmara. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D052	
1832/07/23	Lisboa	Pública forma	1-Oficio vitalício de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande do Açúcar. Mercê do Rei D. Miguel, por Carta Régia de 12 de Janeiro de 1829. 2-Auto de Posse do mesmo oficio em 15 de Maio de 1829. 3-Oficio de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José António de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê do Rei D. Miguel por Alvará de 18 de Abril de 1831. 4-Nomeação de José António de Sousa Lobato pelo seu pai, 2º Visconde de Magé, para servir com ele, por virtude do Alvará de 16 de Dezembro de 1748. 5-Auto de Posse em 21 de Maio de 1832.	JOAJLOBATOP2D053	
1832/09/27	Lisboa	Certidão	Conselho da Fazenda, ao Administrador Geral da Alfândega do Açúcar, ordenando-lhe suspender o exercício de Escrivão das Marcas ao 2º Visconde de Magé e a seu filho…..	JOAJLOBATOP2D054	Cópia de Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1832/11/22	Lisboa	Certidão	Relativa aos rendimentos auferidos por André Silvério Rosa admitido como serventuário das Marcas da Alfândega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D055	Certidão passada, a pedido do Visconde de Magé.
1833/08/21	Lisboa	Pública forma	Ordem do Príncipe Regente D. João para se preparar para acompanhar D. Pedro, o Príncipe da Beira na sua viagem para o Brasil assistindo-lhe no serviço de Porteiro da sua Real Câmara. Paço da Ajuda, 9 de Outubro de 1807.	JOAJLOBATOP2D056	Oficio de João de Barros e Carvalhosa, Visconde de Santarém.
1833/12/24	Ilha Terceira	Documento	Conta do ano de 1829 do trigo da Capela instituída por Vasco Lourenço na Ilha Terceira.	JOAJLOBATOP2D057	
1834	Castelo de Vide	Documento	Nota sobre as rendas de dois terrenos de Castelo de Vide	JOAJLOBATOP2D058	
1834/09/10	Lisboa	Pública forma	Aviso ao 2º Visconde de Magé para servir o Rei, nos impedimentos de seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha, no oficio de Porteiro da Real Câmara e que por sua morte continuasse a servir no mesmo oficio…Ordenado por D. João VI.	JOAJLOBATOP2D059	Aviso de 3 de Março de 1826 expedido pelo Mordomo-mor.
1834/10/14	Lisboa	Carta	Documento em que o 2º Visconde de Magé declara: " ...que nunca militára nem pegára em armas contra a Legitima cauza, da Augusta Rainha, a Senhora D. Maria 2…."	JOAJLOBATOP2D060	Anexo à carta estão declarações de três testemunhas.
1834/10/18	Lisboa	Carta	Documento em que o 2º Visconde de Magé solicita à Rainha a reposição dos rendimentos relativos aos seus oficios e funções que haviam sido suspensos….	JOAJLOBATOP2D061	
1835	Castelo de Vide	Requerimento	Vários requerimentos relativos à Alcaidaria-mor de Castelo de Vide.	JOAJLOBATOP2D062	
1835/06/01	Lisboa	Pública forma	Foros de S. João de Rei, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato, em segunda vida. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria em nome do seu irmão D. Pedro. Lisboa, 28 de Julho de 1826.	JOAJLOBATOP2D063	Alvará de 28 de Julho de 1826.
1837 a 1839	Lisboa	Certidão	Termos de aceitação de herança. Herdeiros de Joaquim José de Sousa Lobato.	JOAJLOBATOP2D064	
1861/62	Ilha Terceira	Letra de Câmbio	Despesas do ano de 1861/62 - Letras que nesse ano se sacaram e que foram pagas.	JOAJLOBATOP2D065	
1868/07/14	Lisboa	Certidão	Certidão de Óbito de Joaquim José de Sousa Lobato que faleceu em16 de Abril de 1837.	JOAJLOBATOP2D066	
1872/01/11	Angra do Heroísmo	Pública forma	Desistência da administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua Mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque para possuir em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha, por seu falecimento. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP2D067	Alvará de 13 de Agosto de 1823.

José António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1818/02/13	Rio de Janeiro	Carta	Faculdade para que, José António possa usar livremente da Insignia da Comenda da Ordem de Cristo, pela atribuição de uma vida na Comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho primogénito. No dia da coroação do Rei D. João VI, 27 de Fevereiro de 1818.	JOSELOBATOP1D001	Decreto do Rei D. João VI, de 6 de Fevereiro de 1818. Carta asaiinda por Tomás António de Vilanova Portugal.
1824/02/13	Lisboa	Aviso	Aviso para estar presente no Palácio da Ajuda no dia 16 desse mês, pelas 2 horas da tarde "(...) para em exercício do Vosso Foro [Moço Fidalgo] servir a Sua Majestade (...)", no acto solene de entrega da a Ordem de Santo André ao rei D. João VI e o príncipe D. Miguel, concedida pelo Imperador de todas as Rússias, que se dispôs a mostrar o seu regozijo perante o golpe que interrompeu o regime constitucional saído da revolução de 1820, preocupado como estava com o progresso das ideias liberais e republicanas. Insignias entregues pelo representante diplomático foi Alexei Grigorievich, filho do conde de Stroganoff.	JOSELOBATOP1D002	Aviso do mordomo-mor.
1821/03/30	Rio de Janeiro	Cópia	Certidão de batismo de José António de Sousa Lobato ocorrido em 22 de dezembro de 1822.	JOSELOBATOP1D003	
1832/12/15 a 1833/08/17	Lisboa	Documentos vários	Conta e quatro Guias de despacho e recibos passados por José António de Sousa Lobato na qualidade de Escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa.	JOSELOBATOP1D004	
1832/08/05 a 1833/12/27	Santarém	Ordens do dia	Ordens do dia do Paço de Santarém nº 136 de 13/12/1833 e nº 143 de 27/12/1833) e pequenos apontamentos.	JOSELOBATOP1D005	
	Lisboa	Certidão	Certidão que comprova que se alistou no Batalhão de Voluntários Reais de Milícias de Lisboa Ocidental (título da Praça nº 97 de 5 de agosto de 1832).		
1834/05/30	Castelo de Vide ?	Salvo-conduto	Documento de Salvo-conduto concedido por Rodill a José António Sousa Lobato para se deslocar a Lisboa.	JOSELOBATOP1D006	Concedida pelo general José Ramón Rodil y Campillo.
1835/09/21	Rio de Janeiro	Carta	José António e Pedro Alcântara "ficam absolvidos de toda a culpa."	JOSELOBATOP1D007	Assinada por Caetano Tomás Pacheco.
1852/07/15	Lisboa	Cópia	Sumário do processo matrimonial de José António com Rufina Carlota Pereira.	JOSELOBATOP1D008	
1854/06/10	Lisboa	Cópia	Cópia de requerimento a D. Maria II para aspirante de primeira classe da Alfândega Grande de Lisboa, não tendo meios para se sustentar e à sua família, alegando a experiência como serventuário de escrivão das Marcas da mesma Alfândega.	JOSELOBATOP1D009	
1870/07/04	Lisboa	Certidão	Escritura relativa a emissão de letras de câmbio, José António, na qualidade de procurador da sua mãe, Viscondesssa de Magé, e o negociante da Praça de Lisboa, Antonio Teixeira Brasil. 1 conto e seiscentos mil réis representados por oito letras de 200 mil réis cada uma, datadas de 1870/07/04 e com vencimentos, entre 31/12/1872 e 31/12/1879, inclusive, com consignação, para amortização, da colheita de trigo de 10 moios ou 7.920 litros, por todo o mês de agosto de cada ano.	JOSELOBATOP1D010	
1872/06/11	Angra do Heroísmo	Certidão	Certidão relativa a administração de prédios em Angra do Heroísmo.	JOSELOBATOP1D011	
1878/04/22	Lisboa	Requerimento	Solicita ao monarca a confirmação das sobrevivências em que sucedeu pelo falecimento de sua mãe, Viscondessa de Magé, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 17/12/1875, por renúncia de seu pai, José Joaquim de Sousa Lobato em sua mulher, com sobrevivência a favor do filho primogénito: Pensão de duzentos mil réis do Oficio de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira.	JOSELOBATOP1D012	

Pedro de Alcântara de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1834/01/08	Santarém	Declaração	Ferido no peito 10 de Outubro de 1833 e mais tarde acometido de uma febre gastro-intestinal.	PEDRLOBATOP1D001	Passada pelo Cirurgião-mor José Joaquim Pereira.
1834/03/05	Almeirim	Aviso	Ordem para servir como o ajudante de campo do General Lemos (impedido).Regimento de Cavalaria nº 10.	PEDRLOBATOP1D002	Assinada por Francisco Vasconcelos de Meneses.
1834/04/26	Évora	Guia	Fornecimento de ração. Regimento de Cavalaria nº 10.	PEDRLOBATOP1D003	Assinada pelo Comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.
1834/05/06	Évora	Guia	Competentes rações para Pedro Alcântara, promovido a Tenente.	PEDRLOBATOP1D004	Assinada pelo Comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.
1834/06/02	Lisboa	Intimação	Por pertencer ao exército do usurpador foi intimado para se apresentar ao Provedor do Distrito no espaço de 24 horas.	PEDRLOBATOP1D005	Assinada pelo Secretário Geral, Francisco Luís de Gouveia Pimenta.
1834/08/29	Lisboa	Aviso	Aviso para se apresentar no dia 31 de agosto de 1834 pelas 8 horas da manhã, no Convento de Jesus, caso contrário incorreria na pena do artigo nº 34 da Lei da mesma Guarda.	PEDRLOBATOP1D006	Intimação do capitão Moraes da GuardaNacional de Lisboa.
1835/09/02	Lisboa	Requerimento	Exposição de Pedro Alcântara por ter sido violentamente espancado…. E moralmente incapaz socilicita a escusa de continuar a servir no 15º Batalhão da Guarda Nacional.	PEDRLOBATOP1D007	Assinada pelo Secretário Geral, Francisco Luís de Gouveia Pimenta.
1835/09/21	Lisboa	Carta	José António e Pedro Alcântara "(…) ficam absolvidos de toda a culpa (…)"	PEDRLOBATOP1D008	Assinada por Caetano Tomás Pacheco.
1835/09/22	Lisboa	Certidão	Em consequência do despacho da Câmara Municipal de Lisboa de 2 de setembro de 1835: "(…) vai escuso da Guarda Nacional por ser amnistiado de Évora Monte (…)". Praça no 15º Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, em 24 de agosto de 1834.	PEDRLOBATOP1D009	Assinada por Caetano Tomás Pacheco.
1835/10/06	Lisboa	Recibo	Pagamento de quotas da Guarda Nacional de Lisboa, 15º Bairro, 4º Distrito, 7ª Companhia.	PEDRLOBATOP1D010	
1861/04/26	Lisboa	Certidão	Casamento com Augusta Guilhermina Feo Guião em 15 de fevereiuro de 1854.	PEDRLOBATOP1D011	Cópia.
1891/09/26	Ribeira de Baixo de Barcarena	Apontamento	Terça parte de um Jazigo no cemitério Oriental, herdado de sua prima Ana José de Sousa Lobato (filha de Francisco Rufino de Sousa Lobato).	PEDRLOBATOP1D012	
	Várias localidades	Memória	Memória do destacamento da Torre Velha.	PEDRLOBATOP1D013	
	Lisboa	Cartas	Correspondência com a irmã Augusta Eduarda Sousa Lobato.	PEDRLOBATOP1D014	

Francisco José Rufino de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1806/10/30	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-mor e Comenda de Castro Marim. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D001	Cópias.
		Carta Régia	Quite de pagamento de três quartos (3/4) da referida Alcaidaria e Comenda.		
1831/05/17 1831/02/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Duas vidas do título de Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D002	Carta Régia do Príncipe Regente D. João
1826/01/09	Lisboa	Pública forma	Propriedade do terreno Mouchão de Esfola Vacas. Mercê de D. João VI. Lisboa, 23 de Outubro de 1823,	FRANLOBATOP1D003	Cópia por Boaventura Pedro de Carvalho Prostes, seu procurador.
			Auto de posse da referida propriedade, representado pelo seu procurador Boaventura Pedro de Carvalho Prostes. Cartaxo, 21 de Janeiro de 1824.		
1826/03/01	Lisboa	Decreto	Honras, prerrogativas e distinções que pertencem aos oficiais-mores da Casa Real. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria.	FRANLOBATOP1D004	Cópia de decreto. Assinado pelo Oficial Maior da Secretaria do Reino, Gaspar Feliciano de Morais.

Braga e a mudança liberal – o início

JOSÉ DE SEPÚLVEDA MACEDO *

São conhecidos os antecedentes da implantação do liberalismo em Portugal. A fuga da família real para o Brasil na sequência das invasões francesas e a consequente abertura daquela colónia ao comércio internacional directo estão na base do descontentamento que provocou a alteração. Mas a derrota das forças absolutistas apenas se consumaria em 1834, quando o imperador do Brasil se pôs em campo para colocar no poder a filha, D. Maria da Glória, afastada da chefia do estado pelo tio D. Miguel.

A ausência de uma classe produtora, suficientemente forte para exigir transformações na agricultura capazes de permitir a produção de matérias-primas indispensáveis para o funcionamento da indústria, talvez tenha sido o principal problema. Terá sido o óbice que travou o avanço mais rápido do liberalismo.

Entre 1834 e 1851 o país viveu em quase permanente estado de guerra. Antes da Regeneração digladiavam-se duas forças liberais bem entrincheiradas nos respectivos interesses: os cartistas e os setembristas. Os primeiros desejavam que a modernização do país não pusesse em causa os interesses da burguesia comercial livre cambista. Conscientes dos reflexos negativos da sua política de abertura sobre o débil aparelho produtivo, os políticos desta tendência preconizavam a construção de vias de comunicação que conduzissem ao alargamento do mercado interno, espécie de panaceia que permitiria a superação do subdesenvolvimento. Os cartistas necessitavam também de impor limitações à democraticidade das instituições. Queriam eleições indi-

* Licenciado em História pela Universidade do Porto em 1978. Professor aposentado do Ensino Básico e Secundário. E-mail: *sepulvedamacedo@gmail.com*

rectas e para eles o censo eleitoral era a garantia de que as classes produtoras, de opção económica proteccionista, ficariam arredadas do poder político. Quanto aos Setembristas, eram uma força ligada aos interesses da incipiente burguesia produtora. Desejavam a diminuição do censo, único meio que lhes proporcionaria uma expressão eleitoral significativa.

Além das duas tendências liberais, ainda permaneciam no terreno os representantes da velha ordem absolutista, materializada na pessoa do príncipe D. Miguel. O clero era o seu principal sustentáculo. O clero sabia que a vitória dos liberais poderia ser portadora de enormes perigos capazes de conduzir à redução dramática da sua influência económica e cultural. E é este receio do clero que explica boa parte das razões que fizeram de Braga o principal centro da reacção absolutista. Assim o veremos nos episódios da Maria da Fonte e da Patuleia. Para a análise deste período utilizaremos como principal fonte de inspiração um manuscrito intitulado Memórias de Braga, cujo autor tinha sido nomeado arquitecto camarário numa das vereações do absolutismo. Chamava-se João Baptista Vieira Gomes e era mais conhecido pelo nome de Dr. Chasco.

APÓS A VITÓRIA DO LIBERALISMO

A implantação do liberalismo em Portugal não correspondeu a uma necessidade das classes produtoras. Em 1820 as contradições económicas e sociais não estavam suficientemente maduras para lançarem o terceiro estado num levantamento anti-feudal. Não havia uma indústria que criasse nos capitalistas a necessidade de se apoderarem da terra e nela produzirem matérias-primas que alimentassem o sector têxtil. Apenas a burguesia comercial, aflita com a abertura do Brasil ao comércio internacional directo, depois da fuga da família real para aquela colónia, carecia de mudar o estado de coisas vigente.

Se tivermos presente que foi deste atraso que nasceram boa parte das hesitações e receios do liberalismo português, não é difícil percebermos o porquê de a resistência absolutista acrescida acontecer precisamente em Braga. Cidade cujo desenvolvimento era incomparavelmente mais fraco do que o de Lisboa e Porto, possuindo uma ligação muito mais intensa com o imaginário religioso sempre desconfiado das mudanças, Braga foi desde o início uma terra onde se evidenciaram maiores resistências às transformações liberais.

Em Braga, o reconhecimento oficial da vitória liberal ocorreu no final de Abril de 1834. Nasceu uma Comissão Municipal interina que se manteve em funções até à criação de uma Câmara definitiva, de acordo com as normas legais. Sem participação popular, os vereadores fizeram no dia 30 de Abril a aclamação de D. Maria II, sendo levantados os vivas à mesma Augusta senhora, à Carta Constitucional e ao senhor Duque de Bragança, regente do reino, "que foram correspondidos com vivo "*intuziasmo".* Quem o diz é o *Livro de Actas da Câmara de 1834-37.* Ninguém se admire com a frequência dos erros ortográficos nas actas camarárias. Eles repetem-se, especialmente quando as reuniões são secretariadas por Manuel Joaquim da Silva Braga Manso. Todos os secretários dão erros ortográficos. Só que o Sr. Manso exagerava. Quem diria que a expressão *se-se* significaria cesse, precisamente o tempo verbal do verbo cessar? E os indivíduos, transformados em *indivi-du-os*? E os *entreces* em vez de interesses? E *alapes,* que nada tinha a ver com o verbo alapar e que significava a lápis! Este secretário, homem que arriscou a vida na defesa do Porto quando a cidade esteve cercada pelas forças miguelistas, viu o seu heroísmo premiado com a secretaria da Câmara, recebendo um pagamento anual de 400 mil reis, antes dos ajustamentos que o passaram para 290 mil. Isto, numa altura em que um professor primário, mesmo pertencendo à categoria mais alta, recebia muito menos de metade e um Administrador do Concelho apenas 160 mil.

A sua chegada à secretaria da Câmara esteve envolta em polémica. Mostra-nos como naqueles tempos conturbados as ameaças podiam resultar. Por vezes a luta contra a concorrência colocava frente a frente personagens pertencentes a facções políticas liberais adversárias ou a *seitas diferentes*, expressão usada pelos legitimistas para caracterizar os cartistas e os setembristas. Observemos esta delícia, presente no *Livro de Actas da Câmara Municipal de 1834-37*:

> "E mais se acordou que representando o vereador Félix Coelho de Araújo Ribeiro que no dia 11 do corrente mês (*Março de 1835*) fora ameaçado e atacado na sua própria casa com ameaças de morte por Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, pretendente ao emprego de secretário desta Câmara que nesse dia não o tinha obtido na concorrência de outros pretendentes; e juntamente a representação do vereador José Diogo de Morais Ferraz que fora igualmente na noite do mesmo dia avisado por Joaquim José Antunes, que Gaspar Alves Martins, tio do ex-secretário António Alves Martins, demitido no mesmo dia lhe dissera, vai dizer a José Diogo de Morais Ferraz que aonde o encontrar lhe hei-de dar com uma faca; e considerando esta Câmara que semelhantes ameaças poderiam perturbar o

> exercício da mesma Câmara, acordaram que se representasse à Rainha para dar aquelas providências que julgar convenientes para coibir semelhantes excessos."

Manuel Joaquim da Silva Braga Manso acabaria por ser nomeado secretário *vitalício* "em atenção aos relevantes serviços prestados à causa da Carta e da Rainha no heroico cerco do Porto. E outro sim, atendendo à sua inteireza, conhecida probidade e aptidão, lhe arbitrara o ordenado de anual de 400 mil reis." Como veremos, tratava-se de um vitalício muito *provisório*…



Ao fundo vemos o edifício da Câmara, antes das obras realizadas em meados do século XIX que lhe deram a aparência dos dias de hoje. Do lado direito, em primeiro plano, aparece-nos o Seminário de S. Caetano. (Desenho do Dr. Chasco datado de 1834, existente no Museu dos Biscainhos)

Em 17 de Junho de 1836 a Câmara sentiu necessidade de justificar a contratação permanente do seu secretário, informando o Governador Civil das razões.

> "Além da sua aptidão, zelo e diligência no desempenho do expediente de secretário a seu cargo", "prestou relevantes serviços (…) no assédio da cidade eterna", "fora prestimoso à causa da legitimidade, entrando

> corajoso e intrépido em todas as acções e combates e animando com o seu exemplo os mais companheiros de armas. (…) Pesar lhe ficava de não se poder desviar dos mesquinhos rendimentos do concelho, para consignar mais acrescido ordenado." – *Livro de Actas da Câmara Municipal* de *1834-37*

É curioso que lhe tenha sido arbitrado um ordenado de valor tão elevado, quando o grande problema das primeiras Câmaras saídas do liberalismo era precisamente a exiguidade das receitas necessárias para satisfazer compromissos considerados asfixiantes. Até um Te Deum, no dia do aniversário de D. Maria II, foi objecto de protesto camarário, em 6 de Abril de 1836.

> "Que o mandou fazer por esta vez somente e que protesta receber o seu importe do Cofre da Fazenda Nacional por este acto ser da obrigação da Mitra e o rendimento desta Câmara ser muito diminuto". – *Idem*

Também as providências adoptadas, quando da visita do recente marido de D. Maria II, retratam bem o estado das finanças municipais.

> "Se acordou que para cumprimento do ofício do Governo Civil datado de hoje (*4 de Julho de 1836*), se mande deitar um bando a convidar os cidadãos a iluminarem suas moradas e deitarem cobertas à janela e mandarem varrer as testadas das suas moradas nas ruas por onde passar o príncipe D. Fernando." (…) "Mais se deliberou que se nomeassem sete cidadãos para uma comissão encarregada de solicitar de pessoas que acharem mais capazes e generosas, um donativo para se erigir um arco em local conveniente para a entrada do príncipe." – *Idem*

E de seguida as actas referem o inevitável Te Deum, agora sem protestos, que devia ser devidamente comunicado a Sua Alteza, a fim de que este, na sua entrada, se pudesse dirigir ao templo da Sé para assistir àquela acção de graças. Apesar da falta de verbas, a preocupação levou a Câmara a distribuir duas dúzias de foguetes aos cabos de polícia para estes os lançarem ao ar de espaço a espaço, (*entre a Macada e Ferreiros*) de maneira a que por este sinal se fizesse saber à cidade a chegada de Sua Alteza.

A reorganização das finanças foi posta em marcha. A feira franca do Espírito Santo, criada em 1826, foi suprimida. De acordo com o *Livro de Actas de 1834-37,* a experiência criara o convencimento de que, longe de trazer proveito e oferecer ao mercado os géneros que não abundavam na cidade, a feira só servia para retirar da circulação o dinheiro que tanta falta fazia para os negócios do resto do ano,

assim condenados à paralisação. A decisão final da Câmara seria tomada na reunião de 13 de Maio de 1836.

> "Pondo o Presidente a *escrutinu-o* (*coisas do secretário Manso*…) a informação que se devia dar, foi vencido pelo dito escrutínio, que se informasse o seguinte: Procedendo esta Câmara na conformidade da Portaria de 26 de Março de 1836 às diligências ali ordenadas sobre a feira do Espírito Santo nesta cidade, colheu a unanimidade que consta do documento. Tal feira é danosa aos interesses gerais desta cidade."

Logo a seguir foi adoptada uma medida que embora perigosa, não provocou reacções conhecidas.

> "Mais se acordou que se mandasse deitar bando na cidade e nas freguesias do concelho, anunciar-se por editais que esta Câmara acordou que pagaria de condenação 4 mil reis todo o rendeiro que recolha pipas de vinho e não as der ao Manifesto e que metade deste tributo seja para o denunciante e metade para as despesas do concelho."

E com a carne passou-se algo de semelhante. Os marchantes que matassem bois ou vitelas sem as dar ao repeso e que não pagassem os competentes direitos, seriam multados em 6 mil reis da primeira vez e 12 mil da segunda. E tal como acontecia com o vinho, também uma parte da multa revertia para o denunciante. Era uma das poucas maneiras de tornar eficaz a fiscalização. A dificuldade de cobrança manifestava-se sobretudo quando os marchantes compravam a carne fora do concelho. Para obviar a isso, ficou decidido que, se o fizessem, a dita carne seria *tomada por perdida*. E a nova realidade teve influência sobre os consumos. Embora no vinho não tivesse havido alterações, o imposto sobre a carne determinou uma mudança nos hábitos alimentares.

Os impostos também se estenderam às carnes de suíno. Diz-nos a Câmara na sua acta de 21 de Dezembro de 1836:

> "Se acordou que desde o dia 24 do corrente mês de Dezembro em diante ficam suspensos todos os indivíduos desta cidade e de fora dela de venderem carnes de porco nesta cidade sem que primeiro façam o peso dos porcos inteiros em casa do rendeiro daquela renda, pagando-lhe primeiro os direitos competentes. Mais se deliberou que se algum indivíduo transgredir ao exposto e aparecer pelas ruas desta cidade vendendo as mencionadas carnes sem bilhete do *rendeiro* por onde mostre ter pesado o porco por inteiro e pago os competentes direitos na forma indicada, ser-lhe-á apresada e vendida, sendo o seu produto para as despesas do concelho e metade para o tomador."

Esta lei lembra-nos como se fazia a recolha das receitas dos impostos. A fim de tornar mais prática a operação e evitar a admissão de novos funcionários que criariam despesa fixa no futuro, a Câmara entregava o direito de cobrança a um arrematante. Este garantia o seu estatuto em hasta pública e pagava à edilidade a quantia acordada numa ou em mais prestações.

O lançamento de novos impostos era sempre um perigo. *João Baptista Vieira Gomes* retrata-nos uma situação a que Braga nunca assistira. A cidade, embora timidamente, entrava nos tempos modernos…

> "Tem feito alguma sensação na cidade a pública afixação de um edital de letras gordas, declarando-se a necessidade de lançar um tributo de 10 por 100 a tudo." (…) "Tem aparecido alguns pasquins afixados pelas ruas e em abundância, exarando da forma seguinte: Bracarenses, alerta, unamo-nos ao Porto, opondo-nos ao tributo escandaloso."

E foi em 10 de Julho de 1838, em dia de feira, que tudo pareceu ficar fora de controlo.

> "A autoridade administrativa ao primeiro impulso se mostrou ao povo e com persuasões tentou sossegar o movimento popular; porém, o grito único do povo era abaixo a finta e por entre o zunido de morra a finta, se apelidava e ameaçava de morte aos autores do mesmo tributo. Não se agoirava bem deste acto e houve alguém que se animou a levantar a voz, prometendo remédio e neste ínterim se convidou um pequeno destacamento do nº 18 que estava no quartel do Sardoal, cujo se reuniu em frente do Paço, como em defesa mais pessoal, que com espírito pacificador.
>
> Apenas esta vista se decifrou, nem por isso os clamorosos gritos do povo cessaram e pareceu que o Administrador, confiado no apoio do destacamento e julgando-se seguro, propôs ao povo o remédio que lhe parecia óbvio, prometendo implorar do governo o alívio requerido, porém nem a força à vista nem as promessas sossegaram o clamor. Nem Manso, nem Montalverne (*São duas personagens setembristas importantes…*) nem alguns outros oficiosos se atreveram a contestar a imploração, de sorte que se pôde perceber que o Comandante do Destacamento ordenara carregar armas, se aumentaram os gritos e se vozes de morra, preludiando-se com ameaças de pancada contra quem se opusesse; separados neste momento os ociosos e deixando-se já das persuasões, se envolveram estes entre a tropa e outros se recolheram ao Paço e ficou o motim clamoroso entregue ali, pouco a pouco se foi diminuindo até ficar nulo." (…) "Era já crescido o dia, agourando-se alguma quietação, porém não foi assim, cresceu ânimo em os tumultuários, pois se aumentou o número dos ofendidos, quais os oficiais de ofícios, bem como os povos de S. Jerónimo, que todos são artistas de ferragem e já com propósitos de operarem se apresentaram

> armados com as armas, que a sorte e indústria lhes proporcionou: chuços, carreteiras e outros deste jaez engrossaram o grupo principal da Galeria (*actual Largo do Paço*), ramificando-se este em outros pequenos pelas ruas próximas.
>
> Estes movimentos ocasionaram alguma sensação e porque nada sossegasse o povo, senão a absolvição do tributo, divulga-se no sentimento da Galeria, que pelas três horas da tarde se ia publicar um bando para se suspender o pagamento da finta. Foi esta voz imediatamente sugerida pelo povo e que a Câmara o publicasse e já as vozes eram outras: Câmara, Câmara. Momentaneamente se reuniu a Câmara e sem mais algum prelúdio se moveu o grupo em volta do presidente camarário e depois de arengar um auto se incorporou a Câmara em procissão debaixo do seu estandarte, alternadamente, porque era pesado e incómodo na condução."

E pelos vistos o povo não se compadeceu com o esforço dos seus dirigentes, comentando:

> "Assim como lhe custa a acarretar o estandarte, também nos custa sofrer o tributo que vossemecês lançaram."

E lá foi publicado o bando, no meio de uma concórdia que há pouco parecia impossível.

> "A cena se tornou repentinamente de medonha e terrível em risonha e agradável; *as portas dos moradores da cidade central, de fechadas se franquearam de par em par*, o sossego se tornou a restituir e já ao tempo em que se recolheu o Bando, nem sombra havia do que tinha sido."

Reparemos nesta atitude tipicamente bracarense de *não envolvimento*. Protejamo-nos, escondamo-nos, passemos despercebidos, fechemos as portas! Talvez assim possamos escapar incólumes às ameaças do tempo... É esta atitude de prudência, sensatez, pacificação e calma que prenunciam a futura aceitação dos diferentes regimes políticos que atravessaram Braga.

ENTRE 1836 E O CABRALISMO

Os pouco mais de 10 anos que medeiam entre a implantação do liberalismo e os acontecimentos da Maria da Fonte e da Patuleia estiveram cheios de conflitos e confusões. A morte de D. Pedro, em Setembro de 1834, dividiu as forças liberais entre radicais e moderados. Os conflitos políticos, sociais e económicos sucediam-se, em

grande parte potenciados pela famosa lei de António José de Aguiar que extinguiu as ordens religiosas masculinas e determinou a venda dos seus bens. O descontentamento grassava, o preço do pão subia, os vencimentos dos funcionários públicos atrasavam-se, tal como as pensões às viúvas e aos reformados. E sobretudo iniciava-se um tímido movimento de privatização dos baldios. Não sendo muitas, as referências a este mal-estar estão presentes na acta camarária de *26 de Agosto de 1836* e num ofício desse mesmo dia dirigido ao Juiz de Direito:

> "A Câmara Municipal roga a V. Ex.ª queira dignar-se acusar a recepção de um ofício que esta municipalidade lhe enviou em 19 do corrente a fim de Vossa Senhoria, opondo-se ao acto de medição que por mandado desta municipalidade fora fazer o seu secretário e guardas ao montado da freguesia (*S. Mamede d' Este*) e de outro facto não menos atentatório que João Rebelo e António Pinto, ambos da mesma freguesia cometeram em andar a solicitar assinaturas do povo para fazerem malograr os segundos actos que esta Câmara tinha a mandar fazer à referida freguesia acerca de mais medições e arbitramento de foro no montado e como até ao presente se não tem incitado a marcha da sindicância exigida por esta Câmara tão necessária quanto é certa a ingerência que aquele povo quer ter bulhosa e tumultuariamente contra os actos que são da atribuição desta municipalidade." *(Livro de Actas de 1834-37)*

O descontentamento multiplicava-se e a rainha dissolveu o Parlamento. Convocou novas eleições, onde, apesar de derrotadas, as forças radicais conseguiram eleger alguns deputados, sobretudo no Porto. Recebidos entusiasticamente quando chegaram a Lisboa, a sua presença precipitou os acontecimentos que conduziriam à reposição da Constituição de 1822, até que uma nova lei fundamental fosse elaborada. Estava a acontecer a Revolução de Setembro de 1836.

A nova ordem foi reconhecida pela Rainha e os funcionários públicos foram obrigados a jurar o texto constitucional que tinha saído das Cortes resultantes da revolução liberal de 1820. Disso nos fala a acta das reuniões camarárias de *15 de Setembro de 1836*:

> "Se acordou, em consequência da participação de Sua Excelência o Conde de Lumiares, ministro da Guerra e presidente do Conselho, comunicada a todas as autoridades pelo Boletim Telegráfico em 11 do corrente, deliberou em sessão extraordinária que se procedesse a Bando, em satisfação aos votos e desejos dos povos do concelho que ela representa, a fim de fazer público o regozijo geral da Nação em Sua Majestade a Rainha Fidelíssima haver resolvido que se adoptasse a Constituição de 1822 com

> as modificações que fizerem as Cortes; acordando outro sim a mesma Câmara que se oficiasse a todas as autoridades da cidade para que concorressem com os seus oficiais subalternos a solenizar tão plausível acto no dia da manhã 16 do corrente às duas horas da tarde reunindo-se no Paço do Concelho, prevenindo-se as mesmas para que no dito dia à quatro horas da tarde assistirem ao Te Deum de graças na Sé Primacial, por tão satisfatória resolução da mesma Augusta Senhora." *(Livro de Actas de 1834-37)*

Note-se como a regularização da situação setembrista dentro da cidade de Braga deve ter sido difícil de estabelecer. Entre a comunicação telegráfica do conde de Lumiares do dia 11 de Setembro e a adesão bracarense à situação setembrista passaram 4 longos dias. Foram tempos de reflexão, momentos em que se esperou para ver em que paravam as circunstâncias.

E no dia 24 de Setembro foi necessária uma nova ordem para que os empregados da Câmara que não prestaram juramento no dia 16, o fizessem finalmente na sessão seguinte.

As constantes trocas e baldrocas exigiriam novos e constantes autos de aclamação. *A Revolta dos Marechais,* acontecida em Julho de 1837 é um daqueles momentos, contado passo a passo pelo cronista de serviço*, João Baptista Vieira Gomes*, nas suas *Memórias de Braga*:

> "Pôs-se em efervescência a cidade (…) e tornou-se assustador o fim do dia 11 de Julho. Pela tarde se fez o pagamento à tropa com abundância e se recolheram em os quartéis os corpos (…) de 9 e Rainha, conservando-se em armas até à noite e divulgando-se uma polícia assustadora. Em consequência deste movimento se congregaram as autoridades no Paço e em Junta resolveram que alguma força se dispusesse a sair ao encontro de outra de Caçadores 4 (*aquartelado na Barca*), para como exploradora se poder obrar discretamente com estes dados e com a positiva notícia da chegada de força chamorra. Se pôs em marcha uma força de 9 homens que saiu arrogante. Não ignoravam o fim a que se dirigiam nem tão pouco as tenções dos que vinham e quando se avistaram as forças no lugar de Cabanas, em poucos momentos se comunicaram sem desgosto, uns e outros se puseram em marcha para esta cidade. Apenas apontou em a cidade a força chamorra (*cartista*) e dela se espalhou a nova, se aproximou o Barão de Almargem (*militar setembrista*) aos quartéis e em frente da tropa arengou, persuadindo-os à oposição; mas conseguia um sim friamente e como só em o campo, tomou o partido de seguir a estrada do Porto. Os comandantes Passos e Brito se tinham reclusado nos seus quartéis como indiferentes; a polícia se viu só na cidade, ameaçando geralmente os que transitavam e sem atenção, perturbavam o sossego e tranquilidade dos habitantes; *de sorte que muitos se aquartelaram em casas alheias para evitar os insultos*. Desde que a noite tomou posse da cidade e a força

> chamorra pisava o solo bracarense se desenvolveu a força do Batalhão da Rainha e em patrulhas rondavam pela cidade e o Batalhão de Caçadores 4 entrou pelas 10 horas da noite, entoando alegres e clamorosos vivas à Carta de 26 ao som de música instrumental. (…) Tanto estava traçada a cena que imediatamente se avisou para Montariol a chamar o antigo secretário do Governo Civil (*Trata-se do cartista Francisco Manuel Costa, futuro conselheiro e deputado*) que momentaneamente concorreu no Paço onde achou a casa isenta daqueles magistrados que há poucas horas se tinham orçado e bravejado."

Quando havia alguma alteração política, o quadro em que se moviam os habitantes civis da cidade, era sempre o mesmo. Havia que esperar para ver em que é que as coisas davam e em caso de maiores dúvidas até seria conveniente que *as pessoas se aquartelassem em casas alheias*. Só depois, quando tudo estivesse mais definido, é que poderiam abandonar o recolhimento a que se tinham votado e apareciam a confraternizar com os vencedores. Era a atitude mais prudente…

Nesta revolta, como se vê, o antigo secretário do governo civil, Francisco Manuel Costa, viu-se abandonado pelos seus pares, que só mais tarde reapareceriam. O medo tolhera-os, à boa maneira bracarense. Mas uma coisa os revoltosos não esqueceram. Havia que tomar conta do dinheiro existente no cofre. A operação seria tentada pelas forças militares. Fazendo justiça à sua imagem de pessoa intrépida, a resistência ao roubo do dinheiro teria um protagonista já nosso conhecido: o secretário da Câmara, o setembrista Manuel Joaquim Manso.

> "Apenas concluiu o Batalhão 4 a sua expedição bem concluída, se comunicou instantaneamente à Torre da Sé para que os sinos solenizassem o regozijo, o que se observou singularmente sem haver mais algum outro toque, porque no fim da tarde anterior se tinham laçado uma mordaça para não falarem e ficou em consequência disso aturdida a cidade com o extraordinário e repentino acontecimento da extravagante cantilena dos sinos da Sé e do estrondo de alguns foguetes muito podres e de ínfima condição. Pela mesma ocasião se efectuou a apreensão de quanto dinheiro havia no Tesouro Público e que segundo se apregoa monta em contos e foi-se. Como tivesse o Tesoureiro na tarde deste dia aprontado algum dinheiro para contabilidade e pela reacção diligenciasse o Manso o projecto de segurar o dinheiro, deu os passos convenientes e conseguiu praticar e tratar dos meios de pôpr em segurança aquela contabilidade. Não foi tão subtil esta diligência Mansa que não fosse denunciada nos quartéis à tropa agressora e com a velocidade de raio, caem na tal Tesouraria um sargento com alguns soldados imprevistamente e na confusão da apreensão de

> dinheiros, quem furtou, furtou, quem não furtou, furtasse. (…) Inteirada a força de que o Manso promovera o resguardo do dinheiro, saltaram-lhe em casa violentamente, nas não alcançaram pessoa alguma e se satisfizeram em escaninhar todos os cantos e se retiraram com a *promessa de vida eterna*. (…) Entre toda esta confusão se passou a noite de 11 de Julho, mantendo-se os habitantes pacíficos e com timidez submissos; e somente ardia o fogo entre os sistemáticos chamorros e mijados."

Reparemos nos badalos, meio de comunicação privilegiado nesta época e que os setembristas tentaram bloquear. Repare-se também na expressão *promessa de vida eterna*, muito usada pelo Dr. Chasco. Era um mundo de felicidade, que pelos vistos esperava a família do Manso…

Nesse mesmo dia à tarde, as autoridades foram mudadas.

> "Pelas 4 horas da tarde do mesmo dia 11 se congregou a Câmara e em consequência da ordem do Governador ou Administrador Civil interino, celebraram o auto da governança chamorra, cuja sessão se dilatou até ao anoitecer e terminou com a aclamação da Carta de 1826, entoando-se a ela uma vozearia camarária de vivas à Religião Católica Apostólica Romana, à Carta Constitucional e Rainha acompanhados de alguns foguetes."

Os setembristas fugiram para o Porto, e a tropa revoltada não teve coragem de os perseguir, receosa do possível contra ataque dos militares setembristas estacionados no Porto.

> "Durou pouco a oposição e quando nocturnamente se viram transitar algumas figuras da comédia para esta cidade, agoirando receio de tomar sobre os seus passos a tropa, em consequência da ofensiva que tomou o partido do Porto (*setembrista*).

A resistência dos militares do Porto ao golpe determinou o fim da Revolta dos Marechais em Braga e a retirada de todos.

> "Na verdade viu esta cidade em retirada a tropa que ufana tinha partido e sem descanso puseram todos os meios possíveis de retirada. A esta cena se intimidou o tom da cidade, melancolizando-se os semblantes dos moradores, sem que contudo se tinha suspeita do perigo geral. Os empregados Procurador/Bartolomeu Amaral e o diligente governador/Francisco Manuel Costa se puseram em perigosa fugida da cidade e de suas casas com rapidez: a estes se seguiram alguns apaixonados e subalternos."

Também os militares fugiram.

> "Se puseram a andar para além do Cávado, não com medo mas com alguma diligência por se anunciar que alguma força do Porto fora disposta para sufocar o partido chamorro rebelado." (…) "Durou esta cena até às 9 horas e então se divulga a aproximação da força mijada, fazendo-se visível o grande Manso." (…) "Aumentou o susto e se comoveu a cidade, reclusando-se seus habitantes em suas casas e só divagando pessoas ou indiferentes ou totalmente alheias ao comprometimento."

A derrota implicou o retorno das autoridades anteriores, as setembristas, e o inevitável auto de aclamação, naturalmente acompanhado de juramento.

> "Se acordou se proceda a um aumento de ratificação de juramento à Constituição de 1822 com as modificações que as Cortes Gerais e constituintes da Nação Portuguesa houverem de fazer e bem assim ao convite das pessoas e autoridades designadas no ofício da Administração Geral de 17 do corrente, isto pelas cinco horas da tarde do dia 19 do corrente, cujo ofício é do teor seguinte. "Ilustríssimos senhores: havendo-se os facciosos da abolida Carta intrusado neste distrito por alguns dias, ordenando às autoridades administrativas que procedessem à aclamação daquela Carta. Tendo-se verificado esta rebelde aclamação por algumas câmaras em despeito dos seus mais sagrados deveres e menoscabo do juramento que espontaneamente prestaram, cumpre pois a vossas senhorias sem perda de tempo, cassar todas as ordens que houvessem expedido contra as denominadas autoridades legitimamente constituídas, *trancar* o auto rebelde procedendo a outro de aclamação que será feito com toda a solenidade, convidando para isso todas as autoridades, empregados públicos e pessoas conspícuas desse município, remetendo em seguimento a esta Administração Geral, cópias do trancamento e do novo acto de aclamação, caso se tenha dado." (*Livro de Actas de 1837-39, em 18 de Setembro de 1837*)

Reparemos no *trancamento* da acta indesejada. Era prática habitual que o conteúdo destas actas de transição pura e simplesmente se esfumasse, cobertas com uma tinta que as tornava ilegíveis. Os bracarenses talvez imaginassem que era possível alterar a história, reescrevendo-a, ou pelo menos omitindo alguma parte considerada menos conveniente…

Esta intrusão cartista iria reflectir-se, depois da derrota, numa nova distribuição dos empregos públicos. António Joaquim da Silva Braga Manso, irmão do nosso conhecido secretário da Câmara, seria nomeado interinamente para a secretaria da Administração do Concelho, enquanto o anterior funcionário não justificava os serviços que prestara aos revoltosos.

O regresso à situação *mijada,* isto é, setembrista*,* impôs um novo auto de aclamação. Estes autos assemelhavam-se a uma espécie de acto confessional em tempo de quaresma. Feita a confissão, a alma ficava novamente pura e *preparada para novos pecados*. E tal como acontecia nos actos religiosos, os pecadores aperaltavam-se com os melhores adereços que possuíam:

> "Em seguida se oferecia para esta tarde a renovação do auto solene da Câmara em prol da Constituição de 1822 sem a qual se julgavam comprometidos todos os empregados se a ele não concorressem, pelo que já ao meio dia, se viram muitos, armados de espadas e adagas e outros com grande gala para o instante desejado, o que se fez às 4 horas."

A vida dos funcionários era um verdadeiro desassossego.

> "Não quiseram retirar-se da cidade na invasão chamorra os escrivães Ferreira e súcia, conservando-se escondidos em suas casas e para voltar agora à sua atmosfera, fizeram-se vistos novamente."

No Tribunal judiciário este escrivão acabaria julgado e suspenso do emprego…

> "…em desagravo da acção tremenda e horrorosa que cometeu". (*João Baptista Vieira Gomes, Memórias de Braga, Volume 5*)

As quezílias entre cartistas e setembristas, popularmente conhecidos, respectivamente, por *chamorros* e *mijados*, teriam um novo episódio no final do ano de 1838. A rainha demitiu a vereação, provavelmente devido a protestos de alguns cidadãos setembristas, como Manuel Joaquim da Silva Braga Manso. Acusavam as autoridades da *omissão dos seus nomes no recenseamento eleitoral* que conduzira, no início de 1837, à vitória do cartista Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida. As constantes alterações políticas *desactualizavam* um recenseamento que se fazia anualmente e que estava *preparado* para dar a vitória de quem o elaborava. Apenas já em plena situação *mijada* é que um protesto desta natureza, feito por cidadãos setembristas, teria pernas para andar. Na reunião de *10 de Dezembro de 1838* a nova Câmara deliberou:

> "Que se remetessem as actas pertencentes à eleição ultimamente feita para Senadores e Deputados às próximas Cortes, ao Administrador Geral, para de lá serem remetidas ao governo: mais se deliberou que não

> se achando no Arquivo as relações dos votantes que deviam acompanhar as respectivas actas, assim como as segundas vias dos votados em cada uma das assembleias em que se dividiu este e os mais círculos que formaram o círculo eleitoral, se oficiasse ao ex-presidente da Câmara Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida para dizer a esta Câmara onde param os supraditos documentos." *(Livro de Actas de 1837-39)*

Não pararam aqui as tricas entre o Administrador Geral (*nome atribuído no Código Administrativo de 1836 ao cargo depois chamado Governador Civil*) e a Câmara Municipal. Em 9 de Janeiro de 1839 o Administrador Geral Interino, figura setembrista, ordenou que a Câmara de então, de maioria cartista, entregasse o governo do Município ao presidente e substitutos que a precederam. Mas em 15 de Fevereiro de 1839 a situação mantinha-se. O Administrador do Concelho comunicou à Câmara que o seu superior, o Administrador Geral interino, lhe ordenara que, constando-lhe que esta Câmara continuava ilegalmente no governo do município, a intimasse para que no prazo de seis horas entregasse o mesmo governo *à Câmara que a precedeu*, sob pena de autuamento por desobediência. E o município encarregou o seu presidente de responder às autoridades que esta Câmara fora legalmente constituída, pois tinha a maioria nos círculos não anulados, estando aquela questão dependente de resolução régia porque estava afecta há mais de um mês ao governo de Sua Majestade. E concluiu a acta:

> "Enquanto esta Câmara somente se emprega com todo o zelo em promover o bem do município, o Administrador Geral teima acintosamente numa transição do governo do município que não passa de ilusória porque ainda que venha a ter lugar a entrega do governo do mesmo município à Câmara antecedente, esta é composta de quase todos os vereadores actuais." *Livro de Actas da Câmara Municipal de 1837-39*

O desencontro entre estas duas entidades quase as levava a cenas de violência. Na acta de 19 de Fevereiro de 1839 a Câmara protestou. Disse que numa reunião havida dois dias antes, quando o presidente ditava um protesto da mesma Câmara contra o abuso de poder, protesto que abrangia o próprio Administrador do Concelho por cumprir uma ordem não escrita, mas bocal, e "para maior insulto a esta Câmara, naquele acto o mesmo Administrador (*Geral*) interino, acompanhado de seus empregados e mais homens desconhecidos e devendo conservar-se mudo espectador, principiou a altercar com ele presidente." (*Livro de Actas de 1837-39*)

Mais curiosa ainda é que esta reunião do dia 19 aconteceu na casa do próprio presidente, segundo ele não por temer quaisquer novos insultos, mas só e unicamente para evitar transtorno na ordem pública. Parecia que as reuniões camarárias se estavam a tornar *clandestinas*... É também muito curioso que esta reunião tenha sido secretariada pelo vereador mais novo, Manuel António Ferreira Lanhoso, por ausência do secretário habitual, o setembrista Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, devido a desobediência deste. A regularização deste imbróglio só ocorreria já no mês de Maio. Até lá, a direcção da Câmara ficaria nas mãos de personalidades pertencentes à vereação de 1838. O Administrador Geral interino, Rodrigo de Freitas Sampaio Guimarães Coelho, ganhara momentaneamente a partida...

A situação setembrista moderada, materializara-se aparentemente em Lisboa na Constituição de 1838. Mas foi uma consolidação muito frágil. Não se aguentou muito mais tempo. Criada para harmonizar as duas sensibilidades presentes no mundo liberal desde a morte de D. Pedro, a Constituição de 1838 nunca as conseguiu verdadeiramente esbater. E a reorganização das consciências e dos interesses não parou. Os irmãos Cabral, que inicialmente eram setembristas radicais e que durante a Maria da Fonte seriam conhecidos como os *cabrões*, deram novo alento ao cartismo. Finalmente, em 27 Janeiro de 1842, um movimento chefiado pelo irmão António proclamou a Carta Constitucional no Porto. Principiava uma nova época que faria resvalar o país para a guerra civil.

Em Braga, naqueles tempos complicados de luta com os setembristas, o partido cartista permaneceu a força dominante. Quer isto dizer que depois de reimplantada a Carta em Lisboa, não houve alterações. A Câmara a continuava como sempre a fazer a gestão dos seus assuntos, nada ensombrada pelas nuvens agora favoráveis, trazidas pelos ventos de Lisboa. Mas estava próximo o tempo em que o norte iria produzir a sua própria borrasca. E que borrasca...

DESDE O CABRALISMO À MARIA DA FONTE

Como vimos, a vitória cartista resultou da entrada em cena de um antigo setembrista radical, António Bernardo da Costa Cabral. Foi uma mudança que chegou a Braga pelo correio.

> "Com um esclarecido e decifrado conhecimento que tinha sido patente pelo *próprio* chegado, e já sabido pelo general, se pôs este em marcha

> para a secretaria militar, para onde fez ajuntar o coronel e demais autoridades e aí conciliando-se os meios adoptados, se dissolveu o conselho para cumprirem as ordens da regência que se tinha inaugurado no Porto. O coronel convocou a oficialidade e do aranzel colheu o seguimento do sistema proclamado, à excepção de 11, entre comandantes e subalternos que professavam ser setembristas; cujos por não anuírem foram considerados desligados e considerados imediatamente aptos para marcharem para algum ponto para onde escolhessem, determinando-se-lhes prazo de tempo para assim o fazer, dentro do qual se lhes entregaria uma guia."

Repare-se que, anormalmente para estes tempos conturbados, esta transferência de poder se fez de forma muito cordata. Até foi passada uma guia de marcha para os 11 militares não aderentes.

> "No dia 29 de manhã se pôs o Batalhão 8 em uniforme de grande gala e apto para cortejo e seguros os participantes, esperou no Campo da Vinha a pessoa do general e tanto que os heróis militares souberam que no Paço do Concelho estava reunido o corpo municipal e demais adeptos, marchou ao Campo de Touros e se postou em frente do palácio. Seriam 11 horas de dia e tendo-se convidado o eleito arcebispo e seus subalternos (…) se fez visto à janela o general e eleito arcebispo e entre eles a bandeira da Câmara, a cuja aparição se pôs o corpo militar em auto de cortejo, marchando em frente até aonde ao som da voz Alto fez a continência e com armas em descanso se entoaram pelo general os vivas à Rainha e à carta Constitucional a que corresponderam os presentes espectadores – soldados e não mais que alguns estudantes que tinham saído das aulas e um número limitado de alguns artistas. (…) Os sinos regozijaram o festim e o som se encontrou com o de uma salva de 21 foguetes que se despendeu pela Câmara."

Como se vê, o aparato foi enorme. Até o Arcebispo e a sua gente deu colorido à festa. E o Dr. Chasco, autor das linhas anteriores e das que se seguem, concluiu dando vazão à sua costela miguelista:

> "Tudo ficou em sossego e a marcha da vida seguiu. O povo, que em suas casas estava, esteve e ficou a tudo indiferente. À noite houve iluminação voluntária da parte dos empregados, condescendência da parte dos tímidos e repúdio da parte do povo." (*João Batista Vieira Gomes, Memórias de Braga, Volume 5*).

A oficialização da vitória de Costa Cabral começou por um auto de aclamação, exigido pelo Administrador Geral do Distrito de Braga, funcionário que por sua vez declarou estar a cumprir ordens do general comandante da 4ª Divisão Militar. O poder político estava subordinado ao militar. O general comunicou às outras autoridades a

sua adesão, com as forças do seu comando, ao movimento que acabara de ter lugar na cidade do Porto em favor da Carta Constitucional de 1826. Esta tornou-se a lei fundamental da monarquia e foram expedidas as ordens para a necessária aclamação, Disse-se:

> "Em vista do que se torna necessário que V. Excelências reúnam no referido dia 29 (*Janeiro*) às doze horas do dia, procedendo ao competente auto de aclamação, do qual me enviarão cópia para os fins convenientes; sendo também conveniente que por V. Ex.ª sejam consideradas todas as autoridades civis e eclesiásticas para o indicado fim" (*Livro de Actas de 1841-42*).

Era assim que acontecia nos países economicamente atrasados, com as alterações políticas a resultarem das opções das chefias militares. E lá estava o auto de aclamação, uma ficção que convinha apontar como algo *unânime e espontaneamente* assinado… E como não podia deixar de ser, determinou-se mais, que se rendessem graças ao Altíssimo, convidando-se todos os habitantes a solenizarem, iluminando por três noites sucessivas os seus edifícios e praticando tudo o que fosse em harmonia a manifestar o justo regozijo. Para evitar quaisquer dúvidas, foram apresentados pormenorizadamente os passos do juramento. O presidente jurava perante os vereadores e estes perante o presidente. E depois seria a vez dos professores de ensino público e empregados dependentes da mesma Câmara. O funcionalismo seguia *espontaneamente* a voz dos seus chefes.

> "Que a fórmula do juramento será a que se segue: Reitero (ou juro se ainda não tiver jurado) o juramento de cumprir e fazer cumprir e guardar a Carta Constitucional decretada pelo Sr. D. Pedro IV em 29 de Abril de 1826, para os reinos de Portugal e Algarves e seus domínios." (*Livro de Actas da Câmara* de *1841-42*)

Principiou então na Câmara uma época de gestão dos assuntos correntes. Para poder apresentar um orçamento equilibrado, foi decidido, de acordo com o *Livro de Actas da Câmara de 1841-42,* em *27 de Janeiro de 1842 e* à semelhança do que acontecera no ano anterior, manter a colecta sobre a carne e o vinho, tendo em contemplação a quantia de 200 mil reis para amortizar a dívida que existia. Algumas das decisões tomadas nesta altura são surpreendentes e demonstram o predomínio da economia rural dominante na região. Em 1 de Abril de 1842 lê-se no mesmo *Livro de Actas*:

> "Deliberou-se mais que marcando o Código de Posturas em o fim do semestre de cada ano a apresentação a quem compete o número de cabeças de pássaros daninhos e estando chegado o prazo de passarem ordens para os regedores das freguesias da Sé, S. João, S. Lázaro, S. Vítor, S. Tiago, S. Pedro de Maximinos a fim de fazerem com que os lavradores que têm eira e deram em rol, venham trazer as cabeças no dia seis do corrente mês, para se lhe adjudicar a multa, imposta no mesmo Código."

E em 20 de Abril foi a vez das freguesias de Celeirós, Aveleda, Vilaça, Vimieiro, Sequeira, Cabreiros, Arentim, Priscos, Oliveira e Tebosa saldarem as suas contas no que respeita a cabeças de pássaros daninhos. Prova provada de um mundo rural dominante, apenas nos finais do séc. XIX, em 1886, esta disposição deixou de fazer parte do Código de Posturas Municipais. Sobre este assunto, o Livro de Posturas de 1852 ainda dizia o seguinte:

> "Título VII – Da conservação dos arvoredos e guarda de prédios, searas, montes, caminhos e tomadas – § 9º: Todos os lavradores fazendeiros do concelho, serão obrigados a apresentar na casa da Câmara d' esta cidade, no primeiro trimestre de cada ano, doze cabeças de pardais, cada um, aos quais, verificada que seja a apresentação, se lhes passará um bilhete para apresentar ao respectivo regedor, incorrendo pelo acto de contravenção na multa de quinhentos reis."

Mas o curioso é que neste assunto ninguém confiava em ninguém. Em 14 de Setembro de 1850, o Governo Civil pediu a *inutilização* das cabeças dos pássaros, de modo que não pudessem servir para outros proprietários as cabeças anteriormente apresentadas. (*Livro da Correspondência recebida do Governo Civil, 1850-65)*.

Foi nesta altura que foi regularizada a situação do secretário da Câmara. O setembrista convicto, Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, deixou de ter lugar numa Câmara cartista. Vejamos:

> "Neste acto foi presente um ofício do Governo Civil – 1ª Repartição e Secção, número 59 em data de hoje (*28 de Abril de 1842*) que acompanhava o decreto do governo expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em data de 22 do corrente e relativo à demissão do Secretário desta municipalidade, Manuel Joaquim da Silva Braga Manso, cujo estando presente se mandou sair para esta Câmara com mais liberdade poder deliberar e com efeito tendo em vista o sentido dominante do mesmo decreto, bem como as terminantes ordens transmitidas pelo Governo Civil no supracitado ofício, resolveu-se que se desse a saber ao mesmo Secretário a sua demissão".

Em Outubro desse ano, deu-se mais um passo na regularização da situação provocada pelas disputas políticas, neste caso entre os liberais e absolutistas. Pedindo para ser reintegrado, o guarda das águas viu a sua pretensão indeferida. O suplicante foi acusado de ter abandonado o emprego em 1834 por ocasião da aclamação de Sua Majestade a rainha e da Carta Constitucional que a sustentava. Terá levado consigo as chaves do Paço do Concelho que foi forçoso arrombar, em consequência do que, por ser muito afecto ao governo do usurpador (*D. Miguel*), a Câmara o demitiu – Conforme o *Livro de Actas de 1841-42, 13 de Outubro de 1842*.

A vontade de engrandecimento em que o poder local se empenhava, colidia por vezes com os desejos de contenção de despesas manifestados pelo poder central.

> "Constando que se pretende dissolver os corpos de segurança das terras que forem quartel permanente de algum corpo de primeira linha e sendo o corpo de segurança deste distrito um dos que está naquelas circunstâncias, atendendo ao bom serviço que o mesmo há prestado, resolveu-se que em sentido idêntico ao dito bom serviço, se representasse para que o governo de Sua Majestade a conservação do dito corpo." (*Livro de Actas de 1841-42, 25 de Maio de 1842*).

As pretensões da cidade não seriam totalmente desatendidas. Mas se quisesse mais segurança, a Câmara teria de a pagar do seu bolso o arrendamento da casa dos guardas.

> "Leu-se um ofício do Governo Civil – 1ª Repartição – 2ª Secção, nº 143 com a data de 28 do corrente fazendo ver que em virtude da dissolução do Corpo de segurança desta cidade, Sua Ex.ª o Sr. Governador Civil conferenciando com o Ex.mo Sr. General desta província sobre a segurança dos habitantes, resolveram se estabelecesse uma Guarda Municipal em ponto central da cidade. (…) Mas como um tal fim se não pudesse executar sem despesa e que aquela Repartição não estava habilitada a fazê-la, nem mesmo o Ex.mo General; roga à Câmara como medida indispensável, tome sobre si a despesa da casa que se arrenda, secundando desta sorte os desejos das mais autoridades." (*Livro de Actas de 1841-42, 30 de Outubro de 1842*)

Como estava neste momento em vigor a prática de usar os presos em trabalhos de calcetaria, mediante o pagamento de um salário, a Câmara, nomeou um vereador responsável. Tratou-se de algo novo que confrontaria a edilidade com situações onde a sua falta de experiência não ajudava. Uma delas foi a fuga de um preso, com

suposta conivência do guarda responsável. Ficou resolvido que se remetesse tudo por cópia para o Ministério Público, a fim de se lhe formar a competente culpa e que ele se conservasse na prisão. (Conforme o *Livro de Actas de 1841-42 da Câmara*, em 4 de Fevereiro de 1842). Outro caso ocorreu em Novembro desse ano. Disso nos dá conta mesmo livro da Actas*,* em *12 de Novembro de 1842*, ao referir um ofício do aljubeiro que participava a existência de desordens entre os calcetas e a sua própria família, por causa do rancho. O principal animador da desordem teria sido um calceta chamado Gaspar de José. Foi até necessário chamar a guarda da tropa, e nem a ele os insubordinados queriam obedecer. Acabariam por recolher à prisão durante um mês.

> "O calceta João da Silva Loureiro e Manuel José de Alvelos, por apoiarem a desordem lhes foram descontados 40 reis em cada dia, a cada um por tempo de um mês."

Em 23 desse mês, o Livro da *Correspondência para a Administração Geral e Governo Civil – 1842-45,* diz-nos que em 10 de Março de 1843, terminou o castigo dos calcetas, que além de ser considerado já suficiente, teria resultado de alguma prepotência.

> "A parte que o aljubeiro deu em ofício (…) foi muito exagerada e menos exacta."

Já na vereação seguinte, a de António Vieira de Araújo, a Câmara pediu a extinção da calcetaria, alegando despesas avultadas com a iluminação.

> "Esta Câmara tem ainda a acrescentar (…) para efeito da pedida extinção, a ponderosa circunstância da despesa a que vai ser obrigada pelo estabelecimento reconhecidamente indispensável da Iluminação Pública, a qual, além das quantias necessárias para a factura e colocação dos candeeiros, importa uma despesa anual e certa para o seu custeamento; despesa certamente avultada, atendendo ao crescido número de candeeiros precisos para bem se iluminar a cidade."

No ano de 1842 parece ter havido algum desafogo nas contas camarárias. Feito o leilão das rendas, detectou-se que havia sobras de cerca de 4 contos. A Câmara decidiu então proceder a obras em várias estradas, *apenas beneficiando os expostos se, depois disso tudo, ainda houvesse algum saldo*. As estradas estavam naturalmente em primeiro lugar.

Em Julho foi a vez da moralização do trabalho dos veterinários, cuja actividade era frequentemente realizada por indivíduos sem habilitação. E para acabar com o caos na localização das habitações, de que se ressentia a cobrança da Décima, tomaram-se decisões.

> "Deliberou-se que se fizesse público por Bando, a arrematação que se fez da numeração dos portais das casas desta cidade, declarando aos habitantes que têm de pagar pelo número de cada portal 10 reis e os que viverem em casas de aluguer pagarão cobrando recibo para descontarem nos alugueis que pagam aos senhorios." (*Livro de Actas de 1841-42, 13 de Julho de 1842*).

Em 19 de Outubro o Administrador do Concelho relatou a existência de erros.

> "Resolveu-se que se dissesse que ao Administrador do Concelho que a numeração era feita em toda a cidade pelas praças e ruas, seguindo um número em cada propriedade, constantemente e que assim se pratica no Porto e em Lisboa e que nenhum inconveniente resulta para a Décima ou aboletamento" (Livro *de Actas de 1841-42, 19 de Outubro de 1842*).

A plantação de amoreiras também passou a estar na ordem do dia, de acordo com uma ordem transmitida pelo Ministério do Reino ao governador Civil. Projectava-se para o país a criação de uma indústria da seda, que acabaria por nunca arrancar.

Em Agosto de 1842 A Câmara decidiu mudar as chaves das fechaduras de todos os armários do Arquivo Municipal, na sequência de uma informação que obteve *com mais de quinze anos de atraso*. Vejamo-la:

> "Foi presente o cidadão António Gonçalves da Rua Nova desta cidade, o qual declarou que servindo de Tesoureiro desta Câmara do ano de 1826 e por ocasião do pagamento que se fazia aos expostos, deixou guardados em um dos armários do Arquivo da Câmara uma porção de dinheiro de maior quantia e quando voltou achou e encontrou de menos a quantia de 62.400 reis e como voltaria talvez a horas que o não esperavam, quando se aproximou do dito armário encontrou uma chave metida na fechadura o que deu motivo a não se servir da que trazia e a fazer o exame no seu dinheiro e examinando se ali alguém estava ou se via na dita sala do Arquivo, não viu ninguém e só sabe que as chaves estavam em poder dos guardas da Câmara e que o guarda Henrique José Fernandes foi o que lhe entregou a chave quando deixou o dinheiro guardado; que participara este acontecimento logo seguidamente, mas que nunca lhe constou houvesse provimento a este respeito" (*Livro de Actas de 1841-42, 3 de Agosto de 1842*).

ANTECEDENTES DA MARIA DA FONTE

Numa fase inicial, a situação cabralista parecia firme. Era o mundo dos negócios a ocupar o seu lugar. *Oliveira Martins* no seu *Portugal Contemporâneo* reconhece-o, quando diz:

> "Com a restauração da Carta não subia apenas ao poder um homem novo com a maior de todas as clientelas políticas do liberalismo português. (…) A aristocracia liberal, da gente que tinha conseguido enriquecer e subir, classe nova formada pela anarquia de 34-38, reclamava o império: era a força mais positiva que se levantara das ruínas da sociedade antiga e muitos dos homens velhos, ou saciados de liberalismo ou indiferentes a doutrinas, só desejosos de ordem, punham-se ao serviço dessa aristocracia nova, cujo representante, chefe e instrumento, Costa Cabral soubera tornar-se."

Em Braga, *João Batista Vieira Gomes* também descortinou a força que emergia:

> "São tais e tantos os agentes em os negócios ministeriais, como os mesmos negócios. Por isso que a Carta tem o seu apoio no Costa Cabral, é em seu abono que se diligenciam eleitores de paróquia para que estes nomeiem deputados que animem a Menina a fim de ser duradoura a quitanga cabralina. Para esta se verificar tem viajado para esta cidade alguns cógnitos e incógnitos para comunicação de princípios: para verificar-se o empenho, fez-se visto em o dia 10 de Maio (*1843*) o irmão do ministro Cabral e para induzir ao povo a crença e opinião fez uma saída ao Bom Jesus do Monte na companhia do Administrador Barão e para que esta vista inculcasse; um e outro publicaram a tenção e foi suficiente para que alguém concorresse em súcia e se manifestasse um estranho acompanhamento que atulhava alguns caminhos, por serem estreitos." (*Memórias de Braga, volume 5*).

Só o tempo se encarregaria de mostrar que Costa Cabral *ainda* não era o homem certo para a função que se exigia dele…

A facção cartista não era homogénea e as suas divergências não escapavam aos mais atentos. Em 1843, já *João Baptista Vieira Gomes* anotava o facto, afirmando:

> "São já divididos os sentimentos dos cartistas; e se apelidam cabralistas e da oposição; estes, na qualidade de cartistas puros e aqueles os que querem a Carta e um não sei que considerando pelo Costa Cabral; esta divergência tem ocasionado outra na escolha dos deputados; e tal tem sido a convivência que tem nascido harmonia entre os dissidentes cartistas e

> setembristas: esta liga é seguida e promovida aqui pelo Vieira e seus adeptos, (*Refere-se a António Vieira de Araújo, falado mais adiante pelas piores razões…*). (*Memórias de Braga, Volume 5*).

Que razões justificavam estas divisões entre os cartistas? Para além do autoritarismo de Costa Cabral, houve razões fiscais que potenciaram o descontentamento e as dúvidas. É que o governo, falho de receitas, viu-se na contingência de agravar fortemente os impostos. Nas suas *Memórias de Braga*, *Vieira Gomes* conta-nos um episódio significativamente perigoso, por envolver um militar:

> "Pôs-se em activo exercício o Tribunal da Contadoria e está aberto o Cofre da Décima. Teve lugar in princípio a freguesia de S. João de Souto e porque o quartel do regimento 8 se compreende no círculo da freguesia e pelas instruções decimais se não perdoam aos militares, têm estes de tributar alguma parte do seu soldo ao governo. Com prontidão avançou o analisar a verba da sua Décima e ao seu quesito respondeu o Contador que estava colectado em 30 mil reis. Com sereno semblante escutou e com a mesma gravidade mandou ao camarada que lhe fosse buscar ao quartel a espada. (…) Admirado ficou o Contador pelo descarte e muito mais pela demora em o coronel; e já sem ânimo se reputava perigoso e não pouco por saber que o coronel tinha o apelido de Trinta Diabos. Apressou-se o camarada e entregando a espada ao coronel, este a deu ao Contador acompanhada do palavreado – Que aquele traste/espada era o único traste de Sua Majestade porque os outros lhe tinham custado o seu dinheiro e assim que o quisesse receber e do seu importe se pagasse e lhe retornasse o excesso, se o houvesse. Animoso, o Recebedor lhe produzia razões coerentes, desviando de si o ódio e sobeja razão do coronel que em seguida lhe franqueia uma carteira e dela lhe faz ver bastantes notas de atraso no pagamento do seu soldo e em bastante soma o débito, em consequência do que propôs ele coronel que reconhecia aquela Repartição, na qual existia o deve e haver, assim como em outra qualquer e que numa convenção judiciosa oferecia em pagamento a sua dívida pela qual de boa vontade consentia que se pagasse Sua Majestade, admirando muito que um amo quisesse que pagasse décima do seu salário. Em honra se retirou o coronel e com a boca aberta ficou o Recebedor e lhe agradeceu o susto que mamou." (*Memórias de Braga, Volume 5*)

Desta vez, não seria um golpe militar o motor das alterações políticas. O grande objectivo de Costa Cabral, para além do enriquecimento material e espiritual, seu e da sua equipa, era a modernização do país. Eram precisas obras que transformassem e colocassem Portugal ao lado nas nações mais desenvolvidas. Para o cumprimento deste objectivo, faltava-lhe, contudo, o essencial, o dinheiro, o *caroço*, como lhe tinha chamado outrora Silva Carvalho, ministro da Fazenda

de D. Pedro IV. Cabral talvez tenha pensado em consegui-lo através do crédito. Mas isso era uma tarefa difícil, devido à conjugação de factores negativos. Por um lado havia as crises que afligiram a vida económica internacional e por outro existia a falta de confiança que a banca depositava no nosso país, sistematicamente atravessado por confusões políticas incapacitantes. É que sem sossego não há negócios que resistam e o crédito desaparece…

Costa Cabral resolveu então arranjá-lo onde imaginava que ele existia, isto é, no bolso dos contribuintes. Mas os sinais daquilo que estava para vir multiplicavam-se. Os boatos fervilhavam. Dizia-se que o governo projectava lançar mão da administração dos bens das Irmandades e das Confrarias e isso podia ser perigoso. Em Fevereiro de 1843, o Porto viveu horas de agitação com o comércio a encerrar as portas em resultado do protesto contra o imposto da décima industrial. Os habitantes de Braga desconfiavam da medida aparentemente inócua de pedir aos moradores uma declaração em que dissessem cada um a sua morada, nome de rua e número da casa, o seu nome, idade, ofício e os filhos que tinham e o emprego deles e as suas idades – (*João Baptista Vieira Gomes, Volume 5)*. Em 1844, o mesmo autor referiu desordens e guerrilha em Fafe, situação que obrigou ao envio de tropas.

> "Ocupa o entendimento das autoridades uma guerrilha incorporada à de Fafe e já se dá encontro entre ela e a força para ali destacada; e suposto não convir à autoridade falar verdade, contudo se evidencia teve lugar mortos e feridos e se acharem em Guimarães."

A agitação não sensibilizava os Cabrais. O desespero popular não os comovia. As leis lesivas dos interesses populares imediatos repetiam-se. Os Diários do Governo repisavam. Em 5 de Agosto de 1843, no seu número 182, o *Diário do Governo* vociferava:

> "Por espaço de 10 anos a contar do princípio do ano económico futuro, todos os portugueses do sexo masculino do continente do Reino, contribuirão para a abertura, melhoramento e conservação das estradas (…) com a quantia de 100 reis em casa três meses, sendo permitido a quaisquer dos contribuintes remir a dita quantia de 100 reis por um dia completo de trabalho prestado às obras das mesmas estradas."

No início de Dezembro de 1845, nos números 283 a 287, a folha oficial projectava a cobrança de impostos para um novo patamar. Dizia-se:

> "Artigo 24 – É obrigatório para cada Comissário de Saúde: 1 – Opor-

> se ao enterramento de cadáveres nas Igrejas, ou em qualquer lugar que não seja o Cemitério Público, reclamando quando preciso for, a intervenção da autoridade administrativa. (…) 3 – Arrecadar o preço dos bilhetes de enterramento e remeter mensalmente o seu produto ao Vice Provedor de Saúde. (…) Artigo 186 – Todo o indivíduo que transgredir as disposições deste decreto, concorrendo ou consentindo no enterramento de cadáver que não for acompanhado do competente bilhete de enterramento, ou ordem do magistrado, será punido com 3 meses de prisão." (…) "Artigo 226 – O bilhete de enterramento custará: (…) §2 – Nas outras cidades ou vilas que tiverem 3000 habitantes os mais - 600 reis. §3 – Em todas as cabeças de concelho – 240 reis. (…) §5 – Nas aldeias e freguesias rurais e quaisquer outras povoações – 100 reis. §6 – O custo do bilhete de enterramento dos menores de sete anos será metade da taxa respectiva. (…) §9 – Nas terras onde o Cemitério Público se não tiver estabelecido dentro do prazo que o governo marca, custará o bilhete de enterramento o triplo da taxa correspondente até que haja Cemitério e nele se façam os enterramentos."

Eram as chamadas Leis da Saúde, que para além de colidirem com a carteira dos contribuintes, punham também em causa crenças populares enraizadas, especialmente das mulheres, presas à ideia de que a salvação das almas só seria atingida se os corpos dos defuntos estivessem em comunhão espacial com Deus*, dentro* das Igrejas.

Para muitos, as esperanças começaram a residir na vinda de um messias, materializado na pessoa do príncipe proscrito. Camilo Castelo Branco concretizaria esse desejo em *A Brasileira de Prazins*, criando um falso D. Miguel em S. Gens de Calvos com o nome de Veríssimo Borges Camelo de Mesquita. Este episódio correspondeu efectivamente a um acontecimento real, relatado por *João Baptista Vieira Gomes* no *Volume 6* do seu manuscrito. Vejamo-lo:

> "Teve ocasião de se vangloriar ela (*a cadeia*), e o governo civil com a prisão do suposto D. Miguel: chegou ao Governo Civil a notícia denunciada que na freguesia de S. Gens aparecera um quidam que se inculcara D. Miguel, por cujo motivo fazia graças, exigia direitos e retomava sobre si os cuidados dos povos. Imediatamente é mandada aprontar uma força de tropa e mandada em diligência àquela freguesia na noite de 9 para 10 de Maio. Chegou a capturar em casa do Abade o tal homem, alcunhado D. Miguel, e com a presa se recolheu no dia 11 de manhã. Apenas apresentado ao Governador Civil foi ele inquirido sobre o seu porte e da frescura com que respondia se concluiu ser impostor o tal indivíduo. Entre muitas inquirições curiosas que satisfazia com energia mostrou que nunca incitou os povos à rebelião e posto que fazia graças recebia dinheiro e outros donativos que os povos lhe davam, era agência, e indústria para viver e quando lhe pediam a mão para a beijar, a franqueava prontamente, em cuja relação, nem mostrava vergonha, nem receio; pelo que foi remetido à cadeia."

No dizer de Camilo Castelo Branco, a corte de D. Miguel em S. Gens de Calvos nasceu na segunda-feira de Entrudo de 1845… Curiosamente, os dois autores diferiram no destino que reservaram ao seu protagonista. Embora ambos o apresentem isento de processo, Vieira Gomes envia-o para Lisboa e Camilo localiza-o a desfrutar de um emprego público, titular de uma fiscalização rendosa dos tabacos e sabão em Trás-os-Montes.

A MARIA DA FONTE

Em 6 de Abril de 1846, o *Periódico dos Pobres no Porto* publicou uma notícia surpreendente sobre Braga:

> "Tendo saído desta cidade para a Póvoa de Lanhoso alguma força do Regimento de Infantaria 8, para conter uma bernarda feita, segundo dizem por mulheres, ouvimos dizer que o motivo fora pretenderem sepultar, sem extrair licença do regedor da respectiva paróquia e que efectivamente sepultaram à força, ou um homem ou uma mulher. Neste caso, mesmo que de pequeno vulto, é necessário que o governo de Sua Majestade esteja alerta, pois que os inimigos da ordem pública de tudo lançam mão."

Nas *Memórias de Braga, João Baptista Vieira Gomes* é menos lacónico e mais ardente:

> "Concorreu em Fonte Arcada um mortório de uma mulher e era necessário sepultá-la. Dependia este acto da licença do regedor e autoridade de saúde de que se pagava um soldo crescido; e como a casa da morta não quisesse ou não pudesse, se propuseram certas mulheres a repudiar o pagamento e correr por sua conta o acto. Correram diligentes à Igreja, promoveram ao mesmo pároco o destino que tinham, souberam do mordomo da Igreja o lugar da sepultura e sem autoridades abriram a cova. Ao tempo se excluíram o pároco e mais homens porque não desobedeceram, porém a tudo anuíram, só não desculparam ao pároco a encomendação. Aprontou-se o lutuoso préstito e quatro conduziram o corpo morto à Igreja, acompanhando-o outras com tochas e cruz; e assim entraram no templo em ocasião de confissões onde concorriam vários clérigos exercitando o ministério sagrado da confissão. Pelo acontecido se alvoroçou aquele povo; porém as mulheres sossegaram tudo declarando que naquele lugar não houvesse nada; e obrigando ao pároco a encomendação e enterrado o corpo se dissolveu o grupo mulheril. Vindo isto ao conhecimento do Administrador, se moveu este a proceder com diligência não só a desenterrar o corpo mas em autuar os cúmplices. Prevenidas as mulheres trataram de tanger o sino da Igreja a cujo toque acudiu o povo mulheril em quantidade, porém armado de toda a qualidade de armas e concorrendo à Igreja, já nela

> não havia autoridade alguma e aquele que fosse mais tardio apanhou pancadas e deste andamento ficou incólume o templo. Entre a fuga e não fuga algumas mulheres caíram na prisão e foram conduzidas à cadeia da Póvoa. Sabendo-se entre as maiorais mulheres que algumas tinham sido presas, correram à cadeia e forçando-a puseram livres as presas e se declaram perseguidoras dos que as ofendessem. Todo este enredo amedrontou as autoridades que para se conservarem exigiram força que marchou oculta a fim de obrarem. Sentindo porém que a força tinha chegado à Póvoa eram as mulheres postas em campo armadas e em colunas sobre os montes apupando a tropa e convidando-a ao combate. A tropa tinha ficado em frente ao corpo mulheril, mas estático e se conservou algum tempo, caçoando e tratando mal a tropa, não só de palavra, mas até de obra, quando era então requerida mais força. Este facto novo é referido com a maior frieza, porém tem-se multiplicado a energia pelas freguesias circunvizinhas e se coadjuvam mutuamente, de sorte que a indisposição dos povos está declarada e são 7 de Abril e ainda se encontra no campo a força."

A questão dos enterros foi o grande motor que pôs os populares em movimento. Tratava-se de algo que sensibilizava sobretudo as mulheres, mais prisioneiras do imaginário religioso. Mais de dez anos depois, a *Atalaia Católica*, jornal que reflectia as ideias dominantes do Paço, ainda defendia os enterros nas Igrejas, embora usasse argumentos modernos:

> "Está provado que os enterramentos nas Igrejas atacam a humanidade? (…) Segundo as mesmas teorias, naquelas povoações onde o uso do enterramento nas Igrejas for mais geral e frequente, deve necessariamente ali respirar-se um ar mortífero, pois que a sua atmosfera há-de forçosamente estar sempre impregnada dos pútridos miasmas que as sepulturas incessantemente exalam. Ora Braga esta pequena, mas belíssima cidade, jardim do nosso Portugal, contém nada menos do que trinta ou mais templos, cujas sepulturas estão quase sempre cheias de cadáveres (…) Que cidade haverá onde se respira um ar mais puro, mais sadio, mais higiénico?" – *Em 3 de Novembro de 1856.*

Sem consciência da delicadeza da missão em que estavam envolvidos, alguns soldados enviados para a Póvoa de Lanhoso, ainda por cima armados e provavelmente imaginando com isso que os pobres campónios estavam mais impressionados do que realmente acontecia, adoptaram uma postura que poderia pôr em causa o objectivo da sua presença no local.

> *"*Consta ainda que a tropa se encontra aquartelada pelos moradores daquele concelho e que dentre eles se achava um ou mais soldados em casa de um lavrador que lhe aprontou algum bacalhau por ser tempo de

abstinência, pelo que a tropa se opôs exigindo carne. Mostrou-se ofendido o patrão e que era o seu alimento, conforme mandava a sua lei, *porque era cristão e estava persuadido que estava com cristãos*; porém se eles não eram que assim o dissessem. Terminou o tropa sustentando a requisição de carne e acrescentou queixando-se a seu comandante que marchou ao casal momentaneamente e examinando a rixa obteve em suporte a mesma arenga referida, assegurando o patrão que se o apresentado não chegava, havia mais de igual natureza, cuja apresentação sustentou a sangue frio. A consequência, foi ser maltratado o soldado e asperamente repreendido pelo comandante, pelo porte que praticou."

Aberta a caixa da contestação, parecia que ninguém a conseguia fechar. Nos acontecimentos da Póvoa de Lanhoso foram presos um homem e duas mulheres. E no trânsito para a cadeia de Braga os populares tiveram a ousadia de os libertar, não se tendo atemorizado pela presença das forças militares. O medo dos ajuntamentos populares fez a sua aparição e, espantosamente, as autoridades resolveram suprimir parte do programa das festas da Semana Santa:

"Por estes e outros acontecimentos se deu dispensada a Mesa da Misericórdia de cumprir a procissão costumada dos Fogaréus, cuja opinião louvou muito o Administrador Geral Murta: Contudo se solenizou com aparatoso asseio, o ofício da Semana Santa na Catedral, a que assistiu o Arcebispo." (*Memórias de Braga*)

Infelizmente para as autoridades, o vírus da contestação ia-se multiplicando. Mais adiante, o Dr. Chasco refere:

"Parece que a tinha se apega. Na freguesia de Soutelo se comoveu o povo de união com as freguesias limítrofes da Lage, Loureira, Barbudo e Turiz, opondo-se ao pagamento da licença para o enterro de um defunto em Soutelo, ao que de pouco valeu a condescendência do Abade a seu respeito, de sorte que ele voltou a dar parte do acontecimento e o povo ficou em efervescência. Por não se poder somar a rebeldia do povo à satisfação da multa do Delegado de Saúde Pública, teve ele a resolução de se demitir do emprego e dizer um adeus à conveniência."

Os problemas, aparentemente circunscritos na esfera dos enterramentos, atingiriam rapidamente um nível superior, bastante mais perigoso.

"Em o dia 14 de Maio (*O Dr. Chasco deve ter-se enganado, pois o mês só pode ser Abril…*) pelas 8 para as 9 horas da manhã se pôs a cidade em alarme por uma força de povo que em montão entrou pela Cónega

acima, marchando ao toque de um tambor e dirigindo-se ao quartel do Pópulo, trataram mal o sentinela e descarregaram alguns tiros pela porta dentro. Este acontecimento perturbou o corpo militar inesperadamente e tratou este de se pôr na ofensiva, já municiando-se com o necessário desvelo, já objectando à agressão, saltando pelo muro da quingosta do Pópulo. Conhecida a força da agressão e reunida a força do 8, acometeu a força agressora que imediatamente se dissolveu retirando-se, deixando ficar nas ruas alguns mortos; porém como o povo era muito foi perseguido pela Cónega abaixo e dando sempre fogo de retirada até S. Jerónimo onde fez a tropa alto. A refrega durou até ao meio dia, o desassossego da cidade foi visível porque se conheceu revolta meditada. As autoridades se acoitaram no quartel porque conheciam que a perseguição era contra elas. Entre o susto e o perigo evidente, se conheceu que o motivo da religião era a multa para os enterramentos, a distribuição dos bilhetes para a Décima, cujos artigos os povos das freguesias de Prado, Lage, Turiz e demais vizinhas do rio Cávado não puderam levar à paciência e por semelhante forma pediam a extinção."



O antigo convento do Pópulo onde se aquartelava o Regimento de Infantaria 8 durante a Maria da Fonte. (Desenho do Dr. Chasco de 1834)

E depois veio o cerco da cidade que sofreu um ataque do lado de Cabanas, entrando o povo pelas Palhotas e Chãos de Cima.

> "Corre a tropa àqueles lugares e em um tiroteio porfiado repeliu a agressão até ao lugar da Ponte das Tripas, onde sem medo se postou o povo. (…) A tropa não avançou por ser em pequena quantidade e cuidou em prevenir-se para o mais que pudesse ver. Decorreu o resto do dia e sobreveio a noite, ficando tudo em susto. Porém, felizmente não se alterou o sossego da noite." (*Memórias de Braga*) "No dia seguinte continuou o alarme com receio de que fosse invadida a cidade por aquele lado (*Guimarães*). E com efeito se observou no alto do Monte da Forca alguns homens altos e visivelmente armados passeando pelo mesmo monte. (…) Esta observação principiou ao meio dia e neste momento se moveu o corpo do 8, distribuindo-se em piquetes e vedetas pelas ruas dos Pelames e Águas."

A tropa deslocou-se ao Picoto onde se notavam homens armados. Também houve tiroteio em Ferreiros.

> "Conseguintemente está a cidade em estado de sítio e em receio de invasão por todos os pontos, assim como o corpo do 8 está em observação a todos os pontos para obrar como puder. (…) Como esteja a cidade em susto e ameaçada por todos os pontos, correu um rebate, anunciado pelos sinos do Bom Jesus que incessantemente proclamava reunião de força, e pelas duas horas da tarde se declarou tiroteio com as vedetas nos arrabaldes da cidade para o nascente. Este se aumentou e travou na Rua da Régua, (*actual Rua de S. Vítor*) mais vivo e mais efectivo até às seis horas da tarde, deixando de continuar por se acabar a munição aos agressores." (*Memórias de Braga*)

No meio de toda esta confusão, os empregados públicos temiam pela sua sorte.

> "O semblante de todos os empregados era sensivelmente desfigurado, amarelo e meditabundo. Por ocasião do dia domingo 26 de Abril se fizeram chamar todos os empregados e se lhes fez certo o alistarem-se e armarem-se. Ao concurso e chamamento foram prontos. Porém ao armamento se têm escusado alguns por doença e mais causas." (*Memórias de Braga*)

A situação na cidade era insustentável. A Câmara Municipal fez uma última tentativa de pacificação. Dirigiu uma proclamação aos habitantes, em 15 de Maio:

> "A Câmara Municipal de Braga tendo presenciado os graves acontecimentos que têm ocorrido nesta província e sensível às desgraças a que eles têm dado causa, não pode numa tal conjuntura tornar-se indiferente no

> meio da pública ansiedade; e é por isso que faz ouvir a sua voz de paz entre os povos do seu município e circunvizinhos, pedindo-lhe que se recolham às suas casas e que nelas aguardem pacíficos o resultado das medidas que a mesma Câmara vai tomar de combinação com as autoridades civis e militares. Uma representação vai ser dirigida a Sua Majestade a Rainha, fazendo-lhe ver os desejos dos povos desta província e as necessidades que se julgam carecer de pronto remédio e ela não deixará de atender tudo o que for justo e compatível com os interesses gerais. Pois é por este meio que se devem conseguir as grandes mudanças e não com as armas na mão, derramando o sangue dos nossos irmãos. Esta Câmara *sempre solícita em promover o bem do povo*, tem direito a ser acreditada e espera que o mesmo povo usando do seu bom juízo, desista da empresa temerária de atacar a cidade e as autoridades porque o que se pode conseguir por meios pacíficos, não se deve procurar pela violência, sempre funesta a todos: espera pois pela resolução de Sua Majestade que deve ser muito breve e favorável, sem dúvida, às vossas necessidades." – (*Correspondência para Diversos de 1846-51*).

Se repararmos bem, a Câmara ofereceu ao povo uma mão cheia de nada. Prometeu-lhe uma representação ao governo e pediu, em nome de uma imagem muito discutível de entidade sempre solícita na promoção do bem do povo, que este fosse para casa. A Câmara, trataria de tudo…

A situação de Braga não era caso único. Em várias terras aconteceram golpes militares que conduziram à criação de Juntas Governativas, mais ou menos ligadas aos setembristas. Era preciso dar um sinal aos populares de que havia alguma justiça nas suas reivindicações. Talvez assim fosse possível o regresso à normalidade. Foi isso que aconteceu no Porto, Coimbra, Viana e várias localidades de Trás-os-Montes. Nestas terras não houve hesitações e todas as autoridades agiram de acordo com princípios comuns. Braga seguiu-lhes o exemplo, embora sem haver unanimidade. No dia 17 de Maio de 1846 o Governador Civil promoveu uma reunião das autoridades civis e militares e dela saiu a Junta Governativa. Simplesmente o general comandante das tropas da província, Visconde de Valongo, só muito instado aceitou que a Proclamação incluísse as expressões "Abaixo o Ministério, modificação dos tributos". Afirmava que não era um revolucionário.

Ao ser conhecida pelos populares esta resistência dos militares, a acalmia não aconteceu. *João Pinto Roby*, secretário da Junta, relatou na sua *Exposição Analítica do Pronunciamento*, a vertigem dos acontecimentos:

> "No dia 18, conquanto a hora dada para a reunião da Junta fosse a das 9 horas da manhã ainda não eram 8 e já ela se achava reunida nas casas da Câmara. Ali apareceram logo o coronel Ferreira, (*o nosso conhecido Trinta Diabos*…), e o Governador Civil, que a Junta convidara a Conselho. Apresentou-lhes a Junta o quadro do vertiginoso exaspero das massas armadas nos subúrbios da idade, os quais insistiam em vir a Braga. (…) Uns e outros destes indivíduos declararam ser tal o estado de exaltação das massas, que lhe era impossível contê-las e dirigi-las; que a animosidade rancorosa das massas contra o Regimento existia, se não mais violenta, igualmente indomável e irreprimível, o que bem transpirava do mesmo ofício que, do acampamento popular do Bom Jesus do Monte trouxera um dos indivíduos, no qual se exigiam à Junta medidas contra este corpo e alguns dos seus oficiais, que a Junta não só não tinha por necessárias, mas que tinha por inconvenientes. (…) O próprio coronel Ferreira, com a franqueza e lealdade com que sempre falou à Junta, também lhe declarou que quando no domingo (*dia 17*) saíra das casas da Câmara e falara aos seus soldados reunidos em parada, conhecera a animosidade de muitos deles. E que julgava dever ser tão franco, que declarava mais: que conquanto soubesse que os seus soldados o amavam e respeitavam, não sabia se teria forças para contê-los, se houvesse uma qualquer provocação."

O coronel Ferreira propôs então como solução o abandono militar da cidade. Achava que assim talvez pudesse ser promovida a pacificação. Mas a isto respondeu o Presidente da Junta (*general visconde de Valongo*), afirmando que partiria com aquele Regimento. Assustada, a Junta opôs-se a que tal hipótese se concretizasse. Ir embora poderia ter consequências terríveis com a cidade a ficar entregue aos descontrolados.

> "Porém, os membros da Junta recusavam-se a medidas enérgicas, temendo que uma desinteligência entre eles e as paixões e caprichos das massas as levasse a *incendiar-lhes e a destruir-lhes as propriedades rurais*." *(João Pinto Roby, Exposição Analítica do Pronunciamento*).

O secretário da Junta, autor da exposição anterior, resolveu então elaborar uma Proclamação dirigida aos habitantes da província do Minho, que no seu entender responderia às necessidades de clarificação exigidas pelo momento. Não teria êxito. Os outros membros da Junta negaram-se a assiná-la, receosos dos termos vigorosos que foram considerados excessivos. É que se pedia aos povos armados que dispersassem e que recolhessem tranquilos ao seio das famílias.

> "A verdade é que o terror se apoderara da Junta e assim, no final daquela reunião, na manhã do dia 18, os seus membros se retiraram, deixando sobre a mesa os ofícios em que resignavam as suas funções. Ainda no mesmo dia de tarde, eles voltaram a reunir-se, Mas João Pinto Roby já não assistiu, pois demitira-se também do seu cargo de secretário" – (*Aníbal Mendonça, Ao Compasso das Semanas*).

Podemos dizer que a Junta bracarense foi um nado-morto. Mostrou-se incapaz de executar as finalidades para que tinha sido criada. Deve ter sido caso único, se levarmos em conta as informações que possuímos, retiradas do *Periódico dos Pobres no Porto*.

A Junta de Braga estava prisioneira de uma contradição insolúvel. Era simultaneamente incapaz de apelar ao regresso das populações a casa e de anunciar alguma coisa, suficientemente apelativa, que as levasse a concluir que a retirada era o melhor caminho. Estavam preenchidas as condições para uma grande catástrofe, que só por milagre não aconteceria…

O Padre Casimiro referiu as razões que o levaram a descer do Bom Jesus até à cidade. Disse que foi pressionado pelos chefes setembristas.

> "No dia 17 de Maio, sem me terem prevenido com antecedência, nem me terem contado coisa alguma, disseram-me, próximo à noite, que estava a paz feita e que só restava irmos a Braga dar os "vivas" - (*Apontamentos para a História da Revolução do Minho*).

Quer as coisas acontecessem devido a uma imprudência incompreensível, quer tivesse havido traição preparada e consumada ou ainda que tudo tenha sido consequência de pressão dos populares, desejosos de mostrar a sua força e determinação, o que é certo é que os acontecimentos seguintes poderiam ter resultado em centenas de mortos.

João Baptista Vieira Gomes diz-nos algo semelhante.

> "Os povos estacionados no santuário desceram impávidos e divididos em partidas e se postaram nos fins das ruas da cidade em especulação da resistência do Batalhão 8; porém os piquetes que estavam nos boqueirões se recolheram ao quartel pela uma e meia e o povo armado se aproximou mais à cidade sem algum medo, ficando contudo pelas avenidas alguma força. Até este ponto ocupava o povo os pontos da Sr.ª A Branca, Abraão, Ponte e Monte de Penas e cresciam as vedetas até ao interior."

A tropa mostrou-se no Campo da Vinha e o povo avançou em pelotões cerrados, ocupando o Campo de Sant'Ana (*actual Avenida Central*).

> "Vinha armado de paus e outras armas próprias de paisanos que estacionando-se em volta demonstravam mais uma romaria que resistência." (…) "Os povos da cidade se clausuraram em suas casas e outros retiraram a algum posto salvo e mais se alarmou quando viram espalhados piquetes do Regimento 8 pelas ruas em defesa."- (*Memórias de Braga*). "Seriam 4 horas e no interior do campo se ouve um inadvertido e inesperado tiro e momentaneamente se assentou aquele acampamento e se origina a fuga do povo buscando asilo seguro. Desta maneira se intimidou tudo e em dissolução se pôs cada um, originando-se um tiroteio desordenado, em fuga toda a força. A esta desordem se seguiu a aproximação da tropa, mais em perseguição que em pacificação e teve origem um tiroteio regular entre os paisanos e a tropa e se espalhou por toda a cidade e por todos os pontos por onde se suspeitava retirada, que durou até à noite. (…) O Campo de Sant'Ana ficou juncado de chapéus e calçado porque cada um se salvou o mais pronto que pôde; mortos se contam 2 paisanos e da tropa dois soldados mortos, um oficial e alguns feridos; e seriam 7 horas e seguidamente se desalojou o povo da cidade daqueles pontos por onde o acaso os albergou e ficou em solidão a cidade, porque a tristeza de apossou de todos os ânimos." (*idem*) (…) "Há opiniões do lugar donde saiu o tiro, e tal foi, nem podia deixar de ser sinal, por se evidenciar ser de pequena carga e arma: acreditam uns ter saído d' entre a força; outros dos que a acompanhavam; e outros de lugares vizinhos à força: há provas para todas as opiniões e por isso decidida traição." (*idem*)

Perdera-se a grande oportunidade de pacificação. E a pressão popular continuou. O correio era interceptado. O trânsito de tudo o quer fosse útil era proibido. Corria que os moinhos do rio Este iriam ser destruídos. As deserções multiplicavam-se. As ameaças aterravam, como aquela que apareceu em S. Vítor, onde se aconselhava a tropa a abandonar voluntariamente a cidade, sob pena de ter de o fazer à força. De noite, os piquetes militares eram atacados. Ainda por cima havia desinteligências entre os soldados do Regimento 8 e os de Caçadores 13. Sem contactos com as forças populares sitiantes, a imaginação fervilhava. Iriam atacar? Iriam tentar vencer pela fome? Cortariam também a água? Até que finalmente chegou o dia 20 de Maio. Acossada pela situação, a rainha cedeu, demitiu o governo do duque de Terceira, de que Costa Cabral fazia parte, e nomeou o duque de Palmela para primeiro-ministro.



O Padre Casimiro José Vieira,
auto intitulado Defensor das Cinco Chagas

E em 28 de Maio aconteceu o episódio das vacas, importante não apenas pelo curioso da situação, mas também porque significou o princípio de alguma distensão. Quem o relatou foi o cronista de sempre, o *Dr. Chasco*. Segundo ele, o coronel fazia negócio de agricultura e é daqui que nasceu este episódio. Trata-se do *coronel Ferreira, conhecido como o Trinta Diabos*.

> "Neste uso tinha o coronel todos os utensílios necessários, bem como bois, vacas e porcos. Neste movimento militar e em razão da falta de pasto, pôde o coronel obter de um proprietário de S. Martinho, o transporte e pastagem das vacas. Em um dia dos da perturbação popular, e com o enredo e disfarce de mulheres de mantilha, puderam passar pelos piquetes os heróis que chegados ao lugar onde andavam as vacas e encafuadas as conduziram ao Bom Jesus, onde as guardaram até hoje. Chegada a notícia ao coronel que as suas alegres vacas estavam em poder daqueles povos, tentou resgatá-las e como não pudesse por meio de fogo, abriu correspondência para com ela as obter. Foi respondido, confessando que as vacas ali se achavam e lhe seriam entregues, se entregasse as armas que tinha em seu poder e também algumas bestas que tinham embargado e detinham. Consta que se solenizou a troca e cada um retém o que é seu." (*O Padre Casimiro tem uma versão ligeiramente diferente. Diz que devolveu as vacas ao coronel e não refere qualquer troca.*)

Apesar dos sinais que indicavam agora maior descompressão, esta não foi imediata. Os miguelistas capitaneados pelo Padre Casimiro, continuavam em cena. O padre, entretanto separado da guerrilha setembrista que continuou estacionada no Bom Jesus, rumara para as Sete Fontes e resolvera cortar o abastecimento da água.

> "Se pôde conhecer algum prejuízo em os aquedutos que a transmitem, e que se não ignora estar cortado junto da nascente pelas forças do povo; em consequência do que a força de tropa quis restituir, porém não pôde."

Mas a seca duraria pouco tempo…

> "…por intervenção de Lourenço de Magalhães que como provedor do Hospital se moveu interceder por aquele alimento, àquela força que lhe embargava a corrente. (…) E já não aconteceu assim a exposição que o Arcebispo fez aos mesmos povos, pedindo água para o seminário dos órfãos." (…) "Porém estes (*Os doentes*) com mais razão serviram de escudo para o remédio geral e foram mais próprio íman para conquistar a rígida praça do povo aguerrido."- (*Memórias de Braga*)

E a paz chegou finalmente. Por Alvará do Governo Civil, de 4 de Junho de 1846, a Câmara foi dissolvida e substituída por uma Comissão Municipal. As novas autoridades elaboram uma Proclamação dirigida às populações. Aos párocos foi solicitado que a lessem por ocasião da missa conventual. Prometia severa economia, respeito pelos direitos sagrados dos povos, religiosamente respeitados e a elaboração futura de uma representação à rainha, a fim de que se adoptem os meios que garantindo a segurança do povo, ao mesmo tempo restituam o sossego e a tranquilidade, *sem o qual não há governo possível* – (*Livro de Correspondência para Diversos de 1846-51*).

A chave que amansou a fera popular terá sido este reconhecimento dos direitos dos povos. O tom do discurso tinha agora muito maior proximidade. Não era nada comparável com a aridez da proclamação camarária de 15 de Maio. A presença de novas caras, não comprometidas com o velho cabralismo, terá sido outro factor determinante. A Proclamação da Comissão chegava ao ponto de prometer que seria franca e leal e pedia aos concidadãos a sua coadjuvação, sujeitando à censura pública os actos da sua administração, pois que ambicionando seguir a opinião pública, não se envergonhava de reformar qualquer das suas deliberações, quando estas não fossem aceites e abraçadas pela opinião geral.

A tarefa que competia à Junta criada em Maio, estava finalmente executada. Só que foram outros a realizá-la. À boa maneira bracarense, ainda desta vez foi necessário o peso de uma autoridade superior externa, *o Governo Civil*, para que a solução raiasse.

A *certidão de óbito* da Maria da Fonte foi oficialmente passada no dia 9 de Junho, com a entrada do general Barão de Almargem na cidade.

> "Logo que o Almargem entrou em Braga, todos os comandantes populares da volta da cidade deixaram os acampamentos, e entraram também, menos eu, que bem conhecia que era uma farsa, e combinação das seitas, para ficar tudo como até ali, com a mudança apenas de pessoas." – (*Apontamentos*, *Padre Casimiro, p.70*).

O Barão era acompanhado por batedores na frente e força na sua retaguarda, toda de povos armados, que se postou em S. João da Ponte. Marchou para o interior da cidade, animoso, escoltado de seus amigos de Guimarães.

> "Até ao sítio da Ponte de Guimarães o acompanhavam os comandantes das forças populares do poente, meio-dia e nascente, e dali partiram para os seus pontos para obrarem sobre a cidade conforme as circunstâncias. O préstito caminhou pelas ruas da cidade até ao Campo de Santana, onde o esperava o Regimento 8. Apenas apeou na estalagem lhe foi oferecida uma guarda d' honra, que não aceitou e se recolheu tudo a quartéis. Foi perturbado este acto com alguns tiros em Guadalupe e arrabaldes de S. Vítor e Maximinos por alguns empregados anteriores que ciosos dos movimentos populares diligenciavam e promoviam por semelhante modo a desordem." (…) "Concorreram à voz do general Barão d' Almargem, os comandantes das forças populares." (…) Fizeram retirar dos seus pontos o povo que trocou o aspecto guerreiro por outro mais pacífico; o que foi visto, manifestando-se já a franqueza em todos os trânsitos e cantões da cidade." – (*João Baptista Vieira Gomes, Memórias de Braga*).

Infelizmente para todos aqueles que amavam o *sossego*, a atrás referida certidão de óbito não era verdadeira, como veremos mais adiante…

O conde das Antas, comandante setembrista das forças militares da província do Minho, deve ter imaginado que podia sair de toda aquela confusão aureolado de herói pacificador. Faltava-lhe apenas mostrar que controlava o chefe guerrilheiro miguelista mais conhecido, o Padre Casimiro, e publicitar esse controle. Dirigiu-se a Vieira para tentar convencê-lo a apresentar-se em Braga. E teve êxito. Que

razões terão feito o padre a anuir à sua participação no espectáculo da pacificação? Ouçamo-lo:

> "Fiquei então perplexo e pensativo por muito tempo, a meditar em caso tão melindroso, e que eu supunha sempre de funestas consequências, qualquer que fosse a solução que lhe desse. Por uma parte lembrava-me que, metendo-me entre tal gente era em breve e infalivelmente assassinado; e nunca esta lembrança aflitiva me saía da memória, e era a que mais me atormentava. Por outra parte sabia, que a Quádrupla Aliança estava em pé, e que com certeza havia de estorvar a volta do Senhor Dom Miguel a Portugal, e bem eu pressentia, que se trabalhasse para a sua vinda. Via mais, que de todo o reino era eu o único comandante, que não tinha cedido, e que por toda a parte de Braga para baixo todo o povo ou com vontade ou sem ela estava sossegado, e as autoridades montadas, e funcionando, e que só de Braga para cima não funcionavam. Estava também convencido de que o Antas não tirava a tropa de Vieira, e que pouco ou nada lhe importaria (…) a desgraça da terra, e a miséria desta gente, e que isto havia de produzir aflição no povo, e que, para o fazer sair tinha eu de me bater com o exército regular de todo o reino, e isto sem possuir munições, nem dinheiro algum para as comprar, quando a tropa tinha tudo em abundância. Afinal, vendo que a resistência era sem esperança nenhuma de bom êxito, e que me não era fácil sair do reino sem ser apanhado, e por consequência assassinado, e que todos, em geral, estavam convencidos de que eu devia apresentar-me, e que nisso estava a minha felicidade, decidi entregar-me à ventura, mas bem triste, e convencido, de que pouco tinha a viver, porque o menos que me esperava era uma dose de veneno, e acompanhei então para baixo a tal súcia, que tanto se empenhava na minha felicidade. (*Padre Casimiro, Apontamentos*…)

O cronista *João Batista Vieira Gomes*, apesar de miguelista, foi impiedoso com o padre Casimiro:

> "É positiva a informação que o padre Casimiro tivesse entrevista com o arrogante Antas. (…) Decorria o dia 19 (*Setembro de 1846*) e tornaram-se infrutíferas as diligências dos especuladores porquanto o Padre não apareceu; uns coloravam a tardança com razões e outros confiavam na palavra. Com efeito pelas 4 horas da tarde do dia 20 se apelida a chegada do Padre Casimiro desejado, que façanhosamente se apresentou ao conde, ficando este exaltado, que recebeu com a urbanidade e familiaridade de amigos e passados poucos momentos o acompanhou ao Paço a mostrá-lo ao governador civil. (…) O hóspede entrou na cidade com toda a firmeza e intrepidez e pela direcção que seguiu dava a conhecer-se como Padre Casimiro, homem de palavra, ainda que alguns lhe urdiam orações fúnebres; os rapazes e alguma populaça o cercava e acompanhou até casa do fanfarrão conde, bem como ao Paço onde se demorou algum tempo. (…) Desde o momento da chegada do célebre Padre, jamais deixou o entendi-

> mento do povo são da cidade de formar juízos àquele respeito e de tudo se conclui que anteriormente foi farsista e actualmente é quixote. Por qualquer lado tem granjeado uma reputação escandalosa e se tem coberto de ignomínia, desafiando o ódio geral de todos. Ele já foi atacado em a digressão da sua missa ontem, com os ditos deslocados de maroto, tratante, que ele olhou com indiferença; porém atendendo aos sucessivos cumprimentos duvidou aquartelar-se em a casa de pasto Dous Amigos e preferiu a morada do negociante Leiria da Régua (*actual Rua de S. Vítor*) onde comeu e dormia; porém, algum povo, aglomerando-se à porta o insultaram de palavra e moviam a vir às mãos; estado este tão perigoso que o Padre, olhando-se como alvo da algazarra, tomou o partido de se evadir pelas traseiras da casa e fugido, escapou à morte que dedicada tinha." (*João Baptista Vieira Gomes, obra citada, Volume 7*)

E concluiu:

> "Que o padre Casimiro era de opinião estranha à verdade e sã moral bem se manifesta na sua chegada a esta cidade. Revestido do carácter de comandante militar, sendo eclesiástico e em tempo pouco calamitoso religiosamente; porém aguerrido civilmente, aliciador de um povo à carnagem sob pretextos civis, alheios do seu estado, à imoralidade e nem esta imoralidade o desafiou a compartilhar o seu prelado, quando se achou dentro das paredes do paço a visitar ou antes a apresentar-se ao governador Silvério! Concedo à repugnância por não vir em vestes decentes; igualmente não eram decentes, aquelas que o adornavam perante as pessoas a que se apresentou, ainda que amigos, e já relacionados: Finalmente o Padre Casimiro é tolo, foi e será." - (*João Baptista Vieira Gomes, obra citada, Volume 7*).

Relembremos que estas afirmações tão agressivas foram proferidas por um miguelista. Até o vestuário do padre foi motivo de crítica… Nem a sua condição simultânea de guerrilheiro e de padre lhe escapou… Abominando o Arcebispo que considerava um cabralista, o Dr. Chasco acusou o *Defensor das Cinco Chagas* de não compartilhar com o seu superior a actividade de rebelde armado contra os Cabrais… Que quereria o Dr. Chasco? Uma penitência? O reconhecimento de culpa?

A PATULEIA

Havia eleições marcadas para 11 de Outubro de 1846, mas não chegaram a realizar-se. O problema agudizara-se dias antes, quando a rainha cedeu às pressões do Duque de Saldanha, provavelmente

manobrado por Costa Cabral a partir de Madrid, onde vivia no seu exílio dourado, na condição de embaixador. Na noite de 6 de Outubro, Palmela foi chamado ao palácio de Belém, onde a Rainha lhe impôs a demissão, num acto que a História registaria com o nome de *Emboscada*. Assim desapareceram os frágeis equilíbrios nascidos da Maria da Fonte e principiou a grande confusão. À azáfama eleitoral sucedeu uma inquietação no *quartel* dos Biscainhos, residência do Conde das Antas, general setembrista comandante das forças militares da província. Amanheceu o dia sábado e com ele a notícia da rebelião de alguns corpos militares no Porto. Nesta cidade, o conde das Antas seria reconhecido como presidente da Junta Provisória. Braga colocou-se à margem da *Emboscada*, continuando a obedecer às anteriores autoridades setembristas dominantes no Porto.

Sigamos o relato das *Memórias de Braga, volume 7*:

> "Os corpos destacados pelas povoações vizinhas se reuniram na cidade e sem demora igualmente se puseram a caminho" (*Em direcção ao Porto*). (…) "A este movimento se seguiu o chamamento da polícia para se encarregar da segurança pública e esta mesma ordem foi comunicada a todos os regedores das aldeias. O célebre Montalverne, (*Cónego setembrista, uma verdadeira raridade… Era chefe de uma guerrilha daquela parcialidade que se chamava serzinos. Foi um dos 7.500 bravos do Mindelo.*) marchou também para o destino de reunir gente para o que prometia 120 reis diários e Bento Gomes (*outro chefe guerrilheiro setembrista*) e outros quejandos se retiraram para o mesmo fim, e na cidade se viu marchar o Regimento 7 de Infantaria dividido em destacamentos para o Pico de Regalados, Guimarães e Barcelos. (…) Não podia alguém considerar em particular qualquer destas espécies, porquanto a confusão dos actos confundia a imaginação; contudo apareceram éditos do Governo Civil para suspender a votação para deputados no dia domingo 11 e ao mesmo tempo o proclama do Conde das Antas a convidar os Batalhões do Minho para cooperarem de união com ele." (…) "Continuou o alarme na cidade que teve lugar por haver o governador Silvério recebido uma participação de que o concelho de Vieira se tinha proposto a uma rebelião miguelista." (…) "Está em azáfama o alistamento dos empregados e tem concorrido a ele os cabos de polícia e seus imediatos superiores; porém, apesar da promessa de 100 reis diários, (…) não alistam. Porquanto tem cada um a sua vida e sustento da sua família."

Mas o Governador Civil não desistiu:

> "Convidou ao Corpo da Bomba (*Os bombeiros*) para se alistar, levando-os pela mola da defesa da cidade às incursões e violências dos povos de Vieira que tentavam roubar a cidade; porém teve a desgostosa resposta de não e ficou perplexo no que faria." (*Dr. Chasco, obra citada, volume 7*)

E principiaram as movimentações do cónego Montalverne e dos seus serzinos, nem sempre com sucesso.

> "O enérgico Montalverne (*cónego setembrista*) se determinou a sondar a efervescência que se agoira estar no concelho de Vieira, porém a sua especulação é divina e não se alonga muito do Bom Jesus: ele com os seus adeptos tem promovido e desafiado os bravos de Vieira para ver se verifica algum encontro das forças; porém os povos mais matreiros zombam dos laços. Ele, fiado em si e na opinião apregoada pelos seus, o conduzem a entranhar-se pelas brenhas, de sorte que não pôde escapar e foi agarrado, sendo infrutíferas as lamúrias que produziu. Esta nova chegou à cidade em o dia 16 e já em o dia 17 se agourava mal da descoberta porque não se recolheu o valente cónego, nem tem recolhido algum dos seus serzinos; dando motivos sobejos a algum extraordinário acontecimento. Em dia 19 preencheu a expectação de todos, vendo-se alguns serzinos em grande parte com sinais de desconcerto infeliz porque se tinham retirado de noite ao seu quartel do Sardoal, uns muito feridos, outros muito rotos e outros empenados, dando a conhecer o triste incómodo que encontraram no Carvalho. O seu general Alberne igualmente acompanhou a força e desmentiu a voz de prisão, porém não quis retirar-se de dia à cidade, para não se mostrar a pé sem chapéu e sem capa, e cavalo por lhe ter ficado ferido no campo. (…) Refere-se que positivamente morreram oito, fora os desertores."

E também a tropa regular não foi bem recebida…

> "Em 21, pelas 5 horas recolheu-se a tropa do 15 que tinha marchado ao concelho de Vieira e se mostrou em estado miserando por vir coberta de lama e lodo em razão dos tortuosos e escabrosos caminhos daquele horizonte." (*Dr. Chasco, idem*)

O medo instalou-se na cidade. Tudo parecia fazer reviver os terríveis acontecimentos da Maria da Fonte. Até um incêndio criou pânico no povo. Imaginou-se que era um ataque das forças do padre Casimiro e tudo se pôs em alarme e segurança.

> "O povo, em retirada pela porta da Cárcova (*actual rua dos Capelistas, artéria central da cidade*) e demais ruas, aterrava outros e entre eles se viram os soldados do quartel do Pópulo em debandada a seguirem o mesmo lugar de segurança, chegando a própria sentinela a retirar-se e o oficial a tomar a vereda da Quingosta do Pópulo." (*Dr. Chasco, idem*)

Mas nada convencia os soldados da paz ao envolvimento.

> "No dia 23 reuniu a Companhia da Bomba para deliberar sobre o alistamento e de voz unânime todos escolheram a negativa."

Apesar de o governador Silvério ameaçar os bombeiros com a expulsão, mesmo assim continuava a recusa, extensiva às classes altas que também não se queriam alistar. E iniciou-se a perseguição aos cartistas.

> "Declarou-se a perseguição aos cartistas já em deportações, já em prisão e teve o Abade de S. João de Souto de sofrer uma busca em sua casa a fim de encontrar o seu irmão, Francisco Manuel Costa; porém não encontraram o melro. " *Dr. Chasco, volume 7*

Francisco Manuel Costa fizera parte da primeira comissão municipal saída da vitória liberal em 1834 e estivera envolvido no episódio da revolta dos Marechais em 1837. Seria mais tarde agraciado com o título de visconde de Montariol, nomeado Conselheiro e eleito deputado. Mas os cartistas não eram o principal problema. A grande dificuldade era o descontrolo das forças populares.

> "Por informações se veio a saber que algum povo armado transitava pela Ponte do Porto, mas para além; e por isso no dia 27 de manhã se dirigiu o Manso com 50 praças do 15 ao lugar de Pedrosos em Adaúfe a especular os acontecimentos e esta força foi rendida ao meio dia por outra de serzinos (*é a guerrilha do cónego Montalverne*), a qual se recolheu à noite, por se achar que a massa dos povos se retirara a Rendufe. No dia 28 comoveu-se a cidade em susto pela actividade que mostrou o governador Silvério em exigir das freguesias 20 homens para se armarem."

A ousadia dos populares aumentava, como nos diz o Dr. Chasco:

> "No dia 24 (*Novembro*) de manhã se desenvolveu na cidade um alarme de cuidado, porque alguns serzinos (*guerrilheiros do cónego Montalverne*) ao som do caminho do Carvalho em descoberta encontraram um grande piquete da força armada e tiroteando-o se puseram na defensiva, retirando-se e mesmo assim não escaparam senão debandando e o piquete os acompanhou até aos quartéis do Pópulo sempre em fogo. Como as tenções do piquete não eram apoderar-se da cidade, não se demorou e tomou o seu primeiro ponto depois de entoarem vivas a D. Miguel e ao seu general. Tudo ficou em alarme, declarou-se o terror entre os empregados e tomaram as de Vila Diogo, como foi o digno Silvério que precipitadamente montou a cavalo sem esporas e se retirou para o caminho do Porto, e outros."

Mas grandes mudanças estavam prestes a acontecer… Os miguelistas iriam substituir na cidade as forças setembristas que se retiraram para o Porto.

> "Alguns adeptos setembristas, marcharam para o Porto e diz-se que o resto anda em preparos (…) O reboliço geral e particular era notável e claro; e com efeito, de manhã no dia 27, sexta-feira, marchou tudo em montão para o Porto, não só o armado, como o desarmado, militar e quase militar (…) De sorte que pelas 10 horas do dia estava Braga limpa da imundície setembrista; e já em alguns pontos dos arrabaldes se deixavam avistar grupos de gente armada; que se dizia pertença da força popular miguelista. Neste estado de coisas olhavam-se os bracarenses tímidos, mas contemporizando e ajuizando no descarte da comédia, quando pelo meio-dia soou um repique de sinos do Santuário do Bom Jesus, cujo som despertou a sonolência dos habitantes, que imediatamente se puseram à tristeza, e em quase alarme indagavam a causa daquele toque e brevemente se soube que alguma força miguelista tocara aquele ponto e poucos momentos depois entrou pelo lado sul da cidade um grande piquete de gente armada acompanhada de um oficial estrangeiro (*Tratava-se de D. Santiago Garcia y Mendoza, oficial carlista nas lutas liberais espanholas*) e vários oficiais portugueses que desenvolvendo a sua alegria e entusiasmo proclamavam, no seu trânsito vivas a D. Miguel 1º que gostosamente eram correspondidos pelos habitantes, ainda que tímidos. Esta força corajosa se dirigiu ao campo de Sant'Ana (*Actual Avenida Central*) e dali ao Campo da Vinha, ao quartel do Pópulo que acharam fechado, mas com prontidão fizeram abrir por força, onde entraram oficiais e gente armada prevenida ao que sucedeu um sossego repentino com o desengano de alguma velada." (Dr. Chasco, Volume 7).

Lá encontraram 700 armas, pólvora, etc., tudo aquilo de que precisavam…

> "A entrada da força foi solenizada com repiques de sinos e foguetes de tiros e mesmo à noite." (Dr. Chasco, idem, Volume 7).
>
> Logo depois surgiria Macdonell com o grosso das tropas. (Trata-se de *Reginald Macdonell, general escocês, que durante a Patuleia esteve ao serviço como chefe militar da causa miguelista*).
>
> "A voz da chegada do comandante Macdonell era já sem dúvida e à sua espera se moveu a força do Abade de Priscos e à dianteira dele o general Garcia com mais oficiais e pelas 5 horas da tarde se fez visível e aparatoso e prazenteiro o general Macdonell vindo de Guimarães, que foi recebido em todo o trânsito com aclamações de todos os povos que se tinham apinhado à porfia e por entre vivas, repiques de sinos e foguetes foi recebido agradavelmente. Poucos momentos depois, seguia o general Macdonell e a força regular em número de 700 homens bem equipados de tudo, e sem o menor incómodo se aquartelaram bem como o general Macdonell."

Macdonell foi uma personagem muito controversa. No seu livro *Apontamentos para a História da Revolução do Minho…*, o Padre Casimiro aponta-o como suspeito de traição ou de inépcia. Camilo

Castelo Branco, na sua prosa impiedosa, indica-lhe outro defeito que já manifestava antes de entrar em acção, quando se encontrava refugiado numa quinta do Douro, supostamente a preparar as operações bélicas. Segundo ele, isso pode ter tido influência nas suas capacidades militares:

> "O escocês tinha no seu quarto certo número de garrafas escolhidas; e, quando aí pelas 10 horas saía do beliche, já trazia o conteúdo de uma no papo, e vinha vermelho como um tomate maduro. (…) Foi esta a sua vida até 12 de Novembro – três meses e cinco dias!" – (*Maria da Fonte, Camilo Castelo Branco*).

Infelizmente para os realistas, a situação em Braga escapou-lhes ao controle. *João Baptista Vieira Gomes* retratou a grande desgraça, ocorrida pouco antes do Natal de 1846:

> "É verdade que a força da cidade se moveu, distribuindo-se em força pelos arrabaldes ocidentais da cidade e alguma se empregou a entrincheirar os boqueirões das ruas da Cruz de Pedra e Pelames; cujo serviço era feito sem método, ordem e regularidade. (…) E já a força do Casal (general cartista) batia a entrada da cidade por Maximinos. Disputado o ponto e não vencido, dispôs o inimigo estender a força pelos longínquos arrabaldes até ao ponto dos Pelames, onde chegando pela quingosta de Urjais surpreendeu na boca da rua todos os operários entrincheiradores, levando-os a fogo sem escapar um; e pôde o exército acantonar-se todo em o Largo da Conceição. Por este ponto quis romper a rua em força, mas foi-lhe disputada a entrada pelos bem dirigidos tiros de mosquetaria da boca da rua, que em o rompimento fez que alguns atrevidos perecessem e a força retirasse ao canto. Baldada a primeira agressão da rua, reforçou-se a força e pagou o atrevimento, retirando-se. Enquanto se propôs terceira agressão em mais força, demandou o inimigo parte dela para flanquear a cidade pelos prados e enquanto marchou, pagou caro o terceiro impulso e tomou o inimigo o primeiro ponto. Quis a sorte que o inimigo flanqueador marchasse sem oposição e vencesse, disputando alguns pontos como no campo dos Remédios e auxiliando a quarta agressão da rua. Os defensores dela, atendendo à sua retaguarda, puderam escapar e o exército entrou vanglorioso pela Rua dos Pelames às 4 da tarde. Como a força inimiga obrava com ímpeto, também os mortos e feridos foram centos, os quais durante o resto da tarde e pela noite se tratou do curativo de uns e sepultura dos outros. Aqueles dos mortos soldados eram espoliados de todos os distintivos para se confundirem com os paisanos; porém debalde foi escolhido este sistema quando a tropa prescindia de acautelar os cadáveres dos mesmos paisanos e só recolhia os seus; (…) Segundo o exame imparcial se viram faltar no dia seguinte 50 e tantos, que entre os demais mortos e sepultados no cemitério do Hospital em número de 102, se pôde observar a perda dos mortos."

Macdonell acabaria por fugir, estacionando em Amares. A anterior Câmara cartista reiniciou funções e ordenou que "os povos iluminassem as suas moradas por três dias seguintes 26, 27 e 25, o que se ordenou por bando e se dispôs que houvesse um Te Deum na Sé, que no dia 27 oficiou o Arcebispo pontificalmente."

Pouco mais poderiam fazer… As tropas cartistas tinham outras *pacificações* a realizar mais a norte. E sem suporte militar, as autoridades civis cartistas acabaram por colapsar.

> "A força se aprontou no dia 3 (*Janeiro*) de madrugada e partiu para a Ponte de Prado em força, levando no seu centro a família do Barão do Casal; conta-se também João Feio e alguns empregados desta e de Barcelos. Ameaçava a sua volta corajosamente e por isso a lastimosa situação dos habitantes era um tanto triste porque a estação dele em Prado na escolha da retirada para Valença, causou suspeita e receio de retrocesso. Este retrocesso foi indicado por algumas mãos e foi talo alarme que se espalhou na cidade que mal se pode descrever o estado dos habitantes na busca de asilo seguro da sua existência e dos seus meios pelo conhecimento ocular das acções imorais da tropa."

A saída dos militares fora antecedida pela partida dos civis.

> "No dia 3 de manhã todos os cartistas declarados se transportaram em retirada da cidade e outros andam assustados; entre eles se conta o Arcebispo que no dia 2 de manhã deixou o seu ninho."

Ter-se-á dirigido a Joane, remetendo ao Cabido um ofício que se abriu pela tarde, onde declarava que delegava na sua ausência a jurisdição nas mãos do cónego mais antigo do Cabido, até que este se reunisse e determinasse convenientemente. Eis aqui uma coisa que nunca se deve fazer... Que pastor seria este que abandonava as ovelhas quando o lobo se aproximava?

Como já foi dito, as forças populares reagrupavam-se pouco a pouco, e outras transitavam para Amares onde o general Macdonell tinha estabelecido quartel.

Aparentemente seguras, agora que o Casal circulava no Alto Minho, as autoridades municipais miguelistas regressaram e tentaram restabelecer uma incipiente administração. E quem fala de administração fala de dinheiros, isto é, de impostos. E, como em todo o lado, também em Braga ninguém gostava de os pagar, mesmo que fossem os miguelistas a pedi-los.

> "Estabeleceu-se a direcção realista na cidade, marchando as autoridades nos seus deveres. Tem havido alguns donativos e se deram para o Tesoureiro deles, José da Cunha Guedes Pinto e deles se tem despendido com a força aqui estacionada. Por isso, que alguns proprietários se têm recusado a apresentar-se ao empréstimo forçado que se exigiu e deles se consta o visconde de S. Romão, e outros, se julgou conforme aboletarem-lhe para as suas habitações certo número de praças da força que aqui há, para lhe causar estímulo e até furor."

O raciocínio era simples: já que não queres contribuir, vais ter de pagar de outra forma, isto é, vais ter de alimentar e alojar soldados miguelistas. No caso do visconde de S. Romão foram cinquenta. Em 1 de Fevereiro, o nosso homem não aguentou, sendo-lhe levantada a guarda popular que o S. Romão tinha em casa, porque contribuiu com o empréstimo que lhe era determinado.

Quando a cobrança de impostos se mostrava difícil, havia que procurar o dinheiro onde ele existia, independentemente da localização da fonte:

> "Igualmente se tem o corregedor mostrado diligente em oficiar às Irmandades e Confrarias a pedir fardamentos para o fornecimento de voluntários. Como a desgraça da guerra traga em sua companhia mais males; estes se envolvem com capas de diversas cores, já graves, já imorais. Muitos dos habitantes da cidade se chamam desgraçados, por serem roubados pela tropa, *outros porém se queixam de outros agressores.*"

João Baptista Vieira Gomes estava a referir-se aos ladrões puros e duros. Numa época tão conturbada, tornava-se fácil e inevitável a montagem de esquemas que era imperioso contrariar.

> "Com o 1º de Fevereiro de manhã se gloriou a força armada, que se acha na cidade, de apanhar em flagrante a um grupo de malvados em os prados, com destino de assaltarem a uma casa da Rua da Água, e felizmente foram apanhados munidos de armas assassinadoras e acorbertados com os distintivos da força popular que rusticamente é umas fitinhas vermelhas e assim foram levados à cadeia, sendo um deles um quidam eclesiástico apelidado Abade no concelho do Lanhoso, o qual além de ser padre foi encontrado com os mesmos sinais e além disto com banda à cinta e espada, declarando-se comandante de uma tal força."

Reparemos no método utilizado. Uma movimentação mais desimpedida era facilitada pelo uso de um símbolo por todos reconhecido e aceite: as *fitinhas vermelhas.*

O tempo exigia acordos e é deles que se começa a falar.

> "O general Garcia e o conde de Almeida têm transitado por esta cidade para Guimarães e desta para outros pontos, divulgando a notícia da convenção feita entre os partidos realista e setembrista, dando-se as mãos, para debelar o partido cartista, debaixo da bandeira de el-rei D. Miguel."

O Dr. Chasco e os militares miguelistas confundiram os desejos com a realidade. A anunciada coligação dos setembristas e realistas, nunca foi dirigida por estes últimos. *A actuação de ambos nunca passou de um conjunto de acções concertadas*. Aliás, os miguelistas entrariam em queda depois da morte de Macdonell, acontecida em circunstâncias de suposta traição. E Braga iria assistir a mais uma mudança de autoridades. Os absolutistas cederiam a primazia aos setembristas.

> "Girava a nova de se dirigir para a cidade uma força de tropa setembrista do Porto. Não causou um alarme descarado, mas algum tanto assustador pela retirada que manifestara a força de Francisco de Abreu (*miguelista*) que então guarnecia a cidade." (…)"Toda a cidade gemia com a notícia da morte de Macdonell em Vila Pouca d' Aguiar em o encontro com as forças do Barão de Vinhais (*foi em 20 de Janeiro*); e com a perda do promovedor do sistema realista e algum retrocesso no seu progresso."

E deu-se finalmente a substituição das autoridades, ao abrigo do acordo amigável entre estes dois aliados de circunstância:

> "O sobressalto continuou e pelas 11 horas foi evidente a determinação da entrada de uma brigada comandada pelo barão de Almargem (*setembrista*) sem o menor sinal de hostilidades porquanto nestes tempos se organizava a força armada. Com efeito achava-se a força na cidade e fizeram a sua retirada o comandante Abreu (*miguelista*) e a força e todos os donativos que estavam em depósito na Tesouraria. - (*Isto do dinheirinho tem muito que se lhe diga. Não podia ser deixado na mão dos rivais, por mais amigos que agora eles parecessem…*). (…) "Observou-se toda a harmonia e familiar conduta." (…) "Estabeleceram-se piquetes para as imediações da cidade; organizaram-se as autoridades do governo civil e concelho, porque tinham acompanhado a força, e tudo se pôs em andamento. (*Gaspar Pereira de Vilhena Coutinho seria o presidente da Comissão Municipal nomeada pelo Governador Civil setembrista*.) Havendo de sentir-se algum medo, era do norte da cidade que assomaria o inimigo, qual o desumano Casal e sua ralé que se achava em Viana."

A chegada dos setembristas determinou o inevitável. Passaram a pontificar os problemas ligados à administração civil e militar, as ques-

tões dos impostos e o descontentamento a eles ligado. Mas havia também algum alívio, apesar de tudo. *João Baptista Vieira Gomes, no Volume 7* do seu manuscrito, dá-nos conta desse alívio:

> "Tem permanecido a força pesando sobre os moradores da cidade que gemem *pacíficos* por se desviarem do raio demolidor do Casal, que ainda longe, em Viana, está aterrando os ânimos."

O Casal permanecia a fonte do terror, sendo ele quem definia os grandes medos e as grandes esperanças.

> "O dia 26 de Fevereiro foi aterrador na cidade por se anunciar de madrugada a marcha da Divisão em consequência da aproximação da força do Casal a Barcelos e com efeito se mobilizou de manhã, porém teve de tomar quartéis por nova ordem de sustação." (…) "Repetiu-se a marcha e sustou-se por mais vezes, até que estava em armas a força até às 3 horas da tarde. Nesta alternativa alguns corpos tinham no campo armas em sarilho e no tumulto foi encontrado um homem sem rebuço, andar a contar os sarilhos e mencionar o número em papel, cujo objecto sendo observado foi apreendido e seria momentaneamente morto se não fosse descontada a tontice do relator desacordado, e foi preso." – (*Memórias de Braga, Volume 7*)

A necessidade de controlar os adversários não poupou o Dr. Vieira, cartista, antigo e futuro presidente da Câmara, personagem importante, lembrada várias vezes na história de Braga, nunca pelas melhores razões.

> "Por esta mesma ocasião se prendeu o Dr. Vieira e família e alguns amigos, como um seu fiel e familiar chamado Russo, o Macedo e João Rato; todos por aliciadores de tropa para o Casal." (…) "A este tempo quer verificar o general o laço e manda a um soldado da sua confiança rebuçado com carácter de rebelde apresentar-se ao Dr. Vieira a pedir conselho para se evadir para o Casal; foi de pronto estimado e de colóquio em colóquio o brindou com 9.600 reis e lhe insinuou por onde se dirigisse. Deste engodo se propõe o soldado à retirada e com este auto do corpo de delito volta ao general e desenvolvendo o crime o prova com o prémio e promessa de mais e a quantos quisessem. Imediatamente se aprontou escolta forte, é cercada a morada do Vieira e apreendida a família e recolhida ao Aljube." (*Dr. Chasco, obra citada, Volume 7*)

De todos os problemas que o tempo impunha resolver, o mais importante era a questão do dinheiro. Só ele permitiria solucionar cada

um dos outros. Só que não era nada fácil encontrá-lo… Vejamos o que nos diz o Dr. Chasco sobre o mês de Fevereiro e seguintes:

> "Por mais diligências que se façam sobre a arrecadação das Décimas, não tem sido possível liquidar-se dinheiro para pagamento da tropa; e por isso trata-se de empolgar a unha em o dinheiro que está em arca no Cofre dos Órfãos, cujo depositário é José Boaventura da Silva Pinto. Este acto violento se encara universalmente odioso." *Nem os órfãos escapavam…* "Todas as autoridades se têm esmerado em promover a arrecadação de todos os réditos, que se pode chamar da Fazenda Pública."

Como dizia o Dr. Chasco, o retrato da desgraça estava desenhado em todas as classes do tempo presente.

Só havia um caminho a seguir e este já se mostrara outrora perigoso, e ainda por cima tratava-se de um *outrora* muito recente…

Diz-nos o *Dr. Chasco no seu Volume 7*:

> "Em o dia 20 (*de Abril*) se publicou um bando, anunciando-se as taxas que cada vendedor, sem distinção de géneros, deve pagar; sendo a máxima 2.400 reis e a mínima de 20 a 800. Este objecto causou imediatamente um choque perturbador pelas consequências e preconiza-se algum desenlace." (…) "De facto ocorreu o dia 22 e em o mercado não apareceu vendedor algum do género pão, ocasionando-se por isso uma escassez total. É verdade que a necessidade de vender moveu a alguns a praticar o seu negócio em algum lugar, que não fosse o Campo; porém esta ideia, suposto favorável às necessidades do povo, contudo alguns outros vendedores ciosos se armaram e tentaram perturbar sempre o expediente, declarando-se a falta de todos os géneros de primeira necessidade. Este incómodo alertou o Administrador e se pôs em cautela, desvelando-se alguns adidos a conter os grupos do povo que se apinhava junto do paço a requerer contra ordem, sem que deixassem de escutar os amigáveis e pacificadores conselhos que outros lhes propunham: serenou-se algum tanto a comoção, prometendo-se providências. " (…) "Chegou o motim popular a tanto que quiseram forçar a porta da Sé para tocar a rebate, depois de tentarem a porta do Paço para requererem providências. Por um e outro motivo se viu publicado um bando em que se anunciava a licença de poderem vender géneros no mercado, independentemente das licenças, enquanto se propõe à Junta o remédio. Serenou imediatamente a comoção popular e afluíram ao Campo todos os géneros e acompanhou juntamente a voz de demissão do Administrador."

Os aspectos militares pareciam estar a resolver-se da melhor forma. Pelo menos não se agravavam e a esperança mantinha-se. Mas

as grandes decisões aproximavam-se. Parte da tropa setembrista dirigiu-se para o Porto e outra para Guimarães. *João Baptista Vieira Gomes* interpreta estes movimentos à sua maneira:

> "Dizem uns que tais movimentos são prelúdios para agredir o inimigo, como em o norte às forças do Casal estacionadas em Viana e para o nascente em oposição a algum avanço do Vinhais. *Porém ambos previnem os movimentos revoltosos do povo que em os pontos dos Arcos e Lanhoso e suas vizinhanças tem proclamado directamente a D. Miguel I, acto declarado que os setembristas não levam a bem*."

Uma notícia começou a animar os cartistas. Dava-se como certa a intervenção estrangeira da Inglaterra e da Espanha a favor da Rainha. Dizia-se que eram 4.000 homens prontos a desembarcar em Lisboa. A Quádrupla Aliança movia-se. Era uma questão de tempo, pensavam. Entretanto, os velhos problemas mantinham-se.

> "Porque as autoridades de Lanhoso não pudessem obrar como queriam para satisfazer os seus deveres constitucionais, e tinham como barreira os povos bafejados com a energia do padre João do Cano e Casimiro, diligenciavam escudar-se sempre que podiam com aquela (com *a força militar*…), pediam e por isso ou de Guimarães ou desta cidade os protegiam."

A tropa do batalhão de voluntários setembristas de Fafe envolveu-se no dia 26 em fogo, nos confins da freguesia de Rio Caldo.

> Teve "de pagar com o atrevimento deixando mortos, feridos e 30 prisioneiros, e deixaram os lugares que penetraram fugindo para Guimarães e aquelas das autoridades que puderam escapar se recolheram à cidade."

A esperança dos setembristas era a última a morrer…

> "O dia 28 de Abril entre os setembristas foi reconhecido alegre e festivo logo de manhã; e manifestado por alguns tiros de foguetes ao ar; e porque a demonstração se vulgarizasse, afixou-se um suplemento por onde se declarava que um vaso de guerra que engrossava o bloqueio do Douro se entregara com a tripulação à Junta do Porto (*setembrista*) e por este significado se conjecturava a esperança de vitórias posteriores (…), mas o povo conservou o indiferentismo."
>
> "Por notícias de Viana se pôde saber que o bombardeamento para o castelo tivera princípio no dia 16 de Maio e que no dia 17 se concluíra o desmoronamento de algumas guaritas e o relógio de sol, pelas bombas

> dirigidas do alto de Santa Luzia. Também consta que a força que no dia 18 tinha saído daqui para Guimarães retrocedera daquela vila, com algum pão em espécie para esta; e que a força de setembristas de Fafe tinha tomado o destino de Vieira; porém, que encontrando as forças do padre Casimiro se saudaram briosamente e que por ser aquele horizonte montanhoso, se achavam as forças estranhas cercadas pelos naturais e em perigo." (…) "Como a comoção popular do Minho tivesse por símbolo eléctrico a Maria da Fonte e a esta se dedicasse um hino, era este cantado em geral por todos os cidadãos e aldeões; porém o abuso conduziu a cantar-se por muitos uma ou outras cantigas insultantes, ora contra o Saldanha ora contra a Rainha, (…) generalizando-se de sorte que nem o público nem as autoridades estranhavam. É porém estranho o procedimento do Governador Civil que o fim de Maio editalmente fez constar a proibição de semelhantes cantorias e de mistura outra ordem policial para que elas não referissem notícias algumas aterradoras, cujos documentos foram semeados pelas aldeias, mas na noite próxima à afixação foram cobertos de imundície."

O avanço das tropas espanholas recentemente entradas no país era inexorável, embora o Dr. Chasco ainda mantivesse a esperança.

> "Conta-se que os povos limítrofes de Ponte do Lima se têm alarmado em oposição ao progresso da marcha das tropas espanholas; e ao som dos sinos a rebate tudo se move em as freguesias circunvizinhas às estradas." (*Volume 7*)

E finalmente começaram a tornar-se audíveis os sinais do fim próximo:

> "Nesta balbuciação teve lugar na cidade, em o dia 23 de Junho pela manhã, o susto da aproximação das forças inimigas." (…) "Recolheram-se os povos à sua consideração e nem por isso a celebração da festividade de S. João Baptista que nesta cidade se realiza com uma procissão da imagem do santo, acompanhada com o toque e dança do rei David, os distraiu das vistas e penalidades de uma guerra que está iminente. Outro tanto acompanhou a força aqui estacionada, que apesar de terem participado de um solo hospedeiro, esteve toda a noite e dia com a significação de marcha, em armas e à força." (…) "Porque a força que apoiava as autoridades se retirasse e as mesmas se não julguem ainda seguras, julgou-se providente que a polícia fizesse rondas nocturnas: e que os empregados fizessem corpo de guarda principal debaixo dos alpendres; o que gostosamente se cumpriu exercitando-se em manejo de cacetes. Eles alongam as suas diligências mais para o nascente do que para outro qualquer ponto: temem algum assalto da Maria da Fonte e por ele consta que no alto do rochedo do Bom Jesus se tem reunido a patuleia."

Uma semana depois os cartistas lá apareceram:

> "Em 30 de Junho (…) foi notório por foguetes que se achava concluída a convenção e as forças exteriores faziam a sua entrada no Porto. Este seco anúncio foi seguido de outros poucos foguetes, dados à afixação de um boletim; que em pequeno espaço e poucas palavras dizia o mesmo. Não causou admiração tal estrondo e tal notícia." (…) "Entrou o mês de Julho em o dia quinta-feira e a folhinha política que regulou foi algumas praças dos corpos populares que se achavam no Porto fazerem-se aparecidos na cidade e referirem os termos da convenção. (…) No dia 1 de Julho foi para esta cidade um dia gostoso por ver nele os seus naturais sãos e salvos dos trabalhos bélicos, ainda que tristes pelo desfecho que teve a luta em que se achavam empenhados. A relação circunstanciada que produzem motiva honra, porque apontando-lhe a sorte a vitória, esta lhe foi roubada por uma convenção feita entre a Junta e o General Concha que lhe garantia a execução dos quatro artigos admitidos pelo governo de Lisboa; e por este motivo cessou a Junta de obrar, bem como a força; têm voltado aos seus lares todos aqueles heróis, e bem o mostram porque a tristeza não os acompanha, mas sim o brio e a honra; porque a sua luta era contra o governo que havia no seu reino e não era contra as nações que se achavam em acto, auxiliadoras do fraco governo de Lisboa que conhecendo a sua imbecilidade ao convidou com frívolos pretextos." (…) "Com este descarte e a tais observações marcha tudo placidamente e com vistas melancólicas. Os empregados têm querido apossar-se dos seus empregos, porém, como todos têm sido postos para despacho da Rainha, ventilam todos e disputam a preferência." (*João Baptista Vieira Gomes, Volume 7*)

Mas a pacificação ainda não estava concluída. Seriam necessários ainda mais quatro anos para que as condições para a sua concretização se preenchessem.

ENTRE A PATULEIA E A REGENERAÇÃO

Quase resolvido o problema da violência militar, os bracarenses puderam finalmente começar a pensar naquilo para que tinham apetência: a feitura de obras, especialmente das que permitissem a criação de uma imagem de progresso e escondessem o conservadorismo envergonhado dominante. Mas não se pense que o processo foi linear. Tratou-se de um percurso longo, dividido em fases, com avanços e recuos repetidos. Para pôr em prática aquele objectivo, houve que criar as receitas indispensáveis, foi necessário alterar mentalidades e harmonizar raciocínios. Era indispensável um banho de civilização para



A Torre de Menagem com o espaço envolvente, segundo imagem de azulejo existente na escadaria principal da Câmara Municipal. Era aqui que funcionava a cadeia

que tudo avançasse. E tantas mudanças só seriam possíveis com modificações à escala do país.

O início da nova época faz-nos lembrar tempos muito mais recentes, compatíveis com o conteúdo de uma revista cor-de-rosa do século XXI. *João Baptista Vieira Gomes*, obra citada, diz-nos:

> "Em o mesmo dia (*8 de Julho 1847*) se organizou um comboio de pessoas particulares, a maior parte da Rua do Souto, amigos, parentes e contra-parentes do S. Romão e companhia que gostosamente se convidaram e foram em súcia ver entrar o Saldanha no Porto e prometem acompanhá-lo até esta cidade regozijando-se de entrar no gostoso enlace que

ele trata com a família de Gonçalo Pereira, acto que um e outro prometem concluir brevemente; aquele por interesse de dinheiro, este por bazófia e grandeza constitucional."

A que aludirá o cronista, quando se refere ao "gostoso enlace" entre as famílias do Duque de Saldanha e de Gonçalo Pereira, visconde de Bertiandos e proprietário da casa dos Biscainhos? Seria um projecto de casamento? Ignorámo-lo. O que é certo é que a vinda de Saldanha a Braga começou a ser preparada:

"A diligência festival da recepção do Saldanha nesta cidade está em acção: umas ideias aplicam-se em formar arcos na Cruz de Pedra; outras em adereçar a porta da casa dos Biscainhos. Tanto um como o outro lugares de pronto se viram asseados com arcos de perspectiva, singularmente condecorados a galão e folhas de louro sobre paninho ou algodão; ainda que excedia no belo um baldaquim à porta dos Biscainhos, todo em branco repartido com galões amarelos, e alguma folhagem de louro; que ao primeiro golpe de vista representava uma festa de Santo António; distinguindo-se de um tal efeito por ser feita no meio da rua e perceberem-se alguns emblemas simbólicos, que sendo próprios dos santos em razão das virtudes e vitórias conseguidas em defesa da religião."

Mas Saldanha trocou as voltas aos admiradores. Decidiu ir primeiro a Guimarães e só dali rumou a Braga.

"Se activou a diligência em trasladar os objectos para a Rua da Água; o que foi fácil por ser também fácil a mudança e se colocaram os dois arcos naquela rua e se empenharam os directores em sequestrar todas as flores que houvesse para lhe embelezar em o ar caminhado. Todas as ruas que tinham de ser transitadas foram aformoseadas com bandeiras e portos de mar e embarcações, cujos adornos serviram de mestre-de-cerimónias. (…) Pela s ruas foi obsequiado com flores e de algumas casas lhe lançaram coroas de flores tecidas regularmente, e outras de uma cor só."

E lá veio o inevitável Te Deum:

"No dia 16 de manhã continuaram os festejos dos foguetórios e sinos e de tarde se realizou um Te Deum Laudamus na Sé a que concorreu o Saldanha e o seu estado-maior e oficialidade de toda a arma, tanto portuguesa como estrangeira." (…) "No sábado, 17 de madrugada se pôs o Saldanha em marcha devota/hipócrita ao santuário do Bom Jesus acompanhado daqueles que lhe faziam a corte. (…) Não marchou o Saldanha ao Santuário sem que primeiro para o tal lugar fosse mandada uma força de Infantaria 3 que torneando o monte dissipasse alguma emboscada que ali se ocultasse."

Saldanha era um homem em alta… Uma estrela em ascensão… Na fase final dos combates, desempenhara papel importante na contenção das tropas patuleias portuenses, mantendo-as separadas das que operavam no sul. Fora nomeado duque ainda em 1846 e seria mais tarde indicado para primeiro-ministro em Dezembro de 1847, cargo que acumularia com o de ministro do Reino em 1848.

O passo seguinte teve a ver com as mudanças do pessoal administrativo e com a resolução das tricas entre antigos e novos funcionários.

> "Os empregados da Administração andam em azáfama em organização dos seus trabalhos e com zelo se têm proposto a tirar as teias de aranha nos papéis, maculando os pretéritos, de ladrões que lhes levaram réguas, penas e tinteiros e no meio deste exercício já demonstram melhor semblante e tão bom que se julgam no seu placidíssimo por terem o sólio da sua Rainha já desafrontado de inimigos claros: contudo estremecem ao mínimo assopro. A Câmara Municipal não se esqueceu do dia 8 de Julho para solenizar o aniversário do desembarque do exército libertador em Mindelo; e por isso na madrugada ao jantar e à noite do dia se despenderam alguns reais em foguetes para se não perder o costume." – (*Obra citada, volume 7*).

E os quadros dirigentes também entraram na dança. O novo governador civil não gostou do controle que o poder militar local pretendia exercer sobre ele. Descontente, Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida Sodré, iria refugiar-se em Guimarães quando o General Vinhais lhe ordenou que devia seguir o partido que era puramente Carta e Rainha e que se tinha tenção de seguir outro plano o prevenia e admoestava. Marques Murta, aquele de cuja casa teria sido disparado o tiro que quase provocara uma tragédia quando da descida do Padre Casimiro à cidade, por ocasião da Maria da Fonte, começou por ser demitido das suas funções de secretário do Governo Civil em Novembro de 47. Mas voltaria a assumir o cargo em Janeiro de 48. E a sua alegria foi tanta, que a resolveu sinalizar com foguetes, coisa inédita, até para uma cidade como Braga. As delícias do poder também fazem perder a noção do ridículo…

Mas o grande problema que afligia o país era a questão financeira. *Oliveira Martins*, no *Portugal Contemporâneo, Volume 2*, retrata-o de forma exemplar:

> "A guerra acabara, não há dúvida, nas faltava ainda liquidar a crise, e como a paz não significava abundância, mas sim a continuação da miséria, continuava a mesma indecisão das medidas, ora dirigidas a manter o crédito das notas, ora a sacrificá-las às necessidades do Tesouro. (…) Três meses bastam, dizemos, para convencer de que o único meio de

> resolver a questão é suprimi-la por meio de bancarrota declarada. (…) A contar de 20 de Dezembro, as notas poderiam entrar por metade nos pagamentos do Tesouro, mas não pelo valor nominal, só pelo valor real, segundo as cotações da Bolsa."

Esta bancarrota teve efeitos sociais terríveis. Ficaram célebres os casos do banditismo de José do Telhado no Douro e de João Brandão nas Beiras, directamente ligados a esta época. Embora não tenha produzido nenhum bandido célebre, Braga assistiu ao aumento da criminalidade, pequena e grande.

Havia roubos que não representavam mais do que a pobreza dominante, como era o caso do desaparecimento da roupa colocada descuidadamente a secar. Existiam também os assassinatos, muitas vezes ligados ao consumo excessivo de álcool, a violação de menores, a sedução de mulheres no confessionário, os desvios de dinheiro nas repartições públicas, o roubo engenhoso, a moeda falsa e até o roubo de Igrejas. E nem sempre ao crime correspondia um castigo. Tal foi o caso do tesoureiro Maia. Disse-nos o nosso cronista, o *Dr. Chasco*:

> "É significativa a falta de harmonia entre os empregados do Governo Civil; e principalmente no Tesouro; porquanto foi suspenso o recebedor Maia e instado a dar contas e se lhe acumula alcance. Este alcance foi reconhecido por um quidam de Lisboa que tendo vindo para um tal fim, e ele Tesoureiro presente, lhe foi achado o alcance de 1.800$000 de deficit: em consequência do que foi suspenso por 20 dias e dentro deles repor ao cofre a quantia referida. O tal Maia retirou-se a Lisboa a dar conta da sua pessoa aos seus padrinhos, para melhorar da vergonha."

E continuou:

> "Já o Periódico dos Pobres no Porto do dia 21 de Novembro nega o deficit do Tesouro de Braga, ocasionado pelo Recebedor Maia. (…) Diz que as culpas acusadas ao Maia eram faltas de declarações e por conseguinte já se agoira que ele voltaria para concluir e purificar os livros, como de facto no dia 28 foi visto (…) cercado de livros, a uns fechando-lhes termos, a outros abrindo termos e finalmente em outros assinando termos."

A ligação entre o clero e as violações era frequente:

> "Acusaram ao Abade de S. Romão do Vale /Bigodes/ de desfloração", sendo-lhe aplicada " sentença de degredo, cuja pena se fez pública em os dias deste ano e como seja desdouro ao decantado Abade, trata o mesmo de remir a pena."

Foi afectado do mesmo crime um eclesiástico, vigário da Morreira,

> "…acusado por um seu freguês, da condição de jornaleiro por ser escanhotador, por lhe molestar sua filha e a desflorar; de que se deram 45 testemunhas. (…) E como o facto seja ofensivo ao estado eclesiástico, trata o vigário de corromper o processo. Estes párocos campeiam de heróis do tempo."

Também havia assaltos a residências.

> "O que mais penaliza aos habitantes da cidade é a cáfila de ladrões que infeccionam já o solo bracarense sem receio de serem vistos de algumas das patrulhas militares ou policiais. (…) Pela segunda vez foi assaltado na noite de 11 de Janeiro (*1850*) a casa do Delegado Pinto no lugar do Areal e acometido com um grande estrondo de arrombamento de portas, confundido com tiros de mosquetaria, porém o latido dos cães em aquele lugar aldeão despeitando os povos contíguos pôde serenar e sossegar a acção, de sorte que desistiu da acção a cáfila malfeitora, e no dia seguinte desalojou a família para a cidade."

Ainda em 1850…

> "Descobriu-se em casa de Lourenço de Magalhães um homem escondido debaixo de uma cama no interior da casa e por diligências cautelosas foi apanhado, preso, e por interrogações particulares se pôde saber o auxílio de um criado da casa."

Um dos roubos mais curiosos e *asseados*, por demonstrar grande preparação e sangue frio, ocorreu no ano de 1848. Vejamos novamente as *Memórias de Braga*:

> "Anda o S. Romão bracarense azul, pelo roubo asseado que lhe fizeram. Tinha o S. Romão de remeter para Lisboa a quantia de 3.800.000 reis e tantos mil reis produto da Administração do tabaco, e como era conveniente uma letra lhe apareceu em casa um homem com uma letra do S. Romão de Lisboa para receber dele a quantia supra; porém desconhecida a pessoa se lhe pediu algum abono para acompanhar a legitimidade da letra que o acompanhava. Não ofereceu o homem abonador na cidade por ser desconhecido; porém ofereceu-o no Porto e em abundância e se tratou de concluir a abonação tomando um e outro o meio mais óbvio: o recebedor marchou ao Porto e o S. Romão abriu correspondência com o seu irmão para reconhecimento do sujeito; porém como ladino, aquele apanhou do correio a carta do S. Romão e imediatamente forjou a resposta para Braga, abonando ao homem ladrão; e no mesmo correio enviou outra carta de outro negociante abonando igualmente outra identidade do que se queria; de sorte que as circunstâncias estavam todas aplanadas e dispostas. Com este enredo se apresentou o embusteiro ao S. Romão e para o

> devido pagamento foi o S. Romão ao cofre do Paço e contaram os pedidos 3.800$000 francamente, para cuja conduta estava já um galego pronto que o conduziu na direcção da Cruz de Pedra, e em uma casa onde estavam aquarteladas as cavalgaduras e mais comboio. Por este modo se ficou desafrontado o S. Romão do cuidado do dinheiro." (…) "No correio imediato encontra o S. Romão uma carta de Lisboa com letra para dispor do dinheiro. Eis o S. Romão azul e em ânsias pelo acontecimento pretérito."

A descrição termina com uma ida a Penafiel para onde o S. Romão mandou cavalaria e alguns amigos e por informação chegada no dia 3 de Maio se soube que foi encontrado o roubo com diferença de pouco.

Os crimes de moeda falsa eram isso mesmo, casos de *moeda* contrafeita. Não nos podemos esquecer que o numerário em papel estava completamente desacreditado e que nenhum falsário se dedicaria a produzir uma mercadoria que dificilmente conseguiria despachar. O *Dr. Chasco* conta-nos:

> "Descobriu-se em Braga a tinha de fazer dinheiro falso, e por seu cunho se tem empregado o Juiz de Direito Pignateli com diligência no escrupuloso exame dos autores de tal artigo. O cheiro tem guiado ao lugar da fábrica (…) porém como o laboratório era oculto, demanda o negócio algum tempo para a conclusão. Tem-se achado alguns indícios em a fábrica de fundição de sinos de Manuel José da Silva da Rua d' Água, porém não são enérgicos, mas dirigem ao último estado; a diligência tem sido escrupulosa desde o dia domingo 12 e seguintes, com tanta assiduidade que se tem desfigurado alguns objectos remotos e próximos à fundição do artigo, bem como metais convincentes de semelhante laboratório. Foi apreendido um irmão alcunhado cúmplice em flagrante e se diligencia pelos mais agentes, pois da apreensão da correspondência se têm obtido algumas declarações, passagens e remessa de numerário em porções avultadas para diferentes partes e diferentes indivíduos." (…) "O nó górdio que encontrou (*o juiz…*) para material suspeito e próximo foi o exame em a casa de Manuel José da Silva, sineiro da Rua da Água, alcunhado por denúncia da factura de dinheiro falso, e com bastantes indícios da arte acusado; porém, sem prova plena. Acabou o irmão Manuel Júnior preso e em segredo por ser alcunhado de passador de moeda viciada. Achou diferentes trastes inculcadores do crime."

Numa cidade fortemente religiosa e temente a Deus, nem as Igrejas estavam ao abrigo da cobiça dos ladrões:

> "O roubo feito na Igreja do Pópulo (*em 25 de Agosto de 1847*) tem dado que cuidar às autoridades administrativas pela indagação e acareação das testemunhas." (…) "Sendo pelo auto a achada do rompimento e

> arrombamento da porta mística entre o quartel e a Igreja; único vestígio do roubo, material suficiente para apontar como ladrões os soldados do mesmo quartel (…) e por isso a diligência de lavar o corpo militar da vergonha é significada e em extremo grande. Está o público em expectação do fim do problema."

As Memórias de Braga contam como é que se deslindou o crime. Um soldado vendeu parte do roubo a um ourives, cortado em pedaços com a forma de dragonas. A compra e a venda realizaram-se sem cuidados.

> "Porém, o vendedor com a ganância descuidou-se de um certo embrulho que em casa do ourives ficou de lado em o sítio da venda e se retirou. Como o ourives recolhesse o comprado, resultou igualmente aquele embrulho pequeno que não tinha entrado em compra; porém por não observado se propôs a ver, quando encontra uma chave de prata, que não menos era de um sacrário e em companhia uma outra peça pequena induziu manifesto de objectos roubados em Igreja."

Saldanha e os irmãos Cabral, José e António, tinham um projecto comum – a pacificação do país. Apenas divergiam na forma de o atingir. Enquanto Saldanha estava disponível para conquistar apoios através de cedências, os irmãos Cabral propunham uma solução mais dura – a repressão. Só que, depois da guerra civil, a aparente unanimidade entre os dois irmãos mostrou que era isso mesmo, *aparente*. O irmão José tinha as suas próprias ambições e foram elas que determinaram a mudança. Pretendia o papel político dominante até aí desempenhado pelo mano António, o conde de Tomar. Utilizou a ausência do conde, tornado embaixador em Madrid no início da guerra. Procurou controlar o partido cartista, tanto quanto lhe foi possível. Quer isto dizer que nesta fase, cada um dos nossos protagonistas estava por sua conta e risco. O Conde de Tomar perdera grande parte da sua influência no partido e no exército. O seu irmão José tinha o partido, peça muito importante no fabrico das maiorias parlamentares. Mas não dispunha de força militar. Quanto a Saldanha tinha tudo e não tinha nada. Os povos do norte, influenciados pelo miguelismo, continuavam a resistir. Era primeiro-ministro, mas não conseguia impor a sua autoridade. Em Outubro de 1848 ainda havia boatos de comoção popular nos sítios habituais, que obrigavam à saída de piquetes, como aconteceu no dia 15 para Vieira do Minho. O banditismo imperava. As deserções repetiam-se. A resistência ao pagamento de impostos multiplicava-se. O crédito externo desaparecera. Saldanha e o

conde de Tomar precisavam um do outro. O primeiro queria o apoio político que ainda restava ao segundo. Este via no marechal duque uma porta aberta para a influência militar perdida. E, sobretudo, ambos ganhavam tempo. Podiam esperar mais calmamente a primeira oportunidade para eliminar o adversário.

Na viragem da primeira para a segunda metade do século XIX, diminuem muito as fontes ao dispor de quem pretenda desenhar uma imagem da cidade. Entre o falecimento do Dr. Chasco em 1850 e o nascimento de uma imprensa periódica regular em 1853, são três anos e meio mais vazios, onde pouco ou nada está disponível para lá dos materiais proporcionados pelo Arquivo Municipal. E quer as actas das reuniões camarárias, quer os registos de correspondência recebida e expedida têm o mesmo problema: ignoram o lado mais pessoal e cultural da vida. Mas se as coisas são mais difíceis, isso não significa que sejam impossíveis…

O fim da Patuleia determinou mudanças nas opções camarárias. A melhoria das comunicações passou a estar na primeira linha, prenunciando o que aconteceria durante a Regeneração. O ano de 1848 foi fértil em consertos de ruas e estradas. Em 18 de Agosto, o leilão em praça da obra na calçada de Palmeira impôs um custo de 680 reis a braça. A do Barreiro ficou em 660. Em 1 de Setembro, foi a vez da calçada da Cruz de Pedra, orçada em 650 reis a braça. No final desse mês realizou-se a arrematação dos consertos nas Ruas dos Biscainhos e do Souto. Em Dezembro foi a vez da calçada da Rua da Boavista. Mas era tudo ainda muito incipiente. Demoraria algum tempo até que o embelezamento do casco urbano fosse colocado como prioridade e que se concretizasse. Mas já havia alguns sinais do que estava para vir. Em 22 de Dezembro de 1848 foi presente o orçamento da mudança do chafariz do Campo da Vinha, com custos que não chegavam a 200 mil reis, quantia muito inferior à que estava orçada no orçamento geral do município. E ainda havia o oferecimento do Regimento de Infantaria nº 8, emprestando as praças precisas para a faxina. Face a isto, propôs o presidente que esta obra fosse a *primeira* de que a Câmara agora se deveria ocupar. – (*Livro de Actas da Câmara de 1847-49*)

Mas os objectivos eram muito mais grandiosos e só a falta de recursos impedia para já a sua concretização. Apresentou-os o presidente na mesma reunião que decidiu a transferência do chafariz do Campo da Vinha.

> "Propôs o Presidente que não tendo este município meios suficientes para fazer as obras indispensáveis na cidade e caminhos vicinais, não se atrevendo por isso a propor a factura de um Passeio Público ou Jardim no Campo Novo pelas rendas municipais, com o fim de melhor embelezar esta cidade e tornar maior o seu nome; julga por isso necessário recorrer a uma subscrição pelos habitantes do município a fim de que estes, por meio de donativos voluntários façam levar a efeito no ano seguinte a projectada obra: a Câmara aprovou unanimemente que se escrevessem cartas de convite a cada um dos cidadãos proprietários e ele presidente disse que subscrevia já com 9.600 e o fiscal em seguida com 2.400 reis e em seguida o membro António Manuel de Miranda, com 2.400." (*idem*)

São desconhecidos os resultados desta subscrição. Não se sabe mesmo se ela principiou. Uma coisa é indesmentível. Tudo demonstra ainda um enorme grau de ingenuidade e de desconhecimento sobre o funcionamento de uma economia capitalista emergente. Mas a ideia de aformosear o Campo Novo não se perdeu. Logo em 17 de Janeiro de 1849 foi nomeada uma comissão composta de alguns membros da Câmara para promover a feitura de um Jardim ou Passeio Público naquele espaço.

A grande proposta de alteração do rosto da cidade aconteceria em *Junho* desse ano: no dia 10 desse mês, o *Livro de Actas de 1847--49* informa-nos:

> "Disse o Sr. Presidente, que sendo geralmente reconhecidas as vantagens que resultavam a esta cidade pelo rompimento da Rua do Souto em linha recta ao campo de Sant'Ana, por muitos motivos e o principal ser o seguimento da primeira estrada – a do Porto – além do aformoseamento, mas conhecendo que tal obra não pode ser levada a efeito sem meios extraordinários, propunha que se convocasse para o dia dezasseis do corrente os cidadãos mais probos e conspícuos do município para serem propostos os meios mais suaves e indispensáveis para a referida obra, apresentando-se por essa ocasião o projecto com todos os esclarecimentos precisos."

Uma semana depois, no dia 16, o projecto torna-se mais esclarecido e esclarecedor:

> "Estando presentes alguns dos cidadãos que haviam sido convocados para o dia de hoje em conformidade do deliberado por esta câmara na sessão antecedente, a fim se levar a efeito o projecto de rompimento da Rua do Souto em linha recta ao Campo de Sant'Ana, o Sr. Presidente depois de uma breve exposição sobre este objecto leu o ofício do teor seguinte: "Ilustríssimo Senhor: acuso a recepção do ofício de Vossa senhoria de 13 do corrente e sobre o objecto que o mesmo trata tenho a informar V.

> Senhoria o seguinte: 1º – Que para ser levada a efeito a obra projectada na Rua do Souto desta cidade é necessário expropriar parte do terreno ocupado pelas casas de João Evangelista de Sousa Torres e Almeida, todo o terreno ocupado pelas propriedades que fazem frente para o Largo do Castelo até, inclusive, até à propriedade pertencente a José Maria Duarte que tem frente para a Sua de S. Marcos, da qual só é necessário expropriar parte do terreno; com o auxílio do esboço junto se conhecerá melhor a parte do terreno que há a expropriar. 2º – O valor que pode ter tais expropriações deve ser calculado proximamente na quantia de 12 contos de reis, entendendo-se que feitas estas expropriações, os materiais resultantes das demolições das propriedades ali existentes têm o valor necessário para cobrir as despesas que se devem fazer para levar a efeito o rompimento da rua."

E na continuação, foi dito na reunião que se fosse adoptada uma solução mais barata com uma "diferença pequena", tal seria de *rejeitar*. A ideia dominante na edilidade parecia ser a de fazer algo em grande, qualquer coisa que desse brado, que colocasse os vereadores num patamar etéreo, sublime. Mais vale não se empreenderem as obras, dizia o arquitecto Miguel Baptista Maciel no seu parecer.

> "Depois da leitura, mostrando todas as vantagens que resultavam desta obra, *tão óbvia que desnecessário era enumerá-las*, disse que não tendo, porém, a Câmara os meios necessários para conseguir o resultado deste projecto, só um empréstimo garantido por um tributo que amortizasse seu capital e juros no menor espaço de tempo combinado com os menos demorosos para os administrados do concelho, era o meio infalível de dar resultado a esta empresa, convidando para isso os cidadãos presentes a expenderem suas opiniões, declarando se contribuiriam para o referido empréstimo. Todos, unanimemente, declararam contribuir quanto as suas circunstâncias o permitissem, para o empréstimo que esta Câmara projecta fazer para levar a efeito a referida obra, oferecendo desde já – para ela – o Sr. Luís José de Matos, a quantia de 3 contos de reis; combinando todos que o meio mais suave para a amortização do capital havido por empréstimo e seus foros, era o tributo de dois reis em cada arrátel de carnes frescas que se consumissem no Concelho, o qual deverá durar até finalmente embolso. A Câmara aceitando estes generosos oferecimentos e ouvindo a proposta dos meios de amortização, deliberou que fossem propostos e discutidos com o Conselho Municipal no dia 18 do corrente em que o mesmo tem de reunir-se; coligindo-se todos os documentos indispensáveis que devem acompanhar o requerimento ao governo pedindo a autorização para o empréstimo." (*Livro de Actas, de 1847-49*)

Há dois aspectos a salientar na informação que esta acta nos dá. Por um lado o presidente diz-nos que as vantagens da obra são

tão óbvias que nem é preciso enumerá-las. Quer isto dizer que ele próprio se limitava ao único argumento que conseguia formular, a questão do *aformoseamento*... Por outro, a obtenção da receita necessária já não ficava prisioneira de nenhum voluntarismo ingénuo e passava a depender de um empréstimo, isto é, tornava-se um investimento, um negócio gerador de lucro, típico de uma sociedade capitalista.

Este projecto seria adiado dois dias depois, numa reunião do Conselho Municipal:

> "Depois de uma breve exposição em que expendeu as ideias emitidas por esta Câmara nas sessões de 10 e 16 do corrente, fez presente ao Conselho Municipal em toda a sua plenitude, o projecto, risco e mais que se levou a efeito, do rompimento da Rua do Souto em linha recta ao Campo de Sant'Ána, e havendo diversas opiniões - na discussão, pela incompatibilidade de tempo para o lançamento do tributo e outras, propôs-se por parte de alguns senhores presentes o adiamento para futuro da efectividade deste projecto." (*Livro de Actas de 1847-49*)

Seria preciso esperar pelo ano de 1852, durante a vereação do Barão de S. Martinho, para que a obra fosse finalmente concretizada. A Porta do Souto aguentara-se. Mas não seria por muito mais tempo...

Memórias do teatro, para a história de Mire de Tibães

FLORÊNCIO MANUEL MATOS GONÇALVES *

NOTA PRELIMINAR

Movimentando-nos na área das artes, encontramos a atividade performativa cénica que envolve o movimento e estabelece uma ligação com as destrezas musicais e da dança. Assim, ao abordarmos a arte da representação, estaremos a falar espontaneamente de atores, comediantes, músicos e muitas vezes de cantores e dançarinos. A arte cénica estabelece igualmente uma ligação com outros ofícios das artes visuais como os cenários, a maquilhagem e os figurinos.

E o que terá ocorrido em Tibães no âmbito performativo teatral ao longo do período temporal do século XX? Possuiremos nós algo significativo para termos momentos de prosa e historiar?

Dentro desta ideia e prolongando a vontade de viajar no tempo, o GAMT - Grupo de Amigos do Mosteiro de S. Martinho de Tibães decidiu partir de novo à descoberta, ao encontro das memórias do teatro amador em Mire de Tibães para, numa breve pesquisa, conseguir homenageá-lo nas suas múltiplas diversidades de componentes amadoras.

Nas entrevistas do anterior trabalho de 2019 sobre Os Serões de Aldeia, foi curioso constatar que as pessoas não mencionaram o teatro como uma atividade que fizesse parte dos serões. Poderíamos mesmo afirmar que a sua memória ficou de alguma forma aprisionada pela necessidade de subsistência e daí mencionarem atividades maioritariamente ligadas ao sector agrícola.

---

* Professor aposentado.

Porém, isto leva-nos a uma reflexão sempre necessária neste tipo de trabalho de investigação.

Atendendo à época que tem vindo a ser investigada, sensivelmente quase todo o século XX, na primeira metade da centúria, a freguesia de Mire de Tibães dividia-se territorialmente e economicamente em duas partes fortemente desiguais: a zona industrializada, com uma pujança económica forte graças ao enorme complexo industrial da Companhia Fabril do Cávado, situada no extremo norte, que corresponderia ao lugar de Ruães e arredores, sendo sensivelmente a sétima parte da sua área total; e a faixa agrícola, a mais extensa, sete vezes maior em superfície, dependente da longa e árdua faina da terra. Ora, por coincidência, a grande maioria das pessoas entrevistadas no anterior trabalho residia neste vasto espaço campesino e todos sabemos que a disponibilidade económico-financeira das pessoas condiciona a forma de ocupar os tempos de ócio.

Entretanto, o teatro existiu, pois houve pessoas que se apaixonaram por esta atividade da ribalta, algo elitista para um meio significativamente rural, numa ocupação que exige o gosto pela leitura e a interpretação de roteiros. Pessoas com disponibilidade para o lazer e com vontade de exibirem as suas descobertas, procurando ser socialmente valorizadas ao exporem a sua destreza representativa publicamente.

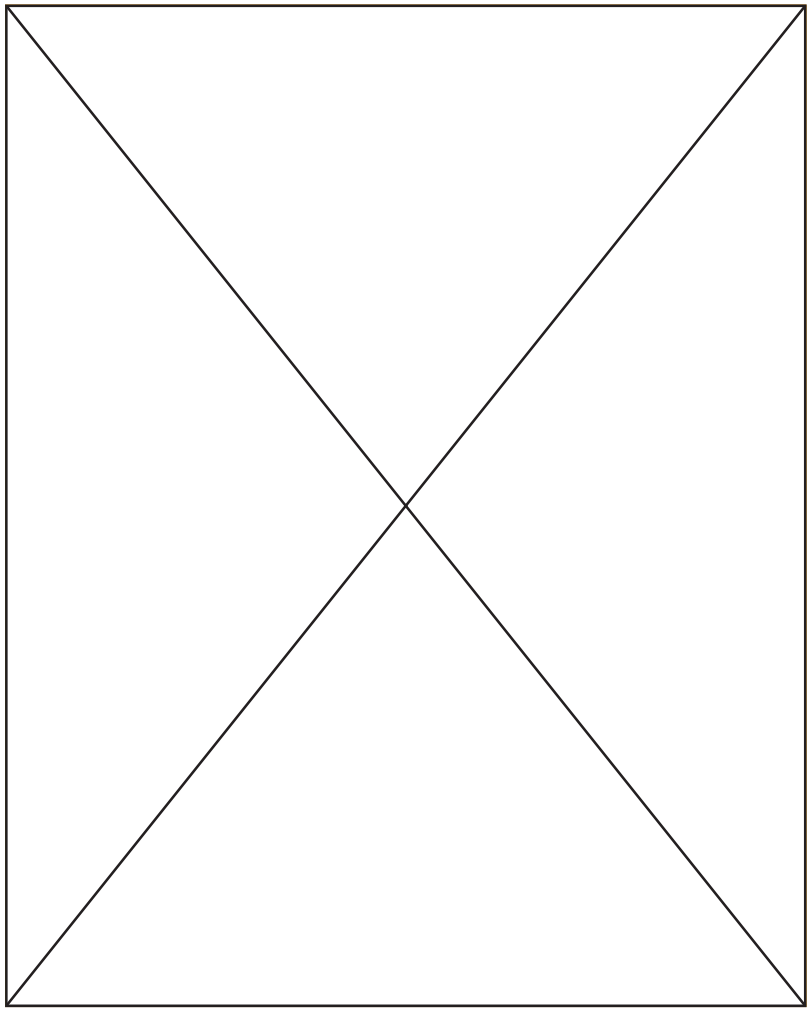
Numa breve descrição, procuraremos aqui desenvolver um momento vivo de memórias, umas mais pequenas que outras, quase esquecidas. Uma memória que se estende no tempo para lá de nove décadas e nos leva sobretudo ao tempo da ditadura do Estado Novo, ao período temporal do surgimento dos patronatos. É uma reminiscência construída por testemunhos, pequenas histórias de vida, objetos como publicações periódicas, cartazes, programas de espetáculos, fotografias, composições musicais e peças de teatro, algumas delas primorosamente copiadas de modo manual.

1 – OS GRUPOS DE TEATRO

Numa primeira abordagem, estivemos praticamente inclinados em afirmar que, em Mire de Tibães, as memórias recolhidas esbarrariam no período entre 1932/45, época do Patronato de S. Bento de Tibães, uma instituição da igreja católica responsável pela pres-

tação de serviços à comunidade na área intelectual e moral, sendo o seu diretor o pároco Dom António Coelho, OSB.

No entanto, numa inquirição paciente e depois de várias insistências, encontrámos um documento manuscrito a quatro mãos, devidamente encadernado, contendo a peça "O Filho Pródigo" com a seguinte referência: *Copiado em 1894 por Alfredo Rodrigues Padim, José Manuel Gomes, José António Pereira Rodrigues, Empregados da Fábrica de Papel de Ruães.* Folheando o livro, na parte final, achámos a componente musical, num caderno de doze páginas, com



O Filho Pródigo, cópia de 1894. Espólio de M.ª do Alívio G. Gonçalves

a menção: *Copia de muzica por Joaquim José Rodrigues de Sousa, Empregado da Fabrica de Ruães. S. Paio de Merelim 17 de Fevereiro de 1895.* Estamos perante uma reprodução que terá demorado no mínimo um ano a concluir e que nos informa sobre pré-existências dramatúrgicas ligadas ao território da freguesia de Mire de Tibães.

Neste período temporal, finais do século XIX e inícios do século XX, o lugar de Ruães, relativamente distante devido às difíceis ligações vicinais existentes com a zona central da freguesia, era pouco povoado e as pessoas que trabalhavam na unidade fabril, em fase inicial de expansão, viviam maioritariamente integradas na freguesia vizinha de S. Paio de Merelim, onde, segundo os indícios disponíveis, a atividade dramatúrgica já se desenvolvia com alguma regularidade.

– Grupos Cénicos do Patronato de S. Bento de Tibães (1932/...)

Na ausência de manifestos em registos organizados que nos permitam fazer deduções rápidas e credíveis, agarramo-nos a documentos que sustentem realidades vivenciadas pelas pessoas que nos precederam temporalmente.

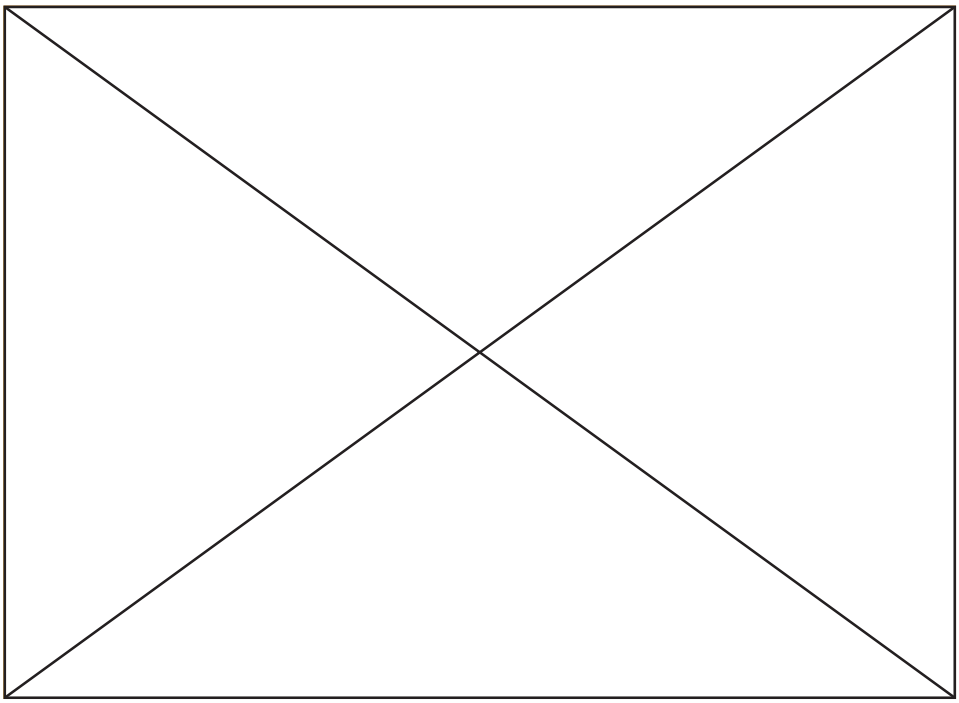
Segundo José Carlos Peixoto, no seu blogue *História por um Canudo*, atualizada na edição *Memórias do Couto de Tibães*, Braga: Câmara Municipal de Braga, 2017, refere que uma das iniciativas do Patronato dos adultos foi no âmbito da dramaturgia.

Tendo o privilégio de aceder a uma coleção de quase sessenta boletins mensais *A Vida Paroquial* (1933/37), edição *Opus Dei*, gentilmente disponibilizada por Maria do Alívio Gomes Gonçalves, esposa de João Pinto Gomes Veiga, asseveramos a dinâmica teatral em diversas publicações. Por exemplo, quatro meses após a inauguração do Patronato dos homens, na página oito do boletim número dois, fevereiro de 1933, no capítulo *Que haverá?* conseguimos ler: *No dia 26, Domingo de Carnaval, haverá teatro, interessante espectáculo pelos rapazes do Patronato.* Mas não era apenas teatro, os programas incluíam conjuntamente canções e corais de orfeão, como constatámos pela leitura do boletim nº 6 de junho de 1933.

Em jeito de confirmação, Rosa Ferreira da Silva, nascida em 1931, e seu irmão Manuel António Ferreira da Silva Capa, nascido em 1945, referiram que o pai, Gaspar da Silva Capa, na década de

1940, fez parte da mesa diretiva do Patronato e asseguraram que os espetáculos eram exibidos na Sala do Recibo do Mosteiro de Tibães, onde se tinha montado uma estrutura em formato de auditório, composto por uma plateia e um palco, tudo feito em madeira *"O recibo de Tibães estava formado num salão de teatro com uma bancada a subir e parte lateral era gradeada com paus de sobreiro e a 2 metros do palco era vedado também com paus de sobreiro…"*.

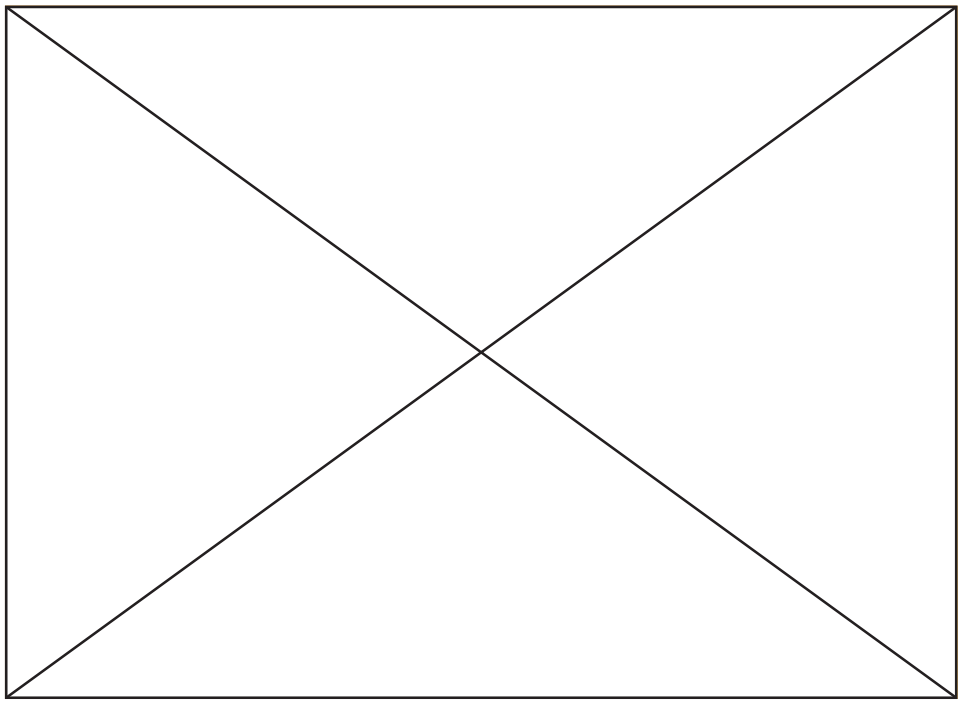
Também Domingos Cardoso de Oliveira corroborou esta informação no seu depoimento pessoal, dizendo: *Ainda criança assisti na "sala do recibo" do Mosteiro de Tibães a uma peça de teatro da qual me recordo ser exibida num patamar superior ao fundo da sala, cujo acesso era feito através duma escada em madeira junto à parede.*



Sala do Recibo do Mosteiro de Tibães. Arquivo DRCN – Mosteiro de Tibães

Noutro breve testemunho de José Carlos Peixoto, este assegurou que o seu tio-avô, João Peixoto de Oliveira, foi sócio efetivo do Patronato de S. Bento de Tibães, chegando a desempenhar a função de presidente nos mandatos com inícios nos anos de 1937 e 1943. Aqui, destacou-se na arte da dramaturgia, sendo um dos responsáveis do grupo teatral.

E para uma análise mais objetiva dos factos, ajudará certamente situarmo-nos no tempo. Para isso, apontamos uma pequena notícia sobre o índice populacional da freguesia de Mire de Tibães, narrada no Boletim Paroquial de fevereiro de 1934, com o título "Movimento religioso da freguesia de Tibães no ano de 1933". Temos a informação que existiam naquele ano 292 fogos e 1163 almas, o que corresponde a metade da população na atualidade, tendo por referência os censos de 2011.



A Vida Paroquial, Fevereiro 1934. Espólio de M.ª do Alívio G. Gonçalves

– Grupo Cénico de Ruães / Clube Casa da Terra (década de quarenta)

Na entrevista com Francisco Pinto da Silva, nascido em 1928, em S. Paio de Merelim, este revelou que, com 11 anos de idade, representou no grupo cénico de S. Paio de Merelim em peças de cariz predominantemente religioso ("A Vida de Cristo", onde desempenhou o papel de Judas, "A Rainha Santa Isabel/Drama de Santa Isabel", "S.to António", "Piratas da Ilha Brava"), sob orientação do seu irmão David Pinto da Silva. Casou e aconteceu a migração familiar para Ruães, Mire de Tibães, onde surgiu a construção de um inovador bairro para alojar os operários, num grande investimento da Companhia Fabril do Cávado durante a primeira metade da década de quarenta.

Acrescentou que, no decorrer da segunda metade do decénio de quarenta, Álvaro Correia Igreja teve a ponderada ideia de formar o grupo teatral de Ruães a que aderiram alguns membros da família Pinto Silva (David, Sebastião, Francisco) que traziam da sua freguesia de origem a paixão e experiência na dramatologia.

Manuel Correia Igreja, nascido em 1933 e filho de Álvaro Igreja, mencionou que o primo Manuel Igreja, denominado afetuosamente de *Manecas*, chegou a ceder o espaço da sua casa em construção para os ensaios e preparação dos cenários. Por iniciativa do pai, um amante de música, ali se formaria também o Grupo Folclórico da Casa do Povo. Igualmente referiu que a vertente cultural da Casa do Povo teve a sua origem no Clube Casa da Terra liderado por um grupo de jovens que funcionava na loja do senhor Domingos Cardoso.

– Grupo Cénico da Casa do Povo (1948/1970)

Foi em 1941, pela mão de Hernâni Ferreira Lessa e João Pinto Gomes Veiga, respetivamente presidente e secretário da Junta de Freguesia que se concretizou a fundação da Casa de Povo de Mire de Tibães.

Esta instituição, inicialmente sem um lugar próprio para desenvolver a sua atividade, era um organismo de cooperação social destinado a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural da freguesia. Um dos espaços transitórios onde funcionou a sede foi numa sala do primeiro edifício escolar de Ruães, comummente designada por Escola Velha, zona ocupada na atualidade pela farmácia Osório.

Afortunadamente, pudemos aceder a algum espólio da Casa do Povo depositado no arquivo do Mosteiro de Tibães e ali encontrámos uma informação pertinente no "Mapa nº 4" do ano de 1942, com o título "Iniciativas Estudadas E Não Realizadas" que regista o seguinte: *Pretende a Direcção desta Casa do Povo organizar um grupo desportivo, um grupo cénico e um grupo coral logo que as possibilidades o permitam.*

Noutro escrito à máquina, um relatório abreviado de doze itens, soubemos que, em 1949, a Casa do Povo já dispunha de um grupo cénico, mas ainda não de uma sala de espetáculos própria.

E prosseguindo, numa publicação da Casa do Povo de Mire de Tibães de 1956, intitulado "Relatório e Contas da Gerência dos anos de 1942/55", refere na página cinco: *Resumidamente daremos nota dos factos mais dignos de publicação, porque só estes merecem registo, e valorizarão a acção desenvolvida pelos dirigentes deste organismo.* E continuando na página seis, no capítulo "Educação", lográmos ler o seguinte: *Possui esta Casa do Povo… um Grupo Cénico que se tem distinguido nos vários espectáculos representados em diversas localidades dos concelhos de Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde.*

Temos aqui uma evidência de que a Casa do Povo, seguindo o seu espírito cultural e recreativo, congregou as iniciativas existentes como o teatro, sendo neste período, finais da década de 1940, criado o Grupo Cénico da Casa do Povo, estando João Pinto Gomes Veiga como presidente de direção e simultaneamente gestor do grupo teatral. Manuel Pereira Rainha, o tesoureiro da fundação, desempenhou as funções de ensaiador alternando com Álvaro Correia Igreja, o autor do hino da Casa de Povo.

Os irmãos Pinto Silva uniram-se também ao grupo cénico e, por volta de 1964, foi a vez de Francisco Pinto da Silva assumir as funções de encenador, até inícios da década de setenta.

Segundo o testemunho de Maria do Alívio Gomes Gonçalves, nascida em 1940, no período anterior a 1956, ano da inauguração da ampliação da Casa do Povo com salão de festas, os ensaios aconteciam numa sala de uma tasca que existia nas traseiras da Barbearia Armindo, zona contígua ao futuro edifício da Casa do Povo, e os espetáculos decorriam na cantina da fábrica Companhia Fabril do Cávado, facto confirmado por Arnaldo da Silva Rocha.

– Centro de Cultura e Recreio e Teatro da Casa de Povo de Mire de Tibães - CCRTT (1970/72)

Consultando a edição *Memórias do Couto de Tibães* de José Carlos Peixoto e lendo o testemunho de António Capa, tomámos conhecimento que em 1970, respondendo inicialmente a uma necessidade de angariação de fundos para as festividades da freguesia, surgiu um grupo de jovens (António Capa, José Carlos Peixoto, Raul Coelho, João Carlos Oliveira, Glória Gonçalves, Teresa Fernandes, Deolinda Fernandes, Ana Araújo, Jasmim Peixoto, Manuel Raul, António Gonçalves, Maria Coelho) que criou o Centro de Cultura e Recreio e Teatro da Casa de Povo de Mire de Tibães - CCRTT.

Ao pesquisar informação na ficha de associado de António Capa, constatámos a anotação de que este desempenhou o cargo de presidente desde a fundação do grupo até à sua extinção.

O teatro, inicialmente sob a direção artística de José Carlos Peixoto, tornar-se-ia numa forma de convivência e animação. Embora de curta duração, revelou-se um grupo com uma forte dinâmica teatral.

– Grupo Cénico Os Vicentinos de Mire de Tibães (1971/...)

Já no boletim A Vida Paroquial de janeiro de 1935, o grupo de beneditinos que paroquiava a freguesia referia a organização da Conferência de S. Vicente de Paulo de Mire de Tibães, materializada a 8 de janeiro do ano anterior. No entanto, até finais da década de sessenta, para além da ajuda económica e social prestada aos mais desfavorecidos, não encontrámos referências associadas à atividade dramatúrgica.

Só em 1971, fomos confrontados com informação associada à dinâmica teatral e com uma designação mais popular Os Vicentinos, parecendo mesmo ter acontecido uma refundação deste movimento de cariz religioso e social.

Ao apreciar a ficha de registo individual adotada, facilmente se concluiu que este organismo seguiu o modelo de anotação do CCRTT, pois continuou com a atividade teatral e agregou muitos dos seus elementos.

Nessas fichas de inscrição de associados, pudemos ler que Francisco Pinto da Silva desempenhou o cargo de presidente até 1974, passando a executar de seguida a função de tesoureiro e de

diretor do teatro, assessorado por Armando da Costa e Silva. O pároco da freguesia, Domingos Fernandes da Silva, cumpria as funções de diretor espiritual.

De acordo com o testemunho de António Capa, o dinheiro apurado destinava-se a financiar cabazes de Natal para oferecer aos agregados familiares mais necessitados.

A partir de 1974, notar-se-á alguma inatividade, levando a crer que terá havido uma descontinuação originada pela dinâmica contestatária do movimento político e social da Revolução de Abril.

– Movimento de Juventude de Mire de Tibães - MJMT (1978/80)

Ainda no decorrer da década de setenta, já no período posterior à Revolução dos Cravos, surgiu o Movimento de Juventude de Mire de Tibães – MJMT. Este movimento tinha por fim desenvolver as atividades de índole desportiva e cultural. Um dos espaços de reuniões festivas era o terreiro das adegas, na zona interior ao passadiço do Mosteiro de Tibães.

Joaquim Loureiro Barbosa, nascido em 1950, apontou o ano de 1978 como a data da sua fundação, a qual terá acontecido na casa de um dos fundadores, dos quais mencionou alguns: Joaquim Loureiro Barbosa, Manuel Raul, Francisco Coelho, Manuel Dias, Sebastião "Manta". Segundo Joaquim Loureiro, em finais da década de setenta não existia nada que desse vida à freguesia de Tibães e ocupasse os tempos livres da juventude.

Arnaldo da Silva Rocha foi citado como sendo o ensaiador das peças de teatro em sessões que se prolongavam pela noite dentro.

De breve longevidade, este movimento juvenil desapareceu em julho de 1980 com a sua integração na ACDT - Associação Cultura e Desporto de Tibães.

– Grupo de Teatro Tony e C.ª (1979/81)

Após o 25 de abril de 1974, viveu-se um período de contestação, consubstanciado numa vaga revolucionária, colocando tudo em questão, pessoas e instituições. Em resultado desse estado de coisas, entrou-se num período de alguma inatividade no domínio de produção teatral.

Contudo, existiam ainda pessoas que tinham vivenciado períodos de grande fomento dramatúrgico e, com alguma nostalgia, deci-

diram dar um passo em frente. Por volta de 1979, por iniciativa de Manuel António Ferreira da Silva Capa, surgiu o Grupo de Teatro Tony e C.ª que operava no *antigo salão de espetáculos,* entenda-se na Sala do Recibo do Mosteiro de Mire de Tibães.

As receitas dos espetáculos destinavam-se a programar a festa de Natal para que todas as crianças presentes pudessem usufruir de diversão e brinquedos.

Em conversa com Arnaldo Rocha, este assinalou ter desempenhado as funções de encenador no curto período de vida do grupo.

– Grupo Cultural Recreativo Unidos à Casa de Povo de Mire de Tibães (1983/...)

Depois da Revolução de Abril, por decisão governativa, as Casas do Povo foram gradualmente substituídas pelo que hoje se denomina de Segurança Social. No intuito de não deixar desaparecer todo um património e serviços, em 1983 foi formalizada a criação do Grupo Cultural Recreativo Unidos à Casa de Povo de Mire de Tibães. No entanto, admite-se que esta coletividade já funcionaria de forma embrionária antes de 1977, numa sucessão informal ao grupo Os Vicentinos.

Para além dos vários objetivos de índole cultural e recreativo, deste grupo sobressai a dinamização teatral. Um dos seus grandes impulsionadores foi Arnaldo da Silva Rocha, nascido em 1941, figura já mencionada em relação aos dois grupos anteriores, o qual desempenhou as funções de presidente, encenador e ator. O seu amor pelo teatro nasceu no tempo em que João Pinto Gomes Veiga era o responsável pela gestão do grupo cénico da Casa do Povo. Mas, nessa fase, não lhe foi facultada a oportunidade de representar.

Vivia-se um período em que existia uma estrutura camarária A Casa Municipal de Cultura que promovia cursos de dinamização cultural e apoiava diversas iniciativas ligadas à arte e cultura. Em janeiro de 1988, o Grupo Cultural Recreativo Unidos tornou-se membro da ARTAM - Associação Regional de Teatro de Amadores do Minho, na qual Arnaldo Rocha cumpriu as funções de vogal da direção. Esta associação tinha por objeto *a unificação dos grupos de teatro da região do Minho defendendo o intercâmbio de ideias, experiências e trabalhos no campo de teatro entre os grupos filiados...*

Em resultado dos conhecimentos específicos adquiridos por via dos cursos de formação e também reconhecendo o interesse e empenho no desenvolvimento do trabalho dramatúrgico, Arnaldo Rocha recebeu um diploma de encenador de teatro que lhe foi entregue pelos Vice-Governador Civil de Braga e Delegado Regional do Instituto da Juventude de Braga de então.

– Grupo Mulheres em Movimento de Mire de Tibães (2002/…)

Em 2002, nasceu o grupo Mulheres em Movimento com o propósito de apoiar os seniores da freguesia. Não sendo um grupo cénico, decidimos inclui-lo neste estudo pela sua grande diversidade de iniciativas onde incluíram o teatro.

Tendo como grande objetivo granjear fundos para a edificação de um Lar de Idosos na freguesia de Mire de Tibães, as Mulheres em Movimento começaram por fazer alguns convívios em vários lugares da freguesia de Mire de Tibães, onde serviam comida e bebidas. Alguns colaboradores produziam peças de artesanato variado, as quais sorteavam numa pequena barraquinha por altura das festas e romarias. Organizavam também alguns desfiles carnavalescos, convidando as pessoas a participar e a revelar os seus dotes artísticos. Por vezes, organizavam também passeios.

Já numa fase intermédia, o grupo criou um centro de convívio que funcionava numa sala improvisada na Casa do Povo, onde idosos faziam trabalhos para se distraírem. Ali, vai surgir então a aventura de se envolverem em pequenas representações teatrais, algumas de improviso e uma outra mais elaborada. Com esta atividade divertiam os idosos e cumpriam o propósito de angariação de recursos financeiros.

Ao longo do tempo, num movimento contínuo de angariação de receitas, o grupo envolveu-se em iniciativas, algumas delas extramuros e comuns a outras instituições, com a designação de “teatro solidário”, “fado solidário” e “concertos solidários”.

2 – OS GUIÕES (ARGUMENTO/ROTEIRO) E AS PEÇAS DE TEATRO

A aquisição de publicações originais de textos dramatúrgicos, com os pormenores precisos para a sua representação, mostrou-se diminuta.

Pelos documentos recolhidos, pudemos observar que nos tempos mais recuados, talvez por falta de dinheiro ou escassez no mercado livreiro, substituindo a atual fotocópia ou a moderna digitalização, os textos eram passados manualmente em cadernos ou então datilografados, num processo de reprodução, em máquinas de escrever mecânicas.

Naturalmente, houve e haverá sempre exceções. Por exemplo, no Boletim Paroquial de Tibães de Agosto de 1933, no capítulo "Os Nossos Teatros" refere o seguinte: *No dia 23 de Julho o Patronato ofereceu mais uma récita que causou a melhor impressão… Tratava-se dum drama (Corações Rudes) escrito pelo Ex.mº Snr. Tenente Alípio da Silva Vicente.*

Depois de uma consulta de diversos documentos da direção da Casa do Povo, também se conseguiu perceber uma grande vontade daquele organismo em adquirir múltiplas peças teatrais como operetas, dramas e revistas, numa verdadeira tentativa de equipar o grupo cénico. Isso foi visível sobretudo no decorrer do ano de 1952 através dos vários ofícios endereçados às Livrarias Franco (Lisboa), Simões Lopes (Porto), Lelo & Irmão (Porto) e Machado & Ribeiro (Porto).

Reforçando a ideia de autor, embora não tenha chegado à cena, Manuel Correia Igreja exibiu o drama em três atos "Deus e a Pátria" escrita pelo seu pai Álvaro Correia Igreja, em junho de 1940. Também António Capa, no seu depoimento, referiu ser o criador da peça "A Paga do Ladrão", criada no ano de 1979. E, por sua vez, Arnaldo Rocha afiançou ter redigido a comédia "O 39".

No âmbito das edições, tivemos acesso a um exemplar, 9ª edição, da Livraria Popular de Francisco Franco, da comédia em um ato, *Ressonar Sem Dormir*, de Luís Ferreira de Castro Soromenho, publicação da editora lisboeta, ativa na primeira metade do século XX, é a nº 366 da coletânea Biblioteca Dramática Popular; a cançoneta para homem *O Zé Pereira*, original de A. Victor Machado, música de A. Júlio Machado, editado em 1934 por Ferreira & Franco, L.da; a comédia em um ato *As atribulações de um estudante*, reprodução manuscrita, propriedade e cópia de Joaquim José Rodrigues de Loureiro.

Ao longo dos anos, ocorreu uma grande diversidade de peças representadas, algumas delas repetidas pelos sucessivos grupos cénicos. Em geral, os textos tinham uma função didática e pedagógica. Podemos dizer que a escolha dos textos dependia do que na

época estava na moda, por exemplo, o romance de Júlio Dinis *As Pupilas do Senhor Reitor* passou sucessivamente na rádio em folhetins, entre 1954 e 1974. Estávamos num período em que era frequente o teatro radiofónico.

Citaremos então, por cada grupo, as composições teatrais escolhidas e representadas ao longo do tempo.

– Grupos Cénicos do Patronato de S. Bento de Tibães

Reunindo a informação colhida na obra *Memórias do Couto de Tibães*, parte II, capítulo VI, mas sobretudo na consulta efetuada nos boletins *A Vida Paroquial da freguesia de S. Martinho de Mire de Tibães*, entre 1933 e 1937, obtivemos informação bastante detalhada que nos permite reviver esses momentos.

No dia 29 de janeiro de 1933, os rapazes do Patronato, *no improvisado Teatro do patronato, no velho mosteiro de Tibães* levaram à cena a comédia em um ato "O Comissário é uma joia", constando do programa cançonetas e monólogos. Na página onze do boletim nº 3, de março, onde se fez referência ao espetáculo, encontrámos um elogio a uma figura que viria a tornar-se relevante no panorama musical e teatral da freguesia: *Mas sem desprimor para ninguém eu quero salientar Álvaro C. Igreja, alma de novo e cheia de boa vontade, que, animando tudo e todos, foi o elemento principal desta linda festa.*

O teatro do dia 30 de abril de 1933 foi muito apreciado com a exibição das peças "O fotógrafo em apuros" (farsa/comédia em um ato) e "O rapaz endiabrado". O programa contemplou ainda canções, monólogos e corais do orfeão.

No dia 20 de agosto de 1933, na festa da bandeira ou do estandarte do Patronato cantou-se o hino composto para aquela ocasião. Foi representado o drama "Corações Rudes" (*Emocionante cêna da família que pôe em relêvo a dignidade de carácter do homem e a fortaleza de alma da verdadeira mulher cristã e a suavidade da religião que é um balsamo lenitivo no meio de tôdas as tribulações.)*, da autoria do Tenente Alípio da Silva Vicente; tocaram-se ainda cançonetas e foi exibida a comédia "Os dois Surdos".

Apenas uma observação: Alípio da Silva Vicente, tenente de infantaria com várias distinções honoríficas de ordem militar, mostrou-se uma figura muito presente na vida do Patronato de Tibães, durante o ano de 1933. Por revelar o seu amor à freguesia de

S. Martinho de Tibães, no dia da récita de 23 de julho, foi agraciado no final do espetáculo com muitas palmas, recebendo *o escudo distintivo do Patronato* e tornando-se sócio honorário. Na edição do boletim mensal "A Vida Paroquial", maio de 1935, viemos a constatar que foi autor de diversos dramas, como "Hora do Resgate" e "Hóstia em Sangue", editados pela PAX, Livraria Litúrgica, facto confirmado no boletim de fevereiro de 1936. Em jeito de complemento informativo, pesquisámos por autor no Website da Biblioteca Pública de Braga e obtivemos o resultado de 19 monografias da lavra de Alípio Vicente.

Em 11 de fevereiro de 1934, embora nos falte a designação das peças representadas, tivemos o apontamento: *Domingo do carnaval, o grupo dramático do Patronato representou no Teatro do Recibo. Muito bem. Trabalharam como mestres. Foram bem merecidos os aplausos vibrantes de que foram alvo.* Neste dia, foram inauguradas novas bancadas na Sala do Recibo do mosteiro com *um aspecto lindo e bom conforto*.

De acordo com o boletim de julho de 1934, no dia 27 de maio, o grupo cénico do Patronato dos homens *ofereceu um interessante espectáculo*. *Teve tudo muita graça desde o "Condado fugáz" até ao cómico "Gabinete do senhor Regedor" com as belas canções e fados que acompanham sempre as nossas representações.* E apelava-se que o povo continuasse a assistir *a estes espectáculos tão sãos e moralizadores onde a gente aprende, se edifica e goza.* Alargando a nossa indagação, conseguimos o esclarecimento que a peça "O Gabinete do Senhor Regedor" se trata de uma comédia original em um ato de António Rubim.

No dia 5 de agosto de 1934, aconteceu uma saída do Patronato dos homens para representar vários números de teatro no Asilo Vieira Gomes, em S. Jerónimo de Real, com a seguinte observação: *Saíram muito bem e por isso fôram muito aplaudidos.*

Lendo o boletim de fevereiro de 1935, acedemos à anotação que, no dia 13 de janeiro, o Patronato dos Homens presenteou o povo com um espetáculo recheado de agradáveis peças teatrais "O Jejum e S. José", "Os dois caturras" (entreato cómico) e "Quero ser actor".

Numa nota contida no boletim de abril de 1935, pôde ler-se *O brioso Patronato de S. Bento anda a preparar cuidadosamente o "Drama da Paixão" em cinco Actos e um Quadro cuja representação verdadeiramente comovedora será nos dias 7 e 14 de Abril. Entram*

trinta figuras …. Serão estriados novos scenários. Nos entre-actos cantará o Patronato das crianças tristes melodias alusivas a cada Acto da Paixão.

Na edição *Memórias do Couto de Tibães*, encontrámos ainda a referência a mais duas peças "Drama Santo António" e "A Vida de Cristo", que estarão certamente mencionadas em boletins a que não tivemos acesso.

Entretanto, o Patronato das crianças, funcionando todas as tardes, era orientado pelos padres beneditinos Bento Ferreira e Martinho da Cunha. E sobre esta instituição, também encontrámos vários registos das suas representações que nos permitem prosseguir a nossa narrativa.

Então, no dia 7 de janeiro de 1934, *o Patronato das crianças ofereceu à freguesia uma deliciosa tarde de recreio, representando no palco as scenas mais variadas, próprias da sua idade… Até de longes terras veio gente para admirar a graça e a naturalidade… tudo executado com ares de mestres.* Tiveram a presença do Bispo de Leiria, que se encontrava de férias na sua quinta da Formigueira, em Parada de Tibães, e do Governador Civil de Braga, o Capitão Presa.

Em 15 de abril de 1934, ocorreu a primeira comunhão das crianças. E, de tarde, aconteceu: *Começou a festa pela representação dalgumas peças escolhidas que muito agradaram, desde o "Boateiro" que foi enganando o povo durante alguns minutos para, dando-lhes depois uma prelecção mestra sobre a "Preguiça" e confessando-se velho amigo das peras do "Tio João", ir procurar entre a assistência o culpado com o seu massador "foi aquêle" …* E a narrativa terminou deste modo: *saíram-se bem e cantaram ainda melhor.*

No dia 8 de dezembro de 1934, os benjamins do Patronato deram um belo recital. Houve monólogos como a comédia "Sindo o tonto" e peças musicais. O boletim de janeiro de 1935 comentava que *Todas as crianças, algumas de 6 e 7 anos, saíram muito bem.*

No boletim de março de 1936, apareceu referido que os jovens da Ação Católica de Tibães exibiram a peça "Os dois jovens cativos" (melodrama), nos dias 16 e 23 de fevereiro. A notícia veio acompanhada de um comentário que registamos: … *Por vezes patética e comovente, a representação agradou muitíssimo.*

Passando ao Boletim Paroquial de novembro de 1936, encontrámos a referência ao dia 4 de outubro, em que o Patronato das

Crianças presenteou as gentes de Tibães e arredores com a comédia em um ato "Exame do Meu Menino" e o drama "A Morte de Abel". Houve parte musical com a participação do coro de meninas e a recitação de poesias. Foi dado destaque à participação de duas irmãs (Conceição e Aurora Nogueira) que fizeram o papel de Santa Terezinha e Menino Jesus.

Por vezes, ocorriam momentos de representação fora do contexto da programação teatral. Por exemplo, por altura da Festa de S. Bento, em julho de 1937, ocorreu uma visita da Juventude Católica Feminina da Sé do Porto a Tibães. De tarde, depois da visita à igreja e do almoço de confraternização na Cerca do Mosteiro, as *benjaminas e jocistas* da freguesia de Tibães proporcionaram uma sessão de boas-vindas com músicas e monólogos.

Prosseguindo a consulta do espólio de João Pinto Gomes Veiga, gentilmente cedido para consulta por Maria do Alívio Gomes Gonçalves, encontrámos uma cópia manuscrita do "Drama de Santa Isabel", reprodução de um livro publicado antes de 1923, com a nota final *Este livro pertence a João Peixoto de Oliveira, lugar do Carrascal, Mire de Tibães*. Verificámos tratar-se de um associado efetivo do Patronato de S. Bento de Tibães que desempenhou o cargo de presidente nos anos de 1936 e 1943.

E, ao lermos o testemunho de Rosa Ferreira da Silva, nascida em 1931, achámos a informação que aquele drama histórico foi apresentado pelo grupo cénico do Patronato em 1947, teria ela 16 anos. Pretendeu mesmo interpretar o papel de Rainha Santa Isabel, mas por ser mulher foi travada a sua participação, sendo substituída por um homem da família Martins, o José Martins. Lembrou-se ainda que pelo palco do teatro de recibo passaram as peças "A Vida de Cristo" e "A Rosa do Adro", representadas por grupos itinerantes de outras freguesias.

Ao estendermos a nossa curiosidade, apareceu-nos a informação de que o romance de Manuel Maria Rodrigues "A Rosa do Adro", editado em 1870, foi objeto de adaptação não só para o teatro como para o cinema, conseguindo-se encontrar um exemplar da cinematografia muda de 1919 e outro sonora de 1938.

Em jeito de remate, servindo-nos do depoimento de António Capa, este afiançou ter visto teatro nos inícios dos anos sessenta, assistindo às peças "Milagres de Fátima", drama reproduzido num dos livros de cópia manual da autoria de João Pinto Gomes Veiga, com data de 27/6/1930 e "A Rosa do Adro". Nesta altura, entre 1947

e 1967, paroquiava a freguesia de Mire de Tibães o reverendo padre David José Antunes.

Certamente que terão ocorrido outras representações na vigência ou continuidade da vida do Patronato.

– Grupo Cénico de Ruães / Clube Casa da Terra

Foi referido por Francisco Pinto da Silva ser habitualmente o seu irmão David Pinto da Silva a comprar as peças teatrais que decidiam encenar. Isto pôde-se comprovar, por exemplo, através de uma pequena nota na partitura musical da cançoneta "O Zé Pereira" onde se conseguiu ler, escrito à mão, *Pertence a David Pinto da Silva, S. Paio de Merelim, Braga*. Confidenciou que chegou a trabalhar com Álvaro Igreja em três momentos diferentes de representação.

Reportou que, em 1947, levaram à cena o drama em três atos "O Mau Filho", onde participaram os três irmãos. Esta peça encontrámo-la num livro manuscrito, mencionando a data de 1930, com a seguinte notação: *Apanhado do original por João Pinto Gomes Veiga, Ruães, Braga*. Na página das personagens, apareceu efetivamente anotado que o papel de O Mau Filho foi desempenhado por Álvaro Igreja.

Puseram em cena também o drama da história bíblica "O Filho Pródigo", com Álvaro Igreja a desempenhar novamente a personagem principal, e outra de aparência talvez mais política "Mocidade Heroica".

Sobre a peça "O Filho Pródigo" obtivemos informação bastante detalhada que nos surpreendeu de forma positiva: descobrimos que estamos perante uma forma de teatro musical que combina diálogos falados e música, em que diferentes personagens intervêm cantando; encontrámos um livro manuscrito com a adaptação para o teatro da parábola do filho perdido, que partiu de casa com a herança para "viver a vida" e onde, na parte final do livro, aparece a nota C*opiado por Álvaro Correia Igreja, Ruães, 24/4/1939;* achámos as partituras dos coros para os doze momentos musicais do drama, as respetivas letras e o cartaz impresso contendo uma síntese abreviada mas fortemente apelativa da peça.

No manuscrito, deparámo-nos com a anotação dos diferentes intérpretes para as quarenta personagens propostas e que citamos: Álvaro Igreja, Francisco Silva, Manuel Rodrigues, Dionísio, João C.

Barros, José Caneiro, João Bacelar, Armindo Rainha, José Veiga, Domingos Lobo, Narciso Gomes, João Igreja, João Coelho, Fernando Campos, Armindo Ribeiro, António Silva, José Alheira, Quirino Gaio, Manuel Igreja, M. Lucas, Joaquim da Silva, António Guimarães, Álvaro Igreja Júnior, José Igreja, Francisco Guimarães, Aurélio. Ao todo, contámos vinte e seis intérpretes masculinos, alguns dos quais a cumprirem funções em duplicado e papeis femininos, parecendo mesmo que, nesta peça, a representação esteve vedada às mulheres.

– Grupo Cénico da Casa do Povo

Encontrámos na longa vida desta agremiação uma grande multiplicidade de testemunhos que revelam experiências diversificadas na conjuntura vivida.

Manuel Igreja mencionou a peça "Flor de Aldeia", opereta em um ato que se desenvolve num registo cómico e com temática amorosa aldeã. Indicou que o seu pai, Álvaro Igreja, fez arranjos nas músicas originais para a opereta. Situando-nos nos anos 1949/50, Manuel Igreja teria nessa altura 16 anos. Acompanharam-no na representação: Francisco Silva, Armindo Rainha, Florinda Rainha, Aurélio Igreja, Dionísio Igreja, Álvaro Peixoto Igreja e João Correia da Silva. No entanto, as datas dos documentos apontam para 1951 a sua encenação.

Consultando de novo o espólio que nos chegou pela mão de Maria do Alívio Gomes Gonçalves, descobrimos todo o trabalho organizativo do responsável pelo teatro, João P. G. Veiga, em relação à peça "Flor de Aldeia": o texto individual de cada personagem para o estudo de cada um dos intérpretes; as letras destacadas das oito músicas que compõem a opereta; o programa do evento elaborado manualmente; um bloco de folhas batido à máquina com a indicação *copiado por João Pinto Gomes Veiga, em 24, 25 e 26 de Maio de 1951*, da coletânea Teatro para Artistas e Amadores, possivelmente dos editores Ferreira e Franco Lda., onde tivemos a indicação que o texto é um original de Henrique Luso e a música do maestro A. Júlio Machado.

Na procura de mais novidades, achámos a relevância dada a este teatro musicado por outros grupos a nível nacional e, a título de exemplo, encontrámos o Grupo Cénico de Lourosa e o Grupo de Teatro Pedra Rija de Portunhos. Esta última associação participou no Ciclo de Teatro Amador de Cantanhede no ano de 2018, levando

a palco a opereta “Flor de Aldeia”, referindo-se o frequente apelo da população para a repor em palco.

A propósito do drama bíblico “O Filho Pródigo”, aludimos o convite endereçado pela Direção da Casa do Povo aos párocos e seus paroquianos de doze freguesias circunvizinhas do concelho de Braga para assistir àquele espetáculo, tendo sido encenado repetidamente pela tarde do dia 15 de junho de 1952, no convento de Tibães. Reparámos ainda que a mesma peça fez uma digressão pela Póvoa de Lanhoso, a 21 de setembro do mesmo ano, no Teatro Club da Vila.

Maria do Alívio Gomes Gonçalves terá experienciado a sua atividade na área da representação entre 1954 e 1958. Tomou parte apenas em duas peças.

Teve a primeira experiência aos 14 anos de idade com “A Flor de Tojo”, cuja apresentação aconteceu no refeitório da extinta fábrica Companhia Fabril do Cávado.

Em jeito de curiosidade, numa incursão pela Web, encontrámos num site a revista quinzenal ilustrada A Construção Moderna e as Artes do Metal, de 1911, a informação na última página, canto inferior direito, que esta composição teatral esteve em cena no Teatro Avenida, em Lisboa, de outubro a dezembro desse ano.

A outra oportunidade de participação ocorreu já no novo salão de festas da Casa do Povo e terá surgido aos 17 anos de idade com o drama “A Castidade de Suzana”, uma história do Antigo Testamento contada no Livro do Profeta Daniel e adaptada ao teatro. Para além de Maria do Alívio no papel principal de Suzana, a peça contemplava quinze personagens interpretadas por Hernâni de Oliveira, Manuel Rodrigues, Manuel Ribeiro, Aninhas Rodrigues, Fernando Oliveira, Manuel Quintas, Rosinha Pocinha, António Soares, Francisco Silva e Mª José Rodrigues.

Num pequeno encontro com Armando da Costa e Silva, nascido em 1935, ficámos a saber que este também participou na composição teatral “A Castidade de Suzana” cumprindo a função de pai de Suzana. Teria então 22 anos de idade.

Motivo de notícia nos jornais da região, citamos o Diário do Minho de 29 de agosto de 1957: *tem esta empolgante cena bíblica merecido os mais rasgados elogios da parte do público apreciador da arte dramática … No próximo sábado, às 20 h., haverá, a pedido de muitos, nova exibição.* Houve também lugar a uma pequena digressão por Prado, Forjães e Póvoa de Lanhoso. Como elementos

fulcrais no êxito da representação, foram nomeados João Pinto Gomes Veiga, o organizador das peças; Sebastião Pinto da Silva (Sebastião Pisca), responsável pelos extraordinários cenários que é possível observar nas fotografias da época e o ensaiador Manuel Pereira Rainha.

Por sua vez, Francisco Pinto da Silva mencionou as produções teatrais: "As Pupilas do Senhor Reitor", peça em quatro atos, com vinte e sete personagens, ocorrida em 13 de abril de 1964, em que foi ator e ensaiador; "Dois Mortos Vivos", comédia em dois atos; "Ressonar sem dormir", comédia em um ato de Luís Ferreira de Castro Soromenho, em 15 de abril de 1969, com Francisco Pinto como ator e ensaiador; a comédia "Cabo de Ordens"; "Casa de Pais", drama em três atos, em 15 de abril de 1964 e 12 de março de 1970, cuja exibição repetida revela a importância da peça para o grupo e boa recetividade por parte do público; "Um Erro judicial", peça de teatro em três atos; "Monólogo Chorão" e "O Rasteirinha". Estes monólogos iam a palco quando a peça principal era pouco extensa.

Os intérpretes citados foram: Teodora Cardoso Oliveira, Manuel Ferreira da Silva Capa, Fernando Barros Guimarães, Luísa Cardoso, Conceição Lomba, Elisa Veiga da Silva, Armando da Costa e Silva, David Pinto Silva, Francisco Pinto da Silva, António Araújo Fernandes, João Alves da Luz, Boaventura Duarte, Arnaldo da Silva Rocha, Miguel Costa.

Na sua provecta e venturosa idade, Francisco Pinto, com 94 anos, revelou que desempenhou, ao longo da vida, vários ofícios em diferentes locais de atividade profissional, sendo pintor, afinador de máquinas, fiel de armazém, porteiro, e constantemente se envolveu na arte dramatúrgica até se aposentar aos setenta e sete anos de idade.

Arnaldo da Silva Rocha referiu a repetição da parábola "O Filho Pródigo", mas agora na nova sala de espetáculos da Casa do Povo, isto é, depois de 1956, e a exibição do drama "O Mau Filho".

No espólio de João P. G. Veiga, conseguimos encontrar o texto da peça "As Pupilas do Senhor Reitor", num caderno de escrita manual esmerada de 181 páginas. Tratar-se-á de uma 2ª versão de 1942, uma opereta, cuja composição teatral contém 29 momentos musicais devidamente assinalados com pequeníssimas pautas a indicar as melodias nas margens do texto.

Certamente por falta de lembrança, devido à distância temporal de mais de sessenta anos, as pessoas entrevistadas esqueceram-se de mencionar outros espetáculos. E, na herança informativa anteriormente referida a que dignamente acedemos, soubemos que, no dia 30 de agosto de 1954, foram à cena as comédias em um ato "Club dos Valentes" e "Cada Doido", comédia original de Júlio Gaspar, edição da Biblioteca Dramática Popular.

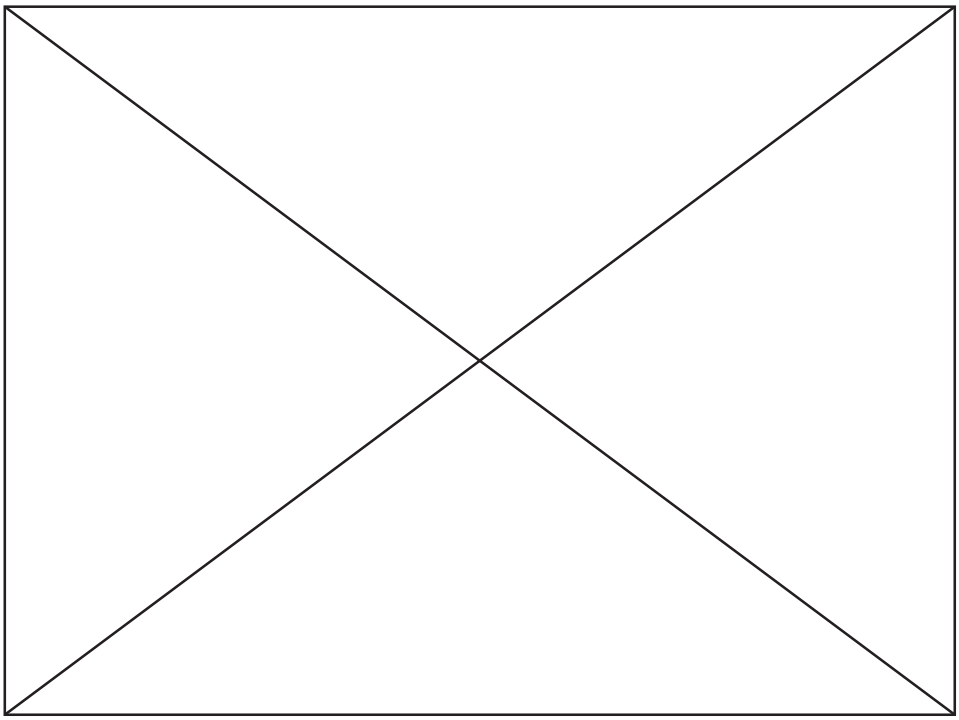
Ainda, no dia 12 de junho de 1960, foi representado o drama em quatro atos "Os Filhos da Miséria" (drama original de J. Câmara Manuel) e a comédia em um ato "Os dois Pretos". Nesta representação de 1960 atuaram nove intérpretes: Martinho Pinto da Silva, Armindo Pereira Rainha, Manuel Gomes Rodrigues, António Gonçalves Soares, Domingos Cardoso de Oliveira, Domingos Correia da Silva, Francisco Pinto da Silva, Manuel Veiga Dias, Domingos Cândido Lobo.

– Centro de Cultura e Recreio e Teatro da Casa de Povo de Mire de Tibães - CCRTT

O grupo dispunha de um ficheiro com a identificação individual de cada elemento associado onde se assinalava o historial das diferentes atuações: data, localidade, peça representada e personagem.

Assim, pelas fichas de João Carlos de Araújo Oliveira, nascido em 1946, e Manuel António Ferreira da Silva Capa, nascido em 1945, ficámos a saber, por exemplo, que durante dois anos levaram à cena na Casa do Povo: "Dois casamentos à pressa", a 9 de agosto de 1970; "(O) Vigésimo", a 3 de janeiro de 1971; "Está lá?", a 9 de agosto de 1970. José Carlos Peixoto acrescenta ainda, no seu livro *Memórias do Couto de Tibães,* as peças de teatro "Tribunal", "A Morte da Marreca", o drama "A Luz que não se apaga" e "Bêbado".

Houve espetáculos que percorreram diversas freguesias do concelho de Braga (Trandeiras, Sequeira, Arentim, S. Mamede de Este) e Barcelos (Pousa), principalmente a composição teatral de maior êxito "Está lá?", representada sete vezes em diferentes locais, e "Dois casamentos à pressa", esta levada à cena duas vezes.



Ficha CCRTT. Espólio de António Capa

– Grupo Cénico Os Vicentinos de Mire de Tibães

Segundo o cartaz de 14 de outubro de 1973, levaram ao palco, na Casa do Povo, *O Grandioso Drama em três atos "Casa de Pais"*, com os intérpretes Teodora Cardoso Oliveira, Maria da Conceição Gonçalves Cunha, Maria do Sameiro Cardoso Oliveira, Maria de Jesus Gonçalves da Cunha, Francisco Pinto da Silva, Armando da Costa e Silva, Fernando Barros Guimarães, Manuel Ferreira da Silva Capa.

No mesmo dia, na segunda parte do espetáculo, apresentaram a comédia "O (Um) Médico à rasca", com os intérpretes: Francisco Pinto da Silva, Armando da Costa e Silva, Fernando Barros Guimarães, Manuel Capa, António Capa, Zé Agostinho, Américo da Silva Araújo, José Novais. A figura de ponto foi desempenhada por Agostinho Fernandes. Para ocupar o público, nos intervalos do programa foram desenvolvidos atos de variedades.

Navegando na Web, encontrámos a atualidade desta comédia "Um médico à rasca", de Didimo Victor Hugo, que GRECULEME – Grupo Recreativo e Cultural de Lemenhe, em 2018, apresentou em Fradelos, município de Vila Nova de Famalicão, dentro da iniciativa "Teatro n'Aldeia". E, por sua vez, descobrimos que o drama rural "Casa de Pais" terá sido apresentado, pela primeira vez, no ano de 1959, na RTP.

Arnaldo Rocha e António Capa acrescentaram a comédia em um ato "Ressonar sem Dormir".

– Movimento de Juventude de Mire de Tibães - MJMT

Desta organização, que teve como propósito a dinamização das atividades desportivas e culturais, tivemos poucos apontamentos ligados ao teatro.

Contracenando com Arnaldo Rocha, António Capa referiu que o MJMT terá apresentado a comédia "A Lolinha". Tratava-se de um pequeno, mas divertido excerto baseado no improviso.

Joaquim Loureiro Barbosa e Arnaldo Rocha indicaram também a peça de teatro composta por três atos "Mortos Sem Sepultura", objeto de uma segunda representação no festival de Teatro em Vizela. A investigação Web indica-nos ser uma obra da autoria de Jean-Paul Sartre, publicada em 1946, um drama que historia a resistência francesa durante a segunda guerra mundial.

Entretanto, procurando nos seus despojos bibliográficos, Joaquim Loureiro Barbosa encontrou nove edições, pertencentes a diferentes coleções de teatro, publicadas maioritariamente durante a década de setenta, mas que não chegaram a ser objeto de representação. Enumeraremos algumas que mostram as tendências para o nomeado teatro moderno:

Quem Move as Árvores e *Os Faustos,* 1979, ambos pertencentes à coleção Teatro / Arcádia; *Teatro de Raúl Brandão*, 1970, edição da Atlântida; *Sete Peças em um Acto*, 1977, editor Centelha; *Teatro I e Teatro II,* Maria Teresa Vale, 1980, estes dois livros oferecidos ao MJMT pela autora; *O Preço,* coleção "Cena Aberta", 1970; *O Barão,* Luís de Sttau Monteiro, Edições Ática, 1974; *Com Duas Pedras na Mão*, Edições 1 de Outubro, 1981.

Estamos aqui em presença de novos textos dramatúrgicos de alguns autores muito em voga naquela década, ligados ao teatro experimental e com alguma complexidade interpretativa. É visível ser

um tempo em que se procurou romper com o passado, originando uma atualização textual com novos temas.

– Grupo de Teatro Tony e C.ª

De acordo com um cartaz desenhado manualmente, este grupo levou à cena o grandioso drama "A Paga do Ladrão", na tarde de domingo do dia 28 de outubro do ano de 1979.

Também a comédia "Um Médico à Rasca" foi alvo de nova encenação, bem como a comédia "O Doutor sem Sorte".

Para alegrar a festa de Natal, Rosa Ferreira da Silva indicou que era a irmã mais nova, Conceição Ferreira da Silva, a responsável pelos ensaios das crianças, onde participavam as sobrinhas. O espetáculo era composto por cânticos e danças, com letra e música selecionadas pelo irmão Fernando Capa.

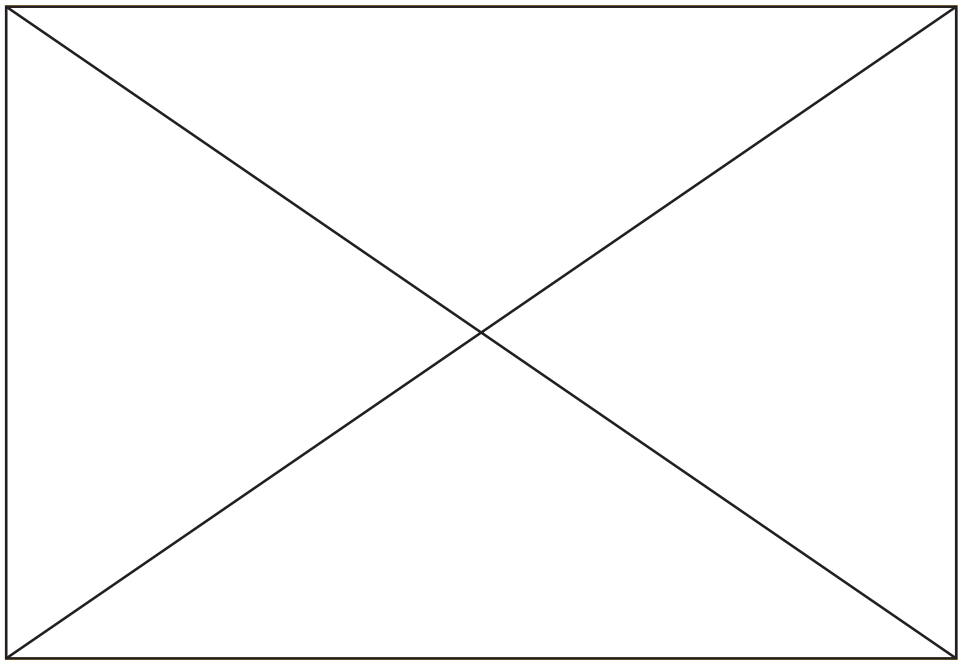
António Capa apresentou ainda outros textos de peças copiados à mão e outros fotocopiados a partir de cópias escritas em máquina dactilográfica, mas que não foram motivo de exibição. Referiremos as peças "O Louco da Aldeia ou Erro Judicial", "Ressonar sem Dormir", "Ai o Safado", "Está lá", "O Mau Filho". Notou-se que terá havido vontade de prolongar no tempo a vida cénica do movimento juvenil.

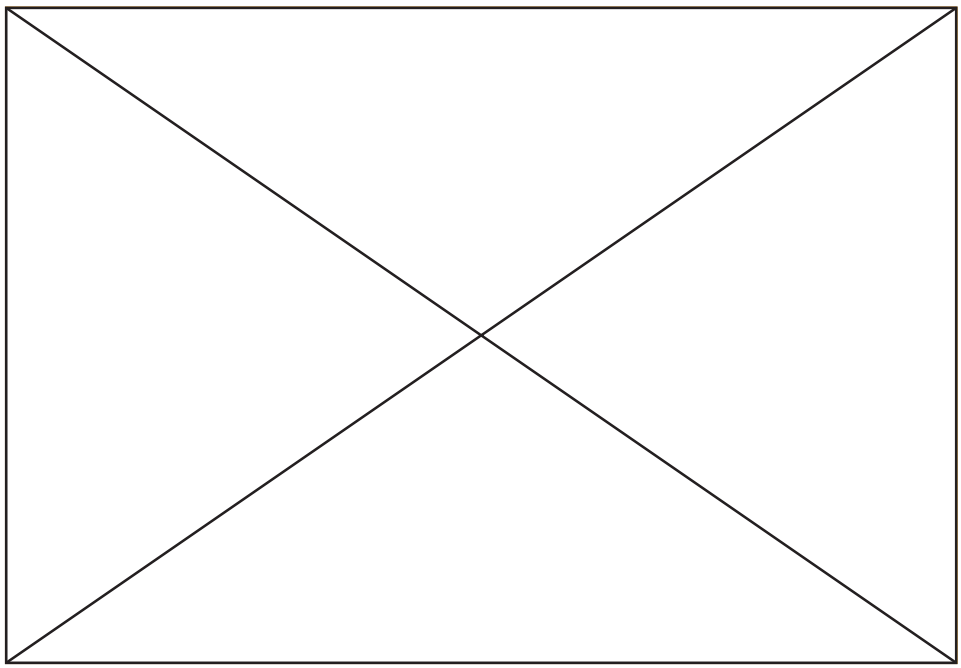
– Grupo Cultural Recreativo Unidos à Casa de Povo de Mire de Tibães

O grande mentor deste grupo, Arnaldo da Silva Rocha, mencionou várias peças levadas à cena: "O Capitão de Lanceiros"; a comédia "O Casamento à Força"; "Em Casa de Mestre Pathelin"; a comédia "Um Médico à Rasca"; a comédia em três atos "O Tio Padre"; a comédia em um ato "O 39". Também se representou o "Auto da Visitação ou Monólogo do Vaqueiro", peça de teatro portuguesa do século XVI, de Gil Vicente.

Tendo o Grupo Unidos aderido à ARTAM - Associação Regional de Teatro de Amadores do Minho, era esta associação que projetava a itinerância dos grupos e consequentemente das peças ensaiadas.

A propósito da representação da comédia em um ato "Um Médico à Rasca", talvez seja oportuno rever aqui as leituras do jornal Diário do Minho, editado às quartas-feiras com o suplemento Cultura. Na publicação de 13 de março de 2019, o escritor Fernando





Representação O Tio Padre. Espólio de Arnaldo Rocha

Pinheiro, celebrando o mês do teatro, escreveu sobre o Grupo de Teatro Amigos do Pato, fundado em finais da década de oitenta em Rio Covo Santa Eulália, Barcelos. Na enumeração das peças exibidas destacou essa comédia como um dos espetáculos mais representados pelo grupo. Poderemos concluir que esta composição teatral se tem mantido atual, por abordar factos jocosos da vida social, indo de encontro à necessidade de rir ou despertando o gosto pelo divertimento.

– Grupo Mulheres em Movimento de Mire de Tibães

Em 2006, o grupo Mulheres em Movimento decidiu experimentar a arte da dramatologia. No intuito de se prepararem para a representação e seguindo o conselho da então diretora do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Aida Maria Reis da Mata, o grupo Mulheres em Movimento procurou o apoio do professor José Miguel Braga, diretor artístico do Curso Profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação da Escola Secundária Alberto Sampaio, em Braga.

Um dos trabalhos que ficou na memória de Gentil Ferreira do Fundo Oliveira foi a construção de duas peças teatrais que abarcavam parte da história da freguesia de Mire de Tibães, tendo como grandes temas a Companhia Fabril do Cávado e o Mosteiro de Tibães.

Segundo a leitura de um elaborado programa, soubemos que a 29 de outubro de 2006, pelas 15.00 horas, no salão da Casa do Povo de Ruães, apresentaram a peça “De Ruães ao Mosteiro de Tibães”. Mais tarde, na Sala do Capítulo do Mosteiro, exibiram o “Auto da Eleição do Juiz”.

No âmbito das edições de teatro solidário para a angariação de receitas, acedemos a um cartaz a relatar que em 13 de setembro de 2014, no auditório do Seminário de S. Tiago, esteve em cena a peça russa “O Camarada Mioussov”, representada pelo Grupo Paroquial de Teatro de Perafita.

Na base do improviso e de forma popular, procurando distrair de modo humanista as mentes, as Mulheres em Movimento terão teatralizado outros pequenos momentos em festas de Natal e de Carnaval organizadas conjuntamente com o Grupo dos Unidos, na sequência de espetáculos efetuados na Casa do Povo de Mire de Tibães.

3 – OS ATORES

Facilmente se concordará que haveria muita subjetividade na seleção dos atores. O diretor do grupo tinha um papel importante na escolha, marcando cada dirigente a sua época de ação, seguindo naturalmente as indicações do ensaiador/encenador sobre o perfil necessário para desempenhar o papel indicado para cada personagem.

No período do Patronato, os sócios adultos estavam divididos por grupos, conforme o seu interesse e competências vocacionais, podendo ser solfejo, coro ou teatro. Os que optaram pela atividade coral e dramatúrgica são generosamente elogiados em diferentes momentos das edições do boletim paroquial. Logo em março se fez alusão ao espetáculo do dia 29 de janeiro de 1933: *E que bem se houveram os rapazes!... O vasto programa, cumprido à risca, mostra-nos em todos muito boa vontade e em alguns muito geito para a scena.*

Devemos referir também a educação ministrada no Patronato das Crianças onde, para além de uma escolaridade curricular em vigor, as crianças igualmente se dedicavam a aspetos teatrais e musicais devidamente orientados.

A longa vida do grupo cénico da Casa do Povo esteve ligada maioritariamente ao período da vigência de João P. G. Veiga como presidente da instituição. A este estiveram associados como ensaiadores os encenadores Álvaro Igreja, Manuel Pereira Rainha e Francisco Silva deu-lhes continuidade.

De acordo com o testemunho de Manuel Igreja, o seu pai, Álvaro Igreja, entregava os papéis das personagens a alguns jovens que tinham de mostrar as suas capacidades para serem escolhidos para a representação.

Em conversa com um dos fundadores do MJMT, Joaquim Loureiro Barbosa, neste grupo aceitavam-se voluntários que se propunham a entrar em cena, mas competia ao encenador fazer a respetiva triagem.

No período do Grupo dos Unidos houve umas nuances diferenciadoras. Os jovens podiam aparecer e serem selecionados, mas também acontecia de serem chamados e posteriormente escolhidos, seguindo neste caso critérios mais subjetivos.

Noutras associações amadoras e populares, como por exemplo no Grupo de Teatro Tony e C.ª, eram convidados a participar elementos da equipa de amigos, das relações de amizade ou de vizinhança do responsável.

Em boa parte das situações, o ensaiador, como que sentindo a necessidade de dar o exemplo, desempenhava também o papel de ator. E aqui, como já foi mencionado nos capítulos anteriores, lembrar-nos-emos de Francisco Pinto da Silva e Arnaldo da Silva Rocha.

Apreciando a idade dos participantes, excetuando a maioria das direções artísticas, verificamos que na generalidade eram pessoas jovens. Isto foi constatável pelas poucas fotografias e outros dados que nos foram chegando às mãos.

Na verdade, antes dos compromissos matrimoniais acontece uma maior disponibilidade e recetividade para a exposição mediática que este tipo de atividade favorece. O período de vida entre a infância e a idade adulta caracteriza-se pela audácia, a procura, a descoberta, o encontro com o outro, a libertação da vigilância parental.

Como em tudo na vida, há sempre honrosas exceções. Estaremos neste momento a referir-nos ao grupo Mulheres em Movimento que não tendo sido criado com a finalidade de se dedicar à atividade teatral, se revelou um grupo de mulheres fortemente unidas, aventurando-se elas mesmas na arte dramatúrgica.

4 – OS ELEMENTOS DA EQUIPA TÉCNICA

Certamente que para todas as atividades de palco é imprescindível que haja alguém que seja capaz de resolver problemas elétricos, de iluminação, amplificação sonora ou juntar efeitos de luz e som a determinados momentos da representação ou do espetáculo global. Sobretudo na época mais recuada, não se exigia formação específica, bastava que mostrasse habilidade ou experiência em atividade similar. Correspondendo ao completo amadorismo, prevalecia normalmente a disposição para o desenrasque no improviso da situação.

No teatro amador é frequente o apelo à generosidade, onde a voluntariedade e o espírito de sacrifício estão sempre presentes. No tempo do Patronato a invocação destas qualidades era notória. Se as despesas com os materiais quase não se podem evitar, algumas delas relacionadas com o trabalho braçal conseguem ser decerto atenuadas.

No Boletim Paroquial de Março de 1934, houve elementos da direção e outros voluntários que foram elogiados por contribuírem

com a sua arte de carpintaria: uns por oferecerem alguns materiais, como madeiras; outros a destreza da decoração, pintura de cenários e limpeza do espaço. Encontrámos mencionados os nomes dos proprietários do mosteiro, Maria Amália Monteiro Vieira Marques de Pádua e o irmão José António Monteiro Vieira Marques (Presidente do Patronato), Manuel Vieira da Silva (Tesoureiro do Patronato), Francisco Vieira da Silva (Vice-Secretário), José Macedo Dias, Domingos Cândido Pinto, José Gomes Quintãs, de Frossos, António Moreira, da Graça, Francisco de Araújo, Luís da Cunha Machado…

Foi dado especial relevo a João Gonçalves da Silva que, não sendo sócio, dedicou-se de alma e coração ao projeto de construção das bancadas do salão de espetáculos num esforço gratuito: *Honra especial merece o Sr. João Gonçalves da Silva que foi a alma de tôda esta obra, pois dêle saiu a ideia e foi êle quem deu grande impulso para ela se realisar.*

Houve grupos que tiveram mais facilidade em encontrar soluções técnicas. A direção da Casa do Povo era, na prática, concomitantemente a mesma do grupo cénico e, por sua vez, faziam parte dos altos quadros da Companhia Fabril do Cávado. Isto facilitava o recrutamento de um eletricista ou um carpinteiro no complexo fabril para resolver os problemas ligados à preparação dos espetáculos.

Maria do Alívio recordou que os aspetos de iluminação e afins eram resolvidos por Manuel Rodrigues, funcionário da fábrica, enquanto Francisco Pinto da Silva citou Joaquim Soares e Manuel Igreja referiu João Bernardino Veiga no desempenho das multifunções técnicas.

Arnaldo Rocha, ele próprio eletricista na unidade fabril, também o confirmou, mencionando que, no tempo do Grupo Unidos, o operador de som e luz era o Pedro Nogueira.

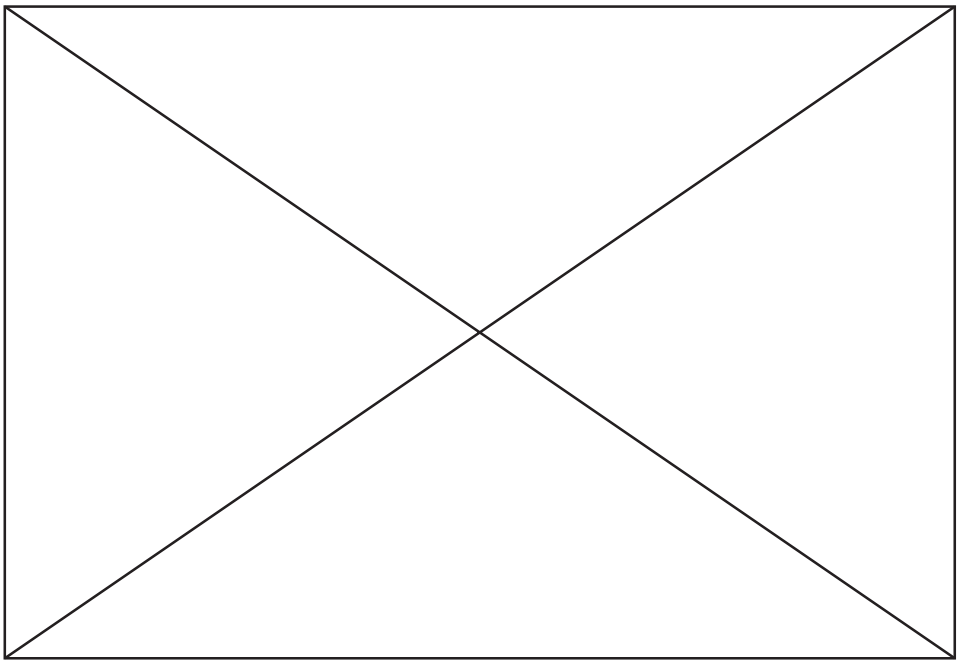
No grupo Tony e C.ª, António Capa desenrascava qualquer situação, mas as tarefas estavam divididas pelo grupo, conforme as habilidades individuais demonstradas. Não havia sistema sonoro, a boa audição estava dependente da qualidade vocálica de cada um.

5 – OS CENÁRIOS (PAINÉIS, MÓVEIS, ADEREÇOS, BAMBOLINAS, BASTIDORES…)

O palco onde se vão desenrolar as peças necessita de elementos que decorem e ajudem a compreender o desenvolvimento da ação, a história que está a ser narrada, numa simulação da realidade onde entra a cor e os objetos.

Centrando-nos na fase do Patronato, em termos de planeamento, conseguimos encontrar um relatório detalhado de despesas na preparação do teatro das crianças, do dia sete de janeiro de 1934: *O Teatro desta vez estava mesmo um primor. Mas é o caso para dizer: "lindo, lindo; mas caro, caro".* E ocorreu uma listagem de despesas com tintas, cola, papel, gesso cré, pano cru, taxas, tábuas, pregos, mão-de-obra paga e gratuita. Há um parágrafo em que o senhor José António Monteiro Vieira Marques, presidente da instituição durante largos anos, apareceu mencionado a ofertar madeiras e traves para a armação do cenário e a ajudar na pintura *com mão de artista requintado o pano da boca do scenário, ajudado pelo Sr. Avelino Rêgo*.

Era preciso arte para pintar e Sebastião Pinto e Silva, irmão de Francisco Silva, que acompanhou o Grupo Cénico da Casa do Povo, revelou um talento apurado na criação da ilusão tridimensional das suas sugestivas pinturas. Pelas fotografias que nos chegaram, por exemplo da peça "A Casta/Castidade Suzana" e de outros eventos, pudemos apreciar a capacidade de usar a luz e a sombra para fantasiar o conteúdo dos cenários.



Peça *A Castidade de Suzana* – Maria do Alívio, Espólio de M.ª do Alívio G. Gonçalves

A este propósito, Domingos Cardoso de Oliveira referiu o seguinte no seu depoimento: *Sebastião, pintor de arte sacra, ao qual se deve a feitura dos cenários que representavam a Terra Santa, Jerusalém com as suas casas abobadadas enfeitadas com oliveiras e palmeiras. Foi também quem executou os panos de fundo representando o Claustro do Cemitério do Mosteiro de Tibães.*

Os tecidos grossos para os cenários eram fornecidos gratuitamente pela Companhia Fabril do Cávado através do seu diretor, o senhor Lopes (eng.º António Fernandes Lopes Júnior, em funções entre 1942 e 1971). Francisco Silva adiantou que a Casa do Povo disponibilizava os móveis necessários, pois a Obra Social das Mães que funcionava no edifício dispunha de muito mobiliário na sua formação de adultos. Mas se fosse necessária algumas adaptações no palco recorriam aos carpinteiros da fábrica.

Noutra fase posterior, do Grupo de Unidos e Tony e C.ª, segundo os seus testemunhos, eram os próprios encenadores, os responsáveis dos grupos que se desenrascavam na pintura dos cenários.

6 – OS FIGURINOS (TRAJES DE CENA)

Um bom figurino tem um valor muito importante, dado que transmite pormenores relevantes da personagem que vão auxiliar na sua compreensão. É necessário que o responsável conheça em profundidade uma série de fatores como a época, o local, o perfil físico e psicológico das personagens. Estes dados são fornecidos pelo diretor ou encenador a quem vai produzir os trajes.

Maria do Alívio prosseguiu, dizendo que os tecidos mais finos para a caracterização das personagens eram comprados nos Armazéns do Minho, por João Bernardino, Irmão da mãe de Hermínio Silva. E Alzira Tobias Igreja era a costureira dos trajes.

Por seu turno, Manuel Igreja mencionou a sua mãe, Maria Amália Igreja, que era modista. Esta desempenhou muitas vezes o papel de caracterizadora na preparação das rusgas da Casa do Povo com as suas indumentárias.

Já Francisco Silva disse que o seu irmão David Silva era alfaiate, sendo habitual oferecer a mão-de-obra e restos de tecido para produzir os trajes. Para que houvesse sentido no trabalho que ofertava, fazia uma leitura prévia do guião e interpretava-o.

Muitas das vezes, na falta de meios para pagar a um alfaiate ou uma costureira, acontecia o desenrasque individual. No tempo do Grupo Unidos, quando era possível, recorriam ao apoio proporcionado pela Casa Municipal de Cultura, cuja sede se situava na Rua do Ferraz, na cidade de Braga.

7 – O PRODUTOR GRÁFICO

O produtor gráfico materializa o projeto de divulgação do espetáculo, tendo de usar todo o poder de criatividade na produção de cartazes.

O Patronato era uma entidade bem organizada para a época. Dispunha de uma edição mensal "O Boletim Paroquial", inserido na revista "A Vida Paroquial", impresso nas oficinas gráficas da livraria "PAX". Aquele era redigido pelo pároco e contava os factos mais importantes ocorridos no mês anterior na freguesia: a dinâmica dos patronatos, despesas e subscrições para obras de reparação dos sinos, de restauração da igreja, da residência paroquial, a reedificação da capela, o movimento religioso da freguesia, considerações litúrgicas sobre diferentes temas, momentos de recreio e culinária. Se conseguissem mais de cem assinaturas teriam direito a imprimir grátis o seu boletim em número igual ao das assinaturas. Isto servia verdadeiramente de incentivo à publicação das notícias locais, nas quais se incluía a atividade teatral.

Na realidade, quando há falta de recursos, são os diretores do grupo que desenvolvem essa função recorrendo a impressões simples em tipografias ou desenhando os cartazes manualmente, como aconteceu no Grupo Tony e C.ª. Neste grupo, foi referido que ocorreu mandar fazer cartazes na Livraria Augusto Costa, no tempo em que se situava no largo Barão de S. Martinho. Outras vezes ainda, recorriam a uma amplificação sonora que instalavam no próprio carro.

Sobre o Grupo Cénico da Casa do Povo de Mire de Tibães, tivemos alguns elementos estruturais que comprovam a forma organizada em que se desenvolvia a sua atividade teatral. Descobrimos alguns ofícios dirigidos às oficinas gráficas da Livraria Cruz dos quais destacamos o do dia 2/06/1960, com o seguinte teor:

Junto remeto modelo para os programas de um espetáculo. Peço que sejam feitos em papel fino e de cores diversas. O tamanho mais ou menos o do papel do modelo. Letras visíveis nos títulos.

Devem fazer o seguinte: imprimir 300 com a data do dia 12 de junho e 300 sem data, que depois será posta à mão… Ruães, 2 de junho de 1960.

O cartaz, para além da identificação do grupo e das indicações do tempo e do espaço, continha o programa, numa descrição abreviada das peças, com indicação das personagens e dos intérpretes e o apelo final de incentivo dirigido à população.

Tivemos outro exemplar da divulgação do espetáculo "O Filho Pródigo", com data de 18/08/1952, que apostou numa descrição do espetáculo mais alargada, do qual destacamos uma parte do texto que diz ser um *emocionante drama em 4 actos, dividido em seis quadros, original do beneditino egresso* ***Miguel de Araújo Gomes****…* e termina com a asseveração moral *O Filho Pródigo é, pois, um bom exemplo que a juventude deve seguir e que toda a gente deve apreciar!*

Só em jeito de um pequeno apontamento algo pesaroso, refira-se que, entretanto, algumas das pujantes livrarias e editoras da época, que estavam ainda em plena atividade comercial na década de noventa, fecharam portas, casos da Livraria Cruz, Livraria Augusto Costa e a Livraria Editora PAX.

Francisco Silva assinalou que, enquanto participante na equipa cénica de Merelim S. Paio, a responsabilidade gráfica competia ao seu irmão David, mas em Ruães essa incumbência passou para ele próprio.

Em relação ao MJTM, foi referido que José Agostinho da Silva Fernandes revelava muita habilidade no domínio das artes gráficas.

No tempo do Grupo Unidos, Arnaldo Rocha mencionou o nome de Domingos Carvalho como sendo o responsável por desenhar programas e compor os cartazes.

Depois, como ocorre ainda hoje com as associações amadoras, os cartazes distribuíam-se pelas pequenas lojas de comércio, chegando a espetar-se nas árvores em locais visíveis de trânsito de pessoas, referiu Maria do Alívio, dando como exemplo o largo dos plátanos no lugar de Ruães.

Se por algum motivo o espetáculo merecesse uma relevância maior pela sua novidade ou dinâmica, podia ser objeto de divulgação nos meios de comunicação social, como já pudemos mostrar em descrições precedentes.

Como curiosidade, referenciamos uma informação cedida por José Carlos Peixoto sobre uma notícia divulgada no *Commércio do*

Minho de 17 de julho de 1888, anunciando que o drama sacro em 4 atos, *A Casta Suzana*, foi levado à cena por uma *troupe de rapazes* na freguesia de Celeirós. Este apontamento revela-nos a importância dada a este drama bíblico, ao longo dos tempos, pelos grupos cénicos das terras do Minho.

8 – O TEATRO E A MÚSICA

Comecemos pelo período do Patronato de Tibães. Olhando para o programa-horário de funcionamento das suas reuniões dominicais, publicado no Boletim Paroquial de setembro de 1933, verificámos que estava estipulado na sua orgânica o estudo semanal do solfejo, ensaios de orfeão e ensaiamentos de teatro. Por isso, não estranhámos achar frequentemente alusões a momentos musicais nos espetáculos: o hino do Patronato, as cançonetas, as canções, os duetos e os corais do orfeão. Os grupos cénico e orfeónico preenchiam normalmente os programas.

Como curiosidade, no Boletim Paroquial de março de 1933, encontrámos a alusão a um espetáculo ocorrido a 29 de janeiro. Depois da referência engrandecida a vários duetos, topámos o elogio já supracitado a Álvaro C. Igreja *... alma de novo e cheia de boa vontade, que, animando tudo e todos, foi o elemento principal desta festa.* A música originava a boa disposição.

Posteriormente, entrando no período de 1945-55, a designada fase pós-segunda guerra mundial terá sido difícil de ultrapassar para os portugueses, naturalmente dependentes de uma economia europeia estagnada, confirmando-se atrasos na recuperação devido à interdependência com o comércio internacional.

Se subtrairmos o pequeno território habitacional de Ruães, umbilicalmente ligada à próspera unidade industrial Companhia Fabril do Cávado, a freguesia de Mire de Tibães, na maior parte do seu território geográfico, encontrava-se marcada por uma ruralidade algo profunda. Era clara a necessidade de proporcionar alegria às pessoas, distraí-las das dificuldades que viviam.

E aqui, certamente se aplicava o ditado popular *Quem canta seus males espanta* para justificar a frequente associação da arte musical aos espetáculos que fomos nomeando ao longo desta nossa história do teatro. Este adagio recomenda a inclusão da música no quotidiano para obtermos uma estabilidade emocional, afastarmos problemas do nosso intelecto e tornarmo-nos mais felizes.

No espólio de João Pinto Gomes Veiga, fomos encontrando cerca de cinco dezenas de partituras musicais, na sua quase totalidade ligadas a peças de teatro ou fazendo parte do programa de espetáculos anunciados, muitas vezes em jeito de complemento. Mencionamos algumas como exemplos, procurando a sua contextualização. Comecemos neste caso pelas peças que o coro cantava:

As duas músicas, *Embálo e Josésito ("cantar minhôto" orfeonisado),* apareceram em pequenos cadernos produzidos de forma manual, com a data *Março de 1925, por Armando Léça.* Recorrendo a recursos da web, encontrámos a informação que se trata do pseudónimo do compositor, folclorista e etnomusicólogo Armando Lopes, nascido em Leça da Palmeira a 9 de agosto de 1891. Mas a partitura *Embálo* apareceu cumulativamente rubricada na parte final com o nome *F.G. Coelho*;

As três melodias *Cuco, Porquê? Não sei e Xácara*, todas elas a 4 vozes, surgiram nos mesmos moldes, em pequenos cadernos e com a mesma data dos anteriores, *Março de 1925*, porém apenas rubricados por *F. G. Coelho;*

Ainda no mesmo formato das anteriores peças musicais, caderno semelhante e a mesma data, achámos a peça a quatro vozes *Solidão Noturna* por Rousselle. E, mais uma vez, acompanhada por uma cópia extremamente cuidada de José Joaquim Ferreira Dias Coelho.

Depois, encontrámos as partituras *À Minha Rua e Cantares da Mocidade*, da autoria de *Manuel Valença,* a primeira em papel impresso e rubricada por Pinto Veiga, em 1953, e a segunda cópia sob a responsabilidade de José Joaquim Ferreira Dias Coelho;

Surgiram mais duas partituras *Cântico da Rocha e Moira* atribuídas a Silveira Pais, mas agora rubricadas por Cardoso d'Oliveira, com as datas de 26 e 27/03/1956;

Apareceu também uma cópia de uma música mais extensa, intitulada *Toadas do Povo*, para coro a 4 vozes, de A. Ferreira Alves, com data de 7/02/1952 e rubricada por alguém que não conseguimos identificar;

Os espetáculos terminavam com hinos que poderiam ser *A Portuguesa*, poesia de H. Lopes Mendonça e música de Alfredo Keil; o *Hino da Casa do Povo de Tibães*, letra e música atribuída a Álvaro Igreja*; o Hino das Festas Jubilares*, letra de J. Alves e música de Dr. Manuel F. Faria; o *Hino a Tibães,* letra de Cardoso de

Oliveira e música de Severino Fernandes. No seu testemunho, Arnaldo Rocha referiu ser habitual as atuações encerrarem com a entoação do hino da Casa do Povo de Mire de Tibães.

Encontrámos outras partituras que apenas expomos os seus títulos: *Avé Maria*, *Canção da Maria Espiga, Canção do Soldado, La Vedora Allegra, Músicas O Filho Pródigo, O Outono, Os Trabalhadores, Vem Barqueiro Vem…*

Mas falta-nos ainda dar o devido destaque às peças teatrais. Algumas destas, para além dos diálogos entre as personagens, continham temas melódicos, destinados a ser cantados. Aproveitamos então para salientar a importância que neste domínio teve o senhor Álvaro Igreja.

Pelo meio da documentação facilitada, num misto de originalidade ou adaptação musical, imputamos a Álvaro Igreja pequenas partituras como a *Marcha Flor do Bairro Ruães, Não sejas má, Canta a tristeza, Alma inocente, Cerejeira do Japão*... Esta ilação teve em linha de conta a forma de fazer as notações musicais em pequenas folhas de papel, num jeito de apontamento casual.

E, continuando, mencionamos agora algumas peças com componentes orfeónicos segundo alguns elementos de que dispusemos:

Em 26/05/1951, tivemos a apresentação da opereta “Flor da Aldeia”, um género de teatro musicado num estilo leve;

Em agosto de 1952, no cartaz de apresentação do drama “O Filho Pródigo” pôde ler-se *Excelente Orquestra!* Numa nota de trabalho surgida no material recolhido apareceram ordenados por ordem de execução doze coros e as respetivas músicas;

Em 30 de agosto de 1954, o programa para o evento delineado para o dia terminou com C*antares regionais pelos componentes do grupo de teatro*;

As “Pupilas do Senhor Reitor”, romance do escritor português Júlio Dinis, editado em 1867, foi adaptado para teatro numa peça em quatro atos, crê-se pelo autor Júlio Guimarães. Na cópia manualmente reproduzida apareceu com o registo de vinte e nove momentos musicais devidamente assinalados por pequenas pautas ao longo do texto do livro. Aconteceu igualmente a adaptação do mesmo romance para cinema em 1935 e, na fase inicial do filme, pudemos ver a informação que a música original pertence a dois autores, um deles é o compositor acima referido Armando Leça.

O MJMT afirmou que alguns concertos musicais se destinaram à angariação de verbas para fomentar o teatro. Diz ser isto visível

no concerto de celebração do 2º aniversário da associação apresentado em reportagem fotográfica.

De uma maneira ou de outra, para além dos programas de variedades para crianças, a música esteve sempre presente fazendo parte do teatro musicado, compondo os intervalos ou rematando os espetáculos.

9 – O PÚBLICO ADERENTE

E o bilhete de entrada será barato, dizia o Boletim Paroquial de janeiro de 1934 a propósito do dia de espetáculo, a seguir ao Dia de Reis, dado pelo Patronato das Crianças. Sempre houve a preocupação em chamar o público para apoiar a atividade teatral ou para ser também uma fonte de receitas destinadas a subsidiar obras ou outros projetos.

Por vezes, havia espetáculos e alturas do ano que chamavam públicos de outras paragens, como se descreve no boletim de fevereiro do mesmo ano: *A assistência foi numerosíssima. Até de longes terras veio gente para admirar a graça e naturalidade com que as nossas crianças se apresentaram em palco… tudo executado com ares de mestre.*

Lembremo-nos que, na primeira metade da década de sessenta, a televisão estava ainda nos inícios, raro era o lar que possuía um aparelho televisivo. Na década de setenta, as tecnologias de informação e de comunicação estavam a dar os primeiros passos a nível informático. No final da década de oitenta a internet chegou a Portugal, mas só começou a fazer parte do quotidiano dos portugueses a partir do início deste milénio.

O teatro, embora não abrangesse a maioria da população, era uma necessidade na vida das pessoas mais despertas, possibilitava a interação, o convívio e o conhecimento artístico e literário. O acesso à leitura era difícil, pois dispor de dinheiro para comprar livros não era para todos. Os meios de distração rareavam e no domínio doméstico nada acontecia para os adolescentes em fase de emancipação.

De acordo com os testemunhos, as distrações rareavam, sobretudo na zona fabril, frequentando estes espetáculos todo o género de público, idosos e jovens. Frequentemente, iam famílias inteiras assistir às representações teatrais com lotação esgotada.

Particularmente no bairro de Ruães, a elite que detinha algum poder e influência, por isso mais desafogada monetariamente, não faltava e as crianças entravam de graça.

10 – AS INSTITUIÇÕES QUE FAVORECIAM A DINAMIZAÇÃO DO LAZER

Para organizar as atividades de lazer de animação social é sempre necessário um suporte financeiro o qual se adquire através de um jogo de negociação. Se há despesas também deverão acontecer receitas. Estas poderão ser obtidas através de subsídios, ofertas ocasionais, cedência de espaços onde se possam realizar os espetáculos, cobrança de quotas ou pagamento de entradas.

Prosseguindo com a necessária ordem cronológica, começaremos por recordar que o Patronato de S. Bento de Tibães era uma organização que tinha como objetivo criar condições para ocupar os tempos livres da população de uma forma ativa e educadora. Nos seus estatutos, capítulo I, artigo 2, diz que o Patronato tem por fim *aperfeiçoar a formação intelectual e moral dos seus sócios* e, no artigo 3, refere *promover a prosperidade da freguesia, particularmente no socorro prestado aos pobres.* O seu diretor era o pároco da freguesia, o beneditino D. António Coelho. Para além da respetiva mesa de direção, tinha nas suas fileiras sócios honorários e alguns patronos, cabendo aqui destacar os proprietários do Mosteiro, Maria Amália Monteiro Vieira Marques de Pádua e o irmão José António Monteiro Vieira Marques que, para além de cederem o espaço da sala do recibo onde aconteciam os espetáculos, também contribuíam com bens, por vezes dinheiro ou outros materiais como madeira para a execução de obras. Em março de 1934, coube-lhes patrocinar a construção de novas bancadas.

No boletim de fevereiro de 1934, há uma esclarecedora reflexão do pároco D. António Coelho, intitulado "Patronatos" que a dado momento refere: *Não há quem não reconheça a influência que pode exercer na vida do patronato uma secção dramática. Não só unirá os sócios numa acção comum e desenvolverá as suas faculdades, mas ainda manifestará ao público, principalmente às famílias dos sócios, a vitalidade da associação e grangeará a esta os meios pecuniários de que necessita.*

Temos assim documentada a importância atribuída à atividade teatral pelo Patronato na formação e o seu papel na angariação de

fundos para fins sociais. Cremos que, na primeira metade da década de trinta, seria a única instituição que incluía a dramaturgia como fator de desenvolvimento social de uma forma organizada.

Entretanto, embora tenham coexistido durante uma parcela de tempo, sensivelmente uma década mais tarde surgiu um organismo social denominado a Casa do Povo, entidade que vai dar nítida continuidade a este projeto sociocultural.

Folheando documentos, apareceram-nos algumas informações em alguns cadernos dactilografados, contendo cópias individuais de composições teatrais, como por exemplo a peça "Se Eu Adivinhasse…" da autoria de A. Ramos, Novembro 1948, com o carimbo da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) – Secção de Actividade Cultural e outro da Casa do Povo de Mire de Tibães.

A FNAT, precursora da fundação INATEL, foi criada a 13 de junho de 1935 e tinha como finalidade criar as infraestruturas destinadas às atividades culturais, desportivas e recreativas dos trabalhadores e suas famílias. E, nas freguesias rurais, a FNAT era representada pelas Casas do Povo.

Nesta referência, vemos como as instituições supramencionadas desempenhavam o papel de suporte e retaguarda cultural assumida responsavelmente durante o período do Estado Novo. Um dos nossos entrevistados, Bento da Silva Guimarães, atual dirigente do GUT - Grupo Unidas de Tibães, com sede no edifício da extinta Casa do Povo, reforçou a ideia que o teatro era uma atividade do grupo cénico que dava alma à organização corporativa do trabalho rural.

Constatámos que o Grupo Cénico da Casa do Povo tinha uma estrutura de suporte bem organizada, impulsionadora de uma dinâmica sociocultural forte: dispunha de uma contabilidade planificada, desfrutava do salão de festas, tinha a ajuda em géneros e de alguma mão-de-obra da Companhia Fabril do Cávado, como veio sendo dito ao longo deste trabalho. Maria do Alívio G. Gonçalves relatou que a Casa do Povo pagava o transporte dos atores nas digressões das peças e outras despesas com os rendimentos das representações teatrais.

E a ideia era que ninguém ficasse de fora por questões monetárias, facto percetível no apelo lançado para participação nos eventos, por exemplo, no cartaz do espetáculo de 12/06/1960: *Para que todos possam assistir a êste espectáculo a Direcção da Casa do Povo estabelece entradas populares.*

No caso do Grupo Cénico Os Vicentinos de Mire de Tibães, com o apoio idêntico ao grupo anterior, Francisco Silva acrescentou

que a Casa do Povo, sob direção de Américo Guerra Fontes, adiantava o dinheiro necessário. Os lucros obtidos destinavam-se a gastos de espetáculos subsequentes e à obra social desenvolvida pelos Os Vicentinos, cujo supervisionamento estava a cargo do pároco da freguesia, Domingos Fernandes da Silva.

O MJMT referiu o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), criado em 30 de abril de 1974, cuja função era estimular as atividades juvenis para o preenchimento dos tempos livres. A associação candidatava-se regularmente à atribuição de pequenos subsídios para as atividades que levavam anualmente a efeito.

Com o Grupo Tony e C.ª tivemos a alusão à atividade dramatúrgica como uma ocupação autossustentável, sendo a cedência do espaço pelos donos do Mosteiro de Tibães à época uma forma de favorecimento destes momentos de distração. Os ganhos destinavam-se a financiar as festas das crianças por altura do Natal.

Já numa fase de declínio da Casa do Povo, O Grupo Unidos dispôs apenas das instalações. Arnaldo Rocha citou outros apoios como da associação ARTAM, Casa Municipal de Cultura de Braga, Instituto da Juventude de Braga e Governo Civil de Braga a quem apresentavam o plano de ação. Também apontou a entreajuda entre amigos no transporte dos atores para os ensaios e representações.

A ARTAM - Associação Regional de Teatro de Amadores do Minho, empenhada no desenvolvimento de atividades das artes do espetáculo, projetava a itinerância dos grupos de teatro, promovia o Festival de Teatro da Primavera e os sete grupos cénicos apurados iam ao Festival de Teatro de Outono.

Os grupos cénicos consideravam igualmente uma forma de cooperação com a atividade teatral a disponibilidade de divulgação que ocorria na missa dominical, nos jornais Correio e Diário do Minho ou nos cafés aderentes à ideia de difusão das representações teatrais.

11 – OS ESPAÇOS CÉNICOS

Como adiante se poderá confirmar, ao longo do período de tempo em estudo, houve apenas dois recintos de espetáculos que contemplavam na sua conceção palcos, camarins ou outras infraestruturas adequadas e que manifestamente permitiam a realização de espetáculos de natureza artística.

Começando pelo Patronato de S. Bento, uma instituição educativa muito abrangente que se encontrava dividida em três grupos: das crianças, que estariam em idade escolar, dos homens e dos rapazes adolescentes. Estas pequenas comunidades operavam em dois lugares distintos da freguesia, Sobrado/Melhorado e Mosteiro, no entanto, a sala de espetáculos era comum e funcionava no espaço do recibo do Mosteiro de Tibães que era designada pelos beneditinos residentes (D. António Coelho, frei Bento Alves Ferreira e frei Martinho da Cunha) por sala do Teatro de Tibães ou Teatro do Patronato ou ainda Teatro do Recibo.

Ao analisar os relatórios dos beneditinos inseridos nos Boletins Paroquiais e conferindo outros documentos do espólio que nos foi possível coligir, podemos afirmar que, entre 1932 e 1956, a sala de teatro do Patronato de S. Bento foi o único espaço na freguesia devidamente adaptado para as representações dramatúrgicas. E tendo em conta alguns dos testemunhos recolhidos, a sua utilização prolongou-se ainda pela década de sessenta.

Mais tarde, em finais da década de 70, o grupo Tony e C.ª reativou este local, mas não com o esmero da primeira iniciativa. Estamos convictos que todo este esforço de adaptação do espaço referido não teria sido possível sem a natural e notável colaboração dos donos do espaço privado, a família Marques e herdeiros.

Entretanto, no outro extremo da freguesia, com a construção da fábrica de tecelagem da Companhia Fabril do Cávado em finais do século XIX, em parceria com a já existente Fábrica de Papel de Ruães e a edificação do bairro para os operários em 1942, a população do lugar de Ruães cresceu exponencialmente e surgiram novos grupos cénicos.

Inicialmente, durante um período de mais de meia dúzia de anos, não tendo um espaço próprio para as representações e como se encontrassem relativamente isolados da parte restante da freguesia devido à fraca rede viária, os Grupos Cénicos de Ruães e da Casa do Povo reuniam-se para os ensaios em casas privadas, como da família Correia Igreja ou Cardoso Oliveira, e encenavam no refeitório da fábrica, recinto gentilmente cedido para o efeito pela administração da empresa fabril. Contudo, o Grupo Cénico da Casa do Povo ainda chegou a atuar na sala do recibo do Mosteiro de Tibães, como foi o caso da digressão do drama bíblico “O Filho Pródigo” durante o ano de 1952.

Precisaremos de recordar que apesar da Casa do Povo ter sido criada em 1941, o salão de festas da instituição só surgirá

em 1956, depois de grandes obras de ampliação, estando presentes membros do governo da época na sua inauguração com pompa e circunstância. Foi a partir daqui que o lugar de Ruães se tornou num novo e muito dinâmico centro de atividades cénicas da freguesia de Mire de Tibães que se prolongará pela década de oitenta.

Neste nobre salão, criado de raiz para as representações teatrais, com todas as condições exigíveis de melhor acústica e logística de apoio, atuaram todos os outros grupos cénicos posteriores ao da Casa do Povo e que atrás já apresentámos: Centro de Cultura e Recreio e Teatro da Casa de Povo de Mire de Tibães – CCRTT, Grupo Cénico Os Vicentinos de Mire de Tibães, Movimento de Juventude de Mire de Tibães – MJMT, Grupo Cultural Recreativo Unidos à Casa de Povo de Mire de Tibães e ainda, mais recentemente, o Grupo Mulheres em Movimento de Mire de Tibães.

12 – TEATRO POPULAR / TEATRO AMADOR

Caminhávamos para a fase final do trabalho, quando o historiador Eduardo Pires de Oliveira, sócio do GAMT, propôs uma leitura mais abrangente que pudesse enriquecer esta viagem pelo palco. Após uma brevíssima consulta das cinco obras temáticas facultadas, veio ao de cima uma questão que pairara na nossa mente e não a tínhamos efetivamente abordado: que tipo de teatro encontrámos nós no desenrolar desta pesquisa, popular ou amador? Não poderíamos terminar sem uma tentativa de abordagem elucidativa.

Estes dois tipos de teatro coexistiram e permanecem ainda na região minhota onde Mire de Tibães se integra naturalmente.

É sabido que o teatro amador se caracteriza por possuir criatividade e autonomia, com atores ocasionais e públicos da vizinhança, em que o seu papel essencial foi, em tempos recuados, o de manter a ordem e os valores sociais. Eventualmente, terá menos proficiência, pois a experiência dos atores é menor. A este propósito, recorde-se o que se descreveu no ponto anterior a propósito das instituições que favoreciam a dinamização do lazer, sobretudo nos períodos da vigência do Patronato e da Casa do Povo, onde as características aqui enunciadas estiveram mais percetíveis.

Também foi comum as pessoas entrevistadas, que participaram no teatro amador da freguesia, reconhecerem o aspeto de formação

no seu caráter, sentir-se diferente e útil na sua adolescência em que o retorno financeiro individual não era uma coisa primordial.

Ao falar do teatro popular começamos pela herança do teatro religioso medieval com encenações de mistérios, moralidades, milagres, entre outras. Nos tempos mais recentes, somos direcionados para as festas religiosas, manifestações com a sua vertente artística predominantemente ao ar livre, onde não faltam os cenários das ornamentações e pirotecnia, envolvendo todas as camadas sociais. O guião não tem um autor registado.

No Minho, a frequência das romarias é evidente. Azinhal Abelho, na sua obra de 1970 "Teatro Popular Português" refere que não há festa sem uma procissão com andores, onde as imagens cénicas representam episódios litúrgicos. No caso de Mire de Tibães, lembrar-nos-emos, por exemplo, da tradicional festa de S. Sebastião com a procissão do "Cerco" onde se integram andores, episódios figurados com anjos, o coro das virgens, o pálio, a filarmónica e o povo.

Temos também no culto da Natividade a encenação do Auto dos Reis Magos, adaptação bíblica com a finalidade de difundir a fé cristã. Numa longa evolução, na década de quarenta do século passado, para além dos reis magos, entram no ritual das novenas os pastores e os anjos. O culto desta alegoria religiosa, com forte pendor musical, tem passado de geração em geração, desenvolvendo-se no interior da igreja do Mosteiro de Tibães.

No período do Patronato, as encenações litúrgicas eram frequentes com o objetivo de ensinar e catequizar: temos referência a intervenções miraculosas da Virgem Maria na peça "Milagres de Fátima"; representações da vida dos santos como o "Drama de Santo António", o drama "A morte de Abel", "Drama de Santa Isabel"; outros dramas litúrgicos como "A Vida de Cristo", "O Jejum e S. José", "Drama da Paixão".

Surge também o teatro cómico/profano com as farsas, encenações satíricas com exagero cómico onde pontificam as situações ridículas e absurdas para provocar o riso, teremos como exemplo a farsa/comédia "O fotógrafo em apuros".

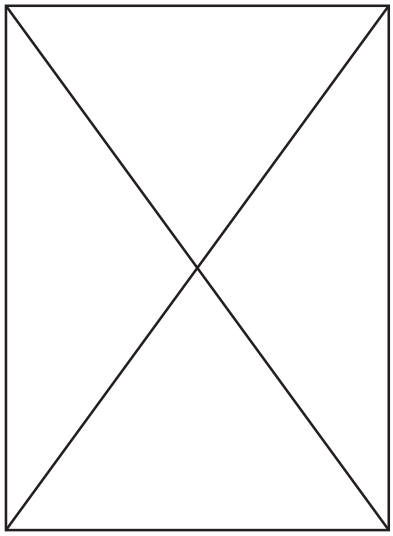
Finalizaremos estas evidências de expressão popular acrescentando os cortejos solidários de oferendas com carros alegóricos figurados, em tempos muito comuns, para custear obras da Capela de Mire, construção do cemitério, obras da Casa do Povo, construção do Centro Social, de solidariedade com o antigo Hospital de

S. Marcos e ainda os raros cortejos carnavalescos e passagem de modelos. Para todas estas manifestações se construía um guião circunstancial.

13 – TESTEMUNHOS NA PRIMEIRA PESSOA

– O João Peixoto de Oliveira

O meu avô José Peixoto de Oliveira, pintor de arte sacra, nasceu a 23 de fevereiro de 1903, em Frossos, e faleceu em 19-5-1971. Teve vários irmãos, dos quais destaco João Peixoto de Oliveira, falecido em 6-3-1962, conhecido pelo Murteira, homem dos sete ofícios.



João Peixoto de Oliveira

O João Peixoto de Oliveira, nascido em 30-07-1894, mostrou destreza em diferentes artes como armador, alfaiate, músico, encenador, ensaiador. Viveu no lugar do Carrascal, na casa onde reside agora o meu irmão Jasmim.

Este meu tio-avô foi sócio efetivo do Patronato de S. Bento de Tibães, chegando a desempenhar a função de presidente nos mandatos com inícios nos anos de 1937 e 1943. Aqui, destacou-se na arte da dramaturgia, sendo um dos responsáveis do grupo teatral.

Testemunho para a memória do teatro de Mire de Tibães
José Carlos Gonçalves Peixoto

– Memórias da minha infância acerca do teatro:

Ainda criança, assisti na "sala do recibo" do Mosteiro de Tibães a uma peça de teatro da qual me recordo ser exibida num patamar superior ao fundo da sala, cujo acesso era feito através duma escada em madeira junto à parede. Ao lado da escada amon-

toavam-se fardos de palha, possivelmente para alimentar o gado que o feitor da quinta do Mosteiro tinha na cavalariça debaixo da "sala do recibo".

Nos anos 60 do Séc. XX, aquando da minha aprendizagem da catequese na freguesia de S. Paio de Merelim, assisti a peças de teatro que eram exibidas no salão paroquial o qual era, à época, orientado pelo reitor Pe. Manuel Correia de Mesquita. Essas peças de teatro eram abrilhantadas pela Tuna, composta por cerca de uma dezena de elementos com as suas violas, violinos, guitarras, violoncelos e de mais instrumentos de cordas, a qual dava ao teatro um cariz solene e muito agradável. A representação das peças a "Vida de Cristo" e o "Filho Pródigo" foram as melhor conseguidas, entre outras que eu não me recordo.

Na representação da "Vida de Cristo", a personagem do "Judas" não ganhou para o susto pois o nó da corda lhe pregou uma partida... Não fora a prontidão no socorro dos colegas em cena e a história seria outra. Ainda na mesma peça, as tentações do diabo ao Senhor eram simuladas com o inferno, fazendo fogo com pólvora seca entre as "facas" do cenário do qual saía o dito "diabo". Como a pólvora foi demais, o cenário incendiou. De pronto desceu o pano de cena para não causar pânico entre a assistência e o incêndio foi rapidamente extinto.

Dos atores que eu bem conheci e que muito me alegrou ver em cena, recordo-me dos irmãos Pinto da Silva. Sebastião, pintor de arte sacra, ao qual se deve a feitura dos cenários que representavam a Terra Santa, Jerusalém com as suas casas abobadadas, enfeitadas com oliveiras e palmeiras. Foi também quem executou os panos de fundo representando o Claustro do Cemitério do Mosteiro de Tibães. O Francisco, conhecido popularmente por "Xico Pisca", que personificava o "diabo", era uma pessoa muito alegre e que facilmente se adaptava a comédias, sátiras ou mesmo tragédias. Era o que vulgarmente se diz na linguagem popular "pau para toda a colher". O David, que representava a mãe de Jesus, era alfaiate e se encarregava da confeção dos adereços, túnicas, etc.

No salão da Casa do Povo de Mire de Tibães também se realizaram várias peças orientadas pelo Sr. João Veiga, chegando a ser exibidas noutras localidades fora do concelho.

Estas são apenas alguns momentos sobre o teatro que mais me marcaram, entre outros que me preencheram a vida.

Um abraço amigo,
Domingos Oliveira

***– Quanto ao Grupo Unidos**:*

Quando iniciei o meu trabalho de animação na Casa Municipal da Cultura da Câmara de Braga, em 1982, o Grupo Unidos à Casa do Povo de Mire de Tibães foi uma das primeiras associações culturais com quem trabalhei, porquanto ele fez parte do primeiro movimento teatral que foi implementado a partir dessa data.

Na verdade, o Grupo Unidos participou nos Encontros de Teatro que foram levados a efeito pela Casa da Cultura, até pelo menos 1988, e depois passaria a participar nos festivais realizados pela Associação Regional de Teatro Amador do Minho (ARTAM). Estes Encontros proporcionavam itinerâncias pelo concelho e pela região do Minho e eram complementados com digressões pelas freguesias do concelho de Braga.

O Grupo Unidos, mercê da paixão e do entusiasmo de Arnaldo Rocha, foi um dos grupos que mais se destacou neste período áureo do teatro amador de Braga, fazendo jus à rica tradição teatral que existia em Ruães e que foi escola de uma nova geração de atores dirigida por Arnaldo Rocha que, diga-se de passagem, chegou a fazer parte da direção da ARTAM.

Arnaldo Rocha foi um ator cómico extraordinário, para grande divertimento do público, ele lembrar-se-á das comédias onde fez de protagonista, particularmente nas chamadas comédias do gosto popular, para além de que seguia a atividade dos restantes grupos amadores do concelho, com todos estabelecendo boas relações de amizade. Nesse período, a Casa do Povo de Mire de Tibães foi um dos palcos onde mais peças se levaram à cena.

Quando fui presidente da direção da ARTAM, fiz aprovar um plano de consagração dos velhos atores amadores do Minho, em cerimónias públicas bastante concorridas, e Arnaldo Rocha foi um dos dirigentes que me ajudou a efetivar a celebração desses monumentos vivos do Teatro. Hoje, infelizmente, essas cerimónias acabaram, no entanto, o Teatro continua a ter monumentos vivos e um deles é Arnaldo Rocha. Para mim, foi um enorme prazer trabalhar com ele.

Com o abraço fraterno do
Fernando Pinheiro

14 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Habitualmente, a manifestação teatral é uma atividade organizada, veiculadora de recordações, sendo isso um fator importante nos trabalhos de pesquisa por facilitar a recolha de registos identificadores que entram na composição de uma memória coletiva. Movidos pela curiosidade, fomos então à procura de respostas às muitas interrogações que nos iam surgindo na consulta dos documentos encontrados.

Variando as nossas leituras, acedemos ocasionalmente a um texto da revista E do jornal Expresso, edição 2521 de 19 de fevereiro de 2021, onde encontrámos uma entrevista a José Mattoso, o historiador-monge, que nos reforçou a compreensão do retorno a Tibães da comunidade beneditina. Conseguimos perceber que, a partir dos inícios do século XX, os monges de Singeverga decidiram seguir uma vida mais ativa, com o desenvolvimento de ações pastorais, num modelo de vida mais operário que seguia o modelo do padre eremita Charles de Foucauld, em detrimento da vida simplesmente contemplativa da oração e do estudo da palavra de Deus.

Já na leitura do suplemento para os fiéis "A Vida Paroquial" da revista litúrgica Opus Dei, publicada em Braga pela editorial PAX na década de 1930, nos tinha intrigado o porquê de constantemente se elevar a atividade dramatúrgica como um elemento fundamental na formação das pessoas. E refletindo sobre o conteúdo de alguns artigos, inseridos nas publicações, começámos por encontrar o fio condutor.

Foi no boletim de maio de 1934 que tivemos a oportunidade de ler um artigo do padre beneditino Martinho da Cunha. De imediato, o primeiro parágrafo chamou-nos a atenção *… o inventor do "sistema preventivo" na educação dos rapazes, o fundador dos Patronatos e Oratórios e da já florescente Sociedade Salesiana…* Constatámos, referir-se a S. João Bosco (1815-1888), o percursor dos patronatos, onde a atividade teatral fazia parte do método preventivo na educação dos jovens que careciam de apoio social.

O teatro proporciona também o desenvolvimento da leitura em ambiente de lazer, segundo contextos não-formais. Surgiu certamente como uma necessidade de comunicar, transmitir histórias e acontecimentos, mas conjuntamente poderá tomar dimensões de homenagem

a algo ou a alguém. Identicamente, verificámos que quando usado numa dimensão religiosa, logrará servir como meio de catequização.

A arte de representar em palco tornou-se então numa prática artística, utilizada pelo Patronato de S. Bento de Tibães nas diversas categorias etárias, tanto nos adultos como nas crianças, com a finalidade de divertir, ensinar e formar. Prosseguindo essa filosofia de educação cristã, verificámos que no dia 15 de dezembro de 1935, em Tibães, o Patronato foi *transformado num organismo da Acção Católica, o Jocismo e o Locismo*. Isto veio proporcionar a formação de novos grupos, masculinos e femininos, todos eles com uma direção individual, e consequente divisão de tarefas: Liga Agrária Católica, Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e o grupo dos Benjamins.

Confirmámos que passado sensivelmente um século após a extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, no breve período em que três corajosos beneditinos (P.e Bento Alves Ferreira, P.e Martinho da Cunha e D. António Coelho) teimaram em regressar à casa-mãe da congregação, o Mosteiro de S. Martinho de Tibães voltou a ser um centro de religiosidade e de cultura, agora também na área da dramaturgia. Notou-se objetivamente uma valorização da expressão dramática na prática educativa do catolicismo.

Anotando, no período temporal analisado, os espetáculos decorreram geograficamente em dois espaços distintos da freguesia e diametralmente opostos: primeiramente, na Sala do Recibo do Mosteiro, localizada a sul da povoação, onde se exibiram os diferentes grupos do Patronato de Tibães; posteriormente, no outro extremo do povoado, na Casa do Povo, instituição situada no lugar de Ruães que recolheu bastante apoio da dinâmica Companhia Fabril do Cávado.

Como já demos a perceber, a Casa de Povo, um organismo de cooperação social, assimilou o empreendedorismo iniciado pelo Patronato de S. Bento que se mostrou preocupado com o desenvolvimento económico-social e cultural da comunidade local.

Entre as décadas de 1930 e 1990, num espaço temporal de sessenta anos, registámos cerca de seis dezenas de peças de teatro representadas em Mire de Tibães. Algumas delas despertaram mais interesse e curiosidade na população, levando a que o mesmo ou diferentes grupos as elegessem para representação repetida. Podemos mencionar, por exemplo, as composições teatrais “Um Mau

Filho" (drama), "O Filho Pródigo" (drama da história bíblica), "Mocidade Heroica", "As Pupilas do Senhor Reitor", "Dois Mortos Vivos" (comédia), "Ressonar sem Dormir" (comédia), "Casa de Pais" (drama), "Dois Casamentos à Pressa", "O Vigésimo", "Está lá?", "A Luz que não se apaga" (drama), "Um Médico à rasca" (comédia).

No concernente às reiterações de peças, sobre o drama bíblico "O Filho Pródigo", apanhámos num ofício da Casa do Povo, datado de 6 de julho de 1952, uma justificação pedagógica e social que está mais patente nas representações dramáticas: *...a peça que presentemente temos representado, é uma peça cheia de moral e digna de ser vista por toda a juventude ... tem sido representada de anos a anos nesta freguesia...* E, embora a considerassem *...muito maçadora, pois leva 4 horas a ser representada...* expõem o porquê *...muitos pais de família têm obrigado seus filhos a assistir aos espetáculos, servindo-lhes de lições.* Por seu turno, as comédias mais aclamadas encaminhavam as pessoas para a distração, numa mitigação das dificuldades experimentadas no rigor do quotidiano vivido pelos habitantes da freguesia. (Imagem 55)

Em contexto de privações económicas e políticas, o ator ou a atriz deverá alegrar, despertar a hilaridade no público. Logo, não é por acaso que os vários grupos cénicos aqui apresentados tenham revelado preferência por peças cómicas em detrimento das violentas ou vulgares. Alguns dos elementos entrevistados mencionaram ainda que os intervalos entre diferentes peças poderiam ser animados por atos de variedades constituídos por anedotas, truques de ilusionismo, declamação de poemas escolhidos e momentos musicais.

Reconhecemos que, de uma época com uma certa cadência no surgimento de grupos cénicos, caímos na atualidade num vazio que ultrapassa já uma trintena de anos sem que surjam grupos específicos na arte de representar na freguesia de Mire de Tibães. É certo que aqui ou ali tem havido esta ou aquela associação que decide representar pequenas peças, mas não o assumem como uma atividade contínua.

Pressentindo que haverá falhas e assuntos a que se poderiam dar uma profundidade maior na pesquisa encetada, reafirmamos a intenção inicial de com este trabalho prestar tributo aos grupos cénicos que fortaleceram culturalmente a freguesia de Mire de Tibães.

Homenageamos conjuntamente todos aqueles que com o seu trabalho empreendedor, o seu saber, empenho e engenho na arte

de representar, facultaram tantos momentos culturais em momentos emotivos às pessoas desta terra de uma enorme riqueza patrimonial que tantos outros admiram e respeitam.

Consideramos que, para se ter alguma qualidade cultural, precisamos de timoneiros com espírito de iniciativa, que sigam estratégias estruturalmente concebíveis, de alguém que acredite e se preocupe com o bem-estar social.

E houve líderes que se envolveram em diferentes iniciativas, em espaços diversos, deixando um rastro predicatório. Memoramos aqui umas leituras recentes de momentos de história narrados no caderno "Cultura" do Diário do Minho, de 23/02/2022, onde Armindo de Oliveira, no seu "Abrir o baú das recordações", se refere a David Pinto da Silva, irmão mais velho de Sebastião e Francisco, de uma forma afetiva, num espírito sem fronteiras de inesperadas coincidências:

Não se podia encerrar este capítulo do teatro na Escola sem referir a prestação excelente e graciosa no arranjo e nos últimos retoques nas cenas a representar do grande e saudoso especialista do teatro local, o sr. David Alfaiate. Homem bom, sempre disponível e um inveterado incentivador da arte cénica. Homem de qualidades únicas, como cidadão e como agente de cultura, de um rigor na dramaturgia difícil de igualar, estava sempre, por carolice e por gosto, pronto a ajudar em tudo aquilo que dele precisassem. A Escola de Merelim São Pedro, na realização da sua festa de Natal, muito deve a este merelinense de São Paio que abraçava esta arte de representar com um carinho e uma paixão inexcedíveis.

Permitimo-nos assim encerrar as nossas memórias da arte de representar na área geográfica da freguesia de Mire de Tibães, não sem antes lembrar o período pandémico que ainda vivemos e nos condicionou alguns contactos mais abrangentes. Pensamos que fizemos o caminho certo pois tivemos a felicidade de ainda nos relacionarmos com algumas das pessoas envolvidas com as reminiscências do passado em estudo. A estas, os nossos especiais agradecimentos pela confiança em nós depositada, permitindo o acesso a documentos muito frágeis, essenciais às descobertas apresentadas.

Referências bibliográficas

PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – *Memórias do Couto de Tibães*, Braga: Câmara Municipal de Braga, 2017.

ABELHO, Azinhal – *Teatro Popular Português – Entre-Douro-E-Minho*, 3º volume, 1970, Editora Pax.

Edições *Opus Dei, A Vida Paroquial*, 1933-37, edição Pax – espólio de Maria do Alívio Gomes Gonçalves.

Revista E do Expresso, edição 2521, 19 de fevereiro de 2021.

Suplemento Cultura, Diário do Minho, 23 de fevereiro de 2022.

Espólios privados das pessoas entrevistadas (Arnaldo da Silva Rocha, Francisco Pinto da Silva, Gentil Ferreira do Fundo Oliveira, Joaquim Loureiro Barbosa, José Carlos Gonçalves Peixoto, Manuel António Ferreira da Silva Capa, Manuel Correia Igreja, Maria do Alívio Gomes Gonçalves): boletins paroquiais, cartazes, peças de teatro, documentos notariais, programas, jornais, partituras musicais, fichas individuais, fotografias.

Pesquisas na Web

https://books.google.pt/books?id=fS5gMTZxKpUC&pg=PA300&lpg

https://cidadehoje.pt/2018/10/page/10/

http://ric.slhi.pt/A_Construcao_Moderna/obras

http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322606/1/Bonifacio_NadjaSantos_D.pdf

https://xicosilvabragao.blogspot.com/

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28739/2/ulfl234013_T_2.pdf

(15.2. Bibliotheca Dramática Popular

45 J. Câmara Manuel, Os dois caturras, Entreato cómico original, pág. 288)

https://bismula.wordpress.com/2013/10/21/bismula-o-teatro-e-seus-actores/

https://www.coolture.pt/event/flor-da-aldeia-iii-festival-de-teatro-golgota/

https://www.municipiosefreguesias.pt/noticia/20170/ciclo-de-teatro-amador-prossegue-em-sanguinheira—cadima—pocarica—covoes—cordinha-e-franciscas

https://folclore.pt/armando-leca-compositor-folclorista-e-etnomusicologo/

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28739/2/ulfl234013_T_2.pdf

https://books.google.pt/books?id=MAjfdj0l0kQC&pg=PA214&lpg=PA214&dq=Tenente+Al%C3%ADpio+da+Silva+Vicente&source=bl&ots=ChdUfkaUp5&sig=ACfU3U0v0xBZelbgFJZKbt399_l9b9wLxg&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjcvL7UiKDtAhUOxBQKHYqwC-UQ6AEwEnoECAUQAg

https://www.salesianos.pt/biografia/s-joao-bosco

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23361/2/ulfl061184_tm_apendices.pdf

http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/-/B2B755B49B436D3F8025829700354B3E

https://mulheresemmovimento.blogs.sapo.pt/

https://www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20180118115722289.pdf

http://www.rtp.pt/programa/tv/p19835

https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57552/60597

http://www.gefac.pt/recolhas/teatro-popular/

http://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?t=12454

https://catalogo.bpb.uminho.pt/cgi-bin/koha/opac-search.pl?idx=au&q=Al%C3%ADpio%20da%20Silva%20Vicente

Agradecimentos às pessoas entrevistadas

Armando Costa e Silva
Arnaldo da Silva Rocha
Bento da Silva Guimarães
Domingos Cardoso de Oliveira
Fernando da Costa Neiva Pinheiro
Francisco Pinto da Silva
Gentil Ferreira do Fundo Oliveira
Joaquim Loureiro Barbosa
José Carlos Gonçalves Peixoto
Manuel António Ferreira da Silva Capa
Manuel Correia Igreja
Maria do Alívio Gomes Gonçalves
Rosa Ferreira da Silva

Colaboração

DRCN / Mosteiro de S. Martinho de Tibães

Organização

GAMT - Grupo de Amigos do Mosteiro de Tibães

Recensão da obra *18 olhares sobre André Soares*

JOSÉ CARLOS MENESES RODRIGUES [1]

Eduardo Pires de Oliveira[2] é o coordenador e o editor da obra *18 olhares sobre André Soares*, formada por dois volumes (1, 241 pp. e 2, 239 pp.), editada em Braga no ano de 2019.

Eduardo Pires de Oliveira é um investigador incomum: manifestou uma motivação especial, ainda jovem, por André Soares; desenvolveu, logo que pôde, ações para conhecer e comprovar que Braga de hoje deve a sua notoriedade patrimonial e artística ao século XVIII de André Soares; possui um acervo bibliográfico notável dedicado à História da Arte; concretizou, sem qualquer licenciatura, o doutoramento em História da Arte, facto inédito na universidade portuguesa.

E rapidamente chegamos a *18 olhares sobre André Soares*, obra apresentada em dois volumes, sob a sua responsabilidade, e que se intersetam com toda a investigação expandida sobre aquele artista, nomeadamente o doutoramento de Eduardo Pires de Oliveira. E se agora há um saber enorme sobre André Soares, muito mais haverá nos próximos anos, pois os patamares motivadores estão construídos.

O público-alvo desta obra é, preferentemente, a comunidade académica mas, sem qualquer tipo de prurido, colocámo-la ao mesmo

---

[1] Professor Coordenador no ISCE Douro (Penafiel); doutorado em História da Arte pela FLUP (2004) – *Retábulos na Vale do Sousa e no Baixo Tâmega. Do Maneirismo ao Neoclássico (Séculos XVII-XIX)*; pós-doutoramento em História Contemporânea pela FLUP (2021) – *A Arquitetura dos "Brasileiros" de Fafe em consonância com roteiros.* Investigador no Lab2PT (UM).

[2] Eduardo Pires de Oliveira é Investigador no Artis/Instituto de História de Artes / Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento: *André Soares e o rococó do Minho.* Outras obras: *André Soares de/by Braga* (2014); *Estudos sobre André Soares, o rococó e o tardobarroco no Minho e no Norte de Portugal* (2.º vol. – 2016-2017).

nível no público em geral dada a importância que André Soares tem para Braga e para quem segue o património religioso e laico das unidades estilísticas do Rococó e do Tardobarroco, pois é nesta ordem que devemos apresentar o percurso soaresco.

FUNDAMENTAÇÃO DA RECENSÃO

As datas são o princípio dos eventos: 250 e 300 anos sobre o nascimento e morte de André Soares (1720-1769). Mas proporcionar uma obra em dois volumes (quase de bolso) foi uma opção fundamental, porque partilhar a obra multifacetada de André Soares é ato que se impõe quanto mais não seja para que, definitivamente, a comunidade científica ainda instalada em cátedras absorva o Norte, no caso, Braga, como um dos mais importantes centros artísticos do século XVIII.

O fascínio de Eduardo Pires de Oliveira por André Soares – desde jovem – perpassa por etapas cruciais da sua vida intelectual: um doutoramento, 18 olhares sobre André Soares (2 vol.) e uma edição da revista Artis (FLUL), saída no final de Outubro de 2021.

Voltemos ao fascínio e comecemos pelo fim da obra: *A beleza delirante e a paixão pela arte: o encontro de dois homens*, de Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani[3] (2, 2019, pp. 211-236). Confessamos que fomos espicaçados pela curiosidade em saber qual era o par de André Soares. Nem mais nem menos que Eduardo Pires de Oliveira! A autora divaga sobre a arte e a loucura – desde a Grécia antiga – concentra-se na labiríntica Casa de Fresco (1752, jardim do palácio de D. José de Bragança, atualmente no Bom Jesus do Monte) e conclui que André Soares é conhecido pela arte e pela paixão de Eduardo Pires de Oliveira.

Concordamos com Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani, pois, o trabalho de Eduardo Pires de Oliveira é permanente enquanto o Congresso de 1973 (clímax de interesses académicos que se iniciaram com Robert Smith, em 1968) – que rememora e espoleta o gosto pela arte de André Soares – poderia ter ficado no esquecimento e consi-

[3] Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani era docente de História da Arte na FIH/UFVJM – Brasil. Doutorada em História da Arte pela UFMG e com pós-doutoramento em História da Arte, Classe de Ciências Humanas da Scuola Normale SEperore di Pisa e em História da Arte e Elementos Decorativos na Falsa Arquitetura – no Departamento de Arquitetura da Universitá degli Studi di Firenze.

derado periférico pelo facto de não ter sido um evento organizado na capital!

Fomentou-se, então, uma nova História da Arte com os estudos sobre André Soares em Braga, principalmente, mas também Viana do Castelo, Guimarães, Arco de Valdevez, Vila Verde e, residualmente, em Entre-Douro-e-Minho e uma franja transmontana. Um legado soaresco crucial na região do granito – desde o Tardobarroco, seguindo imposições anacrónicas de comunidades sem cabedais e gostos desajustados ao Rococó pujante, passando pela mobilidade de artistas e disseminação de produções para Minas Gerais[4].

Quantos bracarenses desconhecem o nome com que se deparam diariamente na Escola do 2.º Ciclo e na escadaria que conduz ao templo da Santa Maria Madalena da Falperra? André Soares…

A distribuição geográfica das obras de André Soares

Onde apreciamos obras de André Soares? Braga (22), Viana do Castelo e Guimarães (3 cada), Vila Verde (2); de forma residual (1): Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Amares, Esposende, Porto, Penafiel, Vila Real e Lamego (Sílvia Ferreira, 2, 112). A mancha geográfica é o Entre Douro e Minho, tocando a região transmontana. Acreditamos que tenha tido imensos apelos ao longo da sua carreira artística, mas o seu chamamento relacionava-se, fundamentalmente, com Braga. Filho de um mercador "na mais importante rua de Braga e juiz de uma das mais afamadas confrarias da cidade, a de Santa Cruz (Varico Pereira, 2, 2019, p. 112)", foi a Igreja o seu principal suporte mediante o mecenato de D. José de Bragança (1741-1756), arcebispo e meio-irmão de D. João V.

1973: o despertar da memória de André Soares

Sílvia Ferreira (2, 2019, pp. 116-120) enaltece o evento que Robert Smith se dedicou, desenvolvendo os passos, junto à Câmara Municipal de Braga, para a organização do Congresso "A arte em Portugal no século XVIII", proveniente do bicentenário da morte de André Soares, em 1969.

No congresso – dedicado ao Barroco e ao Rococó –, apresentaram-se representantes de Portugal, Brasil, Estado Unidos, Itália,

[4] Vítor Serrão. *Saber ver André Soares à luz dos novos rumos da História da Arte Portuguesa*, 1, 2019, pp. 13-25.

Espanha, França, África do Sul e Inglaterra, em três eixos temáticos: Belas-Artes, Música e Literatura. Os historiadores de arte do Brasil foram um contributo valioso pelas influências artísticas de Braga e de André Soares. Um nome a reter é o do então jovem estudante Vítor Manuel Veríssimo Serrão, distribuindo-se o congresso pelas cidades de Braga e Porto (com uma sessão dedicada a Nicolau Nasoni).

No entendimento de Sílvia Ferreira, o congresso – dedicado à arte, literatura e estudos musicais do Barroco e do Rococó –, "ultrapassou a rigorosa formulação inicial e conseguiu criar visões interdisciplinares e abrangentes das áreas em debate (…) O ponto clímax (…) poderá ter sido (…) a intervenção espontânea de José Augusto França, que uniu o congresso em torno de uma figura maior do século XVIII (2, 2019, p. 120)."

Ainda consoante Sílvia Ferreira, houve conclusões a reter: *a)* criação de um Instituto de História da Arte supra universitário, formando investigadores, técnicos de conservação e restauro e professores de história da arte, trabalhando em interdisciplinaridade e a nível internacional; os espaços privilegiados seriam o ibero-americano, em estreita colaboração com Espanha e Brasil; *b)* estímulo à regionalização no domínio da história da rate, descentralizando os estudos e as atividades culturais.

Proposta de um roteiro turístico-cultural pela obra de André Soares no Minho

Varico Pereira[5] (2, 2019, pp. 184-188) homenageia André Soares gizando um roteiro com: *a)* obras na cidade de Braga; *b)* nos arredores, salientando as "singularidades" na arquitetura e a talha rococó da igreja do mosteiro de Tibães; *c)* à volta de Braga: Amares, Guimarães, Esposende e Vila Verde; *d)* no Vale do rio Lima (Viana do Castelo, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez).

Este contributo carece de distinções arquitetónicas religiosas e civis e da arte da talha, integrando-as em rotas específicas tendo em conta os concelhos abrangidos, considerando-se o que se pode visitar numa manhã ou numa tarde, abrangendo os locais com restauração e alojamento. Esta observação vai ao encontro do autor quando men-

[5] Varico Pereira era mestre em Turismo pela UTAD e docente na Universidade Católica e no ISMAI e ainda administrador na Sociedade de Hotéis do Bom Jesus e Secretário da Confraria do mesmo santuário, onde coordenou a candidatura a Património da Humanidade.

ciona o produto não isolado, mas englobado num conjunto de produtos e subprodutos numa perspetiva complementar. O que lhe faltou foi o *design* de roteiros, distinguindo a arquitetura religiosa e civil e a talha de André Soares.

ANDRÉ SOARES NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA ARTE

Como preâmbulo, não é despiciendo registar uma nota no que respeita ao período de 1730-1760. A descoberta de metais preciosos em Minas Gerais e o desenvolvimento do património religioso estão intimamente ligados. Oliveira Pedrosa e Sílvia Ferreira[6] trouxeram-nos dados do período de 1730-1760, destacando-se entalhadores da região Norte e de Lisboa, com protagonismo na talha joanina de Minas Gerais: Manuel de Brito (um dos primeiros artistas lisboetas da talha joanina em Minas), Francisco Xavier de Brito e Francisco de Faria Xavier; acrescentam-se Francisco António Lisboa (o Aleijadinho) e José Coelho de Noronha.

O arquiteto e o entalhador, duas faces de uma trilogia estilística

André Soares, na década de 40XVIII, desenvolveu algumas obras nas gramáticas barroca e tardobarroca, mas já com alguns apontamentos rococó: 1. O Paço arquiepiscopal de Braga (1743) é integrado no barroco áulico (Domingos Tavares) e na oscilação entre o gosto joanino e os novos valores do rococó (Domingos Tavares)[7]. 2. O convento dos Congregados (Braga) inclui, em 1737, as bases das pilastras do alçado principal no rococó, mas a fachada principal é desenhada na linha tardobarroca (Domingos Tavares). A retoma do projeto dá-se em 1756 e o da igreja em 1761, na mesma linha (Domingos Tavares), ou, se quisermos, na transição do barroco para o rococó dada a sinuosidade imprimida aos cornijamentos. Terá sido a

---

6 Oliveira-Pedrosa, Aziz José & Ferreira, Sílvia (2021). "A circulação de entalhadores lisboetas em Minas Gerais e a propagação da talha ornamental religiosa na Capitania (173 -1760)". In *V Congresso Internacional de Barroco Ibero-americano.* Universidade de Granada, pp. 511-517. *https://www.academia.edu/s/3a49bc096a?source=news*

7 Domingos Tavares (n. 1939) é arquiteto e professor emérito da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Destacamos as obras *Da Rua Formosa à Firmeza* (ESBAP, 1985) e *Casas de Brasileiros* (Dafne, 2015).

"obra mais emocionada" no entendimento de Robert Smith, ligada à influência rocaille, com o que concordamos, ou na transição atrás registada.

Nos decénios de 50XVIII e 60XVIII, ainda na arquitetura, Braga acolhe obras do rococó e do tardobarroco: 1. O Palácio do Raio (1752-1755) ainda subjugado ao Barroco, mas com a impregnação de componentes da estética Rococó (Domingos Tavares). 2. Santa Maria Madalena da Falperra: 1753-1756, 1758; nesta obra, presentificou-se o rompimento com as formas clássicas do Barroco, não se abandonando os esquemas compositivos dominantes, sobrepondo-lhes a carga decorativa da sensibilidade Rococó (Domingos Tavares). 3. Casa da Câmara: com início em 1753, em 1756 concluem-se as partes central e sul e, em 1863, o terço do lado norte (Robert Smith), caindo a efervescência Rococó e reintroduzindo-se o Barroco final (Domingos Tavares); é uma obra do Tardobarroco (Domingos Tavares). 4. A igreja da Lapa, Arcos de Valdevez (1758-1764), demonstra a manifestação de duas personalidades artísticas de André Soares, criando-se dois heterónimos, um para a arquitetura e outro para a talha! É um edifício de raiz inscrito nas coordenadas do Tardobarroco (Domingos Tavares). 5. A igreja do Senhor dos Passos, Guimarães, é uma encomenda de 1769, honrando a tendência arquitetural soaresca do Tardobarroco (Domingos Ta- vares).

Enquanto André Soares privilegia o Tardobarroco na arquitetura, entre 1752 (Palácio do Raio) e 1769 (Senhor dos Passos), na talha imprime a turgidez, a sinuosidade e a variedade de componentes do Rococó: 1. 1756 - Igreja do mosteiro de Tibães. Retábulo-mor e da sacristia, retábulos de S. João Batista e N. S.ª do Rosário (ambos com a sua mesa de altar, perdida, seis castiçais e cruz), dois púlpitos, sanefão do arco cruzeiro, 36 sanefas na nave, capela-mor e sacristia e frestas da capela-mor (Domingos Tavares). 2. Viana do Castelo (1763). Igreja de N. S.ª da Agonia, retábulo-mor (Domingos Tavares). 3. Braga (1767-1768?). Igreja do convento dos Congregados. Retábulo do Sagrado Coração de Jesus, mesa de altar (Eduardo Pires de Oliveira).

O Tardobarroco

Distinguimos artigos que abordam o conceito de tardobarroco: 1. André Soares e António Francisco Lisboa: dois criadores de formas no meio de trânsito de culturas da produção do tardobarroco interna-

cional, de André Dangelo[8] (2, 2019, pp. 191-210), que espoleta em finais do séc. XVII e inícios do séc. XVIII em torno de Bernini e Borromini, entre outros. Facilmente detetamos a coincidência com o Barroco português. 2. André Soares e a Liturgia do Barroco, de Joaquim Félix de Carvalho[9] (1, 2019, pp. 147-188), que precisa a "fúria heróica do Barroco" em André Soares, não sendo inspirado pelo Iluminismo do seu tempo, antes pelos conceitos conservadores tridentinos, destacando o consabido mecenato de D. José de Bragança sobre o Tardobarroco e o Rococó. 3. Em *Robert Smith e André Soares: a vertigem do Rococó*, Sílvia Ferreira[10] (2, 2019, pp. 85-132), com Robert Smith parte e chega a André Soares desde Marceliano de Araújo e Frei José Vilaça, pelo contacto pessoal e profissional. Do primeiro herda grandes volumes da estética barroca, do conhecimento das fontes gravadas italianas e francesas, abandonando na década de 30XVIII o *estilo nacional.* Robert Smith chega a André Soares através de Frei José Vilaça, detetando na obra deste a influência da arquitetura e da talha. A *talha gorda invade* o Minho, principalmente Braga e periferias e a sua tradução monumental nas fachadas. Sílvia Ferreira elabora o seu estudo sem se intrometer nas questões do Tardobarroco internacional e Tardobarroco nacional. 4. Mas é Vítor Serrão[11], em *Saber ver André Soares à luz dos novos rumos da História de Arte Portuguesa* (1, 2019, pp. 13-26), que sintetiza os conceitos e o desenvolvimento de forma clarividente; regista a existência de um Tardobarroco desor-

---

8 André Dangelo, na época do seu contributo para esta obra, detinha várias graduações, destacando-se o doutoramento em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), dedicando-se à docência na Escola de Arquitetura da mesma universidade. Distingue-se na arquitetura e urbanismo brasileiros: barroco mineiro, restauro, preservação de centros históricos, conservação e reabilitação de edifícios de valor cultural e reabilitação de centros históricos. Dedicava-se ainda à Cultura Arquitetónica e trânsito de Culturas no século XVIII entre Brasil e Portugal e Itália.

9 Joaquim Félix de Carvalho é doutorado em Liturgia pelo Pontificio Ateneo Sant'Anselmo, e, Roma; quando participou nesta obre era professor auxiliar da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e investigador no CITER.

10 Sílvia Ferreira é, na nossa opinião, um dos expoentes atuais da História de Arte em Portugal, designadamente na arte da talha do Barroco português. Doutorada em História da Arte, Património e Restauro pela FLUL. Quando produziu o seu artigo para *18 olhares sobre André Soares* era investigadora contratada da FCSH da UN de Lisboa, desenvolvendo *O legado de Robert Chester Smith: novas perspetivas para a História da Arte em Portugal*

11 Vítor Serrão (n. 1952) – quando participou nesta obra –, era professor catedrático na FLUL e vice-presidente da Academia Nacional das Artes. Algumas obras a destacar (séculos XV-XVIII): *Estudos de Pintura Maneirista e Barroca* (1989); *A Cripto-História da Arte* (2001); *O Renascimento e o Maneirismo* (2003); *O Barroco* (2004).

namentado e um Rococó vibrante; a irradiação para Minas Gerais; e Braga como centro artístico do Tardobarroco e afirmação do Rococó nas vésperas de 1755, com o ocaso em 1760.

Acabamos por evidenciar, neste conjunto, André Soares e António Francisco Lisboa: dois criadores de formas no meio de trânsito de culturas da produção do Tardobarroco internacional, (2, 2019, pp. 191-210), de André Dangelo, como um dos melhores capítulos de *18 olhares sobre André Soares* por incidir sobre o Tardobarroco internacional, tema que não é glosado de forma clara no espaço dos historiadores de arte.

André Soares e António Francisco Lisboa são artistas de origens e trajetórias distintas, mas unidos pela estética do Tardobarroco internacional e, convergentemente, à gramática rococó, que tão bom exemplo nos deu no mundo artístico luso-brasileiro, sob a influência das gravuras de Augsburgo, ambos criando uma linguagem própria, mas contribuindo para a explosão artística nas duas margens do Atlântico.

Francesco Borromini é centro das atenções na última década de Seiscentos e início de Setecentos, processo já com um histórico de estudo e divulgação por arquitetos como Guarini Guarini (1614-1683) e pintores como Andrea Pozzo (1642-1709), destacando-se geografias como Itália, França, Alemanha e o mundo luso-brasilero do século XVIII. Em Portugal, nas últimas décadas, destacam-se, entre outros, Robert Smith e Eduardo Pires de Oliveira, que estudaram artistas imigrados em Minas Gerais.

A difusão da linguagem tardobarroca internacional em Lisboa, na primeira metade do século XVIII, ancorou-se no reportório barroco italiano de Bernini, Borromini, Maderno, Guarini, Fontana, Juvara e Bibiena e nos franceses Daviler e Blondel. Norberg-Schulz (arquiteto norueguês especialista do barroco italiano) e Gentil Berger (investigador do Barroco em Lisboa) foram os divulgadores desta panóplia artística.

André Soares e António Francisco Lisboa (o Aleijadinho, com obras nas cidades de Ouro Preto, antiga Vila Rica), Tiradentes, São João Del-Rei, Mariana, Sabará, Morro Grande e Congonhas do Campo**;** Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo, iniciada em 1758, é uma das obras mais conhecidas), com percursos artísticos diferenciados, ficaram unidos aos cânones do barroco internacional, prevalecente no mundo artístico da arte luso-brasileira.

Relembremos que este hibridismo cultural em Braga e em Minas Gerais tem motivações sólidas: os metais preciosos do Brasil, a predileção de D. João V pelo mecenato artístico e a absorção das matrizes artísticas italianas e francesas. O novo estilo internacional foi implementado com rapidez na talha, escultura, pintura e azulejaria, de menor custo e intimamente ligadas à tradição nacional. As gravuras impressas estrangeiras contribuíram enormemente para a difusão artística, mormente no Norte, com André Soares.

Bernini e Borromini (mais visível em André Soares que António Francisco Lisboa) influenciaram Ludovice (em Lisboa), Nasoni (Porto), André Soares (Braga) e o Aleijadinho (Vila Rica, Brasil), com a criação de escolas e coordenadas artísticas no mundo brasileiro no universo luso-brasileiro do século XVIII.

Salientemos ainda a influência de Andrea Pozzo nestes dois artistas na difusão do Tardobarroco em Portugal e no Brasil e nas gravuras de Augsburgo para a promoção do Rococó. É indubitável o legado de André Soares no Norte de Portugal enquanto o segundo deixou a marca em Minas Gerais. Ambos são fundamentais para compreendermos a mobilidade artística do século XVIII no mundo da arte da talha, da história e da arquitetura.

Sobre os blocos de imagens apresentados por André Dangelo (seis blocos com 24 imagens) estão praticamente repartidas (13 – arquitetura e 12 – talha), mas com desconexões: não remissão do texto para as imagens e ausência de uma explicação sucinta nas diferentes legendas, designadamente as influências artísticas e respetivas gramáticas estilísticas. Fica igualmente a dúvida sobre a autoria das obras; exemplo: retábulo da sacristia na Sé de Lamego: atribuído a André Soares? Eduardo Pires de Oliveira refere os dois retábulos do transepto, com data de 1758 em dúvida[12], e o do retábulo da sacristia no mosteiro de Tibães, em 1756[13], atribuídos a André Soares.

Concordamos com o estudo de André Dangelo – colocando duas figuras artísticas em paralelo –, mas em espaços geográficos distintos reconhecidos histórica e artisticamente no universo luso-brasileiro do século XVIII, prolongando-se até à atualidade, e continuando a ser motivo de investigação!

---

[12] OLIVEIRA, Eduardo Pires (2010-2012). "André Soares. Uma sensibilidade entre o Barroco e o Rococó". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. FLUP, vol. IX-XI, p. 143.

[13] OLIVEIRA, Eduardo Pires (2010-2012). "André Soares. Uma sensibilidade entre o Barroco e o Rococó". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. FLUP, vol. IX-XI, p. 142.

A ornamentação

Neste passo da recensão não podíamos omitir o pensamento de Eduardo Pires de Oliveira (*Ornatos em André Soares: criação, transfiguração e transgressão* (1, 2019, pp. 91-108) para o qual André Soares foi o grande mestre do rococó português; no entanto, observando melhor a sua obra de arquitetura e talha – desde a Casa da Câmara de Braga, as suas obras pendem para o Tardobarroco pontuado com ornatos do seu passado rococó. Já na talha o seu gosto oscilava entre um sincretismo tardobarroco e outro rococó, de que a igreja do mosteiro de Tibães é exemplar peculiar. André Soares terá usado poucos motivos decorativos pela sua capacidade de criação, transfiguração e contravenção, caraterísticas dos artistas geniais, conclusão de Eduardo Pires de Oliveira, com a qual estamos consonantes.

Ampliando esta visão de Eduardo Pires de Oliveira, a capela do Monte da Falperra (1753-1755), com dedicação a Santa Maria Madalena, ganha proeminência com a decoração rococó, cuja fachada está virada para a cidade. O artista consegue uma difícil conciliação em zonas rurais católicas do espírito rococó com o pendor áulico herdado do barroco romano seiscentista, resultando num compromisso entre dois campos mentais antagónicos. André Soares consegue um extremismo da transgressão que uma sociedade católica se pode permitir a si própria.

Na convicção de Eduardo Pires de Oliveira, o Rococó de André Soares atinge o auge com a talha de Tibães (1757-1760) e de S. Domingos de Viana do Castelo – obra-prima de toda a Europa (1760) e ainda da capela-mor de N.ª S.ª da Agonia, também naquela cidade (1762-1763), correspondendo à última fase do artista. A obra de André Soares condensa o melhor desse fenómeno de transição com elementos visuais das estampas de Augsburgo, percorrendo de modo não linear os caminhos do Barroco ao Rococó, sintetizados na fachada da Igreja dos Congregados, em Braga, e na sua Câmara Municipal. Eduardo Pires de Oliveira confirma este percurso, aludindo à Câmara como uma premissa para as obras filiadas no Tardobarroco com, por vezes, um ou outro ornato rococó. O autor defende o percurso de André Soares desta forma: Barroco, Rococó e Tardobarroco, não esquecendo as suas duplas intervenções em arquitetura e talha – aqui mais linear na estilística.

Eduardo Pires de Oliveira, citado por Vítor Serrão, viaja pela Europa entre o Tardobarroco e o Rococó, pois, em 2019 é bem aceite

que nos anos do Rococó houve uma coexistência pacífica entre diferentes sensibilidades em Braga e na mesma época – meados de 50XVIII. Confirma-se a manutenção de valores clássicos, tardobarrocos e a afirmação do Rococó, sendo que no ocaso dos finais da década de 1760 e inícios da seguinte já o Rococó iniciava o seu fim, verificável através das duas variantes do projeto não executado, datável de 1769, para o edifício da arcada ou o Arco da Porta Nova (1771).

Eduardo Pires de Oliveira evidencia um conjunto de ornatos utilizados na arquitetura e na talha (mais aqui). Sendo reduzida a decoração apresentada, André Soares não deixou de trilhar a contravenção (que autores italianos fizeram), sinal que a criatividade é um elemento a ter em conta para além da tratadística. O C (mais o invertido) – que Carl Pier usou – foi trabalhado, entre outros, para o Palácio do Raio, S.ta Maria Madalena da Falperra; na igreja da Lapa, Arcos de Valdevez; alguns exemplos na talha: ático do retábulo da Falperra, retábulo-mor da Senhora da Agonia (Viana do Castelo); e no "Mappa de Braga". Num artigo da nossa autoria – *O Barroco e o Rococó nas Obras do Fidalgo (Vila Boa de Quites, Marco de Canaveses),* as obras de André Soares foram o motivo de comparação na importância do C no Barroco, não obstante a dureza do granito, tal como o S.

O S, menos usado que o C, mais proeminente é o da porta da Câmara Municipal; os voluteados dão-lhes uma imponência elevada, sugerindo que o Tardobarroco da fachada não se alheou do Rococó; na talha, releva-se na capela de Fão, nos retábulos da capela do Palácio de Mateus (Vila Real), na capela dos Monges (convento dos Congregados, Braga), entre outras obras. Também é denominada por Nossa Senhora da Aparecida.

André Soares usou ainda folhas como adorno no centro de arcos, capitéis, sanefas; aduela de fecho de arco central de portas (que denominamos de agrafos), janelas, nichos e outros; enrolamentos nas portas, frontões e janelas.

Eduardo Pires de Oliveira tentou uma síntese decorativa, principalmente atinente ao Barroco; a folha de acanto, bem como a origem da ornamentação merece um estudo aprofundado, concordando-se com o autor quando afirma "que a sua capacidade de criação [André Soares], de transfiguração e transgressão, o seu génio, era inesgotável (1, 2019, p. 105)."

Eduardo Pires de Oliveira cingiu-se à decoração barroca; teria sido interessante uma alusão, no Rococó, aos elementos florais, aos

enrolamentos e à diversidade dos concheados túrgidos (principalmente os assimétricos), entre outros. A fonte são as gravuras de Augsburgo (Haberman, Pier…)

Já registamos a não interferência de André Soares na pintura das suas obras; agora vamos deter-nos em *Perícia dos entalhadores na retabulística de André Soares*, de José Vieira Gomes[14] (2, 2019, pp. 5-24), um estudo comparado de concheados e cartões floridos profusamente presentes na retabulística Rococó do artista bracarense mediante o trabalho de José Álvares de Araújo (suaviza os entalhamentos), Jacinto da Silva (que esteve presente na vistoria do retábulo-mor da igreja de S. Pedro, Amarante, em 1748, inscrito no barroco joanino) e Frei José Vilaça (tende a afundar os interiores e a altear os contornos da folhagem, como em Pombeiro, Felgueiras, no retábulo-mor, no coro e subcoro, no denominado estilo 1 do frade beneditino, como Robert Smith catalogou).

Os desenhos de André Soares, em talha e cantaria, são resultado também da recriação de entalhadores e canteiros de forma substancial: *a)* o duplo concheado é adaptado em Tibães (púlpito), em Pombeiro (púlpito), por José Vilaça e na fachada da Falperra (que usámos para tipologia das Obras do Fidalgo, Marco de Canaveses); *b)* os talos/cartões em flor têm alguma semelhança no retábulo de N. S.ª do Rosário, distinguindo-se na capela S. M. o Anjo, na fachada da Falperra e na fachada do Palácio do Raio (os dois últimos usados na tipologia das Obras do Fidalgo, Marco de Canaveses).

André Soares não desenhou sempre da mesma forma, criou um reportório e os entalhadores mimetizavam-se, tal era a valorização dos desenhos e das recriações.

Quanto aos concheados, José Vieira Gomes afirma que já não o são, enfatizando as transfigurações. O autor menciona uma exceção – a fachada da capela da Falperra – onde se poderiam elencar várias tipologias de conchas e, claro, a ênfase que dá aos canteiros que ensaiaram várias formas.

E, de facto, é profusa a variedade de concheados definidos em Tibães (Frei José Vilaça e José Álvares de Araújo), na capela de Malheiro Reimão (Viana do Castelo), e de cartões espigados (José

---

[14] José Vieira Gomes apresentou-se nesta obra como mestre em História da Arte pela FLUP. Exerceu, desde a juventude, na oficina do pai (Sequeira, Braga), a atividade de entalhador até meados da década de 1980. Na altura, desenvolvia a tese de doutoramento *A arte dos púlpitos em Braga no século XVIII, estrutura, tipologia, talha e metamorfose do estilo,* no Instituto de História de Arte da Universidade de Lisboa.

Álvares de Araújo, na igreja de S. Domingos, Viana do Castelo, e de Frei José Vilaça, no baixo coro de Tibães).

É um estudo que traz à luz da investigação elementos que complementam a terminologia tradicional no Rococó: concheados simétricos e assimétricos, expandindo-se em comprimento e altura, tornando-se até flamejantes.

André Soares, arquiteto e riscador apenas…

O estudo de Agnès le Gac[15] (*A cor e os pintores das obras de talha de A. Soares,* I, pp. 189-209) é precioso para o entendimento da cor na talha, defendendo que os riscos de André Soares não obtinham o seu contributo para a definição da cor, incluindo o facto de as gravuras serem um registo a preto e branco.

Como que confirmando esta tese, Silvia Ferreira, em *Desenhar para a Talha: Processos e práticas em Portugal nos séculos XVII e XVIII,* aborda a importância do arquiteto, do entalhador e do pintor, trazendo ao conhecimento outro aspeto fundamental na apresentação dos desenhos: podiam ser dois arquitetos ou riscadores. Terá sido o caso, entre outros, do retábulo-mor da Sé do Porto (1727-1729), atribuído, normalmente, a Santos Pacheco (Lisboa) quando Claude Laprade (italiano ao serviço de D. João V) também terá contribuído para o desenho. Outra investigadora de renome, Natália Marinho Ferreira-Alves, não descarta tal hipótese.

Temos ainda José Vieira Gomes – *Perícia dos entalhadores na retabulística de André Soares* (2, 2019, pp. 5-23) que descreve o trabalho de cinco mestres entalhadores em retábulos, espaldares, sanefas, janelões e púlpitos de André Soares. Assim, André Soares é apresentado como riscador, cabendo aos entalhadores a execução das suas obras.

Os revestimentos das obras de André Soares refletem-se na monocromia, bicromia (ouro e branco), tricomia (ouro, branco e azul ou ouro, branco e verde) e policromia (“marmoreado” ou “pedra fingida”, onde o ouro é usado sobre os entalhamentos, ornatos e filetes).

A repintura é um processo fatal para a leitura de uma obra em talha. O século XX foi pródigo no falseamento da cor, pior, a extinta Direção-Geral dos Monumento Nacionais contribuiu para o desaparecimento retabulístico, servindo o ideário estadonovista.

---

[15] Agnès le Gac, na época da elaboração desta obra, era professora auxiliar do Departamento de Conservação e Restauro e membro investigador do Laboratório de Instrumentação, Engenharia Biomédica e Física da Radiação (LIBPhys-UNL) do Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNLisboa.

Agnes le Gac prova que André Soares não teve intervenção na definição da cor nas suas obras: *a)* nos *Termos da Câmara da Póvoa de Varzim*, em 1760, sobre o douramento e pintura do mobiliário litúrgico da sua igreja matriz, apontam para o pintor arrematante ter solicitado ao senado da Câmara, juiz, vereadores e procurador do concelho as cores para os retábulos e sanefas; *b)* noutro termo, aqueles responsáveis deixam ao mestre pintor arrematante a responsabilidade de repartir as cores consoante o seu entendimento. Assim, o exímio arquiteto e desenhador de riscos não teria as competências, não constando que tivesse recebido uma formação oficinal que lhe permitisse passar do risco à execução.

Concluindo: nas obras de André Soares há um riscador (o próprio), um entalhador e um pintor (policromado, no entender de Agnes le Gac). Complementarmente, havia os assentadores, os desbastadores, os aparelhadores e os limpadores para quatro anos, tempo que durava o acabamento das obras do artista bracarense.

Há que destrinçar ainda os pintores de quadros (artes liberais) e os pintores de talha (artes mecânicas) que também exerciam funções de inspeção em obras de outros colegas de ofício, pagos para o efeito. Estes artistas concorriam às obras postas em pregão ou eram convidados diretamente pelo mecenas. Acrescentemos o bate-folhas (de ouro) e o torneiro.

Agnes le Gac questiona, e bem, como a cor, pensada e experienciada ao vivo cooperou, e ainda contribui, para a leitura do sentir da forma da talha de André Soares, nomeadamente a das coordenadas do Rococó. Afinal de contas, a visão tradicional – entalhador, ensamblador (que a autora não refere, a não ser que assentador seja o sinónimo) e pintor-dourador fica comprovadamente contestada neste estudo. São elementos novos que acrescentam à investigação da talha uma mais-valia que compromete os estudiosos ao seu aprofundamento.

Conhecemos os retábulos, entre outros, das capelas da Quinta da Aveleda (Penafiel) e da Casa de Cabanelas (Penafiel) e, indubitavelmente, temos mais dificuldade na sua leitura que nos retábulos com cor.

Nós próprios passamos a rever de outra forma duas obras de um artista de Arrifana de Sousa (atual Penafiel) – Manuel Ferreira de Figueiredo. Com uma diferença de oito anos (1692 – retábulo-mor na igreja do convento de Caramos, Felgueiras, como ensamblador, e, em 1700, como mestre imaginário para a obra de três retábulos na igreja do convento de Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses), a segunda

obra apresenta-se com cinzel de entalhador mais elaborado. Por isso: qual delas terá sido desenvolvida por outro artista?

A Matemática de André Soares na capela de Nossa Senhora da Aparecida (Convento dos Congregados, Braga). Lembrando-se sempre de unir o cómodo com o majestoso, regular e agradável

Se para Vítor Serrão a capela dos Monges, nos Congregados de Braga, é uma obra "espantosa" (p. 25) integrada no conjunto da Basílica e do Oratório, Ângela Lopes[16], Gisela Gomes[17], João Cabeleira[18] & Maria Elfrida Ralha[19] (2, 2019, pp. 25-46) concentram-se no mesmo templo, mas, denominando-a com determinação, de capela de N. S.ª da Aparecida, trazendo-nos variáveis dos domínios da geometria e da matemática, concluindo que o seu autor, André Soares, na parte final da sua vida, "era um arquiteto competente, instruído e conhecedor das mais eficazes regras matemáticas aplicadas ao Desenho (2, 2019, pp. 44-45)." Não especificam a forma como André Soares se eleva a tão elevado patamar, mas, para nós, terá sido a sua capacidade de autodidatismo a esgrimir tal competência, numa época em que os riscadores confiavam nos seus mestres pedreiros e entalhadores. Não é de desprezar a influência da sua filiação cultural proveniente da ascendência da Casa de Bragança, arcebispos D. Moura Telles e D. Gaspar (cânones do Barroco) e do Sacro Império Romano-Germânico, por intermédio da corte portuguesa (Rainha D. Maria Ana de Áustria). As gravuras, como alguns autores desta obra mencionam, foram fundamentais para a assimilação do Rococó em Braga, facto que dá para encaixarem esta nova escola de talha com o alinhamento

---

[16] Ângela Lopes, na apresentação do artigo, era docente de Matemática dos Ensinos Básico e Secundário, no Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto e doutoranda em Ciências na UM, investigando sobre o matemático José Anastácio da Cunha (1744-1787).

[17] Gisela Gomes, na apresentação do artigo, era mestranda do MIARQ, na área da Cultura Arquitetónica, na Escola de Arquitetura (UM).

[18] João Cabeleira apresentou-se como professor auxiliar da Escola de Arquitetura da UM e seu vice-presidente, assim como investigador do Lab2PT (UM), com o doutoramento em 2015 – *Arquiteturas imaginárias: espaço real e ilusório no Barroco português.*

[19] Elfrida Ralha era professora auxiliar no Departamento de Matemática, na Escola de Ciência da UM, incidindo o seu domínio de investigação em História e Epistemologia das Matemáticas em Portugal, desenvolvendo, na época, a investigação sobra *A Obra Matemática de José Anastácio da Cunha (1744-1787)*, *A Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra* e a *Cultura Matemática do Século XVIII Português.*

do ciclo imagético da cidade. Na capela de N. S.ª da Aparecida, Ângela Lopes, Gisela Gomes, João Cabeleira & Maria Elfrida Ralha encontram desenhos de Borromini, com o enrolamento da espiral invertido, que o próprio fizera em algumas obras projetadas em Itália. A contravenção é sinal de capacidade de criatividade. Antonio Visentini, Jeremias Wachsmuth e Habermann são outros tratadistas encontrados na capela.

Os autores analisam as circunferências e as elipses e as inerentes proporções na capela, conforme Blondel e outros tratadistas da época aconselhavam: no tramo central do retábulo traçaram-se quatro circunferências unidas, aos pares por elipses; destaca-se ainda uma circunferência com o centro no sacrário e tangentes na base e no ápice do tramo central. Outro elemento de estudo incide nas relações perspéticas na capela: determinou-se um ponto de vista à entrada da capela e outro sobre o lanternim, registando-se uma alteração à ortodoxia construtiva contribuindo para a ampliação precetiva da dimensão física do templo, "mas também o menos expectável, dadas as dimensões diminutas da capela, de majestosa (p. 38)."

Sendo André Soares o autor da capela, aduzindo já as motivações que o poderão ter conduzido a uma formação científica pela via autodidata, não rejeitamos a possibilidade de alguém, com conhecimento na área, ter fornecido o seu contributo para o efeito. De qualquer forma, Ângela Lopes, Gisela Gomes, João Cabeleira & Maria Elfrida Ralha trazem-nos um estudo de grande valia, fazendo emergir os conhecimentos de geometria e matemática na composição dos templos e dos retábulos.

As pedreiras das obras de André Soares e a conservação e restauro mediante as patologias do granito

A pedra na obra de André Soares (Palácio do Raio; Capela de Santa Maria Madalena da Falperra; Casa da Câmara de Braga) – Jorge Pamplona[20] (1, 2019, pp. 139-146) – é referida ao granito de Braga, proveniente, provavelmente, das pedreiras de Monte Castro e Couteiro (coutada dos arcebispos).

A seleção da pedra para os edifícios "riscados" por André Soa-

[20] Jorge Pamplona, na participação desta obra, apresentava-se como professor do Departamento de Ciências da Terra e investigador do Instituto de Ciências da Terra (UM). Investigava no domínio da Geologia Estrutural e da Geologia do Ambiente, interessando-se, particularmente, na caraterização da pedra aplicada aos monumentos.

res, denominados nesta secção, tem a ver com granito de grão fino ou médio, de tendência porfiroide, apto a ser trabalhado na decoração proposta pelo artista.

Palácio do Raio (1752-1755): na construção é globalmente o granito de Braga, mormente a decoração de portas e janelas, bem como o interior.

Capela de Santa Maria Madalena da Falperra (1753-1755): utilização do granito de Braga com enorme colonização biológica (líquenes) pela exposição a Norte (insolação reduzida), a merecer uma limpeza urgente dada a dificuldade que temos na leitura dos detalhes. O granito de Celeirós foi selecionado para as paredes laterais e para a cabeceira. Casa da Câmara (1753-1756; 1863): as zonas central e Sul – concluídas em 1756 –, acolheram o granito de Braga (cor amarelada); as janelas do piso térreo (1863) contêm, maioritariamente, as molduras em granito do Sameiro.

Jorge Pamplona transmite-nos o valor do conhecimento da origem da matéria-prima, fundamental para entendermos que André Soares pôde riscar os edifícios e, principalmente, a decoração rococó e tardobarroca em quatro anos (1752-1756), flexibilidade que o tornou irreversível na História da Arte, expressando-se Braga, atualmente, como uma capital do Barroco e do Rococó, melhor, Barroco, Rococó e Tardobarroco.

O artigo de Filipe Ferreira[21] – *A superfície pétrea de um edifício de A. Soares: capela de Santa Maria Madalena da Falperra. Propostas de tratamento* (2, 2019, pp. 47-83) complementa o de Jorge Pamplona (1, 139-146) – *A pedra na obra de A. Soares (Palácio do Raio; Capela de Santa Maria Madalena da Falperra; Casa da Câmara de Braga)* no que respeita às patologias do granito e o tratamento urgente que requer.

Apesar de se cingir apenas a um edifício (o mais degradado), fá-lo de forma sólida e coerente. Mais: centrou-se na fachada principal, mas aponta a mesma metodologia para as restantes paredes e elementos decorativos. Filipe Ferreira identificou as seguintes deteriorações: colonização biológica, juntas disfuncionais, lacunas preenchidas com argamassa, fissuração pétrea e existência de elementos metálicos e aumento da rugosidade da superfície. A metodologia de

---

[21] Filipe Ferreira foi convidado para esta obra quando era administrador da empresa AOF, intervindo da área da reabilitação, conservação e restauro do património. Foi assistente convidado da UM nas licenciaturas de Engenharia Civil e Arquitetura, assim como na última da ESG.

intervenção deverá ter em conta as situações sensíveis e os elementos pétreos menos robustos, como as volutas e os concheados, incluindo a imagem da padroeira.

É notório que Filipe Ferreira apresenta uma identificação das patologias detalhada e propõe que qualquer intervenção deva ser concretizada por estudos prévios e por técnicos habilitados à limpeza e ao tratamento dos granitos em edifícios.

Ir à capela da nossa casa – obra de André Soares – faz parte das memórias da minha infância[22]

O fascínio de Francisco Malheiro Reymão por André Soares manifesta-se em *Ir à capela da nossa casa – obra de André Soares – faz parte das memórias da minha infância.* Primeiro, pela escolha do Palácio do Raio "obra-prima do rococó civil português" (2, 2019, p. 221), depois o convento dos Congregados com uma cornija que "evolui ao longo de 25 linhas de plano, o que é obra: mesmos!" (p. 2019, 221). Na talha fascinou-se pelo retábulo [mor] de Tibães. Contudo, a capela da família merece-lhe uma atenção especial por razões afetivas e por ter sido André Soares o seu autor, posterior a 1758, data da construção da capela, apesar de não referir uma descrição do retábulo.

OUTRAS FACETAS DE ANDRÉ SOARES

A urbivisão de Braga atribuída a André Soares: o Mappa da Cidade de Braga Primas – Miguel Bandeira[23] e Luís Moreira[24] (1, pp. 109-133).

---

[22] Francisco Malheiro Reimão não tem ligações à investigação. Emana na obra como proprietário, não se registando qualquer elemento histórico e artístico à capela. Teria sido preferível convidar alguém que, com conhecimento, nos fornecesse algo sobre a arquitetura e a talha, cujo retábulo, sabemo-lo, é da autoria de André Soares – Francisco de Paula da Penha e Costa Malheiro Reymão (2, 2019, pp. 221-225).

[23] Miguel Bandeira, na altura desta obra, era professor de Ciências Sociais da UM; investigador do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT); de diversos estudos sobre planeamento, urbanismo, história e política da cidade de Braga, evidencia-se em 2000 *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII. A reconstituição da cidade a partir do Mappa das ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido,* Afrontamento. 2000.

[24] Luís Moreira, quando participou nesta obra, era professor era professor de Geografia do Ensino Básico e Secundário no Agrupamento de Escolas Dr. Mário Fonseca e docente convidado no Departamentro de Geografia da UM. Doutor em Geografia Humana (UM) e

Depois da Guerra da Restauração (1640-1668), Portugal necessitou de desenvolver a cartografia regional e urbana (até meados do século XVIII), institucionalizando-se a engenharia militar, de onde alguns engenheiros e arquitetos também se dedicaram às obras de arte religiosa, influenciando, mestres pedreiros, desenhadores, debuxadores, entalhadores, ensambladores, pintores, principalmente em Braga com, naturalmente, o seu chamamento para o exterior.

A existência de uma planta setecentista de Braga – fora das raias seca e marítima –, era uma exceção à escala nacional. Havendo duas anteriores, no início da segunda metade do século XVIII houve condições para elaborar o *mappa da cidade de Braga primaz*, destacando-se, entre outras razões, a colocação de D. José de Bragança, meio-irmão de D. João V, como arcebispo de Braga. O *Mappa da Cidade de Braga Primaz* para além da sua importância vital constituía uma forma de competição perante a Lisboa cardinalícia.

A planta foi elaborada em 1755-56, o que permite associar este ato ao que se pediu a todo o reino, após o terramoto. Digamos que Braga adiantou-se, pois não sofreu qualquer dano com a destruição de Lisboa.

E quem escolher? André Soares, sem formação, mas com um "portefólio" extraordinário no que toca à arquitetura religiosa e civil e à talha mormente a das coordenadas do Rococó.

Miguel Bandeira e Luís Moreira desenvolvem a sua análise de forma detalhada, não deixando de registar aspetos menos conseguidos, mas igualmente uma melhoria generalizada – perante anteriores –, na configuração e no pormenor dos edifícios representados tridimensionalmente, com campos, quintais, hortas e pomares decorados com árvores, e outras plantas, embora sem finalidade cadastral.

Soares e dois painéis de azulejos rococó no antigo Paço Arquiepiscopal[25]

Um lapso tipográfico não permite enxergar o título e o autor do artigo, bem como o texto. Mesmo assim, nunca é demais enfatizar as

---

investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Tem desenvolvido investigação preferencial no âmbito da Geografia Histórica e da História da Cartografia Portuguesa (séculos XVII-XIX).

[25] Diana Santos é doutorada em História da Arte Portuguesa (FLUP, 2014): *Azulejaria de Fabrico Coimbrão (1609-1801). Artistas e Artífices. Cronologia. Iconografia* (3 vol., 2013). Na altura da obra, desempenhava funções na Divisão do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico da Direção Regional da Cultura/Governo dos Açores, como técnica superior de História da Arte – Diana Santos (1, 2019, p. 233-239).

gravuras que serviram, na gramática do Rococó, e no caso, dois painéis de azulejos atribuídos ao artista polivalente que foi André Soares. Franz Xaver Haberman, Johann Adam Stockmann e Jacob Gottlieb Thelot são alguns dos autores das gravuras austríacas que invadiram Braga, por influência da Corte, tornando a cidade um polo fundamental do Rococó português, acima de Lisboa e do Porto.

Notas finais

18 olhares sobre André Soares é o resultado de décadas da determinação de Eduardo Pires de Oliveira na reabilitação do artista bracarense, valorizando-se Braga e outras terras com as suas intervenções como arquiteto da arte religiosa e civil.

André Soares terá sido essencialmente riscador, intervindo noutras áreas que a obra evidencia. Um dos aspetos que nos fascinou foi o facto de o artista não ter tido interferência nas cores e trabalhar com outros artistas, caso contrário, não teria sido possível termos, atualmente, um acervo patrimonial de enorme valorização.

A cronologia estilística – Barroco, Rococó e Tardobarroco – é outro componente de interesse relevante, comprovando a não estanquicidade de coordenadas estilísticas.

O século XVIII artístico bracarense está assinalado no panorama nacional de uma forma distinta devido a variáveis favoráveis, mas, principalmente, pela escola criada por artistas anteriores a André Soares, com quem privou, e Frei José Vilaça, este com uma influência muito vincada no exterior, passando épocas em conventos como Pombeiro (Felgueiras) e Refojos (Cabeceiras de Basto) onde trabalhava para os congéneres beneditinos.

A junção de diferentes especialistas em *18 olhares*, incluindo a interpretação geométrica e matemática de templos e as patologias dos vários granitos de Braga usados nas obras de arquitetura, constitui um passo irreversível de um melhor conhecimento de André Soares, contribuindo para uma motivação elevada no sentido de emergirem estudos ainda mais profundos.

7 de novembro de 2021

Fundamentos para a pertença de anel sigilar ao Grão-Mestre da Ordem de Santiago, Príncipe Afonso de Portugal

ANTÓNIO SILVA-ARAÚJO [1]
JOSÉ RUI SANTOS [2]
ARMANDO MALHEIRO DA SILVA [3]

RESUMO

Os autores fundamentam um novo modelo interpretativo para a pertença de um anel sigilar real em ouro de dupla matriz ao Grão-Mestre da Ordem de Santiago, Príncipe Afonso de Portugal, filho do Rei D. João II.

Palavras-Chave: Anel Sigilar; Sigilografia; Dinastia de Avis; Ordem de Santiago; Príncipe Afonso de Portugal

ABSTRACT

The authors advance a new interpretative approach towards the ownership of a gold double-signet ring to Grand Master of Order of Santiago, Prince Afonso of Portugal, son of King João the 2nd.

Key-Words: *Signet-Ring; Sigillography; Order of Santiago; Dynasty of Avis; Prince Afonso of Portugal*

---

1 Licenciado em Medicina (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto). Oftalmologista (Ordem dos Médicos), com publicações de trabalhos científicos em ciências da visão e oftalmologia. Colaborou na publicação de trabalhos científicos nas áreas de História Medieval e Arte Antiga.

2 Licenciado e Mestre em Arqueologia (Universidade de Évora). Trabalhou no Município de Évora desde 2012, onde coordenou vários projetos, dos quais se destacam a intervenção arqueológica no Aqueduto Romano e nas Termas Romanas de Évora. Técnico na Direção Regional de Cultura do Alentejo e doutorando na Universidade de Évora.

3 Professor Catedrático (Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Licenciado em História, Filosofia e Bibliotecário Arquivista. Doutorado em História Contemporânea de Portugal. Publicações diversas na área da História e dos estudos locais.

INTRODUÇÃO

Sendo a História uma ciência social ou aceitando nós que a narrativa historiográfica, apesar do seu cariz inevitavelmente subjetivo, demarca-se da ficcional pela irrecusável busca de uma verdade possível e sempre passível de revisão com vista ao seu robustecimento, é natural que a análise de um problema ou até de um documento descoberto como peça de um puzzle maior não se esgote num só livro ou num ou mais artigos.

Todas as ciências refletem sobre si próprias através da epistemologia (ramo da Filosofia que averigua das condições de produção, natureza e mutações do conhecimento científico) e a História não é exceção, sendo vasta a literatura acumulada sobre Teoria da História ou sobre Conhecimento Histórico. E aí torna-se evidente que, embora a base do discurso seja a narrativa, com tudo o que ela implica de limitativo e de incerto, a busca da verdade de um passado que só chega ao presente através de indícios avulsos e muito fragmentados e distorcidos, requer um exigente exercício hermenêutico de amplo cruzamento de fontes, vestígios e aportações várias. O método histórico contextualiza e fundamenta a interpretação possível, sempre passível de revisão e de atualização. Não há em História e na Ciência em geral leituras fechadas ou hesitações quanto à formulação clara de hipóteses, que podem demorar muito a ser rejeitadas ou confirmadas, mas que não podem ser omitidas ou adiadas.

Em 2019 foi publicado o artigo científico, “UMA MATRIZ SIGILAR PORTUGUESA DE OURO DO SÉCULO XV” (Gomes, Saul António, Portugal, João António, Silva-Araújo, António, 2019), e agora o tema é retomado por um dos autores em colaboração com outros, num esforço de maior clarificação hermenêutica, o que só pode ser visto como exercício metodológico absolutamente normal e necessário.

Da interpretação, então apresentada, foi possível evoluir, entretanto, com um conjunto de evidências sobre a pertença do Anel Sigilar de dupla matriz (Figura 1a, b, c), que se ancora, desta vez, em trabalho publicado por Mendonça, Manuela (1991) e agora revisitado pelos autores deste estudo.

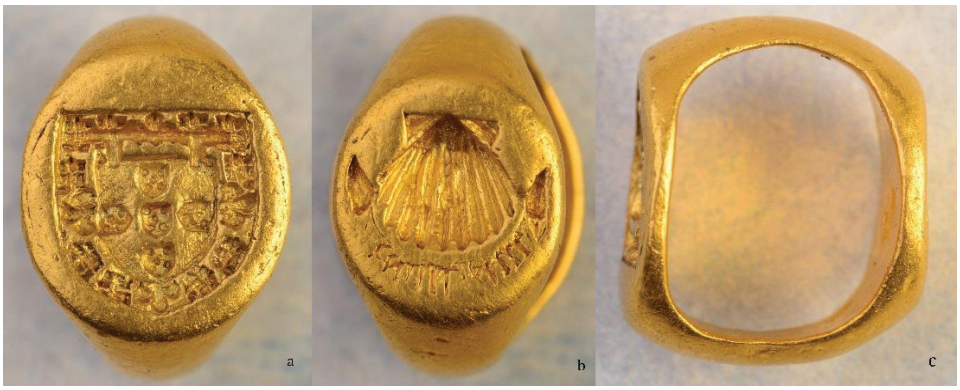


Fig. 1a, b. c – Anel Sigilar: imagem de ambas as matrizes (a, b) e do perfil (c) (coleção particular de António Silva-Araújo).

O aprofundamento feito leva-nos a atribuir, de forma concludente e definitiva, a pertença do anel ao Grão-Mestre da Ordem de Santiago, Príncipe Afonso de Portugal (1475-1491), filho do Rei D. João II, neto do Rei D. Afonso V e genro dos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando II de Aragão. Com base em uma releitura de dados já conhecidos e de dados novos.

DADOS JÁ CONHECIDOS, QUE IMPORTA REVALORIZAR

MATERIALIDADE DO OBJETO

A dupla matriz é de forma anelar, de pequenas dimensões (o vão interior do anel mede 17x13 mm) (Figura 2).

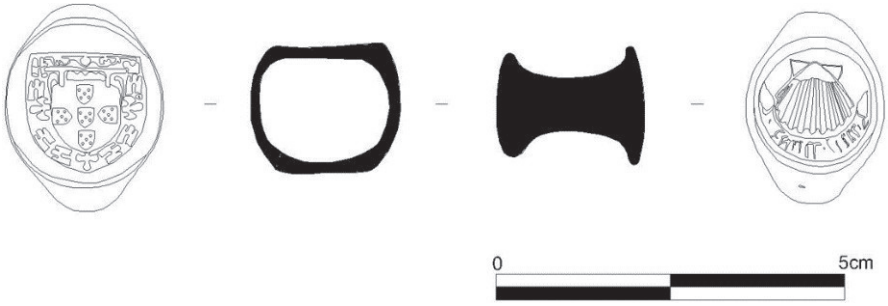


Fig. 2 – Ilustração técnica da peça em estudo.

Foi certamente produzida para ser usada como anel para um dedo de uma criança, e não como uma matriz de suspensão para um adulto (Figura 3a, b).

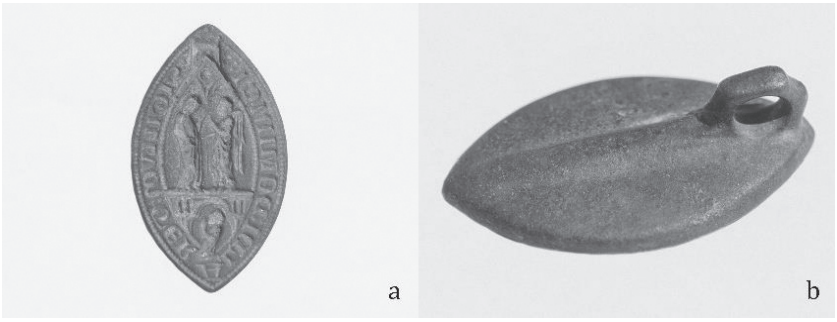


Fig. 3a, b – Matriz sigilar de suspensão do Deão de Braga D. Geraldo Domingues (1295-1299). Bronze (coleção particular de António Silva-Araújo).

Por um lado, as matrizes de suspensão apresentam uma tipologia distinta, constituídas com um elemento "em asa", construído perpendicularmente às mesmas, perfurado para a sua suspensão; ao mesmo tempo servia para a sua preensão na realização do decalque para a produção do selo (Figura 3a, b).

Acresce que não faria sentido produzir-se uma dupla matriz sigilar de suspensão para um adulto, sendo destas reduzidas dimensões e de forma anelar. A sua mais provável utilização é ter servido como objeto cerimonial de poder e muito pouco como matriz sigilar formal, atendendo à sua constituição em ouro puro.

LOCAL DA DESCOBERTA: Alfange, Ribeira de Santarém, precisamente no local do acidente que vitimou o Príncipe Afonso de Portugal, aos 16 anos de idade (1491).

JUSTIFICAÇÃO DA PERDA: a descoberta de uma matriz sigilar desta importância jurídica, indicia uma perda acidental. O que será mais aceitável é que, só por acidente, chegaria aos nossos dias. Aquando da morte do seu titular, seria imediatamente destruída por razões da mais alta segurança do Reino.

IDADE VS EXERCÍCIO DE FUNCÕES: não foi previamente considerada a possibilidade da pertença da matriz sigilar ser do Príncipe Afonso de Portugal pela sua baixa idade e, por esse facto, não ter podido exercer o cargo de Grão Mestre da Ordem de Santiago (Gomes, Portugal, Silva-Araújo, 2019). Acresce que, com

base nos factos de a heráldica do brasão (os escudetes laterais horizontais e flordelisado) que se altera após a reforma decretada por D. João II, seu pai, em 1485 (os escudetes laterais verticalizam e a flor de lis desaparece), o Príncipe Afonso de Portugal teria, no máximo, 10 anos de idade. A baixa idade e a heráldica, que serviram de fundamentação para a dita não pertença (Gomes, Portugal, Silva-Araújo, 2019), não se comprovam agora, como se desenvolverá adiante.

NOVOS DADOS

SIGILOGRAFIA: a legenda de uma das matrizes, a associada à Vieira, não tendo sido decifrada, foi interpretada como o mote de uma empresa. É composta por duas abreviaturas latinas **MR (MAGISTER)** e **MIN (MINISTERIUM)**. Ou seja, **MESTRE** e **OFICIO** que, associados à Vieira, significam **MESTRE** do **OFÍCIO** da **ORDEM** de **SANTIAGO**. Conclui-se, assim, que a legenda subjacente à Vieira não esteja associada ao mote de uma empresa, mas ao exercício do governo da Ordem de Santiago. A Vieira não existe em sentido alegórico ou devocional, mas como elemento formal da iconografia da Ordem de Santiago, embora os motivos Jacobeus na emblemática da Casa de Avis tenham tido vários significados (Seixas, 2020).

HERÁLDICA: Fr. Jerónimo Román, no século XVI, escreve na "*Militarium Ordinum Analecta",* a única e a mais antiga fonte credível para o estudo da História das Ordens Religioso-Militares:

> "Annó de mil i quatrócentós y óchenta y unó al tiempó que este príncipe fue jurado em rey por mandado de su padre el rey Don Alonso quando trato de passar a Hierusalem dio los maestrasgos de Avis e Santiago a seu hijo el principe Don Alonço." [4]

Esta fonte faz duas revelações importantíssimas para validar a pertença do anel sigilar ao Príncipe Afonso de Portugal:

---

[4] Román, Jerónimo. *História das Inclítas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis.* Publicado em Militarium Ordinum Analecta" (Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares). Costa, Paula-Pinto (Coordenadora). Fundação Engenheiro António de Almeida (ed). 2008, pp. 209.

1 – A investidura no governo das duas Ordens, de Santiago e de Avis ao Príncipe Afonso de Portugal foi feita pelo seu avô enquanto Rei, D. Afonso V, tinha ele seis anos de idade, no mesmo dia em que investe seu pai D. João II, Rei de Portugal; daí a importância do tamanho do anel. Poder-se-à concluir, no plano formal, que o Príncipe Afonso foi Mestre das duas Ordens cerca de 10 anos.

2 – A compatibilização temporal da heráldica da matriz do anel com a pertença ao Príncipe Afonso de Portugal fica resolvida: foi o seu avó, Rei em exercício de funções, que certamente mandou executar o anel, usando obviamente o seu brasão de armas (Figura 4).



Fig. 4 – Espadim de D. Afonso V. Note as semelhanças heráldicas com o anel sigilar (coleção particular).

CONCLUSÃO

O exposto permite concluir que o objeto em análise se trata do ANEL SIGILAR DE DUPLA MATRIZ DO PRINCIPE AFONSO DE PORTUGAL, FILHO DO REI D JOÃO II, NETO DO REI D. AFONSO V E GENRO DOS REIS CATÓLICOS de ESPANHA, adequado ao cargo de GRÃO-MESTRE DA ORDEM DE SANTIAGO.

Sem passado não há futuro e não preservar a nossa memória coletiva é um ato de gravosas consequências.

BIBLIOGRAFIA

GOMES, Saul António, Portugal, João António, Silva-Araújo, António. *Uma Matriz Sigilar Real Portuguesa de Ouro do Século XV,* CEM (Cultura, Espaço & Memória), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº 9, 2019, pp. 367--386.

MENDONÇA, Manuela. D. João II. *Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal,* Imprensa Universitária, Estampa (ed). 1991, pp. 449.

ROMÁN, Jerónimo. *História das Inclítas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis. Publicado em Militarium Ordinum Analecta" (Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares).* Costa, Paula-Pinto (Coordenadora). Fundação Engenheiro António de Almeida (ed). 2008, pp. 209.

SEIXAS, Miguel Metelo de. *Motivos Jacobeus na emblemática quatrocentista,* Ad Limina/Volumen 11/N 11/2020, Santiago de Compostela, pp. 175/176.

Índice

Nota de Apresentação	Diretor	3
As visitas pastorais de D. Rodrigo de Moura Teles	Franquelim Neiva Soares	7
Algumas aproximações entre o Minho e Minas Gerais no século XVIII	Eduardo Pires de Oliveira	61
Obras no Templo do Mosteiro de Tibães – 1654-1661	José Carlos Gonçalves Peixoto	103
Jerónimo da Mota, um poeta desconhecido	Luís da Silva Pereira	123
Os Sousa Lobato: Uma família de Cortesãos na viragem para o século XIX	Margarida Maria Lobato de Azevedo	161
Braga e a mudança liberal – o início	José de Sepúlveda Macedo	223
Memórias do teatro, para a história de Mire de Tibães	Florêncio Manuel Matos Gonçalves	287
Recensão da obra *18 olhares sobre André Soares*	José Carlos Meneses Rodrigues	341
Fundamentos para a pertença de anel sigilar ao Grão-Mestre da Ordem de Santiago, Príncipe Afonso de Portugal	António Silva-Araújo José Rui santos Armando Malheiro da Silva	361

FICHA TÉCNICA

Paginação: **Câmara Municipal de Braga**

Impressão e Acabamento: Graficamares, Lda.

400 exemplares

Depósito Legal n.º 27697/89

ISBN 972-9169-14-4

À

Redação

B R A C A R A
A U G U S T A

Câmara Municipal de Braga / Arquivo Municipal

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Acuso a receção do(s) vol.(s)_____n.º(s)_____da Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga ***Bracara Augusta***

Nome_____

Direcão _____

_____

Data_____/_____/ 201__

Assinatura _____

Nota: *A confirmação da receção pode ser feita por e-mail*

"A não confirmação de receção implica a cessação do envio das edições desta Câmara"



Telef. 253 61 60 60 – e-mail: revistabracaraaugusta@cm-braga.pt